Do “BECO dos SAPOS” aos CANAVIAIS de CATENDE

Cláudio Nascimento

“*A autogestão é a abertura ao possível*”

(Henri Lefebvre)

“O problema científico da revolução socialista não está em determinar o modo como ela irá culminar, mas sim em fazer um balanço histórico-crítico do que foi conseguido face às tendências do capitalismo no futuro próximo”

(Paul Singer)

Índice

Introdução
“Os Ciclos Longos” das Lutas Autogestionárias
(Rochdale, Petrogrado, Barcelona, Praga, Gdansk, Catende)

A) Cooperativismo e Autogestão - século 19

1. **A Cooperativa de Rochdale,1845**
2. **A Comuna de Paris,1870**

B) O ciclo das lutas autogestionárias após a Revolução na Russia

1. **A Revolução Soviética, 1917-1921**
2. **A Comuna Spartacus, Berlim 1919**
3. **A República dos Conselhos Operários, Hungria 1919**
4. **Os Conselhos Operários de Turim, Itália 1919-1920**
5. **A autogestão na Revolução da Espanha, 1936-1939**
6. **As teses de Pulacayo na Bolívia, 1946**

C) O ciclo das lutas autogestionárias no pós II Guerra, (anos 50, 60, 70 e 80)

a) Europa, Leste Europeu, Ásia e África

1. **Itália, “Outono quente”, 1977**
2. **Portugal, “Revolução dos cravos”, 1974**
3. **França, Lip 1973**
4. **Autogestão Yugoslava, 1950**
5. **Os Conselhos Operários, Alemanha 1953**
6. **A Revolução dos Conselhos, Hungria 1956**
7. **A revolta operária, Polônia 1956 e 1970**
8. **O Solidarnosc na Polônia, 1980-1981**
9. **A Comuna de Shangai, China 1966**
10. **A Revolução na Argélia, 1962**
11. **A Primavera de Praga, Tchecoslováquia 1968**
12. **A Comuna de Gdanks, 1980**

b) América Latina

1. **Bolívia, a Revolução de 1952 e a Assembléia Popular de 1971**
2. **Peru, anos 60**
3. **Argentina, anos 60 e 70**
4. **Brasil: greves Contagem e Osasco,1968**
5. **Chile: da Unidade Popular de Allende, anos 70**

D) Economia Solidária / Empresas recuperadas

1- **Argentina: ciclo anos 2000**
2- **Brasil: Usina "Harmonia" Catende,1993**

Anexos

"A autogestão e o novo cooperativismo"
"O socialismo autogestionário"
"Reflexões sobre o socialismo" (Paul Singer)

Bibliografia

INTRODUÇÃO

"Nada está absolutamente morto: o sentido de cada coisa terá sua festa de renascimento".

(Bakhtin)

"Em cada época, tem-se de outra vez tentar o resgate da tradição contra o conformismo, que dela quer se apossar. Se o inimigo vencer, também os mortos estarão em perigo".

(Walter Benjamin)

A autogestão na história assume caminhos diversos.

Georges Gurvitch assinalou 3 vias:

1) Os conselhos de trabalhadores podem surgir espontaneamente, dentro da ebulição de uma revolução social;

2) Os conselhos de trabalhadores podem ser instaurados por um governo político nascido de uma revolução social;

3) Os conselhos de trabalhadores podem se desenvolver por etapas, modificando a longo prazo a estrutura burocrática da economia imposta por um governo político nascido de uma revolução social. Este processo pode ser mais lento ou mais acelerado, a depender da estrutura concreta do poder político e das conjunturas internas e externas.

Estas 3 vias da autogestão têm suas qualidades e seus defeitos.

As experiências que vamos apresentar podem ser sistematizadas no quadro referencial destas vias, por exemplo:

1) -A primeira via, foi a da revolução na Rússia em 1917, que foi "a primeira a experimentar, por um curto espaço de tempo, o surgimento espontâneo dos conselhos operários, no fogo da revolução social";

2) -A segunda via, é a da experiência do governo da Yugoslavia, a partir dos anos 50;

3) -A terceira via, lenta e por etapas, tem exemplos nas lutas dos operários na Hungria e na Polônia, iniciadas em 1953 – 1956.

Esta classificação de Gurvitch foi feita na época que proferiu uma série de palestras em universidades da Yugoslavia, com o título de "Os Conselhos Operários", no ano de 1957. Portanto, logo após as rebeliões e revoltas no Leste europeu em 1956.

Sendo assim, Gurvitch (faleceu em 1966) não pode presenciar outras lutas autogestionárias que ocorreram em anos posteriores. De qualquer forma, por exemplo, a evolução da Polônia, desde as lutas de 1956 até o Solidarnosc, na década de 80, parece se inserir na terceira via: um longo período de lutas, culminando na "desestruturação do sistema".

Outras experiências, como a da Argélia (a partir de 1962), ou as experiências na América Latina, Chile de Allende, Peru de Alvarado, Bolívia de Torres, podem ser inseridas na via número dois: iniciativas de Governos políticos em conjunturas marcadas por grandes lutas sociais.

A experiência histórica não ocorre de forma tão "pura": podemos dizer que as 3 vias se confundem, se interpenetram, se articulam.

Assef Bayat tentou sistematizar as experiências históricas da autogestão em outro referencial utilizando 4 categorias:

1) Autogestão sob contexto de "dualidade de poder", em conjunturas revolucionárias;

2) Autogestão nos países ditos socialistas do Terceiro Mundo;

3) Autogestão em governos populistas do Terceiro Mundo;

4) Possibilidades de autogestão em condições normais na periferia do capitalismo.

A primeira categoria cobre os exemplos da Rússia (1917), da Argélia (1962), do Chile (1972), de Portugal (1974) e do Irã (1979).

A segunda categoria, cobre os exemplos da China, Cuba, Moçambique e Nicarágua.

A terceira categoria cobre os exemplos da Tanzânia, Peru, Egito (Nasser) e Turquia.

A quarta e última categoria não se refere a exemplos históricos, mas a possibilidades. Bayat afirma que o Terceiro Mundo é o principal portador das possibilidades de autogestão, no contexto do capital globalizado.

Pierre Naville, um autor que se dedicou ao estudo da autogestão, afirma que "os Conselhos Operários existem sempre em estado latente nas empresas de todos os tipos. Às vezes, eles entram em atividade sob forma embrionária, durante um curto período, como "comitês de greve". Outras vezes, eles se inserem nas organizações existentes, por ocasião de comissões de reivindicações; eles existem, em potencial, mesmo nos comitês de empresas legais, com tarefas e funções limitadas. Estas formas "embrionárias" que podem assumir os Conselhos ou Comitês, agrupando, em geral, trabalhadores de diversas correntes políticas, dependem de muitas condições. A primeira é que as organizações políticas, sindicais ou cooperativas existentes não correspondam mais às exigências das lutas do momento. Esta condição não se apresenta em qualquer momento. Pode ocorrer que, as atividades dos sindicatos de massa ou dos partidos políticos respondam às necessidades de ação. Os Conselhos Operários não são e jamais foram os "únicos" organismos, insubstituíveis, totalmente diferentes das outras formas de organização dos trabalhadores. Ao contrário, existem relações flexíveis, mesmo um parentesco, das diferentes formas de organização dos trabalhadores. Só as condições da ação mostram quais são as "preferidas". Não se pode substituir o estudo destas condições por uma filosofia abstrata, uma teoria pura dos Conselhos Operários".

As experiências históricas confirmam totalmente as palavras de Naville, como veremos a seguir.

O filósofo Henri Lefebvre tentou sistematizar os "problemas teóricos da autogestão". Suas idéias são estimulantes e importantes na perspectiva de tentarmos situar em um quadro teórico as experiências históricas.

"A experiência social (prática social) mostra que as associações de autogestão surgem nos "pontos frágeis" da sociedade existente. Toda sociedade tem seus "pontos fortes" que, no conjunto, formam a armadura, a estrutura da sociedade.

O Estado repousa sobre estes "pontos fortes". A política estatal tem por tarefa soldar as possíveis fissuras. Em volta destes espaços reforçados nada acontece. Todavia, entre estes "pontos fortes", consolidados pelo Estado, encontram-se as "áreas frágeis" e as lacunas. É ai que ocorrem fatos novos. As forças sociais intervêm nestas lacunas, as ocupam, as transformam em "pontos fortes", ou, ao contrário, em "outra coisa".

Os "pontos frágeis", os vazios, só se revelam na prática ou à iniciativas de indivíduos capazes ou às pesquisas de grupos capazes de agir. Os "pontos frágeis" podem resultar de um "abalo" ou de uma "desestruturação" do conjunto.

Lefebvre nos dá exemplos muito ilustrativos de suas idéias:

1) Em 1870, Paris é o ponto fraco do Império Bonapartista. No início de 1871, a capital é o ponto fraco da França. Devido à industrialização, ao crescimento do proletariado, em razão da guerra, à derrota da proclamação da Republica, ao estado de sítio, e também, devido à segregação social feita por Hauussmann, à repartição dos operários nos bairros periféricos, ao emburguesamento e ao início da deterioração no centro.

Sob a Comuna, os operários projetam realizar a autogestão nas fábricas abandonadas pela burguesia de Versalhes, porém não tiveram o tempo necessário. Por infelicidade, a

burguesia e seu Estado e as relações de produção capitalistas ficaram fortes fora de Paris; Thiers pode reconstituir rapidamente em Versalhes o aparelho de Estado e a Armada.

Lefebvre aponta o "ponto fraco" onde surgiu a autogestão: as fábricas abandonadas pelos patrões. É fundamental perceber sua noção de fraqueza: surge de um campo complexo de contradições, tal qual apontou inicialmente. É importante também notar que o Programa da Comuna traz 13 pontos apontando para o conjunto da sociedade francesa, não se restringindo ao campo da produção (ver abaixo).

2) Em 1917, durante a derrocada do Tzarismo, antigos pontos fortes de sua armadura sócio-política, isto é, a armada e a cidade, tornam-se pontos fracos. Juntam-se, assim, as empresas capitalistas que uma burguesia mal situada não conseguiu consolidar. Por sua vez, os setores fracos se juntam: os Soviets de soldados, de camponeses, de operários, se uniram em um imenso movimento, o da Revolução. Lembremos que Lênin proclamou a palavra-de-ordem: "Todo o Poder aos Soviets", vendo neles mais que órgãos representativos ou destinados à eleger os representantes, mas grupos de trabalhadores associados, gerindo livremente e diretamente seus negócios. Conjuntura surpreendente. Nunca a autogestão generalizada foi tão possível.

3) O exemplo recente da Argélia confirma nossa análise. Onde se instalou a autogestão? Nas fábricas abandonadas pelos patrões (colonos).

Para Lefebvre, a autogestão não surge em qualquer lugar, conjuntura ou momento. É necessário uma conjuntura, um lugar privilegiado. Onde e quando ela surge porta, necessariamente, seus elementos "possíveis": a tendência à "generalização" e à "radicalização". Para que a autogestão se consolide, se amplie, ela deve ocupar os "pontos fortes" da estrutura social que operam contra ela.

A principal contradição que a autogestão introduz e suscita, é sua própria contradição com o Estado; ela põe em questão o Estado: "Desde que apareça um raio de sol, em uma fissura, esta simples planta cresce, e o enorme edifício estatal é ameaçado".

"Para se generalizar, para se transformar em "sistema", em escala de toda a sociedade – unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores - a autogestão não pode evitar o choque com o "sistema estatal-político", seja ele qual for. A autogestão não pode evitar esta difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal". O "Estado da autogestão", isto é, o Estado no qual a autogestão se eleva ao poder, só pode ser de um tipo: um "Estado em extinção".

"A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como "meio de luta", abrindo caminho, e, como "meio de reorganização da sociedade", a transformação "de baixo para cima" da vida cotidiana e do Estado."

É nesta perspectiva que Henri Lefebvre define a autogestão: "É a abertura ao possível".

Paul Singer em "Uma utopia militante, repensando o socialismo" (Vozes 1998) também nos apresenta uma reflexão em que podemos encontrar "afinidades" com alguns conceitos de Henri Lefebvre. Assim, "A história da cooperativa dos Pioneiros de Rochdale" é, neste sentido, riquíssima em lições. O êxito econômico da cooperativa, que depois foi replicado em numerosas localidades da Grã-Bretanha e de outros países em transição ao capitalismo industrial, demonstra que o modo de produção capitalista apresenta "BRECHAS" que podem ser aproveitadas para organizar atividades econômicas por princípios totalmente diferentes dos capitalistas e que, por isso, devem ser denominados "socialistas". Nestas "brechas", "pontos frágeis", "lacunas" é onde podemos construir o que Singer chama de "implantes de socialismo", que se define na perspectiva da autogestão:

"Mesmo no capitalismo os implantes socialistas desempenham um papel positivo ao difundir valores essenciais ao convívio em sociedade. Este fato abre um certo leque de possibilidades de que algumas destas sementes germinem. O que poderia significar isso? Que a democracia política se difundisse do âmbito estatal ao das instituições privadas: empresas, escolas, igrejas, prisões, etc; ou que o fortalecimento do sindicalismo fizesse crescer a influência

sobre a gestão econômica dos representantes de operários nas fábricas, bancos e demais empresas; ou ainda que cooperativas de consumo e de serviços se unissem para formar um grande mercado cooperativo preferencialmente voltado à aquisição de produtos de cooperativas de produção."

Na visão de Singer, "o socialismo enquanto utopia militante desencadeou o que se pode considerar ter sido um vasto processo de tentativas e erros no sentido de modificar o capitalismo, compensando suas tendências à concentração e à destruição". E,assim, diz Singer, "Os implantes socialistas no capitalismo resultam de algo como um processo de tentativas e erros. E dificilmente poderia ser diferente. A revolução socialista, por esta conceituação já em curso há quase dois séculos, não é a concretização de um projeto mas o resultado de inúmeras lutas no plano social e econômico, que se estenderam por um número de nações, à medida que a revolução capitalista foi se estendendo a novos países e continentes".

É nesta conceituação que Singer fala do "ressurgir do cooperativismo" e do que "genericamente" se chama **"economia solidária"** como resposta à crescente exclusão social produzida pelo neoliberalismo. A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, crédito e de produção, que datam do século passado (19). Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes à ocupações de fazendas por trabalhadores rurais sem- terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária formada por unidades produtivas autogestionárias".

Milton Santos realizou reflexões fundamentais para o campo da autogestão. O fato de ter centrado sua obra em torno de conceitos como "território", "espaço e tempo", "cidades", e de que, em uma primeira vista, não parecem ter relação com nossa questão, o saudoso geógrafo baiano traçou pontos que podemos utilizar para reflexão sobre a autogestão.

Poderemos notar as "afinidades eletivas" entre Santos e Lefebvre em alguns elementos como: a questão dos "pontos fortes e fracos", no segundo, e, no primeiro, "os tempos lentos" e "os espaços opacos".

Por exemplo, em duas obras de épocas diferentes:

1. "O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos" (edição francesa de 1970; no Brasil, 1978)
2. "A Natureza do Espaço: técnica e tempo - razão e emoção" (1996)

Para Milton Santos, nos países subdesenvolvidos, sobretudo no pós-Guerra, as cidades adquiriram um aspecto crítico: tornaram-se "cidades sem cidadãos". O que antes era um "todo", um "teatro da existência de todos os seus moradores", tornou-se uma cidade seletiva, "técnico-científica-informacional".

Este processo foi agravado com as políticas neoliberais da década de 90. A cidade já vinha criando os seus excluídos e os seus irracionais. O processo de globalização, sob a batuta neoliberal, acelerou esta tendência. Para Milton Santos, "a cidade plástica, herdeira dos primórdios da história metropolitana, sucede a uma cidade rígida".

Todavia, "a cidade resiste à difusão da racionalidade, graças ao meio ambiente construído pelos homens, que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais". A cidade informatizada, as vias de transporte e comunicação, os espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infraestruturas sequiosas de rápida mobilização opõem-se à maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, e os espaços opacos que, também, aprecem como zonas de resistência".

Para Santos: "São nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que "a economia não hegemônica" e as classes sociais hegemonizadas encontram as condições de sobrevivência. São nessas condições que as grandes cidades do terceiro mundo são, por um

lado, rígidas na sua vocação internacional e, por outro, são dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capital e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho".

Nestas cidades, existem as "áreas luminosas", modernizadas e que se sobrepõem ao resto da cidade, onde vivem os pobres, nas "zonas opacas". Para Santos, "estes são os espaços do aproximativo e não (como nas zonas luminosas) espaços de exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem".

As metamorfoses do trabalho dos pobres nas grandes cidades cria a "flexibilidade tropical". Nestas zonas situam-se os "tempos lentos", não hegemônicos.

Santos usa o conceito de "tempo" em duas perspectivas:

O eixo das sucessões e, o eixo das coexistências. "Há uma sucessão de fenômenos ao longo do tempo, uma seqüência. E, temos também, o eixo das coexistências, da simultaneidade. Em um lugar, uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenômenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes, no viver de cada hora. Para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo".

Para Santos, o tempo como sucessão é abstrato e, o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que "é o tempo da vida de todos". A vida social nas suas diferenças, desigualdades e hierarquias opera segundo tempos diversos e que se casam, unem-se, entrelaçam-se no viver comum, que se dá no espaço de escalas distintas: lugarejo, metrópoles, região, país e mundo.

Nos anos 30, analisando o fenômeno do nazismo, o filósofo alemão Ernst Bloch falava sobre a "dialética dos desníveis espaciais e temporais";dizia que, "todos vivem no mesmo tempo cronológico e na superfície do mesmo planeta, mas o tempo e o espaço não são homogêneos, iguais para todos. Diversos tempos históricos se condensam e se interrelacionam a cada ano e nós somos dispersados, distribuídos nestes espaços/tempos diferentes".

Bloch chamava esta dialética de "não-contemporaneidade", isto é, "desenvolvimento não-sincrônico".

Com o processo de exclusão e de desemprego estrutural, há uma necessidade de repensar a questão do trabalho, pois se não há emprego para todos, há muito trabalho desde que pensamos a partir das necessidades diversas da sociedade.

Nas cidades dos países subdesenvolvidos o modo particular de organização do espaço articula as mais variadas formas de capital, trabalho e tecnologia. Esta organização do espaço urbano caracteriza-se pelo "Espaço Dividido" em dois circuitos da economia urbana:

1. Um circuito superior que tem sua origem diretamente na modernização tecnológica onde operam os monopólios;
2. O circuito inferior que é formado por atividades de pequena dimensão e tem suas raízes nas populações pobres.

Para Santos, a relação entre ambos é dialética: o circuito inferior, sendo produto da lógica do circuito superior é,ao mesmo tempo, condição de entrave a sua expansão.

Nestas cidades proliferam "zonas de resistência" na forma de atividades voltadas a atender as necessidades concretas e imediatas de sobrevivência: pequenas empresas que atendem a um circuito de produção, distribuição e consumo que opera distante do universo da economia racionalizada e informatizada.

Portanto, há de um lado, uma economia globalizada, produzida por cima, e um setor produzido por baixo e que, nos países pobres, é um setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade, incluindo os imigrantes.

É neste caldo cultural, espacial/temporal e urbano que se criam as condições para as "condições iniciais" da **Economia Popular e Solidária**, em muitos países da América Latina e Central.

Karel Kosik, um dos principais animadores do debate sobre a autogestão, na Primavera de Praga (1968), o filósofo, em obra póstuma, retomou sua reflexão do final dos anos 60, sobre a experiência dos conselhos operários em seu país. Em "A Crise dos tempos modernos. Dialética da moral" (obra póstuma, publicada em 2003), Kosik retoma suas reflexões de 1968.

Em 1968, Kosik desenvolveu uma reflexão profunda sobre 1968. "Os acontecimentos tchecos não constituem uma das habituais crises políticas, uma das habituais crises econômicas. São, também, uma crise dos fundamentos de que derivam as idéias atuais sobre a realidade como sistema de manipulação geral".

"O sentido e o alcance dos atuais acontecimentos na Tchecoslováquia encontram sua melhor caracterização em dois termos hoje cotidianamenente presentes em Praga e Bratislava: de um lado, CRISE, de outro, SOCIALISMO HUMANÍSTICO. Nestes dois termos há muito mais conteúdo do que se possa parecer à primeira vista: isto significa que eles contêm tanto o estado atual quanto a perspectiva e constituem, ao mesmo tempo, o ponto de confluência da reflexão e da ação do pensamento critico e da política revolucionária. A sociedade tchecoslovaca se encontra em crise e tenta resolver esta crise orientando-se para um socialismo humanístico. Vale dizer que uma solução coerente desta crise pressupõe que sejam esclarecidos o sentido do socialismo e da revolução, a missão da política e do poder no mundo moderno e que com toda a profundidade teórica e a inventividade prática de que somos capazes, nos façamos de início a pergunta: O que é o homem?, O que é a realidade?, A natureza?, A verdade?. O que é o tempo?, O ser? etc" (A Crise do Homem Contemporâneo e o Socialismo-1968)

"Para os vencedores de ontem e de hoje a Primavera de Praga é um capítulo fechado. Uns, com rigor inquisitorial, a condenaram como "contra-revolução", outros adotam um orgulho complascente como se não passasse de uma antecipação tímida e imperfeita da perfeição contemporânea – a restauração do capitalismo e a democracia medíocre e limitada que lhe corresponde.

Na realidade, a Primavera de Praga é ainda um acontecimento vivo. Lançar o olhar sobre ele significa examinar a miséria do presente."

Kosik, quando fala da "miséria do presente", refere-se ao mundo do capital globalizado e das políticas neoliberais que também devastaram os países do leste da Europa, após 1989.

(...)"Quando as pessoas refletem sobre um acontecimento real qualquer que ele seja, elas não voltam ao passado e não fogem para o passado, mas começam a compreender seu presente. O aspecto fundamental do acontecimento é que ele não se resolve jamais em uma "questão resolvida", mas que PARA CADA GERAÇÃO, ELE ABRE SUAS POSSIBILIDADES OCULTAS E QUE CADA ÉPOCA ENCONTRA NELE O QUE A VAI INCITAR A RESOLVER SEUS PROBLEMAS" (grifo nosso)

Kosik em sua reflexão revela profundas "afinidades" com Singer:

"Não existe ponto de partida privilegiado, nem algum sujeito já formado, já pronto, de onde partiriam de forma automática e absoluta o movimento para a transformação salvadora e na qual, de um só golpe ou gradualmente, se resolveriam todos os conflitos da humanidade. À cada um de seus momentos, a história é uma pluralidade de possibilidades e depende de quem está capaz de desenvovler suas potencialidades libertadoras, e de continuar a progredir sem parar em uma situação intermediária ou se fixar como se fosse a etapa final".

A obra póstuma de Karel Kosik (1926-2003) foi publicada por iniciativa do brasileiro Michael Lowy. Na introdução, Lowy resume o "caráter singular" do pensamento do tcheco:

- ✓ uma crítica da civilização moderna sob sua forma capitalista ou pseudo-socialista, que se alimenta do marxismo, ao romantismo, à fenomenologia, mas que é verdadeiramente original;

- ✓ um ponto de vista ético, humanista e radical, que questiona as formas fetichizadas da economia, da sociedade e da política modernas;
- ✓ um Princípio de Resistência;
- ✓ uma sensibilidade profunda pela riqueza das formas culturais do passado.

Nos debates sobre a autogestão em 1968, Kosik assim definia a relação entre "socialismo e democracia": "A democracia socialista é uma democracia integral ou não existe absolutamente. Fazem parte de suas bases, quer a autogestão dos produtores socialistas, quer a democracia política dos cidadãos do estado socialista, uma degenera sem a outra".

Voltemos ao início de nossa reflexão: os ciclos longos das lutas pela autogestão.

Como vimos acima, Paul Singer ao definir os "implantes socialistas no capitalismo", afirma que "A revolução socialista, por esta conceituação já em curso há quase dois séculos, não é a concretização de um projeto, mas o resultado de inúmeras lutas no plano político, social e econômico que se estenderam por um número crescente de nações, à medida que a revolução capitalista foi se estendendo a novos países e continentes." Traçar elementos fundamentais das "inúmeras lutas" destes quase 2 séculos de luta pelo socialismo, significa buscar elementos para um "balanço histórico-crítico" deste "processo de tentativas e erros".

Nesta perspectiva, a experiência histórica da Comuna de Paris (1871) à Comuna de Gdansk (1980), a história das lutas dos trabalhadores em vários continentes, mostra que em "momentos críticos", caracterizados por conjunturas de caráter pré e/ou revolucionário, a autogestão surge como práxis de auto-emancipação da classe operária como o horizonte do socialismo.

Assim, levando em conta as experiências principais do movimento operário, caracterizadas por diversas formas de socialização dos meios de produção, do poder e por revoluções culturais do cotidiano, podemos extrair um conteúdo coerente do socialismo autogestionário como alternativa tanto às várias formas de capitalismo quanto às de socialismo estatal.

Esse ensaio explora conhecimentos sobre estas várias experiências, com enfoque sobre alguns aspectos que são fundamentais para concepção da autogestão. Procura traçar a existência de uma constelação de lutas pela autogestão, demonstrando que constituem uma existência real que é a própria história das lutas do movimento popular e operário.

A autogestão existe e se manifestou em várias formas. É útil conhecer como ela combateu, como foi desviada de seus objetivos, sabotada, derrotada. Desta forma, a autogestão deixará de ser uma palavra vazia e será vista como uma experiência plural e uma estratégia de luta.

As experiências ensinam lições fundamentais para a história dos trabalhadores. Rosa Luxenburgo foi a primeira socialista a dizer que os trabalhadores devem aprender com os erros e as derrotas. Assim, nestas experiências não buscamos receitas ou modelos acabados, mas exemplos de organizações dos trabalhadores. Cada momento histórico tem suas particularidades e soluções que são específicas. Todavia, é fundamental o conhecimento do movimento operário internacional, suas diferentes formas de luta e de organização, suas idéias e suas experiências.

Podemos buscar apoio em algumas idéias de Hanna Arendt, que articulou seu pensamento sobre as "Revoluções" em dois pólos extremos: o primeiro que toma a revolução como "abertura e momento de incandescência do político, onde a história se entreabre brevemente para liberdade e ação". O segundo, em que aborda "o totalitarismo como eclipse do político". Hanna Arendt aborda a dimensão da comunicação nestes processos como "revelação":

A revelação de perda do "espaço público" pela cassação da palavra, o que ocorre na "situação-limite" do totalitarismo. A revelação da recuperação da palavra viva e da ação vivida, que surge em certas "situações especificas", das quais, são exemplos: os soviets, as comunas, os conselhos, que são, na expressão de Hanna Arendt, "os tesouros perdidos a serem novamente resgatados das experiências dos movimentos populares".

No final, em anexo, colocamos três textos mais teóricos: um, sobre “o novo cooperativismo”; um verbete sobre “socialismo autogestionário” e, por último, um texto recente de Paul Singer: “Reflexões sobre o Socialismo”. As repetições que ocorrem nestes textos (no que diz respeito, sobretudo, às idéias de Maruategui, presentes em 3 partes) apenas reforçam alguns elementos permanentes da cultura autogestionária. Os dois primeiros, são textos com vida própria e já publicados, contudo, portam elementos em termos do campo conceitual, reforçando a parte sobre as experiências de lutas autogestionárias. O mesmo sentido encontramos no texto de Singer, que finaliza o conjunto.

Nosso próximo passo será em relação às lutas no século XIX. Destacamos 2 momentos fundamentais: o nascimento do Cooperativismo autogestionário na Inglaterra e a grande insurreição da Comuna de Paris, possivelmente, a primeira luta mais ampla de caráter autogestionário.

O título do ensaio, com um certo corte ‘surrealista’, tenta dar conta de dois locais: o ‘beco dos sapos’, onde surgiu a cooperativa em Rochdale, e, os canaviais da zona da mata pernambucana, onde está localizada a Usina Harmonia Catende.

Os Probos PIONEIROS de ROCHDALE

A Economia Solidária, a partir de suas diversas matrizes e de um longo processo histórico de práticas com afinidades entre si, incorpora diversas palavras que têm um significado profundo. Vejamos algumas:

1. A palavra “cooperar” vem do latim “cum operari”, que significa “trabalhar conjuntamente com alguém”.
2. A palavra “sindicato” vem do grego através das línguas romanas e tem duas raízes: “com“ e “justiça”, isto é, “os sindicalizados são os que têm por defesa a mesma causa”.
3. A palavra “mutualidade” vem do latim “mutuum”, isto é, “troca”. Troca eqüitável de serviços.
4. A palavra “solidariedade”, tem sua etimologia em “o que é solidário”, ou “o que se torna sólido como o solo”.

Se “solidariedade” significa “sólido como o solo”, apesar das palavras de Marx/Engels no “Manifesto Comunista”, nem tudo que é sólido se desmancha no ar. A Economia Popular e Solidária é um exemplo desta persistência dos trabalhadores que, em busca de sua autoemancipação, estão reinventando formas novas para a expressão de suas lutas pela autogestão.

No início do século XIX, o movimento cooperativo, no seu sentido amplo, e o movimento socialista eram próximos e, às vezes, chegavam a se confundir. A palavra “cooperação” foi usada a primeira vez por Robert Owen, em 1821, no sentido oposto à “concorrência” e como sinônimo de “socialismo”, e, até mesmo de “comunismo”.

Assim, por “cooperação”, Owen entendia o oposto ao sistema individualista de concorrência, ou seja, a cooperação mútua: “A primeira sociedade cooperativa, que agrega seus discípulos, são associações em que os membros versam uma cota semanal com o objetivo de acumular um capital destinado à fundação de cidades comunistas. A cooperativa de produção comunista é a preocupação essencial dos primeiros congressos cooperativistas ingleses de 1831-1832” (Edouard Dolléans, “Robert Owen, Paris,1905)

Os socialistas do século XIX eram chamados de “socialistas associonistas ou societários”. Para muitos a “associação livre” bastava para solucionar todos os problemas sociais e por esta concepção, se diferenciavam de Saint-Simon e seus seguidores, que, na verdade, defendiam a “estatização” ou o “coletivismo estatal”.

Portanto, havia uma identidade de origem, na primeira metade do século XIX, entre o movimento cooperativista e o movimento socialista.

Charles Gide salienta que:"O caráter mais saliente do Socialismo atual é ser Socialismo de classe. É preciso notar que este caráter não existia no Socialismo antigo nem no Socialismo francês do último século (19) e que este, especificamente operário, afirmou-se sobretudo no Sindicalismo, esta recentíssima forma do socialismo".

Fourier, Owen e Blanc tinham a idéia de que a solução das questões sociais estava na fundação de pequenos grupos fechados que empregariam toda a força de trabalho de seus membros. A instituição destes pequenos microcosmos autônomos foi a panacéia de todos estes inventores sociais e socialistas. Para Fourier, seria o "Falanstério", uma colônia imaginária de 400 hectares e com 400 famílias. Para Owen, a Colônia de New-Harmony fundada na América, em 1825.

Charles Gide e Beatriz Potter-Weber lançaram as bases da nova doutrina: as cooperativas de consumo. Para Gide, Fourier era tido como o criador do cooperativismo de consumo.

Para Fourier, no Falanstério, 5/12 do "lucro" seria para o trabalho, 4/12 para o capital, 3/12 para a obra de direção da empresa. Assim, Fourier não tinha idéia do princípio cooperativo.

Em sua obra "La Rivoluzione Cooperativa o il Socialismo d'Occidente" (Roma, 1953), Bernard Alvergne afirma:

"Fourier, nem Owen, não tinham idéia do que poderia ser a cooperativa de consumo. Mas com seu trabalho de divulgação, no princípio do século XIX, suscitaram na classe operária da França e da Inglaterra, uma emoção e um entusiasmo essencialmente favorável ao desenvolvimento de associações com tendências socializantes. Através de tentativas, de erros e acertos, foi descoberta a idéia da repartição cooperativa do lucro. Após ter sido pressentida por dois operários fourieristas, que fundaram em Lyion uma sociedade mais ou menos similar à nossa cooperativa distributiva e lhe deram um magnífico nome essencialmente fourierista: "Ao comércio verídico e social", a nova idéia foi reinventada e precisada em 1844 por um discípulo de R. Owen."

A passagem das idéias à pratica, ocorreu com Charles Howart, quando em 1843, redigiu os estatutos da futura sociedade dos "Probos Pioneiros de Rochdale.

Georges Jacob Holyoake, em livro publicado em 1893, descreveu a epopéia de Rochdale:

"No final de 1843, havia grande prosperidade nas manufaturas de Rochdale, condado de Lancashire, na Inglaterra. Nesta conjuntura, os tecelões reivindicavam aumento salarial. Não conseguindo aumento pelos patrões, lembraram das idéias de Owen. Um Comitê formulou e tentou diversos caminhos, todos sem resultados totalmente satisfatórios. Enfim, após conseguir a unidade dos trabalhadores, decidiram pelo cooperativismo: fundar um armazém cooperativo de consumo."

Este Comitê era formado por 28 tecelões, militantes dos movimentos "Cartista" e socialista. Definiram alguns princípios da cooperativa. Baseados em sua educação socialista, os tecelões viam o crédito como um dos males da concorrência. Assim, as vendas seriam à vista.

Em 24 de outubro de 1844, a cooperativa foi registrada com o nome de "Rochdale Society of Equitable Pioneers".

Em pouco tempo, a sociedade tinha aumentado seus sócios de 28 para 40, espalhados por todos os bairros e subúrbios da cidade. A cidade foi dividida em 3 distritos e 3 cobradores visitavam os sócios em suas casas todos os domingos. Toda semana havia um piquenique para o qual os sócios pagavam uma taxa.

Em 21 de dezembro, na "Toad Lane" ("beco dos sapos") os pioneiros iniciaram suas operações.

Os princípios cooperativos foram sintetizados em 7:

1. Livre adesão;

2. Administração democrática;
3. Sobre capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa;
4. Repartição do excedente econômico (sem que constitua formas de lucro capitalista);
5. Neutralidade política e religiosa;
6. Educação dos sócios;
7. Integração cooperativa.

A Educação e a Ética são dois elementos fortes da experiência de Rochdale. Quando se definiam como os “Probos”, isto significa uma definição de “economia moral” ou de uma ética baseada na solidariedade.

Por sua parte, o Departamento de Educação foi criado em 1849; um comitê foi fundado para recolher as doações voluntárias de dinheiro e livros. Em 1853, 2,5% do lucro da sociedade foi dedicado à educação. Em 1856, a biblioteca tinha 1.400 volumes e a sala de leitura de livros e jornais ficou aberta gratuitamente a todos nos sócios. Em 1867, a biblioteca tinha 7.000 volumes e 11 salas de leitura em vários bairros da cidade, abertas por 7 horas diárias. Neste ano, foi editado um catálogo da biblioteca, com uma tiragem de 7.000 exemplares.

Dez anos depois, em 1876, o número de volumes era de 12.000. O número de livros consultados pelos leitores de junho de 1876 a junho de 1877 foi de 37.316.

O Comitê de Educação organizava Conferências temáticas. Em 1873, diversas entidades organizavam conferências públicas. Em certas ocasiões, havia 6 conferências em uma mesma noite. Este Comitê tinha 11 membros eleitos, uma metade, na assembléia geral de abril e a outra, na assembléia de outubro; assim, cada membro ficava um ano nas funções.

A COMUNA DE PARIS*

“Hoje é a festa nupcial da idéia e da revolução.
Após a poesia do triunfo, a poesia do trabalho”.
[Le cri du peuple, 30 março de 1971]

Há 130 anos (1871-2001) a classe trabalhadora de Paris tentou assaltar o céu. Este movimento ficou conhecido como a Comuna de Paris. O exemplo do povo parisiense ainda é significativo, sobretudo, quando pensamos a questão do poder local, isto é, a ocupação/tomada do aparato estatal e sua transformação em política popular e operária.

A Comuna de Paris foi o acontecimento mais importante da luta pela auto-emancipação dos trabalhadores no século XIX. Pela primeira vez, no período de dois meses, o proletariado teve nas mãos o poder e criou as condições objetivas para extinção do poder político.

De 30 de abril a 5 de maio de 1871, a Comuna eleita em 26 de março por sufrágio universal e majoritariamente formada por trabalhadores da produção, tomou um conjunto de decisões tendentes a destruir o Estado burguês e edificar a democracia direta, uma sociedade socialista autogestionária.

Entre as medidas, contidas na "Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris", pela sua importância e pela repercussão que viriam a ter no movimento operário internacional, desde então até nossos dias, destacamos as seguintes:

- ✓ combate à burocracia - supressão do funcionamento estatal;

- ✓ abolição do exército e sua substituição pelas milícias populares;
- ✓ interdição do acúmulo de cargos;
- ✓ organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões;
- ✓ redução da jornada de trabalho para 10 horas;
- ✓ eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores;
- ✓ reforma do ensino;
- ✓ revolução cultural do cotidiano;

Em nível da organização do trabalho, mola mestra do sistema de exploração, houve uma demolição, pedaço por pedaço, de toda a organização capitalista do trabalho: as fabricas da comuna foram exemplo de democracia proletária. Os operários nomeavam os seus diretores, chefes de equipe, etc. Tinham o direito de revogá-los, eles mesmos decidiam os salários, horários e condições de trabalho; um comitê de fábrica se reunia todos os dias para programar o trabalho. Um verdadeiro autogoverno dos trabalhadores.

Assim, pela primeira vez, veio à luz no mundo real as formas práticas de superação do poder político: a organização do social e do econômico exercida cada vez mais diretamente pelas massas, a eleição pelas massas de todos os intermediários e sua revogabilidade a qualquer momento, a inexistência de privilégios econômicos para estes intermediários.

As instituições da Comuna de Paris, estruturalmente novas, criadas no próprio processo real, constituíram as bases materiais de um poder político de novo tipo, ou seja, a extinção do poder político. Um Estado gerido por Conselhos Operários democraticamente eleitos, um Estado Comuna. A Comuna inaugurou a era da expropriação dos expropriados ao decretar a socialização das fábricas abandonadas pelos patrões e ao instaurar um regime de autogestão operária.

Para Marx, "O verdadeiro segredo da Comuna residiu em ser essencialmente um Governo de classe operária, o produto da luta de classes dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política por fim descoberta, pela qual se podia realizar a emancipação econômica do trabalho".

Ainda para Marx, "A Comuna foi uma revolução, foi o ressurgimento da autêntica vida social do povo, realizada pelo povo, foi uma revolta contra o poder executivo e as formas parlamentares".

Para Bakounin, "A Comuna foi uma negação audaciosa, bem clara, do Estado e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista".

Por sua vez, Lenin reconheceu na Comuna a primeira tentativa feita pela revolução proletária para destruir a máquina do Estado burguês: "A Comuna ensinou o proletariado europeu a pôr concretamente os problemas da revolução socialista. A causa da Comuna é a revolução social, a emancipação política e econômica total dos trabalhadores, a do proletariado universal. E, neste sentido, ela é universal".

Assim, exaltada por vários revolucionários, a Comuna foi a primeira grande revolução moderna.

Muitos foram os motivos do aniquilamento da Comuna de Paris pela burguesia européia. Contudo, assinalemos apenas duas condições analisadas por Lenin:

"Para que uma revolução social possa triunfar, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um país de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc). Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa".

O Contexto da Comuna de Paris

Antes de apresentarmos o Programa de governo da Comuna, vejamos algumas reflexões que elucidam a dinâmica e a natureza da experiência da classe operária em se tornar uma força estatal, ou, nas palavras de Gramsci, hegemônica, ser governo.

Vejamos em duas partes: na primeira, a conjuntura de Paris, na perspectiva da força da classe operária. Na segunda, alguns elementos da dinâmica de poder.

1) A situação econômica e social apresentava uma burguesia forte e ampliada no Segundo Império. Iniciava-se uma classe operária concentrada nas grandes fábricas e em algumas regiões francesas, porém, a pequena indústria e o artesanato eram numericamente predominantes e a França era um país rural.

Grandes impérios industriais dominavam a França. Schneider ocupa 10.000 operários na indústria metalúrgica no Creusot, de Wendel ocupa cerca de 10.000 em suas fábricas siderúrgicas da Lorena. As Minas d'Anzin ocupam mais de 10.000 mineiros. Havia uma grande classe operária concentrada nas grandes empresas metalúrgicas, siderurgias, têxteis e químicas.

Em 1860, os canteiros navais de Paris tinham mais de 70.000 operários, grande parte vinda da província, num fluxo migratório de proporções enormes, como resultado do processo de concentração da terra e atraídos pela reforma urbana do prefeito Haussman.

No Censo de 1866, temos 4.715.084 pessoas empregadas nas fábricas e na indústria, mas apenas 1.500.000 operários trabalhavam nas empresas com mais de 10 pessoas. Assim, o fenômeno da concentração foi rápido e brutal, mas limitado a alguns ramos industriais e em algumas regiões geográficas [Paris, Norte, Lorena, Sena-inferior e Lyon].

Entre 37 milhões de habitantes no país, mais de 25 milhões aso rurais.

Entretanto, as pequenas empresas eram maioria na indústria.

Paris tinha uma população de 2 milhões de habitantes. A nova divisão administrativa, criada em 1859, tem 20 bairros [arrondissements] com 1.800.000 habitantes. A Paris dos 20 bairros, conta com 442.000 operários em 1866 e, com 550.000 em 1872. Seu número cresce e também sua concentração, pois o número de patrões diminui de 650.000 em 1847 para 39.000 em 1872; a relação patrão/operário passa de 1 a 5 em 1847 para 1 a 14 em 1872. Em Paris, existe muitas empresas com mais de 5.000 operários e na periferia também.

Cail, na metalurgia, emprega mais de 2.000 operários. Gouin mais de 1.5000 [construção de locomotivas], Gevelot com 1.500 operários em Moulineaux e 400 em Paris. Mas, a maior parte das empresas da metalurgia ocupa 50,20,10 operários.

Jacques Rougerie assinala o seguinte quadro.

Nas profissões tradicionais de Paris, têxtil, calçados, artesanato, predomina a estrutura da pequena indústria artesanal. Havia na cidade 3 grandes casas de produção de calçados.

Na insurreição, as categorias mais presentes foram a Metalurgia, a Construção, Jornalistas.

População revolucionários deportados:

- ✓ Metalurgia 8% 12% 12%
- ✓ Construção 10% 17% 18%
- ✓ Jornalistas 20% 14% 15%
- ✓ Textil-roupa 8% 9% 9%
- ✓ Calçados
- ✓ Livros 10% 10% 9%

Na Guarda nacional temos a seguinte composição:

Para cada 100 guardas:

- ✓ Trabalhadores %
- ✓ Livro 31,9%
- ✓ Madeira 19,2%
- ✓ Metalurgia 16,9%
- ✓ Construção 7,3%
- ✓ Empregados 36,8%
- ✓ Pequenos comerciantes 23,3%

A Repressão

No domingo, 28 de maio de 1871, caiu a última barricada da Comuna. A batalha de Paris produziu 20.000 vítimas; 26.000 comunards foram capturados entre 21 e 28 de maio; mais 3.500 nas lutas contra Versalhes, em abril; 5 000 prisões entre junho – julho. Um total, entre presos, fugitivos e mortos, cerca de 100.000 habitantes parisienses.

Entre os 38.578 revolucionários presos e julgados em 1º de janeiro de 1875, temos 36.909 homens, 1.054 mulheres, 615 crianças com menos de 16 anos. 1.090 foram libertados após interrogatórios. Portanto, cerca de 40.000 prisioneiros e mais de 50.000 julgamentos.

2) Elleinstein analisou a Paris assediada no inverno de 1871. As principais atividades estavam paradas pelo cerco prussiano. "Rapidamente, a liberdade de imprensa e de reunião ressurgiram, multiplicando o número de jornais e clubes políticos. A palavra-de-ordem que unificava as diferentes tendências socialistas e radicais foi a da Comuna. As reuniões públicas eram numerosas e quase diariamente, desde o dia 5 de setembro. Decidiu-se que em cada bairro [arrondissement] seria eleito um comitê de vigilância nas reuniões públicas e que, um comitê central dos 20 bairros seria formado na proporção de 4 delegados por bairro. A federação das escoes parisienses da PRIMEIRA INTERNACIONAL teve um papel determinante na criação desta organização. Foi este Comitê central que adotou na noite de 13 para 14 de setembro de 1870 um texto – que foi o primeiro "affiche vermelho" publicado - que é um verdadeiro programa de governo. Era um verdadeiro comitê de frente única agrupando os internacionalistas das

diferentes tendências, blanquistas e radicais – um pouco à imagem da Comuna alguns meses mais tarde".

Sobre a Guarda Nacional, Elleinstein assegura que "Bismarck não pensou em desarmá-la. O motivo foi porque, em Paris, a Guarda Nacional teve um papel essencial, dominante. Já antes do fim do cerco, houve tentativas para realizar uma organização política da Guarda Nacional. Esta nomeava seus oficiais em cada batalhão, mas o comando era nomeado pelo Governo. Foi em 15 de fevereiro 1871 que se reuniu em uma grande sala parisiense, sala de Tivoli-Vauxhall, os delegados dos batalhões de 18 bairros. Neste dia decidiu-se pela criação de um Comitê central da Guarda Nacional. Uma comissão parisiense de 20 membros foi designada e encarregada de elaborar um projeto de estatuto. O comitê central dos 20 bairros manifestou sua existência através de uma declaração de princípio reconhecendo a "Comuna revolucionária da cidade" como único governo. Após várias reuniões, ocorridas em fevereiro e março, os delegados marcharam para a praça da Bastille onde se juntaram a 14 batalhões da Guarda Nacional. Renderam homenagem às vitimas das revoluções de 1830 e 1848 e depositaram bandeiras vermelhas e flores ao pé da coluna de julho.

A Guarda Nacional de 1870, com 300.000 efetivos, conserva o nome antigo mas é uma criação nova de tempos novos; é um organismo político-militar de massa com maioria operária, com base na vida dos bairros populares e, um poder em potencial antagônico ao poder estatal burguês.

Em 3 de março, os delegados dos batalhões da Guarda Nacional, em nova reunião a Tivoli-Vauxhal adotam os estatutos da organização. Um Comitê central provisório é eleito. A organização decide fundar estruturas verticais e horizontais. Na base, encontramos as companhias, os batalhões, a legião e, enfim, o Comitê central da Guarda Nacional. Entre os 29 membros eleitos na comissão provisória, encontramos 6 membros do Comitê central republicano dos 20 bairros signatários do affiche vermelho de setembro 1870. Entre eles, Varlin e Pindy, membros da Internacional. Assim, foram estabelecidas relações estreitas entre as 3 organizações essenciais para Comuna:

1) O comitê central dos 20 bairros;

2) O conselho federal da Associação Internacional dos Trabalhadores;

3) O comitê central da Guarda Nacional.

As eleições ocorreram no domingo, 26 de março. O Comitê central da Guarda Nacional lançou um apelo geral em 25 de março:

"Nossa missão terminou. Vamos ceder o lugar no Hotel de Ville a vossos novos eleitos, a nossos mandatários regulares".

No bairro número 11 de Paris, foi formado um comitê central eleitoral republicano, democrata e socialista e que apresentou um programa político mais definido.

1) Direito de viver

2) Liberdade individual

3) Liberdade de consciência

4) Liberdade de reunião e associação

5) Liberdade de palavra, de imprensa e de todos os modos de expressão do pensamento

6) Liberdade de sufrágio.

Em seu plano de organização política define que:

Política

"*O Estado e o povo se governando por si-próprio, composto de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto, organizado.*"

Trabalho – Produção - Distribuição

"O *trabalho coletivo deverá ser organizado. O objetivo da vida é o desenvolvimento indefinido de nosso ser físico, intelectual e moral; a propriedade não deve ser que o direito de cada um participar, em razão da cooperação individual, no fruto coletivo do trabalho de todos, que é a forma da riqueza social*."

Outros pontos foram abordados, por exemplo: Funções Públicas, Defesa Nacional, Justiça e Magistratura, Educação e Instrução, Impostos, Unidades, Repartições, Percepção.

A conclusão reza que:

"Não haverá mais opressores e oprimidos – fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos - a família, sendo a primeira forma de associação, todas as famílias se unirão em uma maior, a partia – nesta personalidade coletiva, superior a humanidade."

Entre os membros do Conselho geral, temos 25 operários, entre os quais, 6 metalúrgicos, prova do carretar operário da Comuna.

O Conselho geral se reunia regularmente, às vezes à noite, às vezes em sessão secreta. Nestas reuniões participava um grande número de pessoas. A partir de 13 de abril, relatórios destas sessões foram publicados no Jornal oficial. Ao lado do Conselho geral, havia comissões especializadas, em número de 10, funcionando a partir de 29 de março.

Em 24 fevereiro, na Vauxhall, dois mil delegados participam de uma segunda assembléia. O clima é de pleno acesso, e a reunião termina com uma forte manifestação na praça da Bastilha. A federação, orago político-militar de massa, concebida por delegados, segundo um plano muito simples, baseado no principio fundamental da eleição pela base, da responsabilidade e da revogação dos chefes, em todos os níveis, isto é, a companhia elege os seus delegados, estes escolhem delegados de batalhão, que, por sua vez, designam os delegados gerais, ou generais de legião, estes últimos, compõem o Comitê central, que funciona segundo o princípio da gestão coletiva de comando.

O Comitê de delegados dos 20 bairros elaborou uma Declaração de Princípios, em 22/23 de fevereiro de 1871. Esta Declaração retoma vários pontos do Regulamento de 18/19 de outubro de 1870, elaborado pelo Comitê dos 20 bairros. O regulamento apresenta um salto de qualidade a nível político.

Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em conseqüência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e, o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes. Reconhece o trabalho como a única base da sociabilidade onde o produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores.

No plano político, se oporá em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer Constituinte ou outro tipo de Assembléia Nacional, antes que a base do atual quadro social não seja mudada por meio de uma liquidação revolucionária política e social. A espera desta revolução definitiva, não reconhece como governo da cidade que a Comuna revolucionária formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade Reconhece apenas como governo do país, o governo formado por delegados da Comuna revolucionária do pais e

dos principais centros operários. Empenha-se no combate a esta idéia e a divulgará, formando onde não existe, grupos socialistas revolucionários. Articulará estes grupos entre si e com a Delegação central. Colocará todos os meios que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação internacional dos trabalhadores.

Vittorio Mancini destaca os seguintes pontos deste programa:

“A síntese teórica realizada no documento entre luta social e luta política, a visão histórica absolutamente nova do período de transição entre a revolução política e a edificação da sociedade igualitária, a relação corretamente intuída entre centralismo e democracia operária, autonomia municipal e unidade nacional, são aquisições que portam o sinal de uma dialética social desconhecida em 1789 ou em 1793; o patriotismo tradicional e superado, no quadro de uma estratégia revolucionária que não reconhece limites O militante socialista deve por em primeiro lugar a propaganda da associação internacional dos trabalhadores e lutar a todo momento pela República social universal.”

Rougerie remarca a democracia direta:

"Governo direto, controle permanente dos eleitos pelos eleitores, revogabilidade permanente dos mandatários pelos mandatados: assim se estabeleceu a verdadeira soberania popular". O exercício deste governo popular fez-se através de "uma boa cinqüentona de clubes, funcionando em abril e maio de 1871 - a maior parte nas Igrejas laicizadas - e que controlavam alegremente as ações dos eleitos para Comuna".

O Documento supera quaisquer correntes, tais como Blanquismo, Federalismo Proudhoniano, Anarquismo Bakuniano, Marxismo. Na verdade, é um produto da criatividade teórica do proletariado em uma situação de crise revolucionária.

O Decreto de 16 de abril conclama:

A Comuna de Paris

"Considerando que uma quantidade de fábricas foram abandonadas por seus patrões para escapar das obrigações cívicas, e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores;

Considerando que devido a este covarde abandono, numerosos trabalhos essenciais à vida comunal estão interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida;

Decreta:

As câmaras sindicais operárias estão convocadas a constituírem uma comissão que tem por objetivo:

1. Fazer uma estatística das fábricas abandonadas, e um inventário exato do estado em que se encontram e os instrumentos de trabalho existentes;

2. Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fábricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados.

3. Elaborar um projeto de formação destas sociedades cooperativas operárias;

4. Constituir um júri para fundamentar em estatuto, quando do retorno dos patrões, sobre as condições de cessão definitiva destas fábricas para as sociedades operárias e sobre a cota de indenização que se deve pagar aos patrões."

Rougerie analisa o decreto do 16 de abril:

"Com a Comuna, a utopia começou a existir na prática. O Decreto tinha por objetivo buscar nas organizações operárias algumas fábricas onde pudessem iniciar o movimento. Desde 24 de abril, o delegado na Comissão do Trabalho e Trocas, Leo Frankel, convocou uma reunião dos representantes sindicais. No dia 25, convocou-se o sindicato que iria ficar à frente do movimento, os metalúrgicos. Os outros sindicatos atenderam à convocação, e em 4 maio estava definitivamente constituída uma Comissão executiva permanente dos sindicatos. Apesar do pouco tempo da experiência, a operação obteve resultados importantes. Uma dezena de fábricas confiscadas, sobretudo as que interessavam à defesa militar, recuperação de armas, fabricação de cartuchos e balas de canhão. Cinco empresas haviam feito o recenseamento das fábricas antes da confiscação. A Comuna tinha igualmente à sua disposição, os estabelecimentos industriais pertencentes ao Estado, Moeda, Impressora Nacional, Manutenção, Manufaturas de Tabacos, algumas empresas de armas e, tinha confiado sua gestão a seus trabalhadores.

O que freiou os sindicatos foi sua desorganização consecutiva à repressão do fim do Império, e com o cerco de Paris. Restaram apenas 3 sindicatos fortes, metalúrgicos, alfaiates e sapateiros.

O sindicato dos metalúrgicos (um dos mais influentes e numerosos, com 5 ou 6.000 filiados) controlava 20 fábricas de recuperação e de fabricação de armas, uma por bairro, em que a mais importante era a das oficinas Louvre. Um de seus membros, Avrial, Diretor do material na Comissão de Guerra e membro da Comuna, era muito ativo no sindicato. As vésperas da derrota, os metalúrgicos tentaram tomar uma das maiores fábricas metalúrgicas da capital, a fábrica Barriquand, que tinha conhecido durante o Império greves violentas. Em torno de um sólido núcleo de fábricas, algumas com mais de 100 trabalhadores, que os metalúrgicos pensavam conquistar o controle da produção.

Os alfaiates obtiveram da Comuna a preferência sobre as empresas privadas. Em maio, tinham o monopólio da "vestimenta" da Guarda Nacional para suas fábricas.

Os sapateiros não tiveram a mesma oportunidade: Godilot detinha o monopólio da fabricação de calçados para Comuna, o que impediu o confisco de sua empresa, mas gerou protestos violentos na categoria.

As outras categorias eram menos ativas e menores, exceto, a siderurgia, os gráficos, serralheiros, etc. A Comuna foi um momento de intensa retomada sindical, com o apoio da Comissão do Trabalho e Trocas. Organizaram-se, sempre com o fim de confiscar e gerir a produção: papeleiros, cozinheiros, etc. Inclusive os garçons de café e os porteiros de edifícios."

A Gestão Operária

Ainda Rougerie: "nas fábricas socializadas reinava a mais estrita gestão operária". Eis o regulamento interno dos operários da fábrica de armas do Louvre (onde houve uma disputa com um diretor autoritário nomeado pela Comuna).

Art. 1. A fábrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado para direção será eleito pelos operários reunidos, e revogável toda vez que não cumprir seu dever.

Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis pelos seus atos e mesmo revogáveis.

Art. 6. Um Conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5 horas, 1/2 de releve, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, pelo chefe de setor ou pelos operários delegados.

Art. 7. O Conselho se compõe do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor eleito como delegado.

Art. 8. Os delegados são renováveis a cada 15 dias. A renovação será feita pela metade, a cada 8 dias, e por função.

Art. 9. Os delegados deverão prestar contas aos operários; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações.

Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos às vagas poderão ser apresentados por todos os operários. O Conselho será o único a fazer a avaliação.

Art. 14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do Conselho, com um relatório do chefe da empresa.

Art. 15. A duração da jornada é fixada em 10 horas."

Diante do Programa da Comuna, recorremos a visão de Elleinstein de que, "Mais que as medidas concretas tomadas pela Comuna, são as tendências gerais do movimento que importa de olhar". Mais as intenções dos atores do que suas ações, pois tiveram pouco tempo, numa conjuntura de guerra, para concretizar seu Programa.

Os 13 pontos do Programa da Comuna que apresentamos, foram adaptados para discussão em atividades de formação política da CUT e do PT.

PROCLAMAÇÃO AO POVO TRABALHADOR

Em 28 de março, a Comuna de Paris foi proclamada em uma memorável atmosfera de entusiasmo e mobilização popular. A imprensa revolucionária acentua o carretar de festa do evento.

O jornal "Le cri du Peuple", de 30 de março de 1871, conclama:

"A Comuna foi proclamada. Os batalhões que, espontaneamente, marcharam pelas ruas, cais, bulevares soam no canto a fanfarra da trombeta, fazendo ribombar o eco e bater os corações com o bater do tambor, vieram aclamar e saudar a Comuna, dar-lhe a promulgação soberana da grande parada cívica que desafia Versalhes, rindo, armas nas costas, em direção aos faubourgs, impregnando de rumores a grande cidade".

"A Comuna foi proclamada. Hoje é a festa nupcial da idéia e da Revolução".

"Amanhã, cidadão-soldado, para fecundar a Comuna aclamada e abraçada a vigilância, necessitará retomar, sempre fieis, agora libertos, o próprio posto na fábrica".

"Após a poesia do triunfo, a prosa do trabalho".

"O povo trabalhador de Paris e seus arredores proclama a fundação da COMUNA DE PARIS. Os delegados dos conselhos de bairro constituídos em Assembléia da Comuna, único poder soberano, decretam:

Artigo I:

As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como, comando da polícia, governo civil, câmaras e conselho municipal. E, as suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras, juízes de paz, tribunais, etc são igualmente dissolvidos.

Artigo II:

A Comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais:

- ✓ a gestão popular de todos os meios da vida coletiva;
- ✓ a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos.

Artigo III:

O poder é exercido, no âmbito dos princípios a seguir indicados em pormenor, pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores e legíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade.

Artigo IV:

Sobre o problema da **HABITAÇÃO** tomam-se as seguintes medidas:

- ✓ expropriação geral dos solos e sua comunização, requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente;
- ✓ são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral;
- ✓ os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o seu caráter trabalhador e popular.

Artigo V:

Sobre os **TRANSPORTES** tomam-se as medidas seguintes:

- ✓ "metrô", os autocarros, os trens suburbanos e outros meios de transportes públicos são gratuitos e de livre utilização;
- ✓ uso de viaturas particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção das viaturas de bombeiros, ambulâncias e de serviço em domicílio;
- ✓ a Comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e seus arredores.

Artigo VI:

Sobre os **SERVIÇOS SOCIAIS** tomam-se as seguintes medidas:

- ✓ todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e são geridos em condições paritárias pelos habitantes de bairro e pelos trabalhadores destes serviços;
- ✓ as visitas médicas, consultas, assistência médica e medicamentos são gratuitos.

Artigo VII:

A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua ação se baseia nos seguintes princípios:

- ✓ dissolução da polícia municipal, dita polícia parisiense;
- ✓ dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atração e de divertimento para crianças de todas as idades;

- ✓ em cada bairro de Paris é criada uma MILÍCIA POPULAR composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro;

- ✓ são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa, etc

- ✓ Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas idéias e ações.

Artigo VIII:

Sobre o **URBANISMO** de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as decisões seguintes:

- ✓ proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos, etc;

- ✓ criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez do "urbanismo do automóvel" levou a solidão, a desolação e ao inabitável;

- ✓ uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da eletricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX:

Sobre a **PRODUÇÃO**, a Comuna proclama que:

- ✓ todas as empresas privadas (fábricas, grandes armazéns, etc) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade;

- ✓ os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação, etc) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais;

- ✓ todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho, distribuição de tarefas;

- ✓ fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho;

- ✓ a nova organização da produção tenderá para assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas "profissionais". Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista, psicotécnico e fiscal.

Artigo X:

Os trabalhadores com mais de 55 anos, que desejem reduzir ou suspender a sua atividade profissional, têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI:

É abolida a **ESCOLA** "velha". As crianças devem se sentir como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única função é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças

decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho, e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII:

A submissão das crianças e da **MULHER** à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do Chefe, morreu.

- O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer.
- Portanto, a propriedade privada é abolida.
- A Comuna proclama a liberdade de nascimento, o direito de informações sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito a anti-concepção.
- As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida.

Artigo XIII:

A Comuna decreta: todos os **BENS DE CONSUMO**, cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.

BIBLIOGRAFIA

* Elleinstein, Jean= Reflexions sur la Commune de 1871.Julliard,1971.

- Marx,Engels,Lenine= Sur la Commune de Paris.éditions du Progres.Moscou,1971
- Marx , K.= La guerre civile en France. éditions sociales,1975
- Trotsky e outros=A Comuna de Paris.Laemmert,1968
- Mancini, Vittorio. La Comune di Parigi,storia della prima revoluzione proletaria.Savelli,1975
- Andrieu, Jules= Notes pour servir à l''histoire de la Commune de Paris de 1871. Spartacus, août/septembre 1984
- Rimbert, Pierre = La Revolution Communaliste de Paris 1871,Faits et Documents.Spartacus,octobre 1971
- La Commune de Paris. Par Michel Winock.Formation CFDT,1971
- Les Communards.J.P.Azema et M. Winock.éditions du Seuil,1964
- Procés des Communards.presentés par Jacques Rougerie.Collection Archives,Gallimard,1978
- Lissagaray, P.Olivier= Histoire de la Commune de 1871.PCM,1983.
- La Commune de Paris.Revue Autogestion et Socialisme.cahier n. 15.mars 1971
- Nascimento, Claudio= A Questão do Socialismo, da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk. Cedac,1986
- Nascimento, Claudio= As Lutas Operárias Autônomas e Autogestionarias.Cedac,1986
- Nascimento, Claudio. Autogestão e Economia Solidaria.Temporaes,revista do FFLCH/USP,1999.
- Fernandes Dias, Jose - A Comuna de Paris,1871.[breve nota historica]. Em,Socialismo Autogestionário.Cedac/FNT,1978.
- A Comuna/teatro.República Popular Moçambique,1979
- Os Dias da Comuna/teatro.B.Brecht.editorial Caminhos,Porto,1981
- La Comuna de Paris/topoteca. El Viejo Topo,12/sep. 1977
- Riviale, Philippe= La ballade du temps passé,guerre et insrrection de Babeuf à la commune.édithions anthropos,1977
- Rougerie, Jacques=Paris libre,1871.Le seuil,1971

* Bookchin,Murray=The third revolution,popular movements in the revolutionary era.Volume 2.Cassel,1998

- Noel, Bernard= Dicitionnaire de la Comunne [2 tomes.] Flamarion,1978.

- James,CLR= They shouwed the way to labor emancipation. On Karl Marx and the 75th aniversary of the Paris Commune.In, Labor Action,18.03.1946
- Bert,Abdreas= La Liga de los Comunistas.Ediciones de cultura popular.1977
- Arru,Angiolina= Clase y partido en la 1ª Internacional[el debate sobre la organizacion entre Marx,Bakunin y Blanqui-1871-1872.Comunicacion,Madrid,1974
- Duclos,Jacques= Bakunin y Marx.Biografias Grandesa.Ed.Grijalbo,1979
- Carr,E.H.= Michael Bakunin.Biografias Grandesa.Ed.Grijalbo,1970
- Bakounine. La Rue, Revue culturelle et literaire d' expression anhrchiste numero 22.Edité par le groupe libertaire .Louise Michel.aris,1976
- M.Bakounine.Federalisme,Socialisme ,Antitheologisme.Editions l"age d' Homme.Montreux,1971.
- Michel, Louise= Mis recuerdos de la Comuna.siglo veintiuno,1973
- Bancal,Jean= Proudhon,Pluralisme et Autogestion [2 tomes].Aubier-Montaigne,1970
- Autogestion et Socialisme.Les Anarchistes et l' autogestion.numero 18-19,1972
- Bourdet,Yvon et Guillerm,Alain= Clefs pour l" Autogestion.Seghers,1977
- Bourdet,Yvon= La Delivrance de Prométhée.pou une theorie politique de l' autogestion.Ed.Anthropos,paris 1970
- Bourdet,Yvon= Poue l"Autogestion.Ed.Anthropos,Paris 1974
- Guillerm,Alain= L'Autogestion géneralisée.C.Burgois Editeur.Paris 1979.
- Autogestion et Socialisme.Charles Fourier.numero 20-21/1972
- Autogestion et Socialisme. La Commune de Paris.cahier n. 15,mars 1971
- J.Rougerie,G.Haupt.Bibiographie de la Commune de 1871.Le Mouvement Social,n.37-1962
- Bourgin,G.= La Commune,1870-1871.Les Editions nationales,1939
- Esquisse D'une histoire de la Commune de Paris [1871].par Gabriel Pioro.Editions Sociales,1971
- Le monde autour de 1871.La Commune de Paris.Larousse, 1971
- Bruhhat,J.,Dautry J.,Tersen E.= La Commune de 1871.Ed.Sociales,1960
- Pelo Socialismo Autogestionario.Edições base.Lisboa 1979
- Bernardo,João.Para uma teoria do modo de produção comunista.Afrontamento,1975
- Mandel,Ernst= Controle ouvrier,conseils ouvriers,autogestion (Anthologie ,3 tomes).FM,Paris 1970
- Mandel , Ernst= da Comuna a maio de 68.Escritos Politicos 1.antidoto,Lisboa,1979

- .Self-Governing Socialism.A Reader.Volume One. Historical Develepment Social and Political Philosophy.IASP,New York,1975.
- Bernstein,Samuel= Storia del socialismo in Francia.Dall' Iluminismo alla Comune[volume due] Editori Riuniti,1963
- Louis, Paul= Histoire Du Socialisme en France.de la Revolution a nos jours,1789-1936.Marcel Riviere,1936
- Mólnar,Miklos= El declive de la Primera Internacional.Edicusa,Madrid,1974
- Kriegel, Annie= Las Internacionales Obreras.Ed.martinez Roca,1977
- Nin,Andreu= Las Organizaciones Obreras Internacionales.editorial Fontamara,1978
- Policarpo,Helena=Dossier Comuna de Paris. Revista Autonomia Sindical / base-fut,Lisboa,1981
- Kriegel, Annie= Le Pain et les Roses.jalons pour une histoire des socialismes.PUF.1968
- Haupt,G.= El historiador y el movimiento social.siglo veintiuno,1986
- Dolleans, ´Edouard= Histoire du Mouvement Ouvrier [t.1 de 1830-1871/ t.2 de 1871-1920].Armand Colin.1967
- La Premiére Internationale.par Christian Labrande.UGE,Paris,1976
- La Primeira Internacional. [2 Tomos].Editorial Fundamentos1977
- Le Internazionali Operaie.Documenti Della Storia,3.Loescher Editore,Torino,1983
- Rosal,Amaro del= Los Congresos Obreros Internacionales en el siglo XIX.grijalbo,1975
- Lefranc, Georges= Le Mouvement Socialiste sous la troisieme republique[1875-1940].Payot,1963
- Varlin,Practica Militante y Escritos de un Obrero Comunero. Ed.Zero,Bilbao,1977

AS LUTAS OPERÁRIAS PELA AUTOGESTÃO

As experiências da autogestão nascem da conjugação de conjunturas especificas e de algumas idéias , que constituem o que podemos chamar de “espírito da época”, uma “constelação cultural’ provinda de tempos não-sincrônicos e de uma pluralidade de fontes.

A história destas experiencias exige uma visão mais ampla em relação as lutas operárias e sindicais que ocorreram em vários países. Na verdade, todo um “ciclo de longa duração”.

Os Ciclos de lutas autogestionárias

João Bernardo em sua obra “Economia dos conflitos sociais” (escrita nos anos 1987-89 e publicada em 1991) ,elaborou uma cronologia na qual podemos situar o ‘arco temporal’ que nos facilita a contextualização.

Bernardo, fazendo uso de uma conceituação própria, nos fala de “Ciclos longos da mais-valia relativa” em contraposição aos “ciclos curtos de mais-valia relativa”. Estes últimos se caracterizam pela quotidiana assimilação das reivindicações e pressões dos trabalhadores, e, a degenerescência das formas de organização da luta autônoma. Já os ciclos longos se caracterizam pela ascensão de formas autônomas de luta dos trabalhadores.

Bernardo caracteriza: “a fase de ascensão de formas autônomas de luta marca o início de um ciclo longo de mais-valia relativa. Os repetidos colapsos constituem, por si mesmos, o quadro em que essas formas degeneram-se e são assimiladas pelo capitalismo, criando-se progressivamente mecanismos que permitem a assimilação cada vez mais fácil e rápida das lutas do mesmo tipo que venham a desencadear-se. Esta é a segunda fase. Quanto mais solidamente a fase de assimilação parece estar implantada, mais começam, porém, a difundir-se novos tipos de luta autônoma, cuja recuperação é inviável no interior dos mecanismos já constituídos. A generalização destes novos tipos de luta marca o início da primeira fase do ciclo seguinte”. Bernardo acrescenta: “Em termos muito genéricos, a fase que considero de ascensão de um dado tipo de luta autônoma corresponde às fases de recessão e depressão, sobrepondo-se à fase de assimilação plena às fases de recuperação e prosperidade”.

“Na cronologia que proponho, deixo numa data incerta da abertura do primeiro ciclo, começando a fase de assimilação em torno do ano de 1848, para se esgotar nos meados da década de 1860, quando se passou ao segundo ciclo longo. Neste, a ascensão de novos tipos de luta autônoma processou-se até o princípio da década de 1870, iniciando-se a sua assimilação desde os meados dessa década até 1916 ou 1917. De 1917 até meados da década de 30, teve lugar um surto ascensional de lutas autônomas, que foi plenamente assimilado desde então até os anos iniciais da década de 60. Com o começo dessa década inaugurou-se o quarto dos ciclos longos, cuja fase de ascensão das formas autônomas de luta julgo ter em geral ocorrido até meados da década de 70, por vezes, mesmo tocando os anos iniciais da década de 80, parecendo-me que entrou já na fase de assimilação plena”. Portanto, resumidamente:

1ª. Abertura do primeiro ciclo: possivelmente 1830

- ✓ Fase de assimilação: 1848 até 1864

2ª. Abertura segundo ciclo: 1870

- ✓ Fase de assimilação: 1875 até 1916-1917

3ª. Abertura terceiro ciclo: 1917

- ✓ Fase de Assimilação: 1930 até 1960

4ª. Abertura quarto ciclo: 1960 até 1975 e, mesmo 1980 até 1981

- ✓ Fase de assimilação: 1982 até ....

Bernardo caracteriza o movimento dos trabalhadores na Polônia, dentro deste contexto: ”desde meados de 1980 até o final de 1981 agitou a totalidade da classe trabalhadora na Polônia e que coroou esta fase de ascensão como sendo a fase de ascensão da autonomia, ao mesmo tempo que parece ter constituído por agora (1989), o seu último período”.

Bernardo especifica os ciclos e caracteriza as lutas exatamente do período que cobre os anos 60 e 70.

Segundo Bernardo, “Cada segunda fase de um ciclo longo, pelas mesmas razões por que constitui a assimilação das formas autônomas ocorridas na fase anterior, inaugura um novo quadro de conflitos”.

Assim: “A partir dos inícios da década de 60, generalizaram-se greves sugestivamente apelidadas de selvagens, quer dizer, exteriores aos sindicatos oficiais, alheias aos mecanismos instituídos de recuperação dos conflitos. Com este movimento, inaugurou-se a primeira fase do quarto ciclo longo. Já na década de 50, vinham realizando-se greves, tanto na esfera norte-americana como na soviética, em que as burocracias sindicais eram completamente ultrapassadas, mas foi apenas a partir dos primeiros anos da década seguinte (60) que assumiram dimensões tais e uma tão ampla difusão que permitem defini-las como integrando um novo ciclo. Este movimento obedeceu a um crescimento até conhecer, na FRANÇA, em princípios de 1967, uma etapa nova, com a ocupação de uma empresa por mais de dez mil trabalhadores. Pouco mais de um ano depois, cerca de dez milhões de grevistas paralisavam o capitalismo na FRANÇA, muito para além de quaisquer palavras de ordem das centrais sindicais, e cerca de cem empresas foram então ocupadas. A partir do final de 1968, porém, esboçaram-se na ITÁLIA ocupações que incluíam formas de organização da produção e a partir de 1973 este tipo de movimento atingiu um estágio superior, com célebres experiências na FRANÇA e, mais generalizadamente, em PORTUGAL de 1974 a 1975”.

Sobre o período iniciado no pós Guerra,

Entretanto, antes de entrarmos nestas lutas, vejamos como Ernst Mandel, em um ensaio intitulado “A explicação Marxista dos ciclos 1971-1975 e 1976-1982”, pode nos acrescentar mais elementos. (vide: “Dinamiche Della Crisi Mondiale” Editori Riuniti - 1988).

Para Mandel, “Se desejamos aplicar a teoria geral da crise a explicação dos ciclos 1971-1975 e 1976-1982, e mais precisamente as origens da recessão generalizada do 1974-1975 e do 1980-1982 e os períodos imediatamente sucessivos, devemos levar em conta elementos particulares que derivam da situação e da contradição específica da economia capitalista internacional nos inícios dos anos 70. Esta recessão, e em conjunto, a retomada que lhe seguiu e que dão ao período 1974-1982 um caráter de clara depressão, devem ser vista como o ponto de convergência de 5 crises de tipo diverso. Destacamos o ponto 4, pois, traz mais elementos em relação à França e, de outros países da Europa, explicitando mais claramente os ciclos de lutas autônomas dos trabalhadores. Assim:

1. Uma crise clássica de superprodução;
2. A combinação da crise clássica de superprodução com o renascimento da ‘onda longa’ que, no fim dos anos 60, parou de funcionar em sentido expansivo;
3. Uma nova fase da crise do sistema imperialista;
4. Uma crise social e política agravada nos paises imperialistas, que nasce de um lado da conjuntura entre a depressão econômica e um “CICLO ASCENDENTE DA LUTA OPERÁRIA”, da combatividade e da participação dos trabalhadores em toda uma série de países imperialistas e da reação provocada pela tentativa da burguesia imperialista para impor aos trabalhadores o fardo da crise e da redistribuição mundial da ‘mais-valia’ (tabela 1).
5. A combinação destas 4 crises com a crise estrutural da sociedade burguesa que atua em profundidade por mais de um decênio e acentua a ‘crise de todas as relações sociais burguesas’ e, em particular, ’a crise das relações de produção capitalistas’.

Tabela 1 - Evolução das ações de greves (média anual)

Ano	RFA	Inglaterra	USA	Japão	França	Itália
1951-55	2.468		205	658	1.415	2.343
1956-60	1.710		68	771	1.414	1.685
1961-65	1.362		186	1.512	2.102	2.971
1966-70	2.563		111	1.393	3.755	4.044
1971	3.280	1.896	536	1.171	3.235	3.981
1972	1.714	1.544	23	1.722	2.721	4.405
1973	2.251	2.232	185	1.513	2.342	8.081
1974	2.700	8.500	250	1.601		8.464

(nº de grevistas em milhares)

Tabela 2 - Dias de greves (média anual em milhares)

Ano	RFA	Inglaterra	USA	Japão	França	Itália
1951-55	32.220		1.193	2.382	3.894	4.974
1956-60	32.320		707	4.446	1.980	5.581
1961-65	27.300		486	2.562	2.794	13.017
1966-70	45.166		157	5.540	32.138	17.676
1971	47.592	5.777	4.484	13.552	4.392	14.799
1972	23.918	3.871	66	23.909	3.912	19.497
1973	27.949	4.210	563	7.200	3.915	20.400
1974	48.505	9.684	1.051	14.740	3.380	16.747

Podemos periodizar em 5 etapas as lutas pela autogestão:

1. os pioneiros e o cooperativismo com base na autogestão, no século 19, a insurreição da Comuna de Paris em 1870, iniciando o momento de ascensão do segundo ciclo;
2. o período iniciado com o fim da 1ª Guerra mundial e a revolução na Rússia em 1917, até o fim da 2ª Guerra mundial;
3. o período iniciado com o pós Guerra;
4. o período que começa nos anos 60 até 1982;
5. um novo período iniciado em novas condições estruturais do capitalismo globalizado, na década de 90.

No caso do Brasil, a década de 80 será um momento marcado por lutas populares e operarias que permitiram a emergência de praticas autogestionárias. De início, o movimento operário-sindical, a partir das grandes greves de 1978, retoma as experiências das greves de 1968, com a presença de comissões de fabrica,comitês de trabalhadores, entretanto,com uma grande diferença:ser um movimento de massas ,em uma conjuntura de retomada de um Ciclo de Ascenso das lutas populares , numa conjuntura critica do ponto de vista da economia. O Ciclo anterior deste tipo, iniciado em nos anos 50, que teve seu auge nos primeiros anos da década de 60, foi encerrado com o Golpe militar em 1964. Este novo ciclo de Ascenso iria até 1989.

Todavia, as experiências da Economia Solidária apenas viriam à tona na década de 90, quando da experiência tardia do neoliberalismo no Brasil. A própria experiência da Usina Catende surge em 1993-95, numa conjuntura local, em Pernambuco, que lhe permitiu ser vitoriosa, pois, no resto do país, entravamos em um Ciclo de Descenso das lutas populares.

Das lutas pela autogestão na década de 80, poucas puderam se desenvolver, como por exemplo, a Coperminas em Criciúma.

Retomemos as experiências autogestionárias, de início na época da revolução Soviética.

1. A Revolução Soviética 1917

Na Rússia, em 1905, os "Soviets"(Conselhos) nasceram espontaneamente, como 'comissões de greve e de delegados operários', encarregados de organizar e orientar as greves ocorridas após a tentativa revolucionária de Petrogrado. O primeiro "Conselho" foi eleito em assembléia geral dos operários da cidade de IVANOV, e tinha objetivos puramente econômicos. O Conselho de Petrogrado (capital da Rússia) foi eleito por 200.000 operários, composto com base territorial (bairro) e industrial (fábrica), abrangia 226 delegados operários eleitos por 96 fábricas e 5 sindicatos, mais 3 delegados eleitos de cada um dos partidos socialistas: Bolchevique, Menchevique e Socialista revolucionário.

O Conselho de Petrogrado tinha sua própria imprensa, o "IZVESTIA" ("Notícias"). Os 200.000 trabalhadores do Conselho de Petrogrado reuniam-se todos os dias para confirmar ou revogar seus delegados eleitos, para decidir sobre as medidas econômicas e a linha política.

Os Comitês de Fábrica

Em 1917, os Conselhos surgiram outra vez. Desta vez, paralelamente, foram organizados os "Comitês de fábrica", organizados segundo os mesmos princípios dos Conselhos. Múltiplas instancias de poder surgiram nas lutas dos trabalhadores, todos com o nome de "Conselho" ("Soviet"): no mundo operário, nas cidades, os mais importantes foram os "Conselhos dos Comitês de Fábrica", emanados dos vários comitês de fábrica, e, os "Conselhos dos Comitês de Bairro, emanação dos 'comitês de bairro'.

Estas instituições surgem como expressão do 'poder popular', paralelamente aos partidos políticos, aos sindicatos e às cooperativas. Em geral, os Conselhos ("Soviets") tinham a seguinte estrutura:

- ✓ uma Assembléia geral
- ✓ um Presidium
- ✓ um Comitê executivo
- ✓ Seções (operários, soldados, camponeses)
- ✓ -Comissões

Os primeiros trabalhadores que tomaram posse de armas foram os manifestantes que ocuparam o "ARSENAL". O Conselho de Petrogrado lançou um apelo para que todos os operários formassem milícias para defender a revolução. As milícias se organizavam a partir das fábricas. Foi formada uma milícia urbana composta, sobretudo, por estudantes revolucionários. As milícias operárias atuavam nos bairros da periferia e, a milícia municipal, no centro de Petrogrado. Em cada fábrica, elegia-se 100 homens para cada grupo de 1.000 operários. Estes operários recebiam 1 salário médio. A idade de 18 anos foi fixada como base para se entrar nas milícias e, as mulheres participavam.

Os milicianos eram escolhidos por "comitês de fábrica", através de uma lista de inscrição. As várias listas aprovadas eram submetidas ao Comitê Executivo do Conselho dos deputados operários.

Havia convergência entre as aspirações da classe operária e o programa dos Bolcheviques e Mencheviques, sobretudo, por melhores condições de vida (salário, segurança, etc). Contudo, estes Partidos de esquerda não traziam em seus Programas a questão do estatuto dos trabalhadores nas fábricas. Assim, os operários se identificavam com outras instituições: Comitês de fábrica, Comitês de bairro, Guarda vermelha.

Com os Sindicatos pouco organizados e os Partidos pouco representativos, sobravam os Comitês de fábrica como "correia de transmissão" entre o Conselho e a massa operária. Os Comitês de fábrica eram eleitos nas fábricas, no contato cotidiano e direto com os trabalhadores, tomavam suas decisões sob o controle da Assembléia geral dos Trabalhadores.

Ao passo que a Rússia se cobria de Conselhos e, surgiam em todos os locais comitês de fábrica, o Governo provisório estava paralizado. A classe operária punha-se em greve, respondida com "lock-out" pelos patrões; ocorriam seqüestros de patrões, ocupações de fábricas. Assim, os trabalhadores começaram a gerir estas empresas; nasce a autogestão, sobretudo nas pequenas e médias empresas, mais fáceis de serem geridas. Os Comitês de fábrica eram apoiados pelos Comitês de bairro.

Os Comitês de fábrica decidiram se federar horizontalmente, em nível da capital, para conduzir uma política comum frente aos patrões. Foi realizada uma Confêrencia dos Comitês de fábrica, em Petrogrado, por iniciativa das fábricas de armas. Em seguida, em menos de um mês, 367 fábricas organizaram suas Conferências em toda a capital russa.

Por este fenômeno de expansão horizontal, semelhante ao dos Comitês de fábrica, os bairros organizaram também uma Conferência inter-bairros.

A burocratização das organizações dos trabalhadores

Nas primeiras etapas da revolução soviética, a ofensiva contra os Comitês de fábrica, partiu dos Sindicatos que temiam a organização dentro das fábricas pelos comitês. Assim como os Bolcheviques, eles eram maioria nos Sindicatos, após outubro, e desempenharam um papel de arbitragem entre os Sindicatos e os comitês de fábrica.

No decreto sobre "O Controle Operário", em novembro de 1917, o Partido Bolchevique colocou os comitês de fábrica na dependência dos Sindicatos. O 1º Congresso dos Sindicatos, em janeiro de 1918, tentou esvaziar a atividade dos comitês na gestão das fábricas. Com a formação de um "Conselho da Economia Nacional", iniciou-se o fenômeno de "captura burocrática" das organizações operárias, com o objetivo de absorver os comitês de fábricas, e, em seguida, a absorção dos sindicatos pelas estruturas burocráticas dos Ministérios do Estado.

As Milícias operárias também sofreram o mesmo processo desde quando as inscrições passaram a ser feitas pelos Sindicatos e não mais nos Comitês de fábrica.

Os Conselhos ("Soviets") apresentavam 3 características fundamentais:

1. de massa, conjugando o pluralismo e harmonizando os vários interesses presentes na classe operária;
2. de classe (operária), fundamento e justificativa histórica de uma organização social alternativa à sociedade capitalista;
3. de base, toda a sua estrutura se organizava da base para a cúpula e da periferia para o centro.

Os únicos órgãos que se engajaram na prática da autogestão foram os comitês de fábrica, combatidos pelos Partidos de esquerda e, em seguida, submetidos ao controle dos Sindicatos (estes, por sua vez, submetidos ao aparato estatal).

A eliminação burocrática destes Comitês de fábrica foi um dos elementos da subordinação generalizada das formas de "democracia direta" às estruturas representativas ("Conselhos-Soviets de deputados"), esvaziadas de todo poder real pelo Estado.

Os Conselhos na Revolução soviética não tiveram, no essencial, um papel de gestão direta. Os Conselhos de deputados operários e soldados, foram dirigidos pelos representantes dos partidos socialistas, aos quais as assembléias delegavam poder. Enquanto "parlamentos operários", eles exerciam as funções de controle sobre os patrões e o Governo provisório e, em seguida, sobre as instituições centrais do "Estado Operário", que concentravam as decisões econômicas e políticas.

Além dos Conselhos de deputados e dos partidos de esquerda, a "República dos Conselhos" incluía, no seu início, os Conselhos de "comitês de fábrica", "milícia operária e urbana", "comitês de bairro", os sindicatos, as cooperativas, os movimentos de jovens e mulheres. O conjunto destas forças foi reduzido a uma pirâmide estruturada e dominada pelo aparato do Estado.

Essa dinâmica regressiva, através da qual uma burocracia sui generis se cristalizou e se organizou no poder, foi determinada em parte pelo atraso material e cultural da Rússia, acelerada pela Guerra civil e pela intervenção imperialista e, sem duvidas, agravada pelas lacunas e os limites do movimento revolucionário da época, engajado pela primeira vez em uma experiência de transição socialista.

O funcionamento e a prática dos Conselhos/Soviets, renovaram a experiência da Comuna de Paris. A substância e a dinâmica dos dois movimentos (Soviets e Comuna) foi a mesma: Autonomia, Autogestão, Auto-emancipação dos Trabalhadores.

Gurvitch participou da constituição de conselhos operários revolucionários em 1917. No Colóquio realizado em Bruxelas em homenagem a Proudhon, Gurvitch fez seu depoimento:

"A França, portanto, não é o único país em que os problemas do sindicalismo revolucionário foram postos. Penso em particular em um outro país, de onde sou originário, a Rússia, e onde estes problemas tomaram forma desde 1905 com a criação dos primeiros conselhos operários. Eles surgiram uma segunda vez sob o governo provisório de Kerensky, e uma terceira vez sob o governo soviético e eu posso testemunhar da extraordinária penetração das idéias de Phoudhon, tanto entre os intelectuais russos quanto nos sindicatos operários russos. De minha parte, não foi na França, mas na Rússia, que eu me tornei proudhoniano, e se eu vim para França, foi para aprofundar meu conhecimento de Proudhon. Eu porto, portanto, um testemunho pessoal direto: os primeiros soviets russos foram organizados pelos proudhonianos, proudhonianos que vinham dos elementos de esquerda do partido socialista revolucionário ou da ala esquerda da social-democracia russa. Não foi em Marx que eles tomaram a idéia da revolução pelos soviets de base, pois é uma idéia essencialmente, exclusivamente proudhoniana. Como eu sou um dos organizadores dos soviets russos de 1917, posso falar com conhecimento de causa. Recordo-me dos primeiros soviets organizados na fábrica de Poutilov antes da chegada ao poder dos comunistas e testemunho que os seus organizadores estavam tomados, como aqueles que se organizaram das idéias proudhonianas. A um ponto tal, que Lenine não pode evitar esta influencia. Acreditem-me, Sorel não pode servir de intermediário! Foi uma influencia proudhoniana direta que vinha dos distintos meios revolucionários russos. Em seus primeiros discursos Lenine tinha proclamado que uma planificação, que uma revolução social não são possíveis que se fundadas em uma representação direta dos operários na base. E posso mesmo revelar um segredo: que o programa do partido comunista , o segundo programa absolutamente incontrável – vocês podem procurá-lo em toda a Rússia, procurar em todas as livrarias da França, a menos que tenham comprado em maio de 1917, vocês não vão encontrá-lo – este segundo programa do qual não sei se todos os exemplares foram queimados ou eliminados, o que posso lhes dizer, é que ele reproduzia como pontos principais as próprias palavras de Lenine: nenhuma revolução, nenhuma planificação coletiva não é possível sem uma participação direta dos soviets de base e de seus representantes. Vocês podem ver que a idéia da autogestão operária está toda aí. O que não impediu Trostsky e Stalin, que nesta época eram os amigos, de pressionar Lenine no curso da guerra contra os "guardas brancos" e de conduzir à suprimir "temporariamente" – eu conheço muito bem o texto – os conselhos de base, sob pretexto que eles impediam uma produtividade crescente de armamento. A Rússia, notem bem, ficou neste paradoxo que é seu campesinato, sempre muito reservado frente ao governo comunista, que se beneficiou da democracia econômica (kolkhozes, sovkhoses), ao passo que seu proletariado, que domina oficialmente, não obteve ainda aquilo pelo qual tinha começado a revolução social: a autogestão operária".

2) A Comuna Spartacus, Berlim 1919

No final de 1915 e 1916, na Alemanha explodem em muitas cidades motins causados pela fome. Estes movimentos culminam numa onda de greves em 1917. No inicio de 1918, mais de 1 milhão de trabalhadores participam do movimento grevista, brutalmente reprimido; o Exército ocupa muitas fábricas.

Os operários em greve, criam novas formas de organização nas fabricas,pois não tinham apoio dos sindicatos existentes. Assim, surgem os Conselho Operários. Em janeiro de 1918,

forma-se o primeiro Conselho Operários da Grande Berlim,composto por delegados de diversas fabricas e,constituído segundo o Conselho de Petrogrado na Rússia. Em novembro deste ano, ocorre o motim dos marinheiros da cidade de Kiel; apoiado pelos operários dos arsenais, os marinheiros elegem um Conselho de operários e marinheiros, que toma o poder na cidade.Entre 4 e 9 novembro, os conselhos tomam o poder em todas as cidades. Berlim foi a última a resistir.

Estes Conselhos operários, surgidos em todas as cidades da Alemanha (cerca de 10 mil) tinham profundas similitudes com os Conselhos criados na revolução Soviética.

Em 9 de novembro, eclode a revolução em Berlim, preparada pela organização ilegal dos "Delegados revolucionários de fábricas", criada após as greves de janeiro. Grandes massas operárias abandonam as fábricas e os bairros indo em direção ao centro de Berlim. A polícia foge, os quartéis são abertos, libertando-se todos os presos. É proclamada a "República Alemã"; é formado um Conselho de Comissário do Povo; o poder político permanece em mãos dos Conselhos de Operários e Soldados.

Em 12 de novembro, há a implantação da "jornada de trabalho" de 8 horas. Em dezembro, ocorrem as primeiras ações da "Liga Spartacus", dirigida por Rosa Luxemburgo; de 16 a 21 de dezembro realiza-se o 1º Congresso dos Conselhos de Operários e Soldados, composto por 489 delegados.

A "Liga Spartacus" define seus objetivos em panfleto de 1918: "a massa proletária está chamada, não somente a marcar com claros conhecimentos os objetivos e a orientação da revolução. Deve também, por si mesma, pôr sua própria ação, pôr em marcha o socialismo, dar-lhe vida".

A essência da sociedade socialista consiste em que a grande massa de trabalhadores deixe de ser uma massa dirigida para transformar-se em uma massa que vive por si mesma a vida em toda sua plenitude política e econômica, com base na autodeterminação.

Somente uma recíproca influência permanente viva entre as massas populares e seus órgãos, os Conselhos Operários e Soldados, pode assegurar a evolução da sociedade em um espírito socialista.

Em luta encarniçada contra o capital, corpo a corpo, fábrica por fábrica, na pressão direta das massas, mediante a greve, mediante a construção de seus órgãos permanentes, os operários podem apropriar-se do controle da produção e, finalmente, tornar-se direção efetiva.

A socialização da sociedade, não pode ser alcançada por outra via, que não seja a luta infatigável das massas operárias. A libertação da classe operária deve ser obra da classe operária.

Medidas imediatas para proteção da revolução:

1. desarme da polícia, dos oficiais e dos soldados não-operários, e de todos os membros da classe dominante;
2. os Conselhos de Operários e Soldados devem se apropriar de todos os depósitos de armas e munições, e das fabricas de armamentos;
3. distribuição de armamento a toda a população operaria masculina e adulta, organizada como milícia operaria;formação de um 'guarda vermelha' formada por operários;
4. supressão do modo de chefes, oficiais e sub-oficiais; elegibilidade de todos os superiores pela tropa, que poderá revogá-los a qualquer momento; supressão da justiça militar;
5. exclusão de oficiais e indivíduos desertores de todos os Conselhos de Soldados;
6. supressão de todos os órgãos políticos e administrativos do antigo regime, que serão substituídos por homens de confiança dos Conselhos de Operários e Soldados;
7. criação de um tribunal revolucionário;

8. requisição imediata de todos os alimentos para assegurar a alimentação do povo;

Primeiras medidas políticas e sociais:

1. estabelecimento da republica Socialista unitária da Alemanha;
2. supressão de todos os parlamentos e conselhos municipais,cujas funções serão assumidas pelos Conselhos de Operários e Soldados e por comitês e órgãos que aqueles deleguem;
3. eleições de Conselho de Operários em toda a Alemanha por parte da população operaria de ambos os sexos,na cidade e no campo,sob a base da fabrica;direito dos operários e soldados de revogar a qualquer momento seus representantes;
4. eleição de delegados dos Conselhos de Operários e Soldados de toda a Alemanha para o Conselho Central dos Conselhos,em cujo seio será eleito um conselho executivo,como instancia suprema do poder legislativo e executivo;
5. reunião do Conselho central dos Conselhos pelo menos a cada três meses,com o fim de manter um constante controle da atividade do conselho executivo e estabelecer uma relação viva com as massas;
6. abolição de todos os privilégios de classe,ordens e títulos;igualdade completa dos sexos perante a lei e a sociedade;
7. introdução de leis sociais decisivas;redução da jornada de trabalho,ao máximo a 6 horas;
8. transformação imediata das condições de alimentação ,higiene e educação;

De 5 a 12 de janeiro de 1919, ocorreu a semana sangrenta de Berlim, os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknetch e o fim da insurreição dos Spartakistas, como também da “República dos Conselhos” na Baviera.

Em 3 de março ocorre uma greve geral em Berlim. Os grevistas reclamam o cumprimento de um programa com 6 pontos:

1. reconhecimento dos Conselhos de Operários e Soldados;
2. imediato cumprimento dos “Acordos de Hamburgo”;
3. libertação de todos os presos políticos;
4. formação de uma Guarda Operaria revolucionaria;
5. dissolução imediata de todos os corpos-francos (grupos contra-revolucionários);
6. imediatas relações com a Rússia revolucionaria.

Em resposta, o Governo decretou o “Estado de Sítio” com duração até 5 de dezembro. Os metalúrgicos de Berlim entraram em greve no 18 de agosto e só retomaram o trabalho em 11 de novembro.

3) A República dos Conselhos Operários da Hungria, 1919

Sob influencia e dentro da grande onda de lutas revolucionarias marcadas pela revolução Soviética, a Hungria em 1918-1919. O Conselho revolucionário e Administrativo da República Soviética da Hungria, promulgou o seguinte decreto,em março de 1919:

1. A Republica Soviética julga que a sua tarefa assumir os meios de produção, que passam a ser propriedade dos trabalhadores, organizar e incrementar a produção;

2. todas as empresas industriais e de transportes e todas as minas,em que o numero de trabalhadores seja superior a 20, dependem da administração estatal e ficam sob controle operário;

3. nas empresas mencionadas , os operários elegem o Soviet (Conselho) operário de controle;

Ainda em 1917, revolta-se a Frota estacionada em Cattaro;os marinheiros formam soviets de soldados;a repressão foi violenta.Em janeiro de 1918, surgem greves nas fabricas de munições em Budapest;em outubro, soviets de trabalhadores e soldados foram criados na capital e, rapidamente se expandiam às outras cidades.O Exercito húngaro, em guerra,se encontra em completo processo de dissolução; os soldados desertam em massa e,a cada dia,formam-se novos soviets que exigem a paz e a republica.

Várias manifestações de massa ocorrem; o poder fica nas mãos dos Soviets; em novembro,proclama-se a Republica.Bela Kun,líder revolucionário,regressa ao pais.O Partido Operário Comunista húngaro é fundado;os camponeses apossam-se de propriedades e fundam seus soviets. A repressão foi violenta; Bela Kun foi preso.Em fevereiro 1918,uma nova insurreição,dirigida pelos comunistas, é reprimida;varias regiões ficam sob controle dos Soviets;em março,o Conselho Operário da fabrica "WIEZ MANFRED",de Csepel (que desde novembro detinha o controle da produção),em nome de 20.000 trabalhadores,decide apoiar o Partido Comunista e marcha para capital. Firma-se um novo governo,com a presença de Bela Kun. Os Soviets controlam a capital.

Todavia, este novo governo apenas teve duração de 130 dias. Foi derrotado pelas forças invasoras (Exércitos da Romênia, da França e milicianos do almirante Horty). A repressão fuzila e enforca 9.000 e, para os campos de concentração são enviadas 30.000.

Em seu curto período de existência, a Republica dos Conselhos Operários realizou obras revolucionarias:

- ✓ pelo decreto numero 9, os Conselhos Operários ordenaram a socialização das fábricas,empregando mais de 20.000 trabalhadores;
- ✓ para resolver os problemas de abastecimento,foi socializado o comercio;todo o abastecimento com mais de 10 operários ficou sob o controle operário;
- ✓ o serviço de transporte foi nacionalizado;
- ✓ teatros, museus, etc foram nacionalizados e, a entrada passou a ser gratuita,com apresentação do 'talão sindical';
- ✓ o matrimônio passou a ser livre; o divórcio se fazia de forma unilateral e em 24 horas;
- ✓ legalizou-se o aborto;criaram-se centros educativos para as crianças;o ensino foi reformado.

4) Os Conselhos Operários de Turim, Itália 1919-1920

A experiência dos Conselhos Operários na Itália, ficou limitada a Turim, centro industrial onde existia uma concentração com 50.000 operários, dos quais 35.000 na FIAT. Em 1917, a classe operária de Turim tentou reviver a Comuna; a insurreição foi sufocada a ferro e fogo: 500 mortos e 200 feridos.

No final de 1919, os operários de Turim entram em greve para comemorar o 2º aniversário da revolução Soviética; Em março de 1920, várias fábricas são ocupadas em Milão e Turim; no Sul, camponeses ocupam terras dos grandes proprietários. Durante cerca de 2 anos, o chamado "Biênio vermelho" desenvolveu-se um processo de lutas muito violento; em agosto de 1920, o movimento atinge o auge: as greves se multiplicam, os patrões decretam 'lock-out' e tentam fechar as fabricas. Os trabalhadores ocupam as fabricas; são cerca de 500.000, organizados os em Conselhos.

Em informe ao Comitê executivo da "Internacional Comunista-Komintern", o líder revolucionário Antonio GRAMSCI, escreveu:

“A propaganda pelos conselhos de fábrica foi acolhida com entusiasmo pelas massas; em 6 meses foram constituídos conselhos de fábrica em todas as fábricas metalúrgicas o principio dos conselhos de fábrica e, de controle sobre a produção foi aprovado e aceito.”

O elemento característico da ocupação de fabricas em Turim, estava constituído pelo esforço dos operários para organizar, desde os primeiros dias, um sistema de gestão operária da metalurgia.

Em várias fábricas foram realizadas assembléias abertas; as ‘guardas vermelhas’, milícias operárias, cuidavam da vigilância. Entretanto, ao contrario dos Soviets russos e dos movimentos de conselhos na Alemanha e na Hungria, os conselhos de fábrica na Itália não chegaram a formular uma plataforma política própria, nem a estabelecer uma organização em nível nacional.

No aspecto militar, o movimento também estava sem preparação a altura do momento histórico: a FIAT, a mais bem preparada neste aspecto, só dispunha de 5 mil balas de metralhadora,o que dava ’10 minutos de fogo’.

A greve geral de agosto 1921 fracassou, inclusive em Turim; foi o inicio do refluxo; a desocupação das fabricas tornou-se um drama: só em Turim existia 30.000 desempregados.

A repressão foi violenta: em Nápoles, as fabricas foram evacuadas após uso de metralhadoras e de canhões. No Piemonte, após 1 mês de greve dos metalúrgicos e 10 dias de greve geral, os patrões triunfam e surgem os primeiros grupos fascistas financiados pelo patronato.

Este movimento dos conselhos na Itália marcou o fim da onda de ascensão no pós Guerra.

5) A Autogestão nas Coletividades Rurais,Espanha 1936-1939

A Espanha realizou sua revolução com cerca de 12 anos de atraso em relação as outras experiências dos Conselhos operários na Europa, e, em pleno período de contra-revolução mundial (ascensão do nazi-fascismo e consolidação do stalinismo). A experiência autogestionaria na Espanha, chama atenção pela sua duração (1936-39) e por sua extensão política e geográfica: ela ultrapassou o nível econômico e manteve-se durante 33 meses de guerra civil no pais, alcançando varias regiões.

Em seu estudo sobre a revolução espanhola, Pierre Broué traça um quadro preciso do movimento operário.

“O movimento operário espanhol era jovem, o proletariado estava unido ao mundo rural por muito laços e compartilhava com ele tradições e costumes,o temperamento rural provocava sentimentos de resignação e, ao mesmo tempo, brutais explosões revolucionarias. Só `a época da I internacional (1864) se constitui em todo o pais ,e como ela se dividiu rapidamente entre socialistas e libertários. Sem duvidas, os anarquistas – os ‘libertários’- tiveram uma influencia muito maior que nos paises industrializados da Europa ocidental.Em 1930, a divisão do movimento operário espanhol reproduzia a fragmentação que existia no inicio do século na França,entre um sindicalismo revolucionário combativo, partidário da ação direta,e um movimento socialista reformista e doutrinário”.

O desenvolvimento do movimento dos trabalhadores espanhóis, operários e camponeses, se realizou sob a direção quase exclusiva dos anarquistas; a primeira greve geral ocorreu na Catalunha em 1855;a primeira grande insurreição camponesa em Andaluzia ,com repartição das terras para mais de 10.000 camponeses em Granada,foi em 1863.

O movimento sindical tinha duas Centrais: a CNT foi fundada em 1919, com 755.000 trabalhadores; a UGT tinha 200.000 filiados. O Cooperativismo, entre 1931 e 1936 teve um desenvolvimento grande, sobretudo, na Catalunha:

No Congresso Nacional da Federação Nacional de Cooperativas,em 1935, havia 120.000 membros e 465 cooperativas. Em abril de 1936,apenas na Catalunha, existiam 205 cooperativas e 88.233 membros.

A estrutura econômico-social do pais apresentava as seguintes características:

Em 1932, a produção da indústria do aço era suficiente para satisfazer muitas Espanhas; a indústria têxtil catalã também tinha condições de suprir o mercado interno com a produção de apenas 4 meses. A indústria espanhola dependia do comércio internacional e a crise de 29 agravou a situação: as exportações e a produção caíram consideravelmente: em 1933 a exportação de ferro foi inferior 15% à de 1913, e sua produção foi de 2.000 toneladas em 1934, enquanto em 1929 tinha sido de 6.546 toneladas. As fábricas reduziram as horas de trabalho e, algumas fecharam suas portas; o desemprego assumiu números alarmantes: os números variavam segundo as fontes: 480.000 no campo, 689.000, 700.000; e, na imprensa anarquista: 800.000 e 1.000.000.

Pelo Censo oficial, a Espanha tinha 1.900.000 trabalhadores nas indústrias, sobre uma população de 24.000.000 de habitantes. Em primeiro plano, estava a indústria de vestimento com um número de mulheres superior aos homens. Em segundo plano, vinha a indústria têxtil, sobretudo,para exportação; cerca de 300.000 operários e operarias. Em terceiro lugar, a indústria da construção,com 270.000 homens.Em quarto lugar, a industria de alimentação,com 200.000 pessoas. A indústria de caça e pesca, com 150.000 trabalhadores.

No setor da produção de base, a indústria de extrativismo com 100.000 mineiros e a indústria metalúrgica com 120.000 trabalhadores. No setor dos meios de transporte, aparelhos de transmissão e eletricidade, 60.000 trabalhadores; em pequenas fábricas de produtos químicos, 40.000 trabalhadores.

Na Catalunha estavam localizadas 70% das indústrias.

- ✓ Indústria: 22/23 % da população ativa
- ✓ Agricultura: 52% da população ativa
- ✓ Terciário: 25% da população ativa

Estatísticas oficiais de 1929 falam de 1.023.600 proprietários de terra,dos quais 845.000 devem trabalhar como operário agrícola para ganhar a vida; 160.000 viviam miseravelmente do produto da terra;9.700 viviam luxuosamente em suas fazendas,eram os grandes senhores feudais das terras,proprietários de latifúndios. Assim, os camponeses constituíam a maioria da população.

Neste quadro, entre 1931 e 1936, ocorriam agitações todos os meses. A política de repressão era muito violenta; os órgãos policiais recebiam 60% do orçamento do governo e tinham 64.000 agentes.

A estrutura agrícola em 1936

empresas	**classificação**	**% de empresas**	**% Terras coletivizadas**
1-5 hectares	pequena empresa	77,54%	13,16%
5-100 hectares	media empresa	20,42%	19,69%
mais de 100 hectares	grande empresa	2,04%	67,15%

Classes e estratos sociais em 1936

Empresários	18,18%
Classes médias	18,18%
Camponeses	40,9%
Operários	22,72%

Uma reforma agrária limitada a algumas regiões, foi iniciada em 1932,mas apenas em 1936 foi efetivada,quando os camponeses ocuparam as terras.

Uma longa herança de lutas

Podemos traçar uma cronologia das lutas dos camponeses e operários na Espanha:

1879- execução, no garrote, de um camponês anarquista que havia executado um proprietário de terras.Dissolução das sociedades operarias em arragone 9caalunha) e de uma cooperativa na cidade de olivera 9provincia de cadix0.greves camponesas em Valencia,prisões e deporações de 75 grevistas; em Arcosde la Frontera (Cadix),Granada, Ronda,Jaén (Andaluzia) manifestações de desempregados reivindicando trabalho e pão.

Incêndio de colheitas ,vinheiras,florestas,moinhos e granjas dos grandes proprietários de Castilha,de Estremadura (região valenciana}e,sobretudo, de Andaluzia.

1880- grupos saqueiam as igrejas e os serviços de recepção, ameaçando os ricos das províncias de Tarragona,Toledo,Ciudad Real;agitação em Andaluzia. Incêndios nas propriedades da região de Xéres (Andaluzia).Na província de Huelva (Andaluzia), os grevistas matam animais e destroem plantações de arvores; diversas sublevações contra os fiscais cobradores de impostos (Valls, Arriate,Orense ,na Galicia; Almodóvar (Ciudad real).

1881- Congresso das Federações Comarcais em Barcelona, adota resolução a favor do ‘anarquismo coletivista”,confrontando-se com os socialistas;

1882- Congresso nacional em Sevilha, com a seguinte representação: 212 delegados representando 10 regiões, 218 federações locais,633 seções sindicais e 59.711 filiados nas federações.

1885-86-87- Revolta de camponeses na Galicia,a insurreição dura 2 dias,com muita repressão.Na província de Valencia,o povo toma de assalto a municipalidade de Onteniente, queima os documentos protestando contra os impostos . Em 86, o Estado toma 75 fazendas em Jodar por atraso de impostos; 32.000 na província de Logrono;4.000 em Baleares. Em 87,na região de Alcaniz (província de Teruel) ,3.000 fazendas são vendidas por não pagar os impostos.

A imprensa vizinha de Portugal anuncia mais de 400.000 confiscações de terras em Cuenca e Saragossa.Os camponeses emigram em massa.

Em outubro de 1931, a miséria provocou insurreições camponesas com repartição das terras: em Arganzon(Guadalajara) e,em dezembro do mesmo ano, em Carmona (Sevilha) e em Santa Maria de Magarra (Cáceres).

Em janeiro de 1932, houve um movimento insurrecional na região mineira do Haut Llobregat e em Cardoner (Barcelona).Berga,Cardona,Figols,Sallent,Suria proclamaram o ‘comunismo libertario’,que durou apenas 5 dias,sendo reprimido pelo governo. No final de 32,no Levant,houve experiências de ‘comunismo libertário’ (em Betara,Bugarra,Pedralba,Ribarroja). Em Sardanola-Ripollet , também,foi proclamado o ‘comunismo libertario’.Estes movimentos ficaram marcados por uma trágica repressão, em Casas Viejas (Cadix): um destacamento de guardas civis tocou fogo em uma casa onde estavam refugiados uns 30 militantes anarquistas que foram queimados vivos,além de outros 14 que foram friamente fuzilados

Estes movimentos são diferenciados: o de 1932 ocorreu em uma região mineira,cujas cidades foram: Berga (7.000 operários),Cardona(6.000),Figols(960),Sallent (4.653),Suria(3.194). O segundo,de 1933, foi inteiramente camponês,exceto Sardanola-Ripollet(3.500).No Levant, eram cidades de 1.500 habitantes (Bugarra) até 4.400(Ribarroja);ou, pequenas cidades (Casas Viejas) e cidades industriais (Salent).

O movimento de dezembro 32, teve grande sucesso nas cidades: em Teruel,eram cidades de 800 habitantes (Arenys de Lledo,Fornoles,Torre del Compte), ou 3.000 (Beceite,Valderrobres).Em Lograno, cidades de 2.000 habitantes,exceto Haro(8.000).Nas Astúrias,a insurreição triunfou nas pequenas cidades,os minérios e operários tomaram Oviedo e Gijon.

Em 1934, o movimento nas Astúrias tinha características iguais aos movimentos de 1932 e 1933

- ✓ - aliança entre comunistas,socialistas e anarquistas , com as medidas seguintes:
- ✓ -abolição da moeda;distribuição de mercadorias pelos 'comites operários' que imprimiam bônus com valor igual a 1 quilo de pão – cada família adquiria uma certa quantia de alimentos de acordo com o numero de pessoas;proibição de venda de bebidas alcoólicas.

Esta tradição de luta foi uma marca forte na consciência do povo espanhol: um certo 'fundo místico' o impulsionava a lutar pelas grandes causas, desenvolvendo um espírito de solidariedade e de igualdade.

A Frente Popular

Duas grandes organizações revolucionarias representavam os trabalhadores: a CNT e a FAI. A CNT,em 1936, tinha 1 milhão de filiados,numa população de 25 milhões de habitantes.

Em maio de 1936, foi realizado o Congresso de Saragossa, da CNT (com 550.000 membros) que adota oficialmente o programa do 'comunismo libertário' e um projeto de aliança com a UGT.

No 19 de julho de 1936,um grande acontecimento: a vitória eleitoral da FRENTE POPULAR; milhares de iniciativas foram surgindo: comitês locais nas regiões e províncias,como novos orgaões de poder. Barcelona é o símbolo deste movimento de conselhos e comitês de trabalhadores. Os restaurantes, hotéis de luxo,cabarés,foram requisitados pelas organizações operarias e tornam-se 'comedoros populares'.Cada comitê tinha sua imprensa e sua emissora de radio.Com exceção da Catedral, varias Igrejas foram queimadas;dezenas de milhares de fuzis foram distribuídos nas cidades.As portas das prisões foram abertas.Em todas as cidades existiam comitês populares,eleitos quase sempre em assembléias gerais,como no caso das fabricas.

Estes comitês tinham um traço comum: apropriação do poder local, com funções executivas e legislativas.Em Barcelona, o conselho das milícias foi criado apos a dissolução da Força Publica e do Exercito. O poder real estava nas mãos dos operários armados e dos comitês populares.

Em setembro quando se formou o Goberno Largo Caballero, o aparato estatal se desagregava ,deixando espaço para os comitês nas cidades e no campo, e as 'milicas anti-fascistas'. Em geral, os Comitês operários ou camponeses formavam-se no campo e na cidade de uma região ,eliminavam ou subordinavam a Junta municipal,eliminavam o aparato estatal local (burocrático,policial,militar,fiscal),e assumiam todo o poder local,organizando ou reforçando a Milícia para combater os militares fascistas. Destes comitês faziam parte varias organizações políticas e sindicais.

Os Comitês surgiram em várias regiões, por exemplo: em Aragão, a Coletividade Agrícola aglutina 400.000 camponeses; no Levante, 500.000 camponeses; em Nuova Castillha, 230.000.

A.Guillen afirma que 'as coletividades autogestionarias espanholas surgiram mais pela 'praxis' e pela unidade entre pensamento e ação diante de situações concretas ,que por opção ideológica" . Numerosos patrões haviam fugido;os operários e camponeses,então, se apoderam das empresas ,seguindo o slogan do movimento: " As fabricas para os operários". Assim,surgiram as Empresas Coletivizadas ou Sindicalizadas.

No Congresso sindical ,em Barcelona outubro 1936, convocado para exigir a legalização das socializações espontâneas das fabricas, 600.000 operários estão representados. A autogestão rural abrange um numero importante de camponeses e volantes.As funções locais são confiadas às assembléias gerais de bairro.

A direção das fabricas autogeridas tem a seguinte estrutura:

- ✓ - uma assembléia geral;

- ✓ -um comitê de gestão,eleito a cada 2 anos,pela assembléia geral;metade dos eleitos é revogável a cada ano;
- ✓ -um diretor é designado pelo comitê de gestão.

Em 1936, o Governo da Catalunha reconhecia a autogestão operaria., através do "Decreto de Coletivização".

Este Decreto estabelecia que o Conselho da fabrica nomeasse o seu Gestor ,se a fabrica tivesse menos de 500 operarios,ou um capital menor que 1 milhão de pesetas; nas fabricas maiores, o Gestor era nomeado pelo Conselho de fabrica,mas deveria ser aprovado pelo Ministério Catalão da Economia.

Os Conselhos de fabrica indicavam os delegados ao Conselho de empresas que geriam a industria socializada;em acordo com os trabalhadores, o Ministério Catalão da Economia nomeava um "fiscal".

Um terceiro órgão existia em Barcelona: o Conselho Geral da Industria -CGI, formado por 4 delegados do Conselho das empresas, 8 delegados dos sindicatos operários(CNT,UGT), 4 técnicos do Ministério da Economia catalã,que nomeava o Presidente do CGI.

Entre outras medidas, os Conselhos de fabrica estabeleceram um salário igual para todos os trabalhadores das fabricas socializadas.

Em agosto 1939, o Governo Caballero nacionaliza quase todas as industrias catalães , convertidas em industrias de Guerra;nos outros ramos de produção, a autogestão catalã só terminará com a fim da Espanha republicana.Ao criar,em todos os níveis,organismos do tipo organismos ,órgãos de luta e poder, chamados de 'conselhos','comite''juntas',etc,os trabalhadores espanhóis ,a seu modo, resgataram a tradição das Revoluções operarias: os Soviets,das Revoluções russas de 1905,1917,os Conselhos da revolução Alemã e Húngara.

As Comunas Libertárias

Abraham Guillen escreveu paginas memoráveis sobre "a economia das coletividades libertarias".:

" Na Espanha,durante a revolução de 1936-39 ,as coletividades libertarias foram donas de sua produção, de seu excedente econômico,em que as assembléias exerceram a democracia direta,nomeando os comitês e designando delegados por setores ou por grupos de trabalho ,atuando com plena liberdade,independentemente do Estado".

Como vimos, em maio 1936 ,o Congresso Nacional da CNT,em Zaragoça, adotou algumas medidas:

" terminado o aspecto violento da revolução, declara-se:

- ✓ Abolidos a propriedade privada;o Estado;o principio de autoridade,e,por conseqüência, as classes que dividem os homens em explorados e exploradores, oprimidos e opressores.
- ✓ "Socializada a riqueza, as organizações de produtores, já livres, se encarregarão da administração direta da produção e do consumo.
- ✓ "Estabelecida em cada localidade a Comuna Libertaria, criaremos o novo mecanismo social. Os produtores de cada ramo ou oficio,reunidos sem eus sindicatos e nos locais de trabalho,determinaram livremente a forma em que este deve ser organizado.
- ✓ "Estabelecida a comuna livre ,se apoderará dos bens da burguesia,tais como, roupa,alimentação,calçado,matérias-primas,ferramentas de trabalho,etc.Estes instrumentos de trabalho e matérias primas passarão ao poder dos produtores para que estes o administrem diretamente em beneficio da coletividade".

Guilen esclarece: " Sem duvidas, a revolução espanhola de 1936-39 criou coletividades agrárias e industriais e não comunas, o que não põe em contradição estes organismos revolucionarios,mas que se diferenciam por funções diferentes, já que a comuna é um auto-

governo local,regional e mesmo ancional,como órgão de auto-administração,enquanto as coletividades são órgãos de produção. “.

Para Guillen, este modo de organização responde as idéias de BAKUNIN:” um duplo federalismo socialista: um, auto-administrativo ,substituindo o velho Estado; outro, coletivos de trabalho integrados federativamente em seus respectivos ramos de industria e serviços sociais e públicos”.

As relações de intercambio: “Os habitantes de uma comuna discutirão entre si seus problemas internos: produção,consumo,educação,higiene e o que for necessário para o desenvolvimento moral e econômico...Para o intercambio de produtos de comuna a comuna,os conselhos comunais se porão em relação com as federações regionais das comunas e com o Conselho Confederal de produção e Distribuição,reclamando o que fizer falta.Quando se trate de problemas que afetem toda uma comarca ou província,serão as federações quem deliberarão...”

“Por meio da rede de relações estabelecidas entre as comunas e os conselhos de produção e estatística,formados pelas federações nacionais de produção, fica resolvido e simplificado este problema.

Assim, se cria um ‘Mercado Autogestionário Integrado”.Guillen nos fornece experiências concretas de organização do trabalho associado:

Em JATIVA, a passagem da propriedade privada à propriedade social,gerida diretamente pelos trabalhadores e não por diretores vindos do aparato estatal,quando surgiu a coletividade libertaria,em janeiro de 1937, os camponeses elaboram um estatuto de caráter socialista,em que a Assembléia Soberana eleita tinha um presidente,um secretario e um tesoureiro,mais um vogal para cada uma das seções ou comissões: todos estes cargos eram elegíveis e revogaveis;os delegados das comissões não se burocratizavam:tinham a obrigação de trabalhar como cada coletivista, excetuando as horas dedicadas a gestão de sua especialidade setorial.

A coletividade integrou muitos artesãos da localidade nas seções e comissões, implicando uma integração maior do trabalho social em toda a cidade e no município: assim, a autogestão não se dava apenas em nível de uma fabrica,mas em toda a cidade.

A experiência de coletivizaçaão de Jativa é apenas ume exemplo de varias outras regiões onde ocorreu processo similar: Aragão, Valencia,Murcia,Castilla e mesmo no pais Basco. Nas Astúrias e Catalunha, ou no Pais basco,por serem zonas industriais, a autogestão operaria se expressou através dos Comitês de Fabrica CNT-UGT.Por exemplo, na coletivização em Aragão,na cidade de GRAUS,uma pequena cidade de 2.600 habitantes,em 1936,a socialização foi mais integral que em Jativa,pois todos os meios de produção e de troca foram coletivizados.A coletividade de Graus geria 90% da produção agrícola, artesanal e os serviços sociais e públicos.A Comissão Autogestora era formada por 8 membros: 4 de cada sindicato (agrícola, industrial e serviços); 6 das seções de cultura e saúde (teatro, academias, desportes, médicos e farmácias); trabalho e censo (pessoal, cafés, censo, abastecimento, comercio, carvão, armazéns, insumos; agricultura (cultivos, granjas, gado, irrigação); indústrias (fábricas, talheres, eletricidade, água, construção); transportes e comunicações (caminhões, carros, táxis, correios, garagens). O município de Graus era uma ‘comuna’, um ‘auto-governo popular’.

Em ARAGÃO, o modelo de distribuição não foi único;teve como base o salário familiar,pago em vales ou bônus.Contudo,como a moeda local não erab legal em todo o pais,as coletividades facilitavam a seus coletivizados moeda nacional quando necessitavam para viagens fora da esfera local; Ninguém podia acumular capital para exploração;todo o excedente econômico da coletividade estava destinado a assegurar ou melhorar o consumo, a formar reservas operativas para algum ano ruim,para formar mais capital para investimento,para mais produtividade do trabalho com emprego de melhores métodos de produção e equipamento técnico;

Em ALCORISA , a coletividade emitiu uma ficha de consumo familiar,como uma carta de credito: se ao consumo de carne tinha 100 pontos e o consumidor não queria carne, em compensação recebia outro produto de pontuação igual,para se cumprir a lei do valor de intercambio em um mercado autogestionário.

Quando os produtos locais não eram suficientes, a coletividade por meio de seu conselho ou seção apropriada,obtinha por intercambio eqüitativo,os bens e serviços que faltavam,em outra coletividade,praticando o federalismo econômico através da Federação regional de Coletividades de Aragão.

A inflação de preços, durante 1936-39, foi triplicando em relação aos salários.Nas coletividades agrícolas, o nível de preços,em bônus e registrados nas 'cartilhas do consumidor' se manteve estável.O bônus ou vale é meio de troca, quase-dinheiro,que não se transforma em capital acumulado e individualizado.O bônus, o vale e a cartilha ou tarjeta de racionamento familiar só podem abolir o dinheiro em nível local ,para garantir o poder aquisitivo dos coletivistas,segundo o principio de que cada bônus ou vale têm a garantia do trabalho produtivo de cada um e de todos os coletivistas,todos devem trabalhar para ter direito a retirar bens ou serviços.

Inflação – valor da peseta

Ano	%
1929	100
1930	79,5%
1931	65%
1932	54,8%
1933	56,8%
1934	55,3%

Assim, Gullen afirma: "Na esfera limitada da coletividade local ou de varias coletividades integradas na comarca para ter uma divisão social do trabalho mais correta, o dinheiro pode ser abolido em muitos aspectos da vida cotidiana,se estão socializados os transportes, a educação, a assistência medica, a habitação,o consumo domestico,o restaurante e outros aspectos da economia comarcal e local...Além da coletividade local ou comarcal, a produção para comercialização externa,deve tomar a forma de moeda ou divisa, sendo comercializada nacional ou internacionalmente...Se o vale ou o bônus tinham um valor local estável,se podiam ser emitidos pelos sindicatos e pelas coletividades,era porque havia umas colheitas ou uma produção industrial como garantia.Não se pode emitir nenhum tipo de moeda se não está respaldada por produtos ou serviços...Além do nível local, funciona uma moeda de contas, ajuste e calculo econômico,para quantificar a economia.";

A Conselheira de Economia e Abastecimento do Conselho de Aragão abriu uma conta corrente para cada coletividade que concedia credito as coletividades deficitárias sem cobrar juros; este credito seria restituído quando a produção fosse recuperada,destinando-o a investimentos (equipos, maquinarias, ferramentas, saneamento, etc).

Segundo Guillen, o dinheiro pode ter um papel justo de intercambio de bens e serviços em um mercado autogestionário,com base na economia moral: o dinheiro,a condição de que não compre trabalho alheio na forma de salário,de que não permita que ninguém usurpe mais-valia e de que não se acumule como capital individual ou estatal,de que não intercambie produtos,bens ou serviços,segundo a lei do valor-trabalho em um mercado autogestionário,de que não seja usurário com tipo de juros,de que ninguém obtenha ganhos a custa de outro.de que facilite e quantifique a economia social,para programa-la e conduzi-la a maior progresso tecnológico e econômico;

A autogestão em Indústrias e Serviços :

Com o golpe de Estado militar de 1936 , a Espanha ficou caracterizada pela ausência de poder e pelas necessidades da guerra civil; deste forma, surgiram novos órgãos para dirigir a economia e a administração: a coletivização foi parte fundamental destas novas formas econômicas.

Tal como no campo surgiram as Coletividades, nas cidades surgiram as ‘Socializações” das industrias.;este fenômeno não foi generalizado no pais, ocorreu sobretudo em Barcelona, Valencia e nas Astúrias. Em Madri, a UGT era contra as socializações e foi um grande obstáculo.

Nas industrias e minas das Astúrias, os proprietários das fabricas e minas tinham fugido ou morrido,mas a burocracia tinha permanecido na direção . assim, a CNT e a UGT das Astúrias se limitaram a criação de “Comitês de Controle Operário”,formados por sindicalistas das duas centrais ,não eleitos pelos trabalhadores. Nas astúrias, a ‘socialização’ ocorreu no setor da Pesca. Na industria,conserva e distribuição. Em Barcelona, em cada fabrica foi criado um “Conselho de fabrica”,eleito pelos operários. As empresas estrangeiras não foram socializadas, e tinham apenas um “Comitê de controle Operário”.

A Catalunha é o palco central deste processo: os anarquistas da Confederação regional da Catalunha determinam a política da CNT. As forças militares foram derrotadas pela CNT-FAI (federação anarquista ibérica) junto com militantes do POUM (partido operário unificado marxista). A classe operaria se arma. A CNT Catalunha realiza uma Plenária onde adota as propostas do ‘comunismo libertário’, tiradas um mês antes, no Congresso de Saragossa, e das lutas anteriores,sobretudo,nas Astúrias.

Foi na militância de base deste movimento que surgiram as praticas autogestionarias. Os sindicatos se apoderam de todos os setores vitais da economia: metalurgia, transportes,fontes de energia,comunicações,comercio e abastecimento.

Em “Solidaridad Obrera”,da imprensa anarquista, anuncia que “ o sindicato único da metalurgia conclama os militantes das ‘seções de calderaria e solda’ a se apoderarem dos centro de produção”. E que,”nas empresas metalúrgicas surgiram duas novas formas de administração. Uma, implica a direção operaria sem nenhum tipo de restrição;a aoutra, representa um tipo de administração burguesa,através do controle dos comitês operário de fabrica”.

Nos Transportes,por exemplo, foi instaurada a ‘igualização salarial’ e a redução da jornada para dar emprego aos desempregados.

A autogestão se organiza na base e de forma espontânea. O programa anarquista tem 3 orientações: as estatísticas (para dominar a economia), as novas técnicas (para reestruturar a economia) e a cultura(para ter uma nova visão do mundo).

A cronologia da luta autogestionaria teve dois momentos: o primeiro,quando do ‘vazio’ de poder legal, de junho até agosto 1936. Neste período, 26 fabricas foram ocupadas pelos comitês de base: 9 na metalurgia, 6 nos transportes e 11 nos serviços.

Em cidades como Barcelona, houve autogestão na maior parte das industrias e serviços.Contudo, não foi tão fácil como em Aragão, abolir o dinheiro ou substitui-lo por bônus ou vales ,ou cartilhas de abastecimento familiar. Em cidades com poucos milhares de habitantes, no campo, foi possível integrar a industria , a agricultura e os serviços. Guillen mostra alguns exemplos:

- **Na cidade de Villajoyosa** (Ailicante), a autogestão foi além do nível das fabricas ,atingindo o de autogoverno comarcal: foram coletivizadas a maior parte das terras, uma fabrica de têxtil com mais de 400 operários e a pesca marítima da qual viviam umas 4.000 pessoas;

- **Em Calanda** (Teruel), além da coletivização da terra, os metalúrgicos, os ceramistas, carpinteiros, ferreiros, costureiras, salitraria, barbeiros e outros artesãos foram coletivizados e se integraram com os agricultores para constituir o autogoverno local;

- **A cidade de Alcoy** , em 1936, tinha uma população de 45.000 habitantes; a população assalariada era de mais de 20.000,das quais 17.000 pertenciam aos sindicatos da CNT. Em julho 1936 foram constituídos 16 sindicatos da CNT,integrados na Federação local, para onde convergiam os ramos de produção industrial,agrícola e de serviços.

A ‘gestão direta’ das empresas de Alcoy foi um grande exemplo de autogestão geral: os 5 ramos da produção têxtil elegiam um delegado ao ‘comitê de empresa’,mais 1 do pessoal de oficinas e outro do pessoal de armazéns.Funcionava uma ‘comissão de controle’ nomeada pelo ‘comitê sindical’.Também,foi criada uma ‘comissão técnica’ integrada por técnicos das 5 especialidades: fabricação, administração,vendas,compras e seguros.A ‘seção de auto-administração’ se dividia em 3 partes;fabricação geral, organização técnica e de controle de maquinaria, controle da produção e estatística.

Tudo isto significava o ‘auto-governo federativo das empresas”,dando trabalho a mais de 20.000 operários, o que correspondia a 103 empresas.

A.Guillen assinala que a experiência de Alcoy foi superior a autogestão yugoslava,pois enquanto esta se limitava no inicio as empresas,na cidade espanhola as empresas autogeridas estavam integradas em federações de produção e serviços. Todavia,remarca um limite da experiência: o poder financeiro e político não era um autopoder libertário,o Estado governava por cima dos trabalhadores.

Como conclusão, podemos nos apoiar em Pierre Broué analisando ‘as bases dos organismos de poder’ conclui que :” O fato mais importante , é a aparição ,em diversas escalas,de verdadeiros GOVERNOS.Os órgãos de poder,com sua infinita variedade de formas,que surgiram desde julho têm todos em comum o fato de estarem organizados como governos, com ‘ministerios’,um aparato, unidades especializadas,seu exercito (as milícias),sua policia 9milicias de retaguarda,patrulhas de controle,Segurança,etc),seus tribunais,e também seus sistemas esolares,seus ‘conselhos de economia’ criados formalmente ou não,etc.E,o traço comum fundamental: que estes comitês-governos em escala territorial,mais ou menos extensa,não podem construir seu aparato a não ser apoiando-se nos comitês-governos da base”.

Muitos militantes brasileiros participaram da Revolução espanhola, integrando as “Brigadas Internacionalistas”. Um deles, foi Apolônio de Carvalho. Em seus depoimentos , relata alguns fatos importantes:

“ Nutria apenas imensa simpatia pelo POUM*, não só pelo Andrés Nin ,que era um teórico,elaborador,pesquisador,uma grande figura cheia de promessas,mas também porque a mais bela figura de jovem comunista que eu conheci chamava-se Alberto Bomilcar Besouchet, trotskista,militante do PCB e combatente na Espanha.Participou da rebelião (1935) de Recife, foi para Espanha, apresentado a Andrés Nin pelo velho Mario pedrosa, era oficial do exercito republicano,foi preso e acabou assassinado na prisão como figura ligada ao trotskismo,portanto ao POUM.Eu tive contatos com os anarquists,mas não entrei em contato com PC espanhol e suas problemáticas internas. Eu não admitia, de maneira nenhuma, o choque com os anarquistas,com os poumistas,com a dissidência”.

- O “Partido Operario de Unificação Marxista” surgiu da fusão de outras duas organizações (“o Bloc Obrer i Camperol” com “a Esquerda Comunista”), em 29 setembro 1935,em Barcelona,e considerava-se uma etapa na via da unificação dos marxistas revolucionários espanhóis. Defendia a realização de um Congresso de Unificação Marxista Revolucionário. Segundo Pierre Broué, “contava com uns 8.000 militantes,uma base operaria real, especialmente na Catalunha em cidades como Lérida ,gerona,e grupos menos solidamente implantados em Andaluzia e Astúrias.Seus dirigentes eram todos homens conhecidos no movimento operário.não apenas Maurin e Nin,mas também Luis Portela e Juan Andrade,antigos dirigentes das Juventudes Socialistas e do primeiro PC, Luis Garcia Palácios,um dos primeiros responsáveis das juventudes Comunistas,David e Pere Bonet,pioneiros do comunismo e dos Conselhos Socialistas Revolucionários da Catalunha,o antigo funcionário do partido e da Internacional,Julian Gorkin.Na Catalunha, o POUM fundo a Federação Operaria de Unidade Sindical(FOUS),da qual Andreu Nin foi o secretario-geral, e que reunia a maioria dos trabalhadores organizados em Tarragona,Lérida e Gerona”.

6) FRANÇA: Autogestão na cidade de Proudhon e Fourier.

" É possível: produzir, vender e pagar salários"!

(consigna da Lip)

Nos anos 70 do século 20 , a cidade de Besançon, no leste da França, teria mais alguns elementos para se incorporar a cultura socialista da autogestão. Dos séculos anteriores, a cidade tinha suas referencias neste campo: No século 18, nesta cidade nasceu ,em 7 de abril 1772, Charles Fourier. No século 19 , em 15 janeiro de 1809, Proudhon nascia em um bairro operário da cidade. A fabrica de relógios "Lip", vinha do século 18.

No primeiro semestre de 1973 , o jornal "Estado de São Paulo" , (apesar de não publicar noticias sobre as greves no Brasil,como a da PIRELLI de Santo Amaro,em 1973), noticiou a ocupação de uma fabrica numa cidade do interior da França: os trabalhadores de uma empresa de relógios,em Besançon, ocuparam a empresa e passaram a produzir por conta própria.

1973 ainda foi um ano no "ciclo longo de lutas pela autonomia e autogestão" na França. A principal luta deste ano ocorreu em Besançon , na empresa LIP (nome de um capitalista: Fred Lip).Os trabalhadores ocupam a empresa e passam a produzir e vender os relógios produzidos. Denominam essa luta de 'auto-defesa' mais que de 'autogestão'.Contudo,a experiência foi vista na França e noutros paises como uma luta de caráter autogestionário.

João Bernardo remarca o caráter de solidariedade dos trabalhadores: " o exemplo pioneiro da luta na Lip,quando,a 17 de Junho de 1973,um negociante do Kuwait propôs a aquisição a pronto pagamento a vista de trinta mil relógios,montados autonomamente pelos grevistas.Sob o ponto de vista material,essa contribuição resolveria sem duvida muitas dificuldades mas, para os trabalhadores em luta,era o ponto de vista social o determinante ,por isso recusaram a proposta e continuaram a vender os relógios diretamente aos trabalhadores de outras empresas.Aqueles bens não eram,aqui,incorporados de valor,mas de um outro tipo de relações sociais,expressas na solidariedade". (in: A Economia dos Conflitos Sociais")

A democracia de base na Lip foi outra expressão da práxis autogestionaria,herdada das lutas de 68;por exemplo, um 'comitê de ação',com não sindicalizados,ao lado das 'seções sindicais' da CFDT e da CGT; assembléias gerais, trabalhos em grupo, divulgação de informações. O impulso maior à luta veio da 'seção sindical empresa' –CFDT,em que se destacou a liderança de Charles PIAGET , militante da ACO e do PSUF.

Os dirigentes nacionais da FGM,acompanharam diretamente a luta: R.Briesch ficou um mês em Besançon; Alfred MUTET* e J.CHERÉQUE,coordenaram o trabalho na FGM.

Em síntese,podemos afirmar que o caráter exemplar da greve da Lip está no fato de que os trabalhadores concentraram em suas lutas todas as formas de ação novas que tinham surgido,sobretudo,após 1968:seqüestro,ocupação, movimentar a empresa sem os patrões,gestão operaria da produção e da luta, popularização,articulação através de marchas a outras regiões,etc.

A ocupação da fábrica!

Em um primeiro momento,a luta foi caracterizada pelo caráter revolucionário de massa.Os operários tomavam consciência do grande contraste entre seu trabalho e a destruição das forças de produção operada pelo capitalismo. Desde as primeiras inquietações frente as demissões repentinas de trabalhadores, a decisão de reduzir os ritmos de produção como forma de protesto contra a venda da Lip ao monopólio "Ebauches S.A."(grupo suíço do trust multinacional ASUAG),a rebelião de massa quando não receberam os salários e os administradores provisórios não davam respostas sobre o futuro da fabrica.

Os ‘lippianos’ tinham uma forte tradição de luta: em 1968,os trabalhadores tinham ocupado a Lip; em 1970, bloquearam as estradas como protesto,porque os patrões queriam reduzir a participação assistencial; logo depois,ocuparam outra vez a fabrica por 16 dias,contra uma redução de pagamento;em 1971 e 72,mais uma vez lutaram contra demissões.

No 12 de junho 1973, os operários tomam os escritórios,seqüestram os administradores e acham em suas pastas os planos de centenas de demissões:Lip ,fabrica de relógios de qualidade seria fechada,só ficando a marca para o uso do monopólio suíço. Neste mesmo dia 12 junho,os operários ocupam a fabrica ;queriam justiça e manter os postos de trabalho.Adotaram o ‘slogan’ “Lip,Lip vencerá!”.

Em 15 de junho, houve uma manifestação popular de solidariedade .A policia atacou e os operários se defenderam. Surgiu a proposta de continuar a produção de relógios na fabrica ocupada, para venda e pagamento de salários. Dos 1.150 relógios produzidos no primeiro dia da ocupação, venderam imediatamente 454 relógios. Neste dia 15, a manifestação tem mais de 100.000 pessoas que desfilaram durante 3 horas em Besançon

Dias depois , uma delegação visitou a Renault-Bilancourt : distribuíram todos os ‘volantes’ e ,em plena praça,os operários das duas empresas se solidarizavam, se abraçavam,cantavam musicas regionais.Compravam os relógios. Muito significativo é o telegrama enviado pela seção sindical da CFDT-RENAULT

“ A CFDT-Renault protesta vigorosamente contra a agressão da força policial contra a fabrica Lip...Esta miserável ação mostra a incapacidade do regime atual para responder as reivindicações dos trabalhadores, a não ser com a força..Com isto, o estado demonstra,uma vez mais, não passar de um aparato ao serviço da classe dominante e que o seu papel essencial consiste na manutenção da ordem social existente,com todos os meios que detém : administração, justiça, força policial.Em tal contexto, a luta dos operários da Lip, por sua força dinâmica e por sua combatividade,mostra o caminho para toda classe operaria.Esta luta põe em questão o próprio domínio patronal.De outra parte,mostra nos fatos a capacidade da classe operaria de gerir sua própria vida.

Os trabalhadores da Renault se sentem parte desta luta, devem também lutar contra a reestruturação capitalista, que se expressa para eles no aumento dos ritmos,na continua degradação das condições de trabalho e no crescimento da repressão no interior da fabrica.Seguramente,a futura luta da Renault se inspirará largamente na forma de luta indicada pelos companheiros da Lip.

Não obstante, o atual fechamento (chiusura estiva) da fabrica Renault,a CFDT-SRTA empenha-se em organizar, para assegurar a Lip a solidariedade concreta dos trabalhadores da Renault.

“Lip-Renault mesma luta”!

Um metalúrgico da Renault depõe:

“ Para mim comprar um relógio é mais que um apoio financeiro, é também um apoio moral.É ajudar uma coisa formidável que está acontecendo,e que é maior que as clássicas reivindicações sindicais.Dos operários que têm posto em funcionamento uma fabrica,e que vendem o seu produto;é muito mais que uma luta por questões materiais”.

Semanas depois, chegavam a Besançon centenas de camponeses para se manifestarem contra o parasitismo e as péssimas condições no campo.No centro da cidade, vendiam aos trabalhadores de Besançon seus queijos a “ preço político”; por sua parte,os operários da Lip,vendiam seus relógios.

Os operários se organizaram em comissões : a que se ocupava da comunicação de massa: volantes circulavam pela cidade;participaram do “Tour de France”,sendo que,as noites faziam assembléias em sindicatos para explicar a luta

Ao passo que a TV falava de desmobilização da luta , a comissão de massa, redigiu um volante para cidade de Besançon : “ Os operários da Lip são como vocês,são homens e

mulheres como vocês que lutam pelo trabalho". A mídia fala que os 'trabalhadores recebem para nada fazer". Em Besançon se lança uma pesquisa para saber a idéias dos trabalhadores sobre a luta.Um volante com 20.000 copias foi,então,distribuído para explicar a luta.Contatos telefônicos são feitos com todo o pais para difundir o conteúdo do Boletim "Lip Unité".Surgem novos "comitês pela vitória dos operários da Lip".

O "Lip Unité" tinha tiragem de 30.000 cópias,com uma difusão superior a esta cifra.Era sustentado financeiramente pelos próprios trabalhadores

O apoio popular

Em um segundo momento a luta foi caracterizada pela resposta dos operários a contradição com a população, pelo rompimento da 'paz social'. LIP é uma fabrica de província,uma grande fabrica de 1.300 trabalhadores, que são pessoas simples,dedicadas as famílias.A ocupação e seus derivados, abrem contradições entre os trabalhadores e os técnicos, entre os operários e as operarias,entre os trabalhadores e os familiares fora da fabrica,entre os antigos sindicalistas e os jovens rebeldes,entre os operários e a cidade ,que considera "os Lip" como privilegiados,entre os operários e os camponeses.

Todavia, com a evolução da greve, mulheres e crianças participaram das lutas.

Na Lip havia mais mulheres que homens (60% de mulheres).Uma operaria afirma: " Os meus filhos estão de férias,vou dedicar-me à propaganda da luta". Afirma que participou da marcha até a cidade de Angers,onde lhe perguntaram qual o papel da mulher na luta da Lip;explicou toda a luta para uma assembléia de 600 pessoas e que foi muito aplaudida. Outra operaria ,de 60 anos ,expressa o sentimento dominante entre os trabalhadores":

" Não tenho escrúpulo em dizer que o direito á propriedade é a base da nossa sociedade,da nossa civilização que tem o sistema capitalista como motor.Para mim, a propriedade é isto que cada um tem construído com seu trabalho pessoal.Uma fabrica como a nossa, mais que centenária,representa o fruto do trabalho de todos os operários que nela trabalharam e não o bem privado do senhor Lip ou de um grupelho de capitalistas.E,os instrumentos de produção ? É a mesma coisa,são de todos.Não me faça crer que foi Fred Lip que comprou toda a maquinaria da fabrica com o suor de seu rosto"!.

Assim, os sentimentos mais profundos de solidariedade e generosidade vieram das mulheres; ocorreu um grande processo de mudanças nas 'estruturas de sentimentos',rompendo uma grossa camada de opressão,fazendo emergir varias lideranças entre as mulheres. As mulheres afirmavam que ,"fora da Lip houve um mudança no modo de viver".

Os jovens eram os primeiros nas viagens para outras cidades e regiões, e nos espetáculos promovidos na cidade como forma de animação cultural em solidariedade a luta.

O desenvolvimento da 'democracia operaria',com o Comitê de Ação – no inicio com 300 operários, composto por trabalhadores dos sindicatos CFDT,CGT e de não sindicalizado- a organização de comissões,a abertura da fabrica a todos os amigos da Lip, as viagens de propaganda , atuam sobre estas contradições no sentido de supera-las. "Se produz,se vende,se paga",torna-se a palavra-de-ordem de unidade popular,junto com outros 'slogans': "a fabrica é dos trabalhadores", "os operários podem dirigir tudo", 'a justiça é a dos trabalhadores"..

Os trabalhadores se organizaram em varias comissões : comissão de produção , comissão de venda, comissão contra repressão,comissão de propaganda de massa,uma sub-comissão de cinema,comissão de esportes,comissão de acolhimento, comissão de solidariedade,comissão de imprensa ,comissão animação,comissão alimentação (por exemplo, os camponeses do Lazarc enviaram 45 kg de queijo Roquefot),comissão de administração.

A comissão de vigilância,por exemplo,tinha por tarefa montar um esquema de controle,com turnos de vigilância,telefone para comunicação com a assembléia operaria em caso de necessidade de mobilização,e um esquema de automóveis para,em caso de seqüestro das maquinas pelos patrões, perseguir os "ladrões".

Piaget explica o esquema montado para caso de ocupação policial da fabrica: “Tomamos duas decisões:a primeira consistia em tirar peças e o material necessário à fabricação dos relógios; a segunda, deixar a fabrica sem condições de funcionar sem nós,para isto tirarmos peças vitais da maquinaria”.

A repressão reage à unidade do povo de Besançon

No 14 de agosto, pela noite, 3.000 policias assaltam a fabrica e o bairro popular de “Palente”,desmobilizando a ocupação. Ás 8 da manhã, 10.000 trabalhadores expulsam os policiais.Ocorre greves em quase todas as fabricas da região de Franché-Comte, os correio e as estações de trem são bloqueadas.Os sindicatos chamam uma manifestação para a tarde deste dia,na qual participam 15.000 pessoas.Durante 5 dias houve confronto entre 4.000 pessoas e policia.

Como resultado, 34 pessoas são condenadas. Começa a produção clandestina de relógios nos domicílios privados.A policia busca identificar estes laboratórios privados para seqüestrar os relógios,matéria prima e maquinas,mas não tem êxito: os laboratórios mudam continuamente de lugar.A população sustenta o movimento da Lip.

Como vimos, os operários ao saírem da fabrica levaram peças vitais da maquinaria.

Assim, a produção de relógios passou para uma fabrica clandestina,onde trabalhavam operários voluntários,produzindo de 80 a 100 relógios por dia;os muros da fabrica estavam cobertos de manifestos satíricos,avisos e diretrizes de organização e paneis com centenas de telegramas de solidariedade.A “ Comissão de Espetáculo” articula manifestações com artistas: Nos painéis da fabrica , aparece inscrita uma canção feita pelos próprios operários , que se tornou símbolo da luta: “Lip,uma luta,uma esperança”,que foi cantada por uma cantora progressista (Claire).A última estrofe explicita claramente a luta dos ‘lippianos’

“Agora os operários invadiram com uma ira justa,

Para assegurar-se o pão cotidiano,

De tudo se apropriaram. Girando a maquina, abrem os portões

O que lhes dá segurança para os dias que virão”.

Quando da ocupação policial, os trabalhadores e a população de Besançon, informados pela rádio e pelos auto-falantes do carro que atravessava a cidade,vieram manifestar a sua cólera e a sua solidariedade. Operarios da RHODIA, trabalhadores dos Correios chegavam em grupos ou em cortejos. Trabalhadores da Monnier, da Unimel, da Previdência Social, da Spirax, da Yéma, da Micromega, da Weil chegam com cartazes com os nomes de suas fábricas. Os manifestantes se encontram na rua principal que conduz à fábrica .

Charles Piaget depõe sobre este momento: “ No 15 agosto houve greves ou interrupções de trabalho em todas as fabricas não fechadas para as férias.Em Besançon pararam 11 fabricas e 7 oficinas,entre muitas fabricas da região.A Agencia France Presse fez greve de 2 horas em nível nacional,divulgando somente noticias sobre a Lip. Em outras cidades francesas , 37 fabricas metalúrgicas e 13 na industria elétrica e do gás fizeram greve;2 agencias de correio e 2 bancos também pararam,os eletricitários do Norte diminuíram a tensão em 2 Centrais elétricas.Os camponeses do Larzac pararam para divulgar a luta da Lip.Os ferroviários decidiram 1 hora de greve.Numerosas greves ocorreram também na Suíça”.

Na China, Radio “Pequim Informa” exalta a luta da Lip.

-Os camponeses do Lazarc enviaram 2 telegramas:

“Aos trabalhadores da Lip,os camponeses do Lazarc,indignados pela invasão policial em vossa fabrica.Suspendemos a colheita para diminuirmos a circulação na rodovia nacional 9,e manifestar solidariedade militante.Nós venceremos. (14 agosto.Camponeses do Lazarc)”

“Aos trabalhadores da Lip.Conduzimos a mesma luta pela justiça, para que os trabalhadores sejam donos de suas vidas.Combatemos a violência policial.Desejamos sucesso

em vossa luta contra as demissões,o desmantelamento,pela ocupação" (16 agosto. Camponeses do Lazarc)".

-Os Ferroviários da Linha Paris-Lyon organizaram um 'comitê de ação',que envia uma carta para os operários da Lip:

"Obrigado por tudo que têm feito por nós. Em um momento em que a luta da Lip atravessa um momento difícil, viemos lhes dar nossa máxima solidariedade.Solidariedade do nosso comitê de ação dos ferroviários da estação Paris-Lyon CGT,CFDT e não sindicalizados.O comitê foi criado segundo o exemplo do Comitê de Ação-Lip,e tem como programa a união dos ferroviários e favorecer a mobilização.Graças aos 'lip', a sua coragem,as suas idéias que nos ajudaram a desenvolver a combatividade operaria..Até a vitória! (25 de Outubro).

A seção sindical CFDT da Renault envia um telegrama de protesto:

"Protestamos vigorosamente contra a agressão da força policial contra a fabrica Lip...A luta dos operários da Lip,pela sua força e sua dinâmica e combatividade,mostra o caminho para toda a classe operária. Lip-Renault mesma luta!".

No bairro operário de Palente ,via-se um cartaz indicando de uma parte "Lip-caserna", de outra parte "Nova Lip-Fabrica Jean Zay";a poucos metros de distancia está uma fabrica da outra, uma ocupada pela policia e a 'nova fabrica' dos trabalhadores,cedida pela comuna de Besançon.

Não se produz nesta fabrica,mas,os trabalhadores dizem " A fabrica é onde estão os operarios",porque na fabrica são as pessoas que contam e não as maquinas. No muro externo da fabrica havia uma faixa onde estava escrito: " è possível produzir, vender e pagar salários"

Em uma manhã ,no cinema 'LUX"(local das assembléas) ,reuniram-se mil pessoas, incluindo a delegação de trabalhadores italianos. Charles Piaget falou da luta da empresa "Kelton" (grande fabrica de relógios de Besançon,de capital norte-americano) que foi ocupada pelos operarios. Uma operaria italiana da "FEDA" ,fabrica de vestuário de Cinisello ocupada pelos operários, é apresentada a assembléia como operaria da " "mini-Lip italiana", foi ovacionada pelos trabalhadores. Um operário anuncia a aquisição de um stock de roupas da "FEDA" para os trabalhadores da Lip,novos aplausos! Apos a assembleia todos marcham 10 kms em direção a montanha para um almoço de solidariedade,após o qual,cantam,bailam e terminam a festa com a "Internacional"!

A montanha de Château-Farine está repleta de gente e de bandeiras vermelhas;a palavra-de-ordem:"Todos pela Lip,a Lip por todos"!

A Solidariedade Internacional

Em um terceito momento, a caracterização da luta está na autonomia crescente, em que os operários criticam o acordo feito pelas centrais sindicais: a CGT aceitava 160 demissões, e ,a CFDT também propôs um plano de reabertura da fabrica não aceito pelos operários.

Em outras regiões da França,como no Lazarc,os camponeses protestam contra o serviço militar imposto pelo governo; ocorre uma marcha de outros 100.000 operarios e trabalhadores vindos de todas as regiões do pais.

Assim,os operários da LIP lutam não apenas contra o desemprego,mas pelos operários de outras fabricas em luta e,pelos camponeses; testemunham com o exemplo de uma parte de seus salário que doam em favor de outras fabricas em luta.

Uma delegação visitou fabricas da Itália: o 'conselho operario' da FIAT,em Turim ; a fabrica "Comec",ocupada pelos trabalhadores da Catania; nas fabricas em Milão. Os trabalhadores de Turim são os primeiros a visitar a Lip. Lip recebia centenas de telegramas e de letras de comitês de fabrica de vários paises.

2.000 mulheres e crianças fizeram uma passeata atravessando o centro de Besançon.

Toda a cidade está fechada,as fabricas e as escolas não funcionam,a população está na praça central para solidarizar-se com a luta; na cidade ressoa a palavra-de-ordem: "Na Lip não se toca"!

Os trabalhadores de Besançon propõem uma " Conferencia nacional sobre a Ocupação":

"Nós,trabalhadores da Lip, fazemos apelo,em conjunto com a CFDT,para termos uma Conferencia nacional pelo Trabalho,em Besançon,nos dias 7,8 e 9 dezembro de 1973,visando o desenvolvimento da luta pelo trabalho e pela solidariedade efetiva com nossa luta" (Os trabalhadores da Lip, a CFDT.Besançon 1973)

A fase final da luta : Os acordos

No inicio de 1974, houve uma manifestação frente a fabrica ocupada pela policia. Os administyradosres da falência da Lip tinham feito um acordo com a liquidação do setor de armamento da empresa SPEMELEC , que previa um contrato de venda do setor a empresa Arbel. A prefeitura de Besançon cedeu um espaço para Arbel, na "rue Violet" ,para instalar a maquinaria Lip para fabricação de armas.

Todavia, os trabalhadores do setor de armas recusaram o desmantelamento da Lip em solidariedade aos operários do setor de relógios.Assim, o boicote a Arbel tornou-se fundamental para os operários em luta.Significava estancar a política de desmembramento da fabrica e a divisão das frentes de luta. Os operários diziam: "Ocuparemos duas fabricas: a Palente e na rue Violet"!.

Na assembléia geral da Lip,os operários queriam marchar ate a fabrica de armas e derrubar o edifício para impedir o inicio da produção bélica.No dia seguinte, ocorre a manifestação ate a rue Violet: vingaram-se de todo o teto, da porta,das janelas;a policia não se aproximou dos manifestantes.

Em 1973, os trabalhadores já tinham votado uma proposta de Acordo,o 'Plano Girard"(assessor do Ministro da Economia),que previa a retomada do trabalho mas com de 160 demissões.

Em outubro de 1973, no dia 11 : os trabalhadores se reuniram e se dividiram em uma dezena de grupos de trabalho,com 50 operarios em cada grupo,para debater o "plano Girard."

No dia 12, a asembleia geral teve uma participação enorme: após seis meses de luta, 90% dos trabalhadores participaram.Votam duas propostas: "retomar o trabalho" ou "seguir a luta".Resultado: 17 abstenções; 174 pela volta ao trabalho; 626 para continuar a luta.

Nova fase da luta

Para o acordo de 1974, a assembleia teve o seguinte resultado: 4 contra a volta ao trabalho; 14 abstencções e, 632 pela volta ao trabalho.

Votaram um novo Acordo, diferente do "Plano Girard".Este Acordo com um grupo financeiro franco-suíço preve a reabertura de todos os setores da fabrica,sem nenhuma demissão.

Assim, pela primeira vez, uma fabrica destinada ao fechamento,declarada falida pelos órgãos governamentais, é reaberta graças a força dos trabalhadores e a solidariedade popular.

Na Assembléia Geral,no 30 janeiro 1974, Piaget declara que:

"Com o acordo os operários garantiram a base para continuar a luta:a pós um breve período de 'salario-desemprego',no primeiro de março serão readmitidos 300 trabalhadores,enquanto outros serão inscritos em um curso de formação nos ramos de necessidade da nova fabrica,com um salário praticamente igual a antiga base de pagamento.Destes,em julho,200 serão readmitidos.Para os outros,há promessa de readmissão mas sem data definida."

Na Assembléia,os trabalhadores acham que nesta fase não há como avançar mais.Decide-se como se organizar para os próximos meses: novas comissões foram criadas: comissão de ocupação, comissão de propaganda de massa,comissão de animação.Portanto,os trabalhadores decidem manter a estrutura militante de luta,em condições de ligar os trabalhadores readmitidos com os que ficam em espera de admissão.Permanece o "Espírito da LIP"!

A luta dos ‘lippianos” colocou a possibilidade da existência de um movimento com base em ‘Conselhos Operarios’,pela primeira vez na França do pós-guerra.

Na Itália,este movimento de ‘Conselhos Operarios’ explodiu nas lutas de 1969 e nos anos 70. É o que veremos em seguida.

7) ITÁLIA: Autogestão e lutas operárias no “Outono Caldo”

As lutas de 69 na Itallia resultaram de um longo processo de acumulação de forças pelos trabalhadores.Podemos reconstruir uma breve cronologia:

O ano de 1960 terminou com uma greve de 150.000 metalurgicos dos etor privado,no 27 dezembro. Em 1961, a greve mais difícil foi a dos 50.000 operarios dos canteiros navais. Em 1962, os movimentos sociais adquirem uma amplitude nova.Umtotal de 181.732.000 horas de greve, o dobro de 1961.Os operários dos canteiros navais iniciam as greves nos primeiros meses; os metalúrgicos fazem greves por fabricas,contra as disposições dos sindicatos que defendiam greve por setor. Neste ano, os trabalhadores tomam as iniciativas,mas ainda não alcançam uma ruptura,o que só ocorrerá em 1968-69.

Em 1963, em março as 3 centrais sindicais decretam uma greve geral: todas as fabricas param;manifestações ocorrem nos principais centros urbanos.Em dezembro,os operários do setor têxtil iniciam uma greve de grandes dimensões: 400.000 grevistas. Neste ano, vários tipos de novas formas de luta são experimentadas: operações tartaruga, marchas para Roma, bloqueios. Em setembro, há uma greve unitária em Milão: 1.000.000 de grevistas, em torno de uma questão : habitação.

Em 1964,apesar da recessão econômica, a agitação social permanece forte: 104.709.000 horas de greve.

1965 é o ponto maximo da recessão: dispensas e desemprego tomam caráter catastrófico: tetxil, 60.000 demissões ;metalurgia, 100.000;construção, 150.000; na metalurgia, 500.000 operarios com redução da jornada e salários reduzidos. O numero de horas-greve é o menor dos anos 60: 55.943.000.

1966, é aberto com ação na Metalurgia: um acordo envolvendo 150.000 metalurgicos. Em fevereiro, 500.000 trabalhadores da alimentação fazem greve.Este ano,marcou a retomada das lutas operarias: 115.788 horas de greve.

1967, o setor da agricultura , desde janeiro,conhece grandes agitações: o ponto alto foi uma greve de 17 dias, “os Pouilles “,em Bari,com grandes manifestações de apoio popular.

Em 1967, o numero de horas-greve caiu para 68.548. É considerado como um ‘ano de transição”. Mas,em 1968 e 1969, o numero dispara: 73.918 e 302.597;volta a cair em 1970: 146.212 horas de greve.

Em 1968, o encontro do movimento estudantil com o dos trabalhadores levará as lutas sociais mis fortes e amplas da Itália.Em novembro,começam as ocupações de fabrica: Trento,Milão,Turim,Genes,Cagliari. Em março,após 14 anos, os 100.000 operários da FIAT entram em greve. A presença constante dos estudantes nos locais de conflito estimula os operários.

Inicia-se,então, o “outono quente”(autono caldo), no qual se generalizam novas formas de luta e novos conteudos das reivindicações dos trabalhadores (redução de ritmos, redução das horas de trabalho, ‘ambiente’ de trabalho: saúde na fabrica), assinalando o fenômeno mais original da década: a autonomia operaria.

Nesta perspectiva, de 1968 a 1973 , o movimento operário italiano apresentou características inegáveis de iniciativas espontâneas, de autogestão das lutas e de participação de massa e de democracia direta;enfim, de autonomia operaria, e capacidade dos trabalhadores para elaborar suas próprias reivindicações,de uma parte, e capacidade de invenção,gestão e organização de seus próprios modos de intervir,de outra parte.

A origem histórica e estrutural da crise política e social italiana, nos anos 1968-69, está na origem dos fatos que contribuíram para agravar o sentimento de insatisfação das massas trabalhadoras contra um modelo de desenvolvimento anti-popular.

A insatisfação das reformas sociais (habitação,escola,saúde,etc) reivindicadas pelos trabalhadores, e a intensificação dos ritmos de trabalho nas fabricas, contibuiram para agravar o clima de tensão no pais.

No plano do trabalho nas fabricas, surge o estimulo à luta contra o autoritarismo , contra a repressão, e todas as formas de hierarquia. A criação de comitês operários de base, surge para a maioria dos trabalhadores como a mais eficaz forma de superar as divisões nos aparelhos sindicais.

Em Milão, nas empresas PIRELLI, BORTELTI, SIT SIEMENS e outras menos importantes, os núcleos de oposição já tinham iniciado, na primavera de 1968,encontros para discussão , fora das fabricas , a questão das estruturas sindicais, salientando a exigência de luta contra certos aspectos básicos da organização capitalista do trabalho.

Em Roma, as exigências de democracia direta, e a recusa de delegar em forma permanente a representação às organizações sindicais mais burocratizadas,encontraram um terreno fácil no setor mais combativo da classe operaria : os trabalhadores da construção. Assim, em certas obras do maior canteiro, “SPINACETO”, essa recusa massiva de renovar a delegação ao sindicato,coincide com a criação de um comitê de base, formado pelos operários mais combativos e mais populares.

O “Maio Francês”, favoreceu a emergência de uma forma de consciência operaria: 10 milhões de grevistas, fabricas ocupadas,contestação contra a hierarquia nas fabricas, aparecem como um símbolo de poder operário e popular.

Os Comitês unitários de base

Os primeiros resultados dessa onda de contestação, que se expandiu nas principais empresas italianas,no inicio do verão de 1968, se traduziram nas lutas na PIRELLI de Milão e na MONTEDSON de Veneza.

Na PIRELLI-Bicocca, onde um COMITÊ UNITÁRIO de BASE (CUB), foi criado, em julho ocorre uma luta em torno do problema do trabalho por peças e das cadencias.

Estes CUBs operários se expandem rapidamente , no período entre o fim de 1968 e o inicio das grandes lutas pela renovação dos contratos de 1969. O fenômeno concerne,essencialmente,os principais centros infustriais do Norte, onde a sindicalização é mais alta e onde existe o setor mais avançado da classe operaria ,os metalúrgicos e os químicos.

Na Região central, a experiência é mais limitada,com a única exceção da “FATME”(fabrica de telefones,na periferia de Roma).No Sul, o fenomeno se produz como eco das atividades dos principais CUBs do Norte industrializado.

Próximos dos principais CUBs, são os organismos constituídos pelos trabalhadores agrícolas para defesa de seus próprios interesses. As “ Ligas de Trabalhadores Agrícolas”(Leghe Bracciantili) e os diferentes tipos de comitês similares, representando do ponto de vista de classwe, uma correspondência ideal no mundo rural da onda de contestação, que sacudia as velhas estruturas da industria.

Os conselhos de delegados

As lutas do período 1968-69,colocaram o desafio para os trabalhadores, na Itália e em outros paises da Europa, a exigência de criar estruturas permanentes de organização de massa, não exclusivamente sindicais, mas capazes de associar a luta econômica com a luta política.

A Itália possuía uma forte tradição de Conselhos, que influiu notavelmente nos grandes conflitos baseados na espontaneidade operaria. O “outono quente” não fugiu a essa tradição e,

rapidamente nas fabricas,sob ocupação ou não, surgiram os comitês ou conselhos de trabalhadores.

A experiência mais significativa de autogestão das lutas e da livre expressão de uma verdadeira democracia operaria, foi a da FIAT – Turim, a partir de maiuo 1969. As mobilização de maio-junho deste ano, criam uma nova atmosfera de mobilização da massa trabalhadora.Os organismos abertos, criados pelo Movimento estudantil de Turim,com o objetivo de unificar a luta operaria nas fabricas com as lutas nos bairros e a luta nas Universidades, se adaptam melhor a esta nova atmosfera.

Um dos aspectos mais revolucionários destas lutas operarias de 1968-69, e sobretudo do 'outono quente', foi o surgimento espontâneo e a extensão , nos setores mais combativos, do "Movimento de Delegados Operários", de uma parte, e , de outra parte, a pratica das "Assembléias de Trabalhadores".

Assim, uma nova estrutura de massa foi criada: a Assembléia Operaria estudantil, que se reunia quase todos os dias durante maio e julho,no inicio ou após a saida do trabalho, em frente aos portões,ou num bar vizinho,ou na Universidade.

O reconhecimento da existência de delegados ,como novos órgãos institucionais de representação operaria,tem a seguinte ordem:

- ✓ "MARZOTTO", 28 março 1969
- ✓ "DIELLA", 13 junho
- ✓ "FIAT", 30 junho
- ✓ "ITALSIDER", 1º de agosto

No 'outono quente' de 1969,ocorre uma serie de experiências em que os delegados de fabrica,de seção,de grupo ou de linha de montagem,são considerados como uma alternativa à seção sindical, à " comissão interna".

Em 1970, há um renascimento da experiência dos conselhos : em poucos meses, são criados os Conselhos de Fabrica.Em um período relativamente curto, cerca de 7000 Conselhos de Fabrica foram fundados,contra apenas 60 seções sindicais organizadas no longo período de 10 anos.

As antigas 'comissões internas' e as seções sindicais, testemunham sua incapacidade de gerir um confronto social de uma amplitude inédita,sendo absorvidas e mesmo varridas do cenário pelos novos organismos de representação direta. Assim, os Conselhos de fabrica operam uma mudança qualitativa das formas tradicionais de representação sindical. Surgia o 'sindicalismo dos conselhos".

Até 1968,os organismos fundamentais nas fabricas eram as 'comissões internas' e,fora das fabricas,as "Câmaras de Trabalho".As 'comissões internas', não influíam realmente sobre o conjunto da organização capitalista do trabalho.Não eram um instrumento de massa, nem um instrumento de luta permanente.Assim, não podiam concretizar a unidade ofensiva da classe operaria italiana.

O sindicalismo unitário dos Conselhos

O período 1970-73 é caracterizado pela extensão e institucionalização,no interior dos sindicatos,depois nas empresas,dos organismos autônomos surgidos nas lutas operarias. Em dezembro 1970, a CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho),próxima ao PCI, reconhece que os delegados e os Conselhos constituem "a estrutura de base do novo sindicato unitario".

Em 1971, seria a vez da CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores),próxima aos socialistas, de reconhecer seus delegados.

A marcha para unidade sindical foi conseqüência direta das lutas operarias de base do 'outono quente'. O ano de 1969 termina com a realização de 3 Congressos unitários.Em

outubro,foi realizada a 1ª Assembléia Unitária dos Conselhos Gerais das 3 Confederações (CGIL, CISL e UIL), em Florença e conhecido como “Florença 1”.

Após esta Assembléia, o processo unitário deu um grande salto adiante,notadamente nas bases,onde os conselhos se multiplicavam.

Os mais decididos são os metalúrgicos que em março realizam uma nova Assembléia Unitária,em que um “Projeto de Estatuto” foi construído e submetido aos trabalhadores.Este projeto é revolucionário em matéria de organização: “ a estrutura de base é a assembléia de fabrica, da qual o conselho é o orgão de direção eleito por todos os trabalhadores, sindicalizados ou não.Os membros dos conselhos,isto é,os delegados,são revogáveis a qualquer momento”.

Surge,também,a ‘Zona Homogênea”,organização das fabricas que aglutinam os trabalhadores na base da homogeneidade dos problemas sociais.O órgão de direção da “zona homogênea” é o “Conselho de Zona”, formado por delegados dos diferentes conselhos de fabrica, em um determinado nível geográfico.Em um novel superior a ‘zona homogenea’, no Provincial,surge o “Sindicato Territorial”. Os diferentes órgãos dirigentes são eleitos em 70% pelo Congresso e 30% pelos conselhos de fabrica.

Esta experiência é uma das fontes do “Sindicalismo Cidadão”.

O Acordo de 4 julho de 1972, expressa o surgimento da “Federação Unitária CGIL-CISL-UIL”, que não encontra forma de unidade orgânica nos níveis intermediários e superior da organização sindical,entretanto,assegura a unidade orgânica nos locais de trabalho,através dos Conselhos de fabrica.

O sindicalismo unitário italiano nasce com o ‘outono quente’.No fim de 1970, a CISL, a CGIL e a UIL adotam a dissolução das seções sindicais tradicionais,substituindo-as pelos Conselhos de fabrica.

Desde 1970, o desenvolvimento dos Conselhos de fabrica superava de longe a implantação sindical.Uma pesquisa da Federação dos Trabalhadores metalúrgicos (FLM),em 1972,mostra que sobre 3 milhões de metalúrgicos, 42.886 delegados estão presentes nos 4.291 Conselhos de fabrica.

O fenômeno foi generalizado em todo o pais,mas,o Norte estava melhor representado que o Sul; os ramos industriais mais combativos em 1969 (metalurgia,têxtil,químico.alimentação), melhor que os outros ramos.As grandes empresas,melhor representadas que as pequenas.No geral, 68% das empresas têm delegados operários eleitos ou nomeados após 1969.

O resultado é que as duas grandes centrais italianas ,a CGIL e a CISL,organizam um numero de operários quase em numero duplicado em relação,por exemplo, as duas centrais da França, a CGT e a CFDT.

8) PORTUGAL: As comissões de trabalhadores na “Revolução dos Cravos”,1974

Em 1973, as lutas dos trabalhadores portugueses alcançaram atingiram um patamar extremamente elevado,apesar de os medios de comunicação manterem silencio total . desde outubro, os trabalhadores buscavam uma forma autônoma de organização.O 25 de abril serviu como uma descompressão A abertura controlada no governo Caetano,expressando conflitos no interior da burguesia, serviu para os trabalhadores desenvolverem lutas nos locais de trabalho , de caráter anticapitalista

55% da classe operaria industrial estava agrupado na zona do Porto-Braga-Aveiro . Das 33.000 empresas industriais, menos de um milhar empregavam mais de 100 operarios e somente 156 tinham mais de 500 operarios.outra zona de forte presença operaria era nos canteiros navais de Lisboa e de Setúbal.

Nos anos 70, a classe operaria portuguesa apresenta 3 níveis em seu interior:

1= formado por trabalhadores de pequenas empresas,às vezes de caráter familiar,e no campo: empresas textis e de alimentação,com baixos salários,longas jornadas,paternalismo e repressão constituem a realidade de uma classe operaria com forte contingente feminino; a ideologia da burguesia rural e cleriacl,devido a relação com a terra desta parte dos trabalhadores, marca um forte condicionamento ideológico;

2= trabalhadores das empresas mais antigas (metalurgia,mecânica,setores estatis) qualificados e experimentados;com forte tradição e capacidade de reivindicação participaram da constituição de sindicatos durante o fascismo; é uma base forte do PCP;

3= novas camadas operarias, fruto da industrialização mais recente (chimiquica, eletrônica,canteiros navais,texties sintéticos), com alto nível de qualificação.O grau de concentração pemitiu a penetração de novas idéias e formas de luta avançadas;campo de disputa entre o PCP, o PSP e os vários grupos de extrema-esquerda.

Deste modo,entre outubro de 73 e o 25 de abril 74, ocorreram conflitos em 33 empresas na grande Lisboa,envolvendo cerca de 17.000 trabalhadores. Duas questões se destacaram: as reinvindicações salariais e o recurso à greve.As greves tinham origem em movimentos espontâneos,com suspensão parcial ou completa do trabalho ou através das organizações sindicais.Outras formas de expressão surgiram nas lutas:,como a redução dos ritmos de produção,manifestações de rua,concentrações junto as fabricas e reuniões,apresentação de cadernos reivindicativos,abaixo-assinados,recusa de horas extras.

Neste mesmo período ocorreram as greves dos trabalhadores rurais do Ribatejo e dos pescadores de Matosinhos. Calcula-se que,de outubro a março,mais de 100.000 trabalhadores de cerca 200 empresas fizeram reivindicações e cerca de 60.000 recorreram a greve. O maior numero de greves foi nos subgrupos metalúrgicos e metal-mecanico,material elétrico e transportes e comercio.

Um relatório de junho 1973, do líder do PCP, Álvaro Cunhal fornece uma idéia das lutas ocorridas antes da queda do fascismo:

“Os trabalhadores partem de greve nas empresas MAGUE e CIMA, em Alhandra,GIALLO, no Porto)com manifestação de rua), ABELHEIRA em Tojal (com ocupação da fabrica),SIPE em Carcavelos (os trabalhadores , cruzam os braços frente as maquinas),MOVITEJO em Alverca (recusam hoas extras).Entram em greve também os pescadores na Costa Norte e na Figueira da Foz (22 junho),os pescadores de sardinha de Matosinhos(72 horas) e Portimao,os operários das conservas de Setúbal e os camponese de Alparça. Os trabalhadores pararam nas empresas SEPSA no Porto, CIMA, OLIVA, MESSA, FIRESTONE (Alcochete),GIL (ªdos Vinhos), PROMETALIS(Porto), CELCAT, CABOS(Ayila), SOPREM (Pampilhosa), GRUNDIG(Trola), RABOR, CUF, TRANSUL (lado sul do Tejo), DIARIO POPULAR e em muitas outras”.

Neste relatório do PCP, já se fala em ‘comissões de trabalhadores” desde 1969.Em 1972,Cunhal fala das lutas por “multiplicação das comissões nas empresas”;em 1973 , do sucesso obtido nas eleições sindicais.Desde 1968-69, os trabalhadores ganharam a direção de muito sindicatos: nos bancos de Lisboa e do porto, sindicato dos metalúrgicos de Lisboa, no têxtil.Em outubro de 1970,os sindicatos se articulam numa ‘Inter Sindical”,contando com 42 sindicatos.As principais reivindicações eram: salário mínimo, direito de greve e liberdade sindical.

Portanto, nestes conflitos,os trabalhadores criaram as Comissões de Trabalhadores.Em outubro 1974, existiam em todo o pais umas 200 comissões de trabalhadores.Estas comissões eram eleitas por um ano e sempre revogáveis.

O movimento popular e operário pode ser periodizado em 3 etapas:

1a= 25 abril-28 setembro 1974-

nascimento do ‘poder popular’;fase do governo Spinola

2ª= 28 setembro-11março 1975 :

fase socializante

3ª= 11 março- agosto 1975:

fase socialista

O movimento das ocupações de empresas tomou velocidade no verão de 1975.

- ✓ -a lavanderia “Portugália” ,com sede na Ajuda(Lisboa) e com 198 trabalhadores,sobretudo mulheres,em final de 74 após um ‘lock-out’,os trabalhadores demitiram o patrão e entraram em autogestão;
- ✓ -Na Marinha Grande , 700 trabalhadores ocuparam uma fabrica de vidros ,sanearam a administração e passaram a gerir a empresa;
- ✓ -Na gabrica de Iogurtes “Bom Dia”, 19 trabalhadores ocuparam as instalações e instituíram um sistema de autogestão;
- ✓ -Na têxtil “Penteadora”, os 1.100 operarios decidiram criar uma comissão de trabalhadores e assumir a administração
- ✓ -perto de Avo,uma fabrica entreou em autogestão;
- ✓ -no Porto, uma empresa de sintéticos,com 60 operarios,entrou em autogestão;
- ✓ -a fabrica de bolachas Cuetara do pombal,com 35 operarios,entrou no sistema de autogestão;
- ✓ -a Clona Mining Cia,em loulé, com 100 trabalhadores em trou em autogestão;
- ✓ -em Setúbal,os operários da fabrica Sapec ,raptaram dois administradores para mostrar ao Governo como a situação estava ruim.

Assim,em agosto de 1975,uma 380 fabricas estavam em autogestão.

O período de maio-junho de 1974 foi fortemente dinamizado pelas ‘Comissões de Trabalhadores”.Atraves destas Comissões,após o 25 de abril,os trabnalhadores iniciaram a pratica da autogestão,chegando a formação de inter-comissões de trabalhadores,ligando varias fabricas.

Em 75, por iniciativa dos operários da empresa Eface-Inel , decidiu-se pela fundação de uma ‘Federação de Comissões de Trabalhadores”,com o nome de “Inter-Empresas”.Esta federação reunia 24 empresas entre as maiores do pais, ‘para auiliar e apoiar as lutas dos trabalhadores”.

No período posterior ao 25 de abril, os trabalhadores se lançaram a tomada dos sindicatos,até então sob controle da legislação fascista do salazarismo. Os sindicatos estavam organizados por profissão: por exemplo na Lisnave, existiam 13 sindicatos , na TAP 15.Assim,os trabalhadores realizavam assembléias gerais e plenárias.

Ao mesmo tempo, em nível de fabrica,as Comissões de trabalhadores elaboravam cadernos de reivindicações: salários,diminuir a jornada de trabalho,melhores condições de trabalho,etc.

Conquistada a liberdade sindical nas empresas, os delegados sindicais em ação coordenada com as Comissões de trabalhadores,realizavam Convenções Coletivas.Os operários rurais se uniram e tomaram em suas mãos a tarefa de realizar a “Reforma Agrária”: exproipriação de terras, ocupação de terrenos vazios,unidades coletivas de produção,sindicatos agrícolas.Assim,se fez a aliança operário e camponesa.

O ‘Poder Popular”: as Comissões de Moradores

Nos centros urbanos,nasceram as Comissões de Moradores,organizadas nos bairros.

Organizaram-se as intercomissões de Moradores.Ocuparam-se casas devolutas e abandonadas que,em assembléias de moradores,eram distribuídas aos mais necessitados.Construiram-se cooperativas de habitação. E construíram parques e centros sociais

Com o avanço da direita em novembro 75, as comissões de moradores do porto iniciaram um debate que levou a um sistema de 'troca direta' com os camponeses do Norte: vendas de produtos agrícolas diretamente aos moradores.A Comissão de Moradores de Igreja Velha,no porto, buscou a possibilidade de venda aos camponeses dos produtos de fabricas de autogestão ou sob controle das comissões de trabalhadores. Estes laçoes solidários foram comuns; a cooperativa de Cortiços,perto de Mirandelaconstituida no final de 75 pela ocupação de terras;em abril de 76, varias fabricas de Lisboa se cotizaram para enviar um trator a Cortiços.300 operarios vieram a Lisboa para levar o trator para cooperativa. Desta forma, negociando entre si, os trabalhadores criavam um 'mercado autogestionário'.A "Cooperativa 25 de Abril", construiu casas para substituir os barracos de lata,chegando a ter uma demanda por 600 casas.

Os trabalhadores dos estaleiros Lisnave fizeram encomendas de maquinas a empresas de autogestão. A federação das comissões de Moradores de Setúbal adquriu os seus produtos nas cooperativas agrícolas da região de Azambuja,enquanto as comissões de moradores de Lisboa apoiavam as cooperativas de Alcacer e Evora.

Estes grupos de base se articularam para coordenação de suas lutas. Assim, 23 comissões,unidades coletivas e cooperativas criaram a Assembléia popular.Em Marvila, a Assembléia Popular era formada pelas Comissões de Moradores e pelas comissões de Trabalhadores.Muitas assembléias populares surgiram na área de Lisboa,mas também em Faro,Porto,Coimbra e Braga.

Estas 'vendas diretas' entre comissões de moradorese cooperativa ou fabricas autogeridas ,foi organizada em larga escala no Sul e no Centro do pais e tornou-se muito popular devido ao aumento do custo de vida.

Em 13 setembro 74,uma 50 Comissões de trabalhadores do cinturão industrial de Lisboa reuniram-se em Conferencia na fabrica Copam. Outra tentativa de reagrupamento mais amplo foi a "Federação da Covilhã",uma cidade do Centro onde existiam muitas fabricas têxteis e com tradição de lutas. Mais de 90 Comissões de Trabalhadores se reuniram sem etembro de 75,um verdadeiro Congresso das Comissões de Fabrica. A pauta deste congresso:

- ✓ -O controle dos trabalhadores (formas de controle exercido pelas comissões de trabalhadores sobre a produção e o consumo, autogestão,etc);
- ✓ -horas de trabalho; o armamento da classe operaria;saneamentos;desemprego;aliança operário-camponesa;nacionalizações,etc.

O movimento dos trabalhadores partiu de lutas reivindicatórias para questão do poder,através das formas de organização e mobilização das 'comissões de trabalhadores' e pela capacidade de produção coletiva autônoma das 'assembléias de trabalhadores' frente aos sindicatos ,partidos,Governo e patronato.

Outra forma de organização autônoma , foram os "Conselhos revolucionários dos Trabalhadores".Em abril 1975, num grande comício em Lisboa,ocorreu o debate pela organização de um 'novo tipo de organização'.participaram partidos de esquerda, comissões de trabalhadores e militantes da Inter-Empresas. Participaram as comissões de soldados e marinheiros.Deste encontro saíram os 'conselhos revolucionários de trabalhadores,soldados e marinheiros".

Em agosto 75,ocorreu o 2º Congresso dos Conselhos.

AS COOPERATIVAS

Uma das mais significativas expressões deste movimento foram as "Cooperativas". Surgiram em diversos setores: cultural,artístico,produtivo.As 'cooperativas agricolas' contribuíram para a aliança operário-camponesa.Muitas vezes,grupos de trabalhadores urbanos foram ao campo para ajudar os camponeses nas colheitas, ocupando desta maneira suas férias.Em agosto 75, existiam 300 cooperativas e mais 200 se formaram em setembro. No conjunto, foram cerca de 3.000 cooperativas.

Após o 25 abril,o cooperativismo foi reinventado em Portugal por milhares de trabalhadores,a partir de uma conjuntura especifica, reconduzindo-o às suas origens populares e revolucionarias.

O cooperativismo foi divulgado em Portugal por Antonio Sergio ,inpirando-se nas idéias da "Escola de Nimes",de Charles Gide.

O abandono das empresas por parte dos patrões e o boicote de outras,os trabalhadores foram obrigados a realizar a gestão das fabricas,para manterem seus postos de trabalho. Os operarioss e organizavam em cooperativas ou em autogestão.Muitas pequenas e medias empresas se transformaram em cooperativas ou formas de autogestão (uma comissão de trabalhadores era credenciada para gerir a empresa).

Em cerca de 2 anos,os trabalhadores viram em suas mãos cerca de 500 empresas em crise,com a obrigação de as gerirem para manter seus postos de trabalho.Muitas destas empresas foram abandonadas pelos seus patrões.Em muitos casos, os Ministérios do Trabalho e de Tutela concediam uma credencial através da qual eram conferidos poderes de gestão aos trabalhadores destas empresas abandonadas.

A este fenômeno ,chamava-se "regularização patrimonial".Os trabalhadores que assumiam a empresa,agora como cooperativa, tinham que pagar o Ativo da empresa abandonada.O valor deste Ativo não era suficiente para fazer frente ao passivo da empresa.

O patronato usa 3 vias para retomar as empresas: pela violência,via assalto,geralmente a mão armada,as instalações que os trabalhadores ocupavam; em 1976, houve 10 assaltos de ex-patrões a cooperativas de trabalhadores; pela via judicial,mediante ações de reivindicação de posse; pela via política ,dependendo da relação de forças, em que possam ter leis favoráveis.

Alguns mecanismos legais existiam: o decreto-lei numero 4/76, que permitia ao Governo pedir aos tribunais a declaração de falência destas empresas e dispor,como lhe prouver,da respectiva massa falida – inclusive,arrenda-la ou vende-la a cooperativa que explore esses meios de produção. A Constituição prevê no art. 87º, a foigura do abandono dos meios de produção,sem haver imdenização nos casos de abandono injustificado.

Em junho 1975, houve a 2ª reunião Inter-Comissões de Trabalhadores,no Porto,em que se decidiu optar pela forma cooperativa e repudiar toda a forma de tipo autogestionário e cogestionario.Além dos sindicatos,participaram desta reunião comissões de trabalhadores representando 11 empresas da região.

A Constituição de Portugal define o setor cooperativo,ao lado do setor privado e do publico,como "constituído pelos bens e unidades de produção,possuídos e geridos pelos cooperadores,em obediência aos princípios cooperativos"(art.89º.3).E,engloba o setor cooperativo no que chama de 'Propriedade Social",dando a esta uma dinâmica 'que tenderá a ser dominante".

No art. 84º.1,a constituição define que "O Estado deve fomentar a criação e a atividade de cooperativas". Portanto, a Constituição define que: apoio e fomento cooperativo,englobando o setor cooperativo no qued enomina de 'propriedade social' e atribui a este a tendência de predominância: "constituem a base do desenvolvimento da propriedade social,tenderá ser predominante,os bens e unidades de produção com posse util e gestão dos coletivos de trabalhadores,os bens comunitarios com posse útil e gestao das comunidades locais e o setor cooperativo"(art. 90º .1).

A Constituição da revolução define a vontade popular de Portugal ser uma republica independente,em 'transição para o socialismo,mediante a criação de condições para o exericio democrático do poder pelas classes trabalhadoras"(art.2º).

Assim,temos 3 setores caracteriz\ados pela forma de propriedade e gestão dos meios de produção: publico, privado e cooperativo.

O Programa de Governo definia “no que se refere ao FOMENTO do cooperativismo,o Governo assegurará todo o estimulo possível às iniciativas cooperativistas,sob a única condição de que respeitem o ideal cooperativo e os princípios que o informam,definidos pela Aliança Cooperativa Internacioanl,entre nós difundidos por Antonio Sergio e finalmente integrados no texto constitucional”.

Estes princípios cooperativos ,que estão na Constituição,são:

- ✓ a solidariedade ou o compromisso recíproco;
- ✓ -a igualdade;
- ✓ -a gestão social;
- ✓ -a moral da equidade ou proporcionalidade;
- ✓ -a educação.
- ✓ A Assembléia da republica aprovou o Decreto-lei que criou o INSCOOP(Instituto nacional Setor Cooperativo)que tomou o nome de Antonio Sergio,e que cuida de formação, apoio pontual,econômico e financeiro

Como parte deste processo, em 1978, a BASE-FUT ,movimento social originado deste período, organizou a Primeira Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário,em Lisboa. De suas declarações, podemos extrair esta definição:

“ A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontrem nas mãos dos produtores-cidadãos,organizados livres e democraticamente, em fomas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no principio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro,nas quais se implante a vivencia da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos”. [cf. 1ª Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário. Lisboa, Maio de 1978].

As ocupações no Campo

No Alentejo,o modelo de empresa dominante era a grande exploração agrícola.Os proprietá-

rios cultivavam trigo nas melhores terras dando as piores de parceiria;colhia azeitona, arrancava o cortiço e noutras partes cultivava gado suíno.O proletariado rural era atingido pelo desemprego , disputava os pequenos pedaços de terra para parceiria e, tinha uma fratura entre assalariados permanentes e os temporários ,estes afetados pelo desemprego.As condições de vida estavam marcadas pela fome em largos períodos do ano e,os salário eram muito baixos.

A emigração para o estrangeiro e a ida para cidades afetavam este modelo de empresa. As lutas dos rurais em 1962 (por mais salário e jornada de 8 horas) assinalam o declínio do latifúndio. Estas grandes propriedades contaram,então,com o apoio da poltica de credito do regime fascista e puderam se mecanizar,se capitalizarem. As outras explorações em que não houve esta capitalização , ficaram abandonadas a uma gricultura extensiva de azeitona e cortiça e alguma criação de gado.Desta forma,quando de 1974, uma burguesia capitalista agrária tinha a hegemonia no Sul.

Nass duas províncias do Alto e do Baixo Alentejo (o Algarve tinha traços comuns com o Norte do pais), domina a grande propriedade do latifúndio: empregavam um total de 300.000 trabalhadores rurais,um verdadeiro proletariado rural.

A reforma Agrária dos trabalhadores aponta para uma via que modfica as relações de produção dominantes nos campos do Sul,o que significa tomar não apenas as terras piores ,como queriam os latifundiários,mas também as melhores terras dos grandes proprietários. O Partido Comunista de Portugal privilegiava as UCPs.,pois não tinha hegemonia no aparato estatal , para apoiar as organizações do próprio Estado.

No Norte do pais, a situação era diametralmente oposta ao Sul. Dominava o minifúndio , a pequana propriedade;diminua a presença dos assalariados sem terra, que emigravam,ficando apenas os mais velhosEm alguns municípios, o próprio operário industrial cultiva um pedaço de terra para subsistência (Coimbra,Aveiro,Porto e Braga).

Há,portanto, uma ligação à terra muito forte. Nesta parte do pais, foi muito acentuada a convergência do fascismo com a Igreja oficial,tendo como ideologia dominante o anticomunismo.Um universo ideológico profundamente enraizado na população,manifestando-se em "um horror de mudar"; esta ideologia agiu como 'força historica' que os adversários do socialismo fizeram atuar como 'força material' contras as transformações.

População Agrícola – 1968

Assalariados	445.000	51%
Proprietários	330.000	38%
Familiares	100.000	11%
Total=	875.000	100%

No Alemtejo, os assalariados representam 83% e, no Norte representam 37%.O total de 875.00 se dividem assim:

Algarve 37.000

Alentejo 150.000

Ribatejo 150.000

Norte 538.000

Com 34% da população ativa, a agricultura apenas representa 13,6% do PIB

A Unidade Coletiva de Produção (UCP) é o segundo momento após o primeiro,a tomada da terra : luta pelo emprego, assegurar a produção,criar formas de organização,etc. Além da UCP, há outras formas : 'pré-cooperativa' e cooperativa,significando o mesmo tipo de organização.

Abril de 1974 encontrou intocado o Ministerio da Agricultura: voltado para os interesses dos grandes proprietários de terra. No Sul ,no Baixo-Alentejo, os trabalhadores agrícolas tinham uma longa trajetória de lutas pela reforma agrária ,"que liquidará os latifundiários e dará a terá a quem nela trabalha". Nesta área, os sindicatos estavam bem implantados.

Em BEJA o sindicato existia em quase todos os municípios,porem,em Setubal e Santarém (no Ribatejo e no Alto-alentejo)a implantação sindical era fraca.

A questão do desemprego foi um dos motivos para ocupação de terras. Os distriros onde mais se fazia forte o desemprego eram Évora,PortoAlegre e Beja.Em Setúbal e noutros locais do Sul,o desemprego era menos. Muitos eram os motivos deste desenprego: o regresso ao campo de operários vindos da zona de Lisboa-Setubal ,onde trabalhavam na construção vivil; a seca de 1974;desmobilização no ritmo de incorporação ao serviço militar; a quebra do surto da emigração;o aumento de salários trouxe muitas mulheres ao mercado de trabalho.

As lutas freqüentes levaram os grandes proprietários à modernização tecnológica,e,assim, criando as condições para o desemprego e o sub-emprego permanente.O recurso ao trabalho temporário (os assalariados agrícolas são 80% temporários em Setúbal);o operário agrícola tem 3 a 4 meses de desemprego por ano;por exemplo,a cultura de tomata exigia apenas 4 meses de trabalho por ano.Uma das conseqüências desta situação, é o êxodo rural (a população de Béja diminuiu de 25% entre 1960 e 1970).

Um passado de exploração e opressão estão na base das ocupações.Os trabalhadores rurais do Sul tinham uma historia de lutas: uma greve geral em 1917 pela jornada de 8 horas; durante o fsacismo salazarista: 'marchas de fome" nos anos 40 e uma serie de lutas que atingiu

seu auge em 1946, 1948-49,1953,1956,1948 e nas greves gerais no Alentejo e no Ribatejo em 1962. A influencia do PCP era muito antiga e forte.

Logo sem eguida ao 25 Abril,os trabalhadores rurais tiveram um aumento importante de salários ,conquistado nas primeiras Convenções Coletivas de Trabalho. As segundas Convenções já incluíram regras para combater o desemprego.

As terras que seriam ocupadas pelos trabalhadores, ou estavam bandonadas ou sem cultivo.

Em maio, 200 hectares no Alentejo foram ocupados por cerca de 100 trabalhadores.A ocupação foi apoiada pelo Instituto reforma Agrária (IRA) e plos militares do Movimento Forças Armadas (MFA).Em junho, a Quinta da Torre,perto de Cabanas,foi transformada em cooperativa. As terras tinham sido abandonadas pelo proprietario.A ocupação foi realizada com apoio da Comissão de Moradores local.Uma fabrica próxima cedeu as maquinas para a limpeza de 30 hectares.

Os 300 hectares da "Quinta das Alagoas",perto de Lagoa (Algarve),foram transformados numa UCP ,com o nome de "Estrela Vermelha". Os 2.000 hectares da Quinta de Sousa da Sé,perto de Évora,foram ocupados;na aldeia de Cuba (Alentejo), a Quinta de São pedro,também foi transformada em cooperativa, após sua ocupação

Em Castelo Branco (Beira baixa) ,no final de 1975, havia uma área ocupada pelos trabalhadores de 3.100 hectares. Em Malpica,também em Castelo Branco,trabalhadores desempregados da Celtejo (fabrica de celulose) ocuparam uma propriedade com cerca de 1.100 hectares. Estas UCPs foram trabalhadas e geridas pelos próprios trabalhadores.

Em Faro (no Algarve) ocorreram 4 casos de ocupação de terras,e,num caso houve regresso do patrão.

Em agosto 74, 206.645 hectares de 330 latifundios tinham sido ocupados por 6.000 trabalhadores.As principais regiões onde ocorreram as ocupações de terra foram: o Alentejo e, o Ribatejo e a zona em volta de Castelo Branco (na Beira baixa).Os trabalhadores rurais se organizavam em cooperativas e UCPs. O modelo adotado foi da partilha : a terra era trabalhada e possuída pelo conjunto dos habitantes da aldeia.

Apenas em Évora,ocoreram cerca de 100 ocupações;em agosto de 1975,ocupações ocorriam diariamente.

Vejamos, mês a mês de 1975, a evolução na área do Alentejo:

Distritos	**Junho**	**julho**	**agosto**	**set**	**out**	**nov**	**dez**
Beja	5	23	58	75	246	288	295
Évora	22	-	122			390	
Porto-alegre	31	50	-			145	-

A reforma Agrária avançou onde os trabalhadores se impuseram através das ocupações de terras, com apoio do IRA e dos militares.

9) ESPANHA: As CCOO

O contexto da luta dos trabalhadores espanhóis sob o franquismo transparece em documento,datado de janeiro de 1966, uma Declaração de Princípios intitulada "Ante el futuro del Sindicalismo", em que aponta,também, a longa crise de hegemonia da classe dirigente e o nascimento das Comissões Operarias (CCOO):

"Durante estes últimos 27 anos, o abandono da classe trabalhadora tem sido total. Nossas organizações destruídas,nossos militantes perseguidods,nossos periódicos e locais confiscados.Em substituição a elas, nos montaram estruturas (ou sindicato vertical) imobilistas, que não sendo independentes,estão controlados pelos patrões...Sem duvidas, apesar das terríveis dificuldades de todo o tipo, nós os trabalhadores, não deixamos de lutar nem um só dia

por nossos interesses de classe.Seria interminável, enumerar as milhares de ações operarias, desde as simples visitas de uma comissão ao patronato até a greve, que se tem produzido na Espanha desde 1939 até nossos dias".

"Esta acumulação de esforços e sacrifícios dos trabalhadores espanhóis foi o elemento essencial , que possibilitou o nascimento das CCOO. Nas greves de 1956-57 , a pressão das massas acelerou a crise, que atingia a burguesia espanhola, que foi obrigada a mudar de política.Estas mudanças tiveram conseqüência na legislação trabalhista. Em 1958, a lei espanhola deu aos patrões a possibilidade de negociar com os delegados dos sindicatos oficiais. Porém, em vários casos, os operários não votaram nos candidatos oficiais e, escolheram trabalhadores nos quais tinham confiança"

Assim, de 1958 a 1962, foram constituídas em nível de fabrica, comissões de delegados, que podem ser consideradas como os embriões das CCOO.Essas comissões só se formavam quando havia um conflito ou negociações, se dissolvendo em seguida.

Em 1962, ecoldiu nas ASTURIAS, no pais Basco e Catalunha, um forte movimento de greves. Em todas as partes se formaram comissões de delegados operários,democraticamente eleitos, e os patrões se viram obrigados a reconhecer sua representatividade.Desta forma, as CCOO nasciam,de forma espontânea.

Em Madri ,essas comissões nasciam e morriam em seguida às lutas. Os militantes mais ativos,que se formaram nestas lutas,entenderam a necessidade de uma organização permanente que tomasse forma de movimento de oposição sindical às estruturas oficiais do sindicalismo fascista.

A partir de 1964,as CCOO assumiam um caráter de organização permanente, assegurando um minico de coordenação em nível local, regional e nacional.

À medida que crescia a consciência e a combatividade dos trabalhadores, aumentava a repressão.Nas fabricas surgiram as "listas negras" com nomes dos operários "ativos".As CCOO se aproveitam das eleições de 1966 para organizar assembléias de trabalhadores.Apesar da prisão dos principais dirigentes,as CCOO realizam suas principais ações neste ano. Em janeiro, maio e , sobretudo, outubro, centenas de milhares de trabalhadores se manifestaram nas principais cidades, contra o aumento de preços, o bloqueio dos salários,as demissões,a repressão politica.

A "semana de luta" ,organizada pelas CCOO,em outubro,teve um eco considerável no estrangeiro e demonstrou a combatividade do movimento operário espanhol.

Assim,pela primeira vez, depois da Guerra Civil de 1936-39, se podia realizar com êxito a coordenação de um movimento em nível nacional.

Nos anos seguintes, se organizaram "CCOO de Jovens" e "CCOO de Bairro".Em 1968, foram formadas as "CCOO Camponesas" , que lutam por "terra para quem a trabalha" , "salário mínimo" direito de greve,liberdade de organização".Delegações camponesas de várias regiões (Castilla, Catalunha,Aragão,Andaluzia) participaram ,em agosto 1969,da primeira reunião de coordenação de "CCOO Camponesas".

Na "Declaração das CCOO de Madrid" ,podemos encontrar uma concepção das CCOO:

"Que são CCOO ?

1. As CCOO são uma forma de oposição unitária de todos os trabalhadores,sem distinção de crenças ou compromissos religiosos ou políticos, às estruturas sindicais. Nascem como uma necessidade da defesa de nossas reivindicações imediatas e de rpeparar um amanhã de liberdade e unidade sindical;
2. As CCOO são um movimento independente, da classe operaria, para a defesa dos interesses da classe operaria.Recusamos por isto, qualquer tipo de 'verticalismo' ou de submissão às palavras de ordem do Estado ou de qualquer grupo político;
3. O principio democrático é a regra de atuação das CCOO.;

4. respeitando o principio democrático,segundo o qual seremos nós os próprios trabalhadores, que decidiremos sobre a forma do futuro sindicato espanhol,as CCOO,advogamos e lutamos pela Unidade Sindical...Consideramos que a divisão será um suicídio de Classe".

As CCOO de Madri, no documento "Ante el futuro del Sindicalismo",elaborado em 1966,definem a linha em relação a um sindicalismo democrático e unitário:

" Aceitando a necessidade de unidade do movimento operário e de sua independência, consideramos que o instrumento eficaz será a Central Sindical Única , cujas bases de construção deverão ser livres e democraticamente eleitas pelas Assembléias de trabnalhadores, realizadas com a colaboração das organizações sindicais operarias representadas nas fabricas".

As CCOO exerceram uma grande influencia no movimento operário e sindical.Na Polônia,nos anos 70, houve um debate sobre o papel das 'comissões clandestinas nas empresas". No artigo de "ROBOTNIK" ("O Operário"),jornal dos ativistas do futuro sindicato SOLIDARNOSC,intitulado "As Comissões Operarias na Espanha", podemos ler:

" Uma das lições mais importantes do que se passa na espanha, é o papel que tem desempenhado o movimento sindical independente e, em particular, o movimento operário que se desenvolve em centenas de fabricas espanholas.Trata-se das 'CCOO'...

As CCOO se formam em segredo,da seguinte maneira: aqueles que têm confiança entre si, formam pequenos grupos que atuam nas seções; a partir deste nível, criam-se comissões em nível de fabrica, que , pouco a pouco, com grande precaução, fazem contatos com as comissões de outras fabricas".("Robotnik",n.8 , janeiro 1978).

10) AS LUTAS NO LESTE EUROPEU

Os vários ciclos de lutas operarias no Leste europeu exigem uma certa caracterização deste processo de 'longa duração',pois inicia-se nos anos 50 e vai até a década de 80.

O 'socialismo estatal burocrático", implantado no leste europeu no pós Guerra , foi diversas vezes contestado de forma radical pelos trabalhadores. Desde 1953,ano da morte de Stalin, até a revolução do Solidarnoisc polonês,em 1981 e a queda do Muro de berlim,em 1989.

As lutas operarias se expressaram através de greves gerais, revoltas e revoluções.Podemos assinalar um onda de longa duração marcada por estas lutas:

- ✓ 1953= greves na Alemanha oriental e na Thecoslovaquia.
- ✓ 1956= revoluções na Hungria e na Polônia.
- ✓ 1968= revolução dos conselhos na Thecoslovaquia.
- ✓ 1970=revoltas na Polônia.
- ✓ 1977=revoltas na polônia,sindicatos livres na URSS e Romênia,oposição na Thecoslovaquia.
- ✓ 1980=revolução na Polônia.
- ✓ 1989=rebeliões populares no conjunto do leste da europa.

Como caracterizar estes processos ? Quais os elementos de unidade e de diversidade ? Partindo de analises de militantes e teóricos do próprio leste,tentemos trabalhar alguns conceitos.

Inicialmente, a REFORMA : é entendida como mudanças políticas ,econômicas e estruturais no contexto do leste; reforma não significa retorno ao capitalismo;ela pode evoluir em dois sentidos,que se confundem durante um certo período:

1. Liberalização= processo que se origina e que é dirigido exclusivamente ‘do alto’; a direção do PC decide o momento em que o povo ou o pais está maduro para certas reformas;a iniciativa encontra-se nas mãos do grupo dirigente;
2. Democratização= processo envolve o grupo dirigente,mas que começa pela pressão da base,que tem a iniciativa;os trabalhadores defendem as mudanças propostas pela direção do PC,mas formulando suas prórpias reivindicações e pressinando por sua realização.

Inicalmente, reivindica-se reformas limitadas,sem eguida,transformações institucionais que garantam o controle popular sobre o Estado.Neste caso,as mudanças atingem a natureza do modelo estatal de socialismo: o monopólio político do PC, a estatização dos meios de produção, a censura, o sistema de ‘correia de transmissão’, a dependência frente à URSS.Este processo pode ser chamado de ‘Revolução Política”.

Em resumo, REFORMA é um termo marcado pela iniciativa do poder e procede ‘do alto’,com tendência a manter o ‘status quo’,e,para tal,busca o apoio passivo dos trabalhadores e cidadãos.

Já a REVOLUÇÃO ,procede ‘de baixo’ e,no seu inicio,é desprovida de objetivos gerais claramente definidos;supera esta fase inicial ao criar novas formas de organização ou socialização antagônicas à ‘velha ordem”.

Além destas 2 vias,podemos falar de outra ‘revolução’ que visa substituir o sistema ‘socialista’ pelo capitalismo;na verdade,uma ‘CONTRA-REVOLUÇÃO’.Quando,trata de assegurar o ‘status quo’ ,estamos diante de uma ‘NORMALIZAÇÃO”,como ocorreu na Hungria e na Polônia,em 1956 e na Thecoslovaquia,em 1968.

Em relação as FORMAS de LUTA,as experiências do leste europeu podem ser classificadas em 5 blocos:

REVOLTAS, tendo por causa a carência de bens de consumo, aumento nas normas de trabalho,reformas fiscais,aumento dos preços básicos.Por exemplo:

- ✓ .Berlim-Alemanha oriental, em 1953
- ✓ .Pilsen,Thecoslovaquia,em 1953
- ✓ .Poznan,Polônia,em 1956
- ✓ .Novatcherkasek,URSS,em 1962
- ✓ .Vale do Zhill,Romênia,em 1977

Foram manifestações espontâneas e amadurecidas no interior deste paises pelo desespero das suas populações; não-ideológicas e limitadas no tempo e no espaço.Podemos caracteriza-las como “ensaios de tempestades futuras”.Terminaram sob intensa repressão.

TIPO REVOLUÇÃO Húngara,em 1956. Movimento total e radical,questionando e derrubando o regime vigente;obra das massas trabalhadoras,com opções ideológicas variadas.Seu ponto principal foi a ‘auto-organização’ dos trabalhadores em conselhos.

TIPO SOLIDARNOSC,Polônia,em 1980-81; resultado de dezenas de anos de lutas.Sua marca característica foi também a ‘auto-organização’ dos trabalhadores em conselhos e com base autogestão social.

TIPO PERESTROIKA e “revoluções democráticas” em 1989. Na URSS,por iniciativa do grupo dirigente do PCUS.No leste,as revoluções democráticas tiveram ampla participação popular,enquanto luta por cidadania e não como classe;talvez,as exceções sejam Thecoslovaquia e Polônia,onde houve uma participação maior dos trabalhadores enquanto classe.Exceto na Romênia,as demais foram ‘revoluções de veludo”,pacificas.

No seu conjunto, assinalaram o esgotamento histórico do ‘socialismo estatal’.Segundo Ernst Mandel,combinaram agitações típicas da “Primavera de Praga” com as do Maio europeu de 1968.

As experiências do ‘socialismo estatal’ surgiram de ‘revoluções passivas” (Gramsci),ou seja, “revolução sem revolução”. Neste sentido, os regimes do leste pdoem ser chamados de ‘diatdura sem hegemonia’.

O corolario destas ‘revoluções passivas’, foi definido pela práxis dos trabalhadores,em diversos momentos: alguns destes momentos foram verdadeiras “revoluções ativas de massa”,ou ‘revoluções anti-passivas”.

Quais são as características principais destas formas de revolução ?

- a revolução ativa democrática e de massa:

1. 1.os trabalhadores se revoltam contra o que é visto como “seu Estado”; reinventam formas radicais de democracia em todas as frentes de luta (política,econômica e cultural);
2. 2.a classe operaria torna-se o ator central e decisivo do processo de democratização socialista;
3. 3.os trabalhadores defendem amplas liberdades, criticam e abolem os privilégios da ‘nomenclatura’,criam novas formas de democracia de base (conselhos,comissões), autonomizam a sociedade civil em relação ao Estado,criam elementos de autodefesa, destroem o velho sistema sindical estatal ,iniciam a revolução cultural e ética do cotidiano.

No sentido de Castoriadis, “As coisas são ainda mais claras quando vemos, não a ‘revolta’,enquanto explosão e destruição da velha ordem,mas a ‘revolução’,enquanto atividade auto-organizada visando a instituição de uma ordem nova”.

A sistematização das experiências históricas no leste , nos mostra que estes elementos estiveram presentes,total ou parcialmente,em varias das lutas dos trabalhadores. Destacamos 3 desses momentos ‘criticos da historia’,como ‘revoluções ativas de massa’ :

1. A revolução na Hungria, em 1956
2. A revolução dos conselhos na Thecoslovaquia, em 1968
3. A revolução do Solidarnosc na Polônia, em 1980-81

Podemos assinalar que o processo polonês de 1980-81,foi uma ‘revolução ativa de massa’;posteriormente,desrrotada pela ‘normalização’ com a decretação do ‘Estado de Guerra” (dezembro 1981).Por sua vez, o processo polonês iniciado em 1989,com a ‘mesa redonda’ de negociações (entre a Igreja, O POUP e as Forças Armadas) e as eleições de julho desse ano,significou uma ‘reforma pelo alto’.

Em 1965, os poloneses Jacek Kuron e Karel Modzelevski , após saírem da prisão, divulgaram um documento intitulado Carta aberta ao Partido Comunista da Polônia (POUP). Tratava-se de uma Plataforma para as lutas anti-burocraticas no leste europeu que só encontraria paralelo na obra do thecolosvaquo Rudolf Bahro, “A Alternativa.Para uma critica do socialismo real” , publicada em 1977 e que custou uma condenaçãoo de 8 anos de prisão para seu autor.

Em 1969, Kuron foi condenado a 3 anos de prisão e Modezlevski a 3 anos e meio.

Em resumo, a carta propõe;

- ✓ “Supressão da propriedade burocrática dos meios de produção.Que a classe operaria organize seu controle do trabalho;
- ✓ Controle das condições e objetivos do trabalho nas fabricas pelos Conselhos Operários;
- ✓ Os Conselhos operários enviaram Delegados operários em nível nacional: estes delegados (eleitos,revogáveis) deverão ser a armadura do Estado proletário;

- ✓ Pluralidade dos partidos.Supressão da censura.Não ao regime parlamentarista atomizando a opinião ;
- ✓ Sindicatos independentes do Estado.Direito efetivo de greve econômica e política;
- ✓ Instrução geral operaria articulada à produção;
- ✓ Não a armada regular permanente,nem policia política.Milícia operaria subordinada aos Conselhos;
- ✓ As empresas agrícolas do Estado devem proceder à uma industrialização rural progressiva ."

Pierre Naville , aponta 3 pontos da revolução politica do Estado:

a) supressão da propriedade burocrática dos meios de produção. Naville dá outra tradução: " reapropriação dos meios de produção pelos conselhos operários,isto é, supressão da propriedade estatal do aparelho produtivo.Esta reapropriação pode ser de vários modos (inclusive o sistema de autogestão yugoslavo).de todos modos, ela presupõe uma política permanente de controle operário e uma nova forma de planificação.

b) A organização da estrutura do Estado proletário por uma pirâmide de Conselhos de trabalhadores,a eliminação do parlamento fictício,e a abolição da ditadura do partido único;

c) O terceiro ponto,chave de tudo: é inútil pensar que um pais ou uma sociedade possa viver sem poder burguês capitalista na ausência de partidos políticos e de associações organizadas.O jogo das estruturas transitórias do Estado só ocorrerá na medida em que os partidos socialistas são livres de agir, nos Conselhos ou noutros espaços,

Isto supõe que os partidos,jamais o partido único,não tenham um monopólio na direção do estado,constitucionalmente ou não...Isto significa que os partidos são apenas um elemento na pratica das opções feitas sob diferentes formas pela população".

1. POLONIA: as lutas operarias na década de 70 ,e a construção da rede pela autogestão,em 1980-81.

Em agosto de 1980,pouco mais de um século após a Comuna de Paris, a classe operaria de Gdansk desencadeou um movimento grevista que teve a duração de 15 meses, criando em seu bojo,formas de auto-organização de caráter autogestionário.

A Polônia foi palco de numerosas lutas dos trabalhadores: 1956, 1970 , 1976 e 1980. Assim,uma onda de longa duração de revoltas ,rebeliões e revoluções,determinando esse pais como o 'elo fraco' no bloco do 'socialismo estatal '.A maturidade da classe operaria polonesa foi fruto de um longo e lento amadurecimento.

Em agosto de 1980, os trabalhadores tinham como principal objetivo a formação de uma força autônoma real.A contestação operaria se pos fora das estruturas oficiais do poder (POUP-partido Comunista polonês,Sindicatos,etc) e buscou construir um poder autônomo.

As greves de 1980 tiveram inicio no mês de julho, no porto de Varsóvia e em Tczew, região de Gdansk.Em agosto, ocorreu a greve de 17.000 trabalhadores dos estaleiros navais "Lenine" de Gdansk, em protesto pela demissão da líder operaria Anna Walentynowicz. Nas empresas da região de Gdansk foi criada uma 'comissão de greve inter-fabricas(MKS) , que tem como sede os estaleiros "Lenine" e elabora uma plataforma de 21 pontos.

O dia 22 de setembro marca o fim das greves.É fundado o SOLIDARNOSC, constituído por 38 'comites inter-fabricas". Conta,então,com 10 milhões de filiados e representa 3.500 fabricas ,agrupando 39 organizações regionais(MKZ),que se subdividem em sindicatos profissionais e seções de fabrica. Um sindicalismo de base e de massa.

Por sua vez, o movimento dos ‘Conselhos Operarios’ teve inicio em abril de 1981. Nessa ocasião,as seções de Solidarnosc e dos canteiros navais de Gdansk e Szczecin deram inicio aos debates sobre a “Autogestão operaria”.A situação era de enormes dificuldades econômicas, com as fabricas semi-paralisadas e o PC (POUP) completamente paralisado,sem ação.

Em 14 e 15 de abril, foi realizada a Conferencia de fundação do que ficou conhecido como a “Rede Autogestionaria” das grandes empresas de Solidarnosc. Essa “Rede” reunia delegações de 17 regiões do pais; ‘sub-redes’ foram formadas e varias reuniões nacionais e regionais foram realizadas. Entre varias delegações, a “Rede” agrupoava os canteiros navais de Gdansk e Szczecin, das siderúrgicas de Cracovia,varias fabricas de Wroclaw, a mina de carvão ‘Wujek”.

O primeiro encontro publico da “Rede”,realizado em 8 de julho,em Gdansk,contou com a participação de 1.500 delegados das 150 principais empresas do pais.Nessa época, a “rede” existia sob a forma de conselhos de gestão operaria,em cerca de 3.000 empresas.

No movimento autogestionário polonês encontramos, claramente, os sinais da atividade autônoma das massas: a fundação de órgãos democráticos de gestão das fabricas, nos conselhos de trabalhadores. A multiplicação desses conselhos, sua coordenação em nível regional e, as primeiras reuniões nacionais dos delegados operários,eis a expressão clara do movimento autogestionário.

Alem da “Rede” autogestionaria, dois outros grupos se destacaram neste movimento pela autogestão: os grupos de Lodz e Lublin, formando um bloco das correntes mais radicais da autogestão operaria. Combinavam o desenvolvimento do ‘controle operario’ com a estratégia da ‘greve ativa’.

A “greve ativa”,marcada para o dia 21 dezembro de 1981,na região de Lodz,deveria assegurar a gestão operaria da produção,o controle da distribuição de alimentos e a formação de ‘milicias operarias’.Em sua estratégia estavam previstos:

- ✓ - favorecer a emergencia da autogestão territorial, liberando a energia de milhões de trabalhadores;
- ✓ - estimular a luta prlo poder político e pelas eleições livres;
- ✓ - criar uma situação de ‘prolongamento da dualidade de poder’,baseada na formação de uma ‘Camara autogestionaria” no parlamento,eleita democraticamente por todos os produtores assalariados, camponeses e artesãos individuais, concentrando todo o poder econômico do Estado.

Assim ,portanto,’greve ativa’ e autogestão operaria se generalizando no conjunto da vida social,destruindo as instituições burocráticas e reestruturando por baixo a sociedade. Essas eram grandes linhas alternativas do movimento pela autogestão na polônia.

A República Autogestionária

O Congresso Nacional de Solidarnosc,em outubro 1981, foi perpassado pela idéia de que a auto-organização e controle social em todos os níveis da sociedade são o caminho correto para à Republica autogestionaria. Vejamos as suas principais Teses:

19ª) O pluralismo das idéias, sociais,políticas e culturais deve constituir a base da democracia na republica autogerida.

A vida publica na Polônia necessita de profundas reformas que deverão conduzir à instauração definitiva da autogestão, da democracia e do pluralismo. Por isso, lutaremos também pela mudança das estruturas do Estado e pela criação e desenvolvimento das instituições independentes e autogeridas em todos os domínios da vida social (...)

20ª) a autogestão autentica é a garantia de uma republica autogerida.

O sistema que liga o poder político ao poder econômico, baseado na ingerência oermanente do partido no funcionamento das empresas, constitui a razão principal da crise atual da nossa economia(...)

A única solução para mudar esta situação é a criação de comissões autogestionarias de trabalhadores que darão o verdadeiro poder de decisão ao pessoal das empresas.O nosso sindicato reivindica a restauração do principio da autogestão nas cooperativas(...)

21ª) as estruturas autogestionarias regionais, jurídica e financeiramente autônomas, devem representar realmente os interesses da população local.

A autenticidade da autogestão de uma estrutura regional é fundada sobre o principio das eleições livres.As listas eleitorais deverão ser abertas a todos. Todos os candidatos são iguais.Uma grande campanha eleitoral deve ser organizada para permitir aos diferentes candidatos apresentare os seus pontos de vista.As próximas eleições deverão realizar-se nestas condições(...)

22ª) os organismos e as estruturas da autogestão devem estar representados na mais alta instancia do poder de Estado.

Consideramos útil examinar a necessidade de criar um organismo de autogestão no mais alto nível de pdoer do Estado. Ele terá por tarefa o controle da realização do programa de reformas econômicas e das atividades dos organismos autogestionários regionais(...)".

Em dezembro de 1983, dois anos após o Golpe militar, a Comissão de Coordenação de Solidarnosc (TKK),tomou iniciativa de realizar um encontro de 5 grandes empresas: a siderurgica "Lenine",a siderúrgica "Katowice", a mina "Wujek", a fabrica de aviões "Swidnik" e a fabrica de tratores "Ursus". O encontro teve como objetivo a reativação da "Rede Autogestionaria" das grandes empresas de Solidarnosc.Decidiu-se,em plena clandestinidade, a continuação das atividades da "Rede",sob as bases estabelecidas antes da decretação do "Estado de Guerra".

2. TCHECOSLOVÁQUIA: a Revolução dos "Conselhos Operários"

A "revolução dos conselhos operários" na Tchecoslováquia apresenta caracteristicas bem particulares,tanto pelo contexto das lutas autonomas-autogestionarias em que ocorreu (1968-69),quanto pelas particularidades da formacao historico-social do pais.neste aspecto,retomemos um pouco o fio da historia.

Apos a primeira Guerra,a Thecoslovaquia integrava o Imperio austro-hungaro.Este fato marcou profundamente o movimento operario.Desde 1840,os sindicatos thecos lutavam pela autonomia de seu pais.Em inicio de 1870,uma conferencia de varias pequenas organizacoes sindicais ocorreu em Praga,decidindo a fundacao de um movimento sindical unificado,abrigando todos os operarios thecos na Austria.Por sua vez,o movimento eslovaco s_ aparecerá mais tarde.A industrializacao da hungria se desenvolveu lentamente.Na Hungria,em 1847,havia 136.000 operarios e,em 1872,havia 435.000.Já na Thecoslovaquia,em 1869,havia 3.267.068 operarios.

De todas as nacoes do Imperio,a Bohemia,devido a sua riqueza de materias-primas,era a mais industrializada.Neste sentido,a Thecoslovaquia apresentava,em 1963,uma percentagem de 70% de operarios em relacao a populacao global.Na mesma epoca,a percentagem para Polonia era de 37,5%;para hungria de 33%;para Yugoslavia de 30% e,para Alemanha Oriental,de 35%.

Portanto,a dependencia politica e o desenvolvimento industrial sao dois elementos importantes para analise do movimento operario thecolovaco.Com a "liberacao"do pos Guerra,estes elementos diferenciavam a Thecoslovaquia dos outros paises do leste europeu e,indicavam duas conclusoes favoraveis para a contrucao do socialismo,pos 1945.

Ademais,no pais,defirentemente dos outros do leste europeu,o PC(PCT) tinha uma sustentacao na classe trabalhadora,nao tendo seu poder politico fundado,como nos outros paises,na presenca do Exercito da URSS.Assim,por exemplo,nas eleicoes de 1946,o PCT obteve cerca de 40% dos votos.

A epoca da "liberacao",os sindicatos thecos estavam agrupados,durante a resistencia,no Conselho central dos sindicatos clkandestinos(URO) e,decidiram fundar a central intitulada de "Movimento Sindical Revolucionario"(ROH),cujas bases assentavam nos conselhos operarios

formados espontaneamente na maioria das fabricas durante a insurreicao de Praga,de 5 a 9 de maio 1945.Nesta ocasiao,o URO lancou um apelo pela formacao de conselhos operarios com amplo poderes de gestao.A originalidade destes conselhos residia no fato de,sendo a estrutura de base sindical,serem eleitos por todos os trabalhadores,exceto a direcao da empresa e,representar unitariamente o conjunto da classe operaria.Esta concepcao de sindicalismo foi combatida pelo PCT,que defendia uma politica sindical apenas para os sindicalizados.O PCT conseguiu "neutralizar " o sindicalismo do URO,numa estrategia aplicada em duas etapas:

1.controlando o aparelho central dos sindicatos e,elegendo o presidente do MSR;todos os postos foram ocupados por funcionarios do PCT;

2.subordinando os conselhos operarios ao aparato sindical,lancando nas empresas uma estrutura sindical paralela:os"grupos sindicais".

Desta forma,foi fundado um sindicalismo centralizado,a moda do "sindicalismo tipo sovietico".Na Frente Nacional,o PCT desenvolveu a sua politica com base nas organizacoes de massa,tipo sindicatos.

No periodo entre 1945 e 1948,ocorreram mudancas importantes no pais.A presenca de uma classe operaria numericamente forte e politicamente homogenea,alem de um PC muito forte,aceleraram o ritmo das nacionalizacoes.Por exemplo,em marco de 1947,no setor publico existiam 3.000 unidades de producao,sendo 16,4% na industria e 61,2% de operarios industriaisOs principais setores economicos eram:minas,siderurgia,metalurgia,quimica,vidro,acucar,energia.estas mudancas ocorreram no quadro de um sistema politico de coalizao:a Frente Nacional,composta de 6 partidos,com um bloco socialista (PCT,socialdemocracia e partido socialista),formando a ala mais avancada.

Este periodo inicial do pos Guerra,foi uma fase de tregua e foram os anos mais dinamicos do pais.O periodo de reconstrucao economica se encerrou em 1948.O PCT formulou um plano quinquenal -1949 a1953-,visando mudar a gestao da economia para um sistema de planificacao inspirado no modelo da URSS.Como resultado,no inicio dos anos 60,verificou-se a queda de crescimento do PIB e da renda nacional.Assim:

	1961	**1962**	**1963**	**1964**
PIB	7	3	-0,1	3,1
RN	6,8	1,4	-2,2	0,6

A crise economica de 1963 teve um papel importante para o ano de 1968.A centralizacao das decisoes economicas,o monopolio do mercado externo,acarretaram mudancas na experiencia theca.No campo socialista,a divisao do trabalho pos a Thecoslovaquia como fornecedora de equipamentos produtivospara os outros paises.Isto trouxe uma mudanca radical na estrutura de producao do apis.Ao mesmo tempo,ocorreu a formacao de um sistema hierarquico com base na autoridade do centro planificador e dos diretores de empresa;a concentracao das decisoses e dos meios financeiros com o fim de orienta-los para industria pesada,o aumento do peso da industria em detrimento da agricultura,o inicio da campanha de coletivizacao da terra e com o objetivo de liberar forca de trabalho para industria,suprindo a carencia de mao-de-obra.

A tabela abaixo mostra a mudanca operada pelo plano quinquenal na estrutura de producao:

Renda nacional na Tchecoslováquia (Praga - 1969)

	1948	1949	1950	1951	1952
Industria	58,60%	62,80%	61,40%	66,10%	68,60%
Construcao	7,00%	8,40%	8,70%	9,30%	9,60%
Agricultura e Floresta	22,10%	18,00%	17,40%	14,30%	11,50%
Comunicacoes	3,70%	3,50%	3,30%	3,20%	3,30%
Comercio	8,60%	7,30%	9,20%	7,10%	7,00%

(fonte: Nachtigal ,Narodni duchod Ceskoslovenska)

As raizes da crise theca residem nesta transformacao do sistema de gestao da economia nacional e na mudanca radical no comercio exterior.Este quadro foi acompanhado por uma onda politica repressiva.De outro lado,a esclerose do PCT,a corrupcao dos diretores de empresa,correspondiam cada vez mais,manifestacoes de resistencia passiva dos trabalhadores.ocorreu um aumento constante dos custos sociais de reproducao,agravado pelo debil desenvolvimento tecnologico devido a rigidez do sistema e sua lentidao em introduzir inovacoes tecnologicas.verifica-se um crescente deterioramento da produtivodade do trabalho.

Neste sentido,o movimento social conhecido como "A Primavera de Praga",desenvolveu-se em condicoes historicas particulares:

- ✓ .crise do regime de novotny;
- ✓ .lentidao no crescimento economico,apos a crise de 1963;
- ✓ .crescente descontentamento da populacao;
- ✓ .relacao de conflitos entre thecos e elovacos.
- ✓ Vladimir Fisera caracteriza da seguinte forma a Thecoslovaquia de 1968-69:

um potencial economico muito desenvolvido;a democracia tem uma grande tradicao;alto nivel de educacao e qualificacao dos operarios.

O Movimento dos Conselhos Operários

*"Combinar uma democracia representativa de tipo parlamentar com uma democracia direta exercida pelos Conselhos operarios,e gracas a autogestao dos cidados em todos os niveis"(*Jiri Pelikan)

O movimento dos conselhos operarios se desenvolveu entre dezembro de 1968 e junho de 1969.Numa primeira etapa,antes de janeiro 1968,a ideia dos conselhos foi defendida por economistas.Fisera expoe a situacao economica do pais neste periodo.

O pais se desenvolveu entre 1950 e 1964 segundo o modelo extensivo de tipo sovietico.a taxa de crescimento foi de cerca de 6% em media,para afundar entre 1961 e 1964 (-1% em 1962 e 0% em 1964).Esta taxa relativamente elevada nos anos 50,se explica pela reorientacao economia:industrias ligeiras e voltadas para exportacao,substituidas,entao,pela industria pesada no quadro da politica autarquica stalinista) e pela industrializacao da parte oriental do pais,a slovaquia.

Nos anos 60,o sistema de planificacao centralizada tinha se esgotado.Em um pais de 14 milhoes de habitantes,tinham se esgotado as reservas de mao-de-obra (menos de 1 milhao na agricultura,queda demigrafica nas cidades),como tambem as possibilidades de aumento da produtividade do trabalho.

O crescimento acelerado do capital necessario aos investimentos nas novas empresas e nos novos canteiros,para manter o nivel anterior de producao,privou o resto da industria dos

meios necesssarios para modernizar o aparelho produtivo existente e favorecer as industrias de ponta.Este processo desenvolveu um desperdicio de mao-de-obra nao qualificada e manteve uma penuria relativa dos bens de consumo.O Estado evitou a explosao,consagrando uma parte do excedente em subvencoes,alocadas nas empresas em dificuldades,fixando de forma centralizada e artificialmente os salarios e os precos.Uma parte importante deste excedente serviu para o consumo da burocracia central.

Desde 1963,uma reforma economica foi tentada,visando indicadores objetivos e qualificados na economia:desconcentracao da economia,autonomia maior para os chefes de empresa,dinamizacao da economia pelo mercado de bens de consumo e a abertura ao mercado mundial.Contudo,rapidamente,a reforma foi bloqueda pelas resitencias no interior da elite dirigente e pela impossibilidade de controle das diretrizes 'as estruturas descentralizadas.

Entre 1966 e 1968,a reforma comecou a ser realmente aplicada e a taxa de crescimento subiu (6a8%).Entretanto,a economia sofria de doencas velhas e novas.Velhas: superconsumo dos investimentos e das materias-primas,atraso e obseletizacao tecnologicos.Novos; dependencia das importacoes,deficit comercial devido aos precos elevados,explosao das reivindicacoes salariais por longo tempo reprimidas ,stock de mercadorias,consumidores preferiam poupar,inflacao".

A participação operária

Desde 1966,apos o XII Congresso do PCT,uma "comissao para a gestao e organizacao" foi criada.Previa um sistema de cogestao nas fabricas,em torno de um Conselho composto de 1/3 de operarios eleitos,e 1/3 de tecnicos mais 1/3 representacao do Estado.Este projeto veio a publico em abril de 1968,alimentando a reflexao dos trabalhadores quando da fundacao dos primeiros conselhos de trabalhadores,em junho 1968.

De junho a abril de 1968,a democratizacao se desenvolveu lentamente.Nesse ultimo mes,foi adotado o "Programa de acao" do PCT,prevendo a autogestao da propriedade social.Durante este periodo(junho-agi\osto),ocorre o fim da censura,a condenacao dos stalinistas,uma avalanche de reivindicacoes setoriais,sobretudo, nos meios intelectuais.O aparato sindical se democratiza lentamente;muitos sindicalistas ligados ao governo Novotny,se demitem.Ota Sik torna-se primeiro ministro para a reforma economica e,apela a iniciativa dos operarios contra a burocracia.

A partir de 15 maio,varias comissoes se reunem para preparar a "lei sobre a Empresa Socialista".Surgem greves contra a inconpetencia dos diretores de empresa.Criam-se federacoes sindicais por categoria,novos sindicatos e unioes inter-sindicais;implode,entao,o sindicalismo oficial.

A partir de junho,os conselhos operarios foram fundados nas fabricas EKD-Praga e SKODA-Plzen,as maiores do pais.apos agosto,os sindicatos realizam uma Conferencia dos orgaos de base e adotam uma posicao radical em materia de conselhos operarios;reintroduzem,tambem,o direito de greve.No PCT,as decisoes do congresso extraordinario de agosto 1968,sao renegadas,sobretudo a proposta de um modelo autogestionário de base(empresas) e na cupula(Camara por setor de atividade).ocorre,entao,uma aproximacao entre a esquerda dos dubcekianos e as organizacoes de massa.

Este Congresso extra do PCT,pertence aos grandes momentos da historia das revolucoes.Diante da invasao sovietica de 20-21 agosto 1968,ocorreu a convocacao imediata do XIV Congresso extraordianrio do PCT;realizado na fabrica CKD de Vysocany,na periferia operaria de Praga.Estava regularmente convocado para 9 setembro 1968;tinha por objetivo,a elaboracao dos Estatutos,implicando eleicoes via boletins secretos.Fixou-se o avanco da democracia socialista atraves dos orgaos de autogestao.Para Fisera,este Congresso figura como uma especie de "Constituinte"da revolucao dos de lei,sobre a "empresa socialista"foi publicado no final de janeiro 1969,15 dias apos a reuniao nacional dos conselhos operarios,de carater preparatorio e representando 190 empresas,num total de 890.000 trabalhadores (mais de 1/6 dos operarios do pais);a reuniao ocorreu em Plzen.

Em fevereiro,este projeto de lei foi emendado,voltando ao modelo de cogestao.Entretanto,no movimento sindical crescia outra perspectiva: a autogestao.No Congresso Sindical,marco 1969,já existiam cerca de 500 conselhos operarios.Em abril,o reformista Dubcek foi substituido por Husak ,no posto de secretario do PCT.O projeto de lei foi engavetado.A primeira medida do conselho nacional Theco,em abril,seria a suspensao do projeto de lei.

As reunioes de coordenacao dos conselhos operarios foram proibidas e a direcao sindical _ decapitada.Em julho,o ministro da industria iria interditar os conselhos operarios,acusando-os de "anarco-sindicalismo", e de "liquidar a planificacao central,o PCT,o Estado Socialista e os Sindicatos".

O movimento dos conselhos operarios foi um fenomeno de massa:atingiu mais de 1.000.000 de trabalhadores,cerca de 80% dos ramos da economia.

3. YUGOSLÁVIA : A autogestão como sistema

HISTÓRICO:

Os primeiros passos e os presupostos da autogestão na Yugoslavia, foram criados durante a insurreição popular da guerra de libertação (1941-1945), que criou novos orgãos revolucionarios do poder: ‘os comitês populares de libertação”. Estes ‘comites populares’ ,com uma dinâmica de ‘democracia direta ‘ e de ‘autogoverno”.Eram responsáveis pela gestão dos bens e da economia publica dos territórios liberados. Já na época da guerra de libertação, a gestão das fabricas era feita pelos trabalhadores;por exemplo, a fabrica de antimônio de KRUPANJ, uma cidade do território liberado da Servia ocidental, em setembro de 1941,por decisão do comitê popular, foi eleito um ‘ conselho operario de fabrica” , que geriu com sucesso a fabrica ,até a retomada do território pelos alem~es. Foi um exemplo único de autogestão operaria na Europa ocupada.

Em seguida,outras fabricas em territórios liberados, a Uzice,a Cacak, passaram por experiências de autogestão.

O sistema yugoslavo de autogestão foi se constituindo aos poucos, por etapas. Os autores yugoslavos assinalam 5 fases principais:

1) 1949-1953
2) 1953-1963
3) 1963-1974
4) 1974-1978
5) 1978-1983

Vejamos as características principais de cada uma destas etapas.

Primeira etapa (1949-1953)

Esta primeira etapa abrange os inícios, modestos, da autogestão: a formação dos ‘conselhos operários” nas fabricas estatais e, as primeiras mudanças no sistema econômico ,de administração centralizada, com o objetivo de criar os espaços para o desenvolvimento das relações de autogestão.

Os primeiros ‘conselhos operarios’ foram formados a partir da Instrução do Tribunal econômico federal e dos Sindicatos, dezembro 1949, que,apesar de manter as posições do ‘diretor de empresa’ e do sindicato,já assinalava o ‘conselho operario’ como o principal órgão de gestão:

“ Os coletivos de trabalho realizam a gestão por meio dos conselhos operários e dos comitês de direção de empresa”. Os conselhos eram eleitos por todos os trabalhadores (operários e tecnicos) com base no voto secreto. A partir de uma lista de candidatos apresentada

pelo sindicato ou por um grupo de operários; inclusive,existia a possibilidade de revogação de mandatos.

O conselho operário podia contar,nas garndes empresas, de 15 a 120 membros;nas pequenas empresas,com menos de 30 trabalhadores,o conselho era formado pelos 30 trabalhadores. Por sua vez, o 'comite diretivo da empresa" (3 a 11 membros), era eleito e podia ser revogado pelo 'conselho operario'.

As primeiras eleições para os conselhos operários foram realizadas entre agosto e outubro de 1950. As atividades dos conselhos de autogestão se davam ainda no quadro do sistema de direção estatal da economia.

Nesta primeira fase, a posição autogestionaria dos trabalhadores nas empresas foi articulada com mudanças no sistema econômico e na vida política

Assim, no V Congresso do PCY,em 1952,foi decidido sua transformação em "Liga dos Comunistas". Esta mudança de nome tinha por conteúdo a vontade política de impedir o processo de burocratização dos aparatos do Partido e do Estado. Gradualmente, foi abandonada a estrutura hierárquica de direção estatal da economia.Varios ministérios foram abolidos e transformados em conselhos (órgãos estatais)

Em 1952, a nova lei sobre os 'comites populares',organismos de base do poder,ampliou a área do autogoverno local e abriu espaços para descentralização em níveis econômico e político.

Em 1953, foi a vez da nova Constituição que fornecia as bases constitucionais a autogestão e as novas transformações sociais.

A nova Constituição ampliou os espaços de autogestão dos trabalhadores: intriduziu o "Conselho de produtores" (eleito pelos trabalhadores organizados em forma autogestionaria por ramo de produção) que funcionava como uma 'segunda Camara' do maximo corpo representativo (Assembléia) em níveis de distrito e comunas.Desta forma, reforçava-se o influxo político direto do trabalho associado ,organizado em forma autogestionaria, no conjunto da sociedade.

- Segunda Fase (1953-1963)

Esta etapa se caracterizou por mudanças socias profundas e rápidas,tanto na esfera política quanto na econômica. Abarcaram 4 direções:

1. extensão da autogestão `a novos setores do trabalho e da vida social,que estavam fora do campo da autogestão na primeira etapa.

Em 1944, a autogestão operaria foi ampliada ao setor das ferrovias,aos correios,telégrafos e telefones,e,também,aos serviços públicos,tais como transporte urbanos, limpeza urbana, água.

Em nível municipal, os órgãos do poder local (comitês populares) podiam intervir nas atividades da

Empresa do setor (por exemplo, aprovação de preços nos transportes urbanos).Um controle social também operava em outras empresas. Assim,surgiram os 'Comites dos consumidores",relativos as empresas do comercio em varejo e, os "Conselhos editoriais" nas empresas jornalísticas e editoras.

Portanto, a autogestão se estendia a vários setores da 'atividade social extra economica'.Este processo tinha como base jurídica a Constituição de 1953. Seu artigo 4,garantia a 'autogestão do povo trabalhador nos setores da educação, da culrura e dos serviços sociais".

As escolas,os hospitais,as instituições culturais e cientificas,transformavam-se em organização do trabalho autogerido,em que todos os trabalhadores decidiam sobre a organização do trabalho, os salários,a politica de desenvolvimento e elegiam os seus próprios órgãos de autogestão.

Os órgãos de autogestão nesta área dos serviços sociais (comitê,conselho) eram compostos por membros de dois tipos: os que eram eleitos pelos trabalhadores do serviço em questão , e os que eram delegados das instituições ou dos cidadãos interessados.

Todavia, estes organismos dependiam diretamente de financiamentos estatais, o que limitava a base material do desenvolvimento da autogestão.Para superar estes limites, foram criados 'fundos financeiros' autônomos.Estes 'fundos' eram dirigidos por comitês compostos por representantes dos trabalhadores dos serviços em questão, de cidadãos interessados e de representantes de toda a comunidade.

2. A segunda direção do desenvolvimento da autogestão foi constituída pelo aprofundamento das relações autogestionarias,pela descentralização e democratização do processo de tomada de decisões no interior das empresas e da organização do trabalho. O artigo 126, da "Lei sobre as relações de trabalho",janeiro 1958, estabelecia que " os coletivos de trabalhadores decidem autonomamente as contratações e as demissões e outras questões relativas ao estatuto do trabalhador".

3. A terceira direção. Foi de reforço da independência da empresa e da extensão dos direitos dos coletivos de decidirem sobre a renda produzida . Este processo foi lento. Contudo, o monopólio estatal permaneceu intacto em relação ao direito de dispor da reprodução ampliada (investimentos). Em 1957 e 58,novas leis ampliaram os direitos dos coletivos de trabalho.

Em 1957, foi realizado o primeiro Congresso dos 'conselhos operarios" da Yugoslavia,que trouxe um forte impulso `a autonomia da empresa e a poder dos trabalhadores.

Lei de 1961, significou outro grande passo: a repartição da renda entre a fabrica e a comunidade social, afastando os órgãos do Estado deste campo. Os fundos da empresa ficam subdivididos em: fundo de gestão,fundo de reserva e fundo de consumo coletivo.

O Estado ainda controlava e regulava os preços de 70% dos produtos e, todo o comercio exterior.

4. A quarta direção investia no setor da organização política,buscando democratizar o sistema político: ampliação do 'auto-governo local' e transformação em todo o sistema de decisões políticas.

Em 1955-56,ocorreram mudanças no campo das 'comunas', comunidades sócio-politicas (território), buscando articular os interesses pessoais dos trabalhadores com os interesses coletivos de toda a comunidade.No nível da comuna, poderia haver uma participação real dos trabalhadores-autogeridos nas decisões políticas relativas aos interesses coletivos e sociais.

Nesta perspectiva, a descentralização tirava 'negocios' do Estado e transferia para as comunas; associações de comunas substituíam o centralismo da hierarquia estatal; os 'distritos' transformaram-se em 'consorcios de comunas'.

Assim, a maior parte da ação estatal frente as empresas ee das instituições de autogestão, passou para competência da comuna e,sobretudo,para competência comunal e do seu conselho de produtores.

- Terceira Etapa (1963-1974):

Esta etapa apresenta uma grande mudança em todo o sistema socio-economico e politico. A base principal foi o esforço , para por em mãos dos trabalhadores, o controle direto do trabalho associado com base na autogestão , de todo o 'capital social".

Na verdade, o sistema sócio-economico yugoslavo apresentava,ainda nesta época,um dualismo: de um lado se desenvolvia a autogesão nas fabricas e nos serviços sociais e, de outro lado,a gestão dos meios destinados a reprodução ampliada permanecia nas mãos dos órgãos do Estado,sobretudo,em nivel Federal.

Em 1961, surgiram tendências econômicas negativas: queda da taxa de desenvolvimento (antes tinha sido a maior do mundo), queda da produtividade, baixo grau de utilização do potencial produtivo. O monopólio estatal sobre a gestão dos meios de reprodução

ampliada foi apontado como causa destes fenomenos O 5º Congresso da União do sindcatos do pais (1964) e o 8º Congresso da LCY,dedicaram todo o tempo a discutir as mudanças do sistema econômico e o papel do trabalho associado no campo da reprodução ampliada.

Assim, em 1964, houve avanços no sentido da “desestatização” da gestão do ‘capital social’: abolição dos fundos de investimento dcomunidade sócio-politica(Estado) e a transferência de seus recursos para os BANCOS , que foram transformados em órgãos econômicos autônomos e autogeridos.Em 1965, foi a vez da ‘reforma economica’ , que trouxe mudanças importantes.

Por exemplo, em 1961, as organizações econômicas dispunham dispunham diretamente do 29,5% dos meios destinados aos investimentos fundamentais, os 7,9% era gerido por instituições e 0,9% pelos bancos. A maior parte dos meios de investimento era administrada pelo Estado : os fundos de investimento da comunidade sócio-politica (federação,republica,regiões e comunas) compreendiam 61,7% de todos os meios financeiros destinados aos investimentos.

Dez anos depois (1971),este quadro mudou radicalmente: as organizações geriam 26,8% dos meios de investimento,as instituições 7,1%,os bancos 50,9%,enquanto a incidência da comunidade socio-politica caiu para 15,2%.

Assim,os bancos passavam a ter a gestão da maior parte dos meios de investimento.

Em relação a autonomia nas empresas, houve mudanças relativas a posição dos quadros dirigentes (diretor) e o direito obtido pelos coletivos de trabalho para regular de forma autônoma os problemas da organização e da gestão e da direção das empresas. Assim, a lei (1964) sobre as eleições dos órgãos de autogestão na organização do trabalho introduziu a reeleição obrigatória do diretor a cada 4 ou 5 anos.

Em 1968, ocorreram emendas a Constituição que introduziram mudanças radicais na autogestão:

Os coletivos de trabalho passaram a estabelecer autonomamente a estrutura,a modalidade de eleição, a duração do mandato,as funções e as competências dos órgãos de autogestão.Toda organização do trabalho associado era obrigada a eleger seu conselho operário.

A partir de 1965, surgiram a partir das experiências dos operários, novas formas de associações autogestionarias entre as diversas esferas do trabalho social: a “Comunidade de Interesse Autogerido”,substituindo os órgãos estatais..

Vários aspectos da reforma econômica não favoreceram os trabalhadores. Por exemplo, a empresa autogerida, obriggada a créditos bancários para os investimentos,se encontrou dependente dos bancos.Os bancos,formalmente autogeridos,na pratica estavam submetidos aos fatores políticos (funcionários estatais e diretores de grandes empresas).Formou-se centros independentes e com grande poder econômico,um tipo de ‘capital financeiro’, sem controle social e autogerido. Assim, o poder arbitrário dos grandes bancos,junto com outros fatores, minavam as relações de autogestão. O desequilíbrio no grau de sub-desenvolvimento econômico de algumas regiões do pais ,a posição do banco central, propiciavam o surgimento de descontentamento e conflitos de interesses regionais e nacionais.

No próprio campo do trabalho, reforçou-se a ´posição e influencia da ‘tecnoestrutura’ , dos grupos empresariais profissionais,usurpando os direitos autogestionários.

Nos primeiros anos da reforma econômica (1965-1971), a usurpação tecnocrática dos direitos de autogestão encontrou expressão na organização social e no plano social. Estes problemas levaram a um processo que terminou com uma nova Constituição em 1974.

Neste sentido, no 2º Congresso dos Autogestores do pais (maio 1971) ,, a classe operaria organizada na autogestão ,demonstrou o apego a linha do desenvolvimento social fundado na idéia da autogestão, como sistema global de organização da sociedade socialista.

- Quarta Etapa (1974 -1978)

Esta etapa tem por características principais os esforços para viabilizar estrategicamente o sistema de autogestão, expressos na nova Constituição (1974) e na “Lei do Trabalho associado” (1976).

Na fase anterior, estes esforços esbarraram e foram quase anulados pelo poder reforçado da tecnocracia nas empresas e em outros níveis da sociedade.

A luta de classes pressionava no sentido de uma resolução deste dualismo . Desta disputa,surge o conceito de ‘Organização de Base do Trabalho Associado”(OBTA), que suprimia algumas ambigüidades no campo juridico do conceito de ‘fabrica’ (que subentendia uma estrutura hierárquica,separação da função de gestão da função de produção,etc).

Os organismos dirigentes das OBTA eram constituídos com base no ‘principio de delegação”.

Dados do “Anuário estatistico da Yugoslavia” de 1978 , indicam que , em 1977, existiam no pais, 16.402 “organizações de base do trabalho associado” que faziam parte de mais de 2 .000 organizações de trabalho com duas ou mais organizações de base; existiam outras 14.785 organizações de trabalho, que por seu tamanho ou por circunstancias, não eram compostas de OBTA.

O elemento fundamental de todo o sistema político-social é que este novo sistema não se funda mais no cidadão, entendido como individuo isolado ou como eleitor que transfere a outros o direito de decisão, mas se funda sobre o trabalhador-autogestor.

Este trabalhador-autogestor pode exercitar seu poder diretamente no âmbito do seu mais próximo ambiente de vida e de trabalho associado.em qualidade de habitante de bairro, na comunidade de habitação autogerida,e,na qualidade de individuo com uma base social organizada, satisfaz sua própria necessidade e também dos familiares nos setores da cultura,da educação,da saúde,etc e,na comunidade de interesse autogerido.

A introdução do sistema de delegação criou uma vasta rede de delegados eleitos, em diversos níveis e organizações.O monopólio detido pelo Partido e pelo estado cede cada vez mais espaço ao pluralismo dos interesses autogestionários organizados,os quais se incluem diretamente no processo decisório em todos os níveis sociais.

Este ‘sistema de delegação’ abre a perspectiva de uma completa socialização do sistema político, de uma substituição sempre maior da estrutura estatal.

O ‘esqueleto institucional” do ‘sistema delegação’ é o seguinte:

a) as delegações são constituídas por trabalhadores eleitos com o objetivo de realização de forma direta dos próprios direitos,deveres e responsabilidades , na esfera da ‘assembléia da comunidade sócio-politica”,formada por:

- ✓ - organização de base do trabalho asscoiado e na coletividade de trabalho;
- ✓ - cooperativas camponesas e artesães;
- ✓ - coletividade de trabalho dos órgãos estatais;
- ✓ - na comunidade de moradia;
- ✓ - na organização sócio-politica.

b) Os delegados são eleitos por suas organizações e comunidades;

c) A assembléia da ‘comunidade sócio-politica’ é composta por órgãos do auto-gioverno e constituem o maximo órgão do poder no âmbito dos direitos e dos deveres da correspondente comunidade sócio-politica

Conforme os aspectos principais (produtivo-trabalho, territorial, político) da organização autogestionaria dos trabalhadores, cada assembléia das comunas,da republica e das regiões autônomas , é composta por:

- ✓ - do conselho de trabalho associado, que é o ‘conselho dos trabalhadores da organização de base do trabalho associado e de outras organizações ou comunidades autogeridas”;
- ✓ - do conselho sócio-politico, que é o conselho dos trabalhadores e dos cidadãos reunidos na organização sócio-politica”;
- ✓ - o conselho da comunidade de moradia (na assembléia das comunas), que é o conselho dos delegados dos trabalhadores da comunidade de moradia”.

Enfim, desta mesma ‘base delegatoria’ , nascem a ‘assembléia das comunas’, a ‘assembleia das regiões autonomas’, a ‘assembleia da republica’ e, a ‘Assembleia da Republica Socialista da Federação Yugoslava”.

Todas são constituídas com base no mesmo principio e formadas por 3 conselhos. Só a Assembléia da RSFY , é formada por dois conselhos:

- ✓ - o conselho federal.
- ✓ - o conselho das republicas e regiões autônomas.

Este ‘sistema de delegação’ deveria representar uma forma de constituição e de ação dos órgãos de decisão política , diferentemente do sistema da democracia parlamentar político-representativa, e mais próximos da expressão direta e autentica dos interesses históricos da classe operaria e do trabalho associado.

Autogestão nas empresas

Em todas as empresas há 2 estruturas fundamentais: os órgãos de autogestão e os órgãos de execução. Os de autogestão,representam a estrutura de decisão e poder;seu órgão principal é o Conselho Operário,eleito pelo conjunto de trabalhadores.É o Conselho Operário que elege o Comitê de gestão;também,elege o Diretor entre os candidatos que se apresentam , após um concurso publico.Este Diretor é submetido à reeleição a cada 4 anos.

Nas pequenas empresas,é o coletivo dos trabalhadores que assume o papel do Conselho Operário.

Autogestão social

A Constituição yugoslava garante desde 1953, o direito à autogestão fora das empresas: é o o que se chama ‘autogest~~ao social’;nas empresas é chamada de ‘autogestão operaria’. No plano social , a autogestão compreende:

- ✓ -as instituições de gestão social (ensino, saúde,cultura,etc);
- ✓ -os serviços sociais (segurança) e os serviços de Estado (bancos,seguros,administração).

A ‘autogestão operaria’evidentemente,é diferente da ‘autogestão social’.Nas empresas, são os operários que criam renda pelo seu trabalho,enquanto que,nas instituições sociais,os trabalhadores não criam renda. Só podem gerir o orçamento que lhes é atribuído. Há outra diferença: os poderes públicos (município,republica e federação) guardam um controle sobre as instituições sociais.

Buscou-se a independência das instituições sociais em relação aos poderes públicos: em 1966, foram criadas as ‘Co-unidades de Ensino”,para tirar o ensino da burocracia do Estado. Estas comunidades eram financiadas de dois modos: por um imposto de renda,cuja importância era fixada pelo Estado e, pelas Empresas,organizações sociais,etc;utilizavam os serviços de educação ou de formação permanente.

Neste sentido, foi proposto um projeto em 1971,de “Comunidades de Interesse”.Essas comunidades reuniam os trabalhadores de uma instituição social e os que se serviam dos serviços.

Nos Bancos,nos seguros sociais e na administração , a autogestão é menos desenvolvida que no ensino e na saúde.Os conselhos e os comitês limitavam-se,de fato,aos problemas de gestão dos empregados ,e à organização do trabalho.

Autogestão e vida política

A autogestão no campo do poder político,se traduzia de duas maneiras:

- ✓ - uma ampla descentralização da vida política;
- ✓ -uma tentativa de redefinição das relações entre eleitos e eleitores,representados e representantes.

A yugoslavia era um Estado federativo,composto por 6 Republicas e 2 provincias autônomas,todas usufruindo de uma grande autonomia.As Republicas e as províncias,representadas igualmente na Federaçãoi, tinham o direito de veto sobre as decisões importantes da Federação. O papel desta limitava-se a:

Política estrangeira e a defesa nacional.

A 'comuna' representava o elemento de base da autogestão no campo político.É o lugar de coordenação da atividade dos órgãos de autogestão.Para facilitar uma coerência econômica e reduzir a administração abusiva, o numero de 'comunas' foi bastante reduzido: 500 'comunas'.

Em um pais descentralizado e atomizado, a LC, garantia ,pela centralização e por sua ideologia, significa um elemento de manutenção da segurança social: estava presente em toda parte,através de seus membros nas fabricas, nas comunas,nas instituições sociais,etc. Desta forma, o papel dirigente da LC foi impulsionado junto com o desenvolvimento da autogestão.

A nova Constituição previa um sistema de 'delegação',para abolir o sistema clássico de 'representação': os deputados eleitos mantinham seus postos de trabalho e eram controlados pelos próprios eleitores.

No conjunto, a autogestão Yugoslava era uma pirâmide de elos e relações desde as unidades de base até o Parlamento.O sistema autogestionário buscava assegurar a influencia mais forte dos trabalhadores em relação aos órgãos representativos. A Assembléia federal compreendia 5 'camaras" ou "Conselhos";três dos quais eram formados de representantes das organizações autogeridas dos trabalhadores dos principais setores da atividade social (economia,educação e cultura); o quarto 'Conselho",eleito diretamente pelos cidadãos, era o das 'comunidades locais'.Enfim, o "Conselho das Nacionalidades",composto por deputados eleitos e delegados,pela Assembléia das Republicas e das Províncias socialistas.

Um processo de desestatização estava em processo no pais.As decisões eram muito descentralizadas em nível de Republica e comunas. Assim, o Estado em nível federal não controlava as instituições como ensino e saúde.As empresas eram totalmente autônomas;as comunas eram pequenos estados.Todavia, as instituições 'socio-politicas' (a Liga dos Comunistas ,os Sindicatos e a Aliança Socialista) eram fortemente centralizadas.

A estrutura e a concepção de partido (a LC) eram próximas do modelo 'leninista' clássico. Esta situação,de um partido centralizado e único,numa sociedade descentralizada, reforçava seu papel de centralizador político. De qualquer forma, diferentemente dos outros paises do leste da Europa,onde os PCs se apoiavam numa ampla burocracia,na Yugoslavia , a LC era mais um centro de ortodoxia ideológica do que um aparato burocrático.

Alguns dados oficias:

No inicio dos anos 70, havia 11.000 conselhos operários,com um total de mais de 220.000 membros (170.000 operarios e 50.000 funcionarios).cerca de 50% eram mulheres e jovens.Contava-se mais de 1 milhão de pessoas que tinham passado pelos órgãos de autogestão operaria.

Para 1964, no setor socializado havia 3.668.000 empregos, em que 1.362.000 na industria de manufatura, 376.000 na construção e 346.000 na agricultura.Em 1961, no setor privado, a agricultura tinha 4.551.000,cifra que diminuía progressivamente.

O ganho mensal dos operários na industria em 1963 era de 28.000 dinares*,as calorias por habitante eram de 3.116.

De 1953 à 1963, 1.600.000 trabalhadores foram integrados na produção.

Pierre Naville realizou trabalhos importantes sobre a autogestão na Yugoslavia.Sobretudo,no que diz respeito ao poder dos trabalhadores,suas greves e a questão salarial.Partindo do estudo do yugoslavo N.Popov “As greves na sociedade yugoslava contemporânea”(Belgrado,1969) , apresentado nos debates na “Conferencia Internacional sobre Autogestão e Participação” (Dubrovnik, 1972),Naville nos fornece um ‘quadro’ das greves no pais:

Uma primeira greve ‘reconhecida’ e admitida ocorreu de 13 a 15 janeiro 1958,quando cerca de 4.000 mineiros de Trborlje e de Hrastovik,na Slovenia,operários,técnicos ,engenheiros e empregados,entraram em greve para protestar contra o baixo nível das rendas; nas minas de Pagorje de carvão de Savi,1.200 operario fizeram greve de uma dia em solidariedade. Eis os dados:

Ano	nº de greves	%	nº de grevistas
1958	28	1,6	
1959	35	2	
1960	61	3,5	
1961	130	7,4	
1962	225	12,8	
1963	213	12,2	
1964	271	15,5	11.000
1965	231	13,2	9.000
1966	152	8,7	-
1967	118	6,7	16.762
1968	148	8,5	19.206
1969 (8 meses)	138	7,9	21.629
Total	**1.750**	**100**	**77.597**

70% dos conflitos surgiram na Servia, na Croácia e na Slovenia, as republicas mais industrializadas da federação Yugoslava. E, entre 27 ramos de produção , a metalurgia, o têxtil e florestal , agrupam mais da metade das greves (240 sobre 512),são os ramos em que os salários ficam abaixo da escala de rendas.

	Greves		Grevistas
Metalurgia	123	24,50%	14.623
Têxtil	55	10,80%	13.823
Florestal	62	12,20%	6.781

80% das greves ocorrem com a participação de membros dos conselhos operários, dos comites de gestão e de outros órgãos da autogestão.

Causas	greves	%	grevistas
A principal causa imediata das greves, relativa à renda			
* Renda baixa	134	26,60%	19.049
Causa da greve relativa à organização do trabalho			
* Sub-desenvolvimento da autogestão	67	14,90%	10.423
* diferenças abusivas de renda	164	36,40%	20.472
Causas exteriores a org. do trabalho:			
Cond.ruins da atividade e posição ruim no mercado	202	90,60%	32.120

Naville estuda as relações de trabalho no sistema de autogestão da Yugoslavia,para chegar a algumas conclusões sobre a questão fundamental: “ a força de trabalho deixa de ser um valor de troca ? “ .Esta questão é subjacente ao grande debate iniciado em 1943,na URSS,pelo economista Leontiev,sobre o “Mercado Socialista”.

Naville elogia a coragem dos yugoslavos relativos aos dados sobre “conflitos de classes”,fornecidos pelos sindicatos:pela primeira vez há dados sobre greves no leste europeu. Geralmente, estes movimentos são camuflados sob nomes como “interrupções de trabalho”, “conflitos”, “sabotagens”.

Partindo de um estudo de Neca Jovanov (“relação entre a greve como conflito social e a autogestão como sistema social” ; apresentado na Conferencia Internacional sobre Autogestão e Participação, 1972), Naville tira algumas conclusões:

Os motivos que produziram as explosões de Gdansk e Szezcin na Polônia (em 1970), são também os motivos que levaram a onda de greves yugoslavas.” As greves surgiram e se desenvolveram com o aumento numérico relativo e absoluto da classe operaria,com sua concentração crsecente, e com o desenvolvimento das relações de autogestão.Em 1972,os operários (setor econômico) eram 4 milhões de pessoas, crescendo cerca de 200% em relação a 1950.O setor ‘naõ-economico’ aumentou ainda mais, de 22% ,mesmo que sua grandeza absoluta seja inferior.A parte da população agrícola na população total recuou de 60,7% para 36% de 1953 à 1971,com fortes diferenças segundo as regiões: de 18% na Slovenia à 50,1% na província de Kosovo.Devemos ajuntar um forte contingente de desempregados (320.000 em 1970),e de trabalhadores que saíram do pais (mais de 800.000 em 1970).”

As greves não são contra a autogestão, mas devido as suas condições sociais e materiais.O sistema de autogestão e de gestão social-estatal comporta uma dupla oposição: entre categorias de operários (e assalariados em geral), e entre o conjunto dos operrarios e o aparelho burocrático do Estado. O que se revela abertamente na yugoslavia é justamente o que se oculta na URSS”,conclue Naville.

Naville analisa a estrutura de poder : “A autogestão é constituída por coletivos de trabalho na base,através de mecanismos de representação e órgãos de decisão autônomos.Entretanto, à estes centros de decisão primários (base) se superpoem outros, de natureza regional (Republica) ou federal,que têm o controle do pdoer do Estado sob a forma de mecanismos econômicos centrais,sobretudo,bancarios e de planificação; instituições políticas (assembléias parlamentares) e os órgãos de segurança,sem contar o poder do partido (liga dos comunistas)”.assim,” Longe de trabalhar indistintamente para sociedade, o assalariado continua a trabalhar,ao mesmo tempo, para ele mesmo, para outros, mesmo que sejam outros assalariados. A exploração subsiste,mas sob uma nova forma que chamamos de Exploração Mútua”. Esta é a tese de Pierre Naville , sobre a questão do valor de troca nos socialismos de Estado.

Enfim: “ Um modo particular de exploração, a ‘exploração mútua’,existe ainda nos regimes de socialismo de Estado,mesmo que,como é o caso da Yugoslavia,haja sido iniciado um corajoso processo de autogestão”. Analisando o quadro de greves: “Quem são principalmente os grevistas ? Os operários da produção.Quem são seus adversários ? segundo os casos,diretamente ou não,os quadros dirigentes ou outras categorias de trabalhadorres.Porque fazem greve ? antes de tudo, para defender e melhorar seus salários,que na Yugoslavia se chama de ‘renda pessoal’”.

Após a morte do marechal TITO (1980), todos os problemas se agravariam de forma incontrolável. Yvon Bourdet e J.Pluet, em artigo na revista “Autogestions” (n.4 – 1980), traçaram os cenarios possiveis:

1. Reconhecimento de que a estruturação atual dos poderes em todos os niveis tornará impossível o retorno à um poder fortemente autoritário e a Yugoslavia se engajará no caminho de uma profunda liberalização utilisando todo o potencial do sistema autogestionário,com todos os riscos que este caminho provocara em forças que resistirão por se sentirem ameaçados.

2. ou, apoiodas em eventuais ameaças entre algumas republicas – os partidários do modo autoritário, com apoio das forças armadas e de uma policia ainda indecisas, decidirão virar a roda da historia em sentido contrario e defenderão a volta aos métodos que tornarão a autogestão um triste espólio e liquidarão 25 anos de historia.

Infelizmente, entre diversos problemas, o tradicional antagonismo entre Servia e Croácia, levou ao prevalecimento do segundo destes cenários: a barbárie se instalou com uma guerra fraticida, marcada pelo fundamentalismo e a xenofobia ,com elementos de genocídio.

Bourdet e Pluet , atestam a importância da experiência ocorrida na yugoslavia:

"A Yugoslavia submeteu –em suas condições especificas- autogestão à prova da experiência dos fatos.E, desta forma, podemos falar de um verdadeiro laboratório com dimensões de um pais inteiro.Se há apenas um merito a conceder a esta experiência é o de existir;e ,por este fato, de estimular a reflexão sobre a autogestão , a analise de suas contradições , o exame de suas virtualidades".

11. A 'Comuna de Shangai', CHINA

A experiência da Comuna de Shangai surge num quadro em que a forma 'comuna' era conhecida dos chineses.

A Comuna popular foi uma forma de organização nascida cerca de 10 anos após i inicio da Revolução Chinesa.Portanto,foi resultado de um longo processo de experimentação de organizações econômico-sociais de caráter coletivo no campo. Para a cncepção ideológica do pais,tratava-se da passagem de um domo de prdução (capitalista) ,ou de uma formação social caracterizada pela combinação de varios modos de produção à uma sociedade onde domina o modo de produção comunista.

A mudança das relações de produção no campo paassou por 3 etapas: a reforma agrária, a cooperação agrícola , o estabelecimento das comunas.As cooperativas de produção agrícolas passaram por diversos problemas. Estas cooperativas tinham dois grandes limites: a debilidade quantitativa da força de trabalho; a especialização na produção agrícola.Para resolver vários problemas,os camponeses se reagrupavam em cooperativas de grandes dimensões (de varias centenas a um milhar de famílias),mudando os regulamentos e a organização das cooperativas: surgiam as comunas populares, em 1958,ano do 'grande salto para frente'.

Após o verão de 1958, 740.000 cooperativas de produção agrícola foram reorganizadas em 26.000 comunas populares.Em 3 provincias (Honan,Liaoning e Hopei) ,em varias reuniões ficou claro que os modos de gestão e os sitemas de remuneração das cooperativas agrícolas estavam superados e que era necessário experimentar outro modo de organização.Assim,em Honan 5.370 cooperativas tornam-se 208 comunas,cada uma com 8.000 familias.As principais vantagens da comuna popular eram:

- ✓ Maior facilidade na distribuição de alimentos devido as cantinas;
- ✓ Um novo modo de remuneração;
- ✓ O reforço da direção do PCC.

Em Hsinyang, as comunas tinha entre 5.000 a 10.000 familias.A administração local passou para comuna,onde existiam brigadas de trabalho.As cooperativas de credito passaram para administração comunal.

A comuna popular não era apenas uma organização econômica socialista (com laços de ajuda mútua e solidariedade entre os membros) mas também a unidade de base do poder político no campo.A fundação das comunas resultou de iniciativas locais,o que explica a diversidade das situações regionais.

A forme comuna popular para organização da produção no campo e para o exercício do poder político resultou da combinação de alguns fatores:

- ✓ a fusão da administração local e as cooperativas;
- ✓ a coordenação das atividades múltiplas (agricultura,silvicultura,psicultura,criação de animais, atividades subsidiarias);
- ✓ integração das atividades industriais, agrícolas,culturais e militares.

Uma Conferencia regional (Norte e Nordeste da China) foi realizada em Sian ,em outubro 1958. Duas orientações fundamentais foram adotadas: movimento de educação da população rural na linha do socialismo e do comunismo; fornecimento de um conjunto de serviços sociais.

A 'revolução cultural' chinesa, foi iniciada em julho de 1966 , com o movimento revolucionário estudantil dos 'guardas vermelhos'.Este movimento,composto por estudantes de origem operaria e camponesa,tinha por objetivo destruir o monopolio cultural da burocracia estatal. O movimento ampliou-se à classe operaria.mais uma vez ressurge das cinzas a organização autônoma dos trabalhadores: os conselhos operários.

A partir de dezembro de 1966, as greves sucedem-se por toda parte.Elas são dirigidas por organizações de fabrica.As manifestações operarias eclodem em ritmo crescente.Em janeiro de 67, mais de um milhão de trabalhadores participam de uma Conferencia em pequim,para protestar contra a repressão e a exploração exercidas pela burocracia do Estado e do PCC.

Shangai, principal centro industrial da China, encontra-se na linha de frente das lutas. Desde agosto 1966, processaram-se contatos dos 'guardas vermelhos' com os operários.As organizações operarias de Shangai enviam delegados a outras cidades.

A organização da 'comuna de Shangai" apóia-se nos 'conselhos operarios' que dirigem as fabricas.Esses conselhos funcionam ligados por ramos de atividade, originando seções próprias de coordenação entre os diversos ramos econômicos.Mais uma vez,ressurgia a organização autônoma dos trabalhadores e, os princípios da comuna de Shangai foram inspirados na experiência da 'comuna de Paris"(1870).

Portanto, a organização dos conselhos operários tem a seguinte forma:

- ✓ - eleição de delegados pelos trabalhadores;
- ✓ - revogabilidade permanente dos eleitos;
- ✓ - fusão do econômico e politico, como condição para abolição e separação dos poderes e da burocracia;
- ✓ - salários dos delegados iguais aos dos operários especializados;
- ✓ - a comuna de Shangai tem por objetivos revolucionários: atingir a sociedade sem classes (comunismo);criar novas formas de produção;extinguir a separação de classes (técnicos,políticos profissionais,etc);originar,com a expansão do movimento comunal a outras cidades, a 'comuna da China".

Neste sentido, surgiram comunas em Pequim, Cantão e Tayan.

Todavia, a 'revolução cultural' não atingiu o Exercito,coluna dorsal do aparelho de Estado.A burocracia fez de tudo para impedir o contato dos soldados com a organização operaria. A partir de janeiro de 1967, foi decidida a intervenção militar.O Exercito interviu onde existia organizações revolucionarias,para destruí-las . Em fevereiro,o Exercito eliminou a 'comuna de Pequim' e a capital do pais fica sob controle de um organismo militar.A 'comuna de Shangai" também foi destruída em fevereiro de 1967;Shangai fica sob controle militar. O PCC, após a destruição das comunas, converteu-as em outro tipo de organismo : "os comitês revolucionários", forma de reestruturação do aparato estatal, um certo tipo de 'normalização".

A repressão a classe operaria foi rigorosa.Surge a proibição imediata de contatos entre organizações operarias de fabricas , impedindo a organização inter-fabricas ;proíbem o deslocamento dos operários de uma região para outra; são proibidas formas de organização que abranjam mais de uma empresa ou de uma profissão.

1967;Shangai fica sob controle militar. O PCC, após a destruição das comunas, converteu-as em outro tipo de organismo : “os comitês revolucionários”, forma de reestruturação do aparato estatal, um certo tipo de ‘normalização”.

A repressão a classe operaria foi rigorosa.Surge a proibição imediata de contatos entre organizações operarias de fabricas , impedindo a organização inter-fabricas ;proíbem o deslocamento dos operários de uma região para outra; são proibidas formas de organização que abranjam mais de uma empresa ou de uma profissão.

12) O “ sistema autogestionário “ na Argélia (AFRICA)

Na Argélia, desde a libertação do pais do jugo imperialista francês, em 1962, ate a queda do Governo de Ahmed Bem Bella,em 1965, ocorreu uma experiência de institucionalização da autogestão. Sua característica principal foi a introdução da autogestão nas empresas agrícolas e nas empresas abandonadas pelos patrões europeus.

A Argélia , no período da luta pela libertação,apresentava uma estrutura social com as seguintes características de ‘pais sub-desenvolvido da periferia’:

Em janeiro 1964, a população era avaliada em 10,5 milhões de habitantes. A camada dominante era formada pelos Europeus: uma população européia de 300.000 pessoas,dos quais 33.000 chefes de explorações agrícolas e de empresas industriais; 15.000 tecnicos superiores ou de profissões liberais; 100.000 tecnicos médios e empregados; 35.000 operarios qualificados,isto é, cerca de 200.000 pessoas constituíam o essencial dos técnicos da sociedade.Já no lado argeliano da população, após 130 anos de colonização, havia um pequeno numero de industriais e alguns técnicos superiore ou intelectuais.mais numerosos eram os grandes comerciantes e,sobretudo,os grandes proprietários de terra.mas, no conjunto,esta grande burguesia argeliana compreendia no maximo 50.000 (menos de 2,5% da população ativa).

A pequena burguesia constituía uma fração mais importante: pequenos e medios proprietários na agricultura, comerciantes em varejo, artesãos,empregados subalternos.No total, 12% da população ativa.

A classe operaria era numericamente frágil: 200.000 trabalhadores industriais para uma população do pais de 11 milhões.

No campo,tínhamos as seguintes camadas:

- ✓ - 200.000 trabalhadores do setor autogerido (dos quais 70.000 integrados ao setor autogerido desde março 1963);
- ✓ - os trabalhadores agrícolas,temporários, em torno de 450.000;
- ✓ -1 milhão de desempregados agrícolas sem terra e sem trabalho;
- ✓ - os pequenos proprietários (possuindo entre 1 e 10 hectares),em torno de 450.000;
- ✓ -os proprietários médios (possuindo entre 10 e 50 hectares), um total de 170.000;
- ✓ -os grandes proprietários (possuindo acima de 50 hectares), cerca de 25.000, mas que,no total,detinham a posse de 2.800.000 hectares

Um terço da população era urbana ,pois,a urbanização foi acelerada após a partida dos franceses em 1962:

- ✓ - um proletariado urbano em torno de 110.000 operarios; na França, havia 500.000 trabalhadores argelianos,em 1963;
- ✓ - o sub-proletariado urbano, vindo do êxodo rural (a capital Argel, em janeiro 1964 tinha 900.000 habitantes, 80.000 a mais que em 1961);
- ✓ - a pequena-burguesia,composta na maioria de pequenos comerciantes e artesãos, era avaliada em 170.000 pessoas;

- ✓ 60.000 estabelecimentos artesanais e 60.000 empresas comerciais formavam a base econômica da pequena-burguesia;
- ✓ - a burguesia contava com 50.000 pessoas,composta de comerciantes,proprietários de imóveis,e pequeno-industriais do setor artesanal: 7 a 8.000 do pais empregavam uma mão-de-obra assalariada (os profissionais liberais representavam 10.000 pessoas). A maioria das 2.500 empresas industriais permaneciam nas maões do capital estrangeiro.

A Argélia possuía uma infraestrutura técnica e industrial inportantes: 10 portos ,com 3 de importância internacional (Argel,Oran e Annaba); 10.000 km de boas estradas;20 aerodromos civis;4.300 km de vias ferroviárias;;uma rede elétrica de 600.000 km (com 16.000 km de linhas de alta tensão).Esta infraestrutura ainda abrangia, dezenas de barragens, produzindo mais de 1 milhão de kilowatts-hora,uma base de infraestrutura sanitária e escolar.O pais produzia 3 milhões de toneladas de ferro (Ouenza) e 600.000 toneladas de fosfato (Tebessa),cerca de 1 milhão de toneladas de carvão (Kenadza).

Sobretudo, a Argelia produzia riquzas de importância capital: o gas e o petroleo (20.000 toneladas em 1962). Na industria dispunha de recursos do subsolo do sahara ,forças hidro-eletricas, óleo ,minerais de ferro, zinco e cobre.As matérias primas também eram abundantes.

Roger Garaudy remarca os problemas essenciais quando da libertação:

1. resolver com urgência a desorganização da gestão econômica devido a partida massiva dos Europeus, que constituíam a maioria dos técnicos;
2. impedir,devido a estrutura social do pais, que a grande burguesia argeliana,que dispunha de reserva de capitais, não comprasse os domínios abandonados pelos colonos e não substituísse a exploração colonial pela exploração autóctone;
3. impedir que a pequena e media burguesia do pais não confiscasse em seu proveito a revolução , ao assumir os comandos da gestão econômica e do Estado,constituindo uma casta burocrática com as camadas já integradas a administração colonial;

Para responder a estes desafios, as medidas adotas se orientavam na perspectiva de uma forma original de gestão socialista das explorações agrícolas e das expresas industriais: a autogestão."

A opção do socialismo na Argélia correspondeu a traços específicos do pais.O editorial do órgão da UGTA* ,"revolução e Trabalho" ,de fevreiro 1965, declarava que : "O Partido, que é sensível as aspirações das massas trabalhadoras, definiu de forma irreversível nossa opção socialista, tendo em comta nossas origens islâmicas".O jornal da ANAP* acentouava mais fortemente essa opção: "O que nos separa do cimunismo, é que nos desejamos construir o socialismo com Deus: o progresso social e material de uma parte, o desenovolvimento dos valores espirituais de outra".

O Presidente Ben BELLA proclama: " Não importamos nosso socialismo do estrangeiro , nós o formamos do mais profundo da realidade argeliana.O socialismo saiu dos altos valores árabes".

Roger garaudy ,explica como esse 'socialismo islamico' , "prolonga uma tradição especifica algeliana de apropriação coletiva da terra e das tropas de animais: até o inicio do XIX século, apesar da coexistência de múltiplas formas de propriedade (propriedade de tipo feudal característica dos ocupantes turcos, possuidores de 'azel', e apropriação privada dos meios de produção (proprietarios 'melk'), e o domínio 'arch' (propriedade coletiva) que cobria a maior parte do solo argeliano." O regime da Argélia,sob dominação turca, não era ainda capitalista ,nem escravagista nem tipicamente feudal. Desta particularidade da historia decorre a idéia carateristica da concepção argeliana do socialismo.

Esta tradição vinha de uma tradição religiosa,do Corão, a concepção expressa na "Sunna",segundo a qual 'o trabalho funda a propriedade': "Deus diz que só pode ser proprietário da terra aqule que a trabalha,que a cultiva pessoalmente".

Outras fontes da autogestão argelina são importantes: a experiencia da Yugoslavia e do ‘Nasserismo” :

A experiencia nacionalista no Egito,sob o governo de Gamal Abdel NASSER , 10 anos antes,em 1952, decretava a reforma agrária,abolindo os latifúndios Esta reforma teve como centro de sua elaboração uma Comissão,na qual participavam: o professor Rachid Barawi,tradutor árabe das obras de Marx, Ahmed Fouad,de orientação marxista.Mais de 100 cooperativas foram criadas para dar uma base coletiva a reforma agrária.

Em 1956,após o final da Guerra no Canal de Suez,foi lançado o Primeiro Plano Decenal (1960-70) , concretizando a Carta de 1962 que instituía o Setor Publico da Economia. A este Setor,passavam o controle e a exploração estatal das ferrovias, rodovias,portos,aeroportos e outross erviços, a industria pesada e media,o caital financeiro e as sociedades de credito,o comercio importador, parte do comercio externo e parte do comercio pequeno e médio.Em 1963, foram votadas as ‘leis socialistas”: mais de 200 grandes empresas de caital mixto (estatl e privado) foram estatizadas;o Governo expropriou vários hospitais e casas de saúde privadas.

Em relação a participação dos trabalhadores na direção das empresas, o Governo adotou medidas : primeiro,fixou em dois o nuimero de operários em um total de 7 diretores nas empresas;depois, elevou este numero de diretores das grandes empresas para 9 ,incluindo 4 operarios,eleitos livremente. Os outros 4 são designados pela direção e devem representar os diversos setores da empresa,cujo presidente é designado pelo Governo. Ao mesmo tempo, foi instituído o sindicato único por categoriaconsolidando a Central operariaFoi fixada um Maximo de 42 horas de trabalho semanal e proibidas as horas-extras, fixando 25% dos lucros das empresas para os trabalhadores.O processo de imigração do campo para cidade foi crescente,o que elevou o numero de trabalhadores industriais de 4.600.000 em 1952 para 7.290.000 em 1967.

Em 1965,o antigo PC E se dissolvia ,passando a integrar a “União Socialista Árabe”,

Em discurso pronunciado em 1964 ,na Assembléia Nacional,Nasser definia sua concepção de socialismo:

a) “*A democracia socialista significa a associação das massas às questões políticas , e se baseia essencialmente na descentralização e na autogestão;*

b) *b) A democracia socialista é uma afirmação da soberania do povo trabalhador e consiste em por o pdoer em suas mãos;*

c) *democracia é o poder do povo inteiro e de sua soberania.A democracia socialista significa que autoridade dos Conselhos Populares deve ser erafirmada continuamente e deve ser superior a dos aparatos executivos do Estado.A democracia socialista significa que a autoridade do Estado diminue em proveito da autoridade do povo, que é o mais qualificado para conhecer seus próprios problemas”.*

Em relação a experiencia da autogestão na Yugoslavia, Gregório Lazarev ,em seu livro “ remarques sur l’autogestion agricole em Algérie” (Paris,1965) , responde a questão: “Por que a Argélia escolheu precisamente o modelo yugoslavo ? :

“É difícil,mas não impossível,encontrar o processo lógico que levou a adoção da autogestão. Devemos assinlar,sem duvidas, as temporadas que passaram na Yugoslavia numerosos quadros argelinos durante o período de luta. Os contatos parecem ter sido particularmente íntimos em nível das organizações sindicais.Deve-se igualmente notar que a formação quase espontânea de comitês de gestão predispunha a solução yugoslava..O qu de todos modos é certo é que os textos yugoslavos foram estudados de perto pelos redatores dos texts da autogestão”.

O principal documento da experiência da Argélia, a “Carta de Argel”, precisa bem que:

“Por o problema do capitalismo em termos puramente econômico e não ver a contradição entre dirigentes e executantes,é condenar a fazer do socialismo uma receita da acumulação primitiva e a perder,assim, seu significado humano.O socialismo não é somente uma certa

organização da produção, é a recuperação da sociedade pelos indivíduos que a compõem e seu livre desenvolvimento.

O socialismo não se define unicamente pela nacionalização dos meios de produção.Ele se define também e sobretudo pela autogestão, solução verdadeira à dupla contradição da propriedade privada e a separação direção-execução".

Com a formação do Governo da Republica, presidido por Ben Bella, foram adotadas medidas para acelerar o processo autogestionário. Uma delas, foi a criação de um "Comitê Nacional de Proteção a Gestão dos Bens Vacantes" (BNASS), que teve a tarefa de impulsionar o processo de formação dos 'comites de gestão' e de institucionalizar a autogestão no pais.

Em 1964, a Argélia tinha quebrado o essencial das estruturas agrárias herdadas do colonialismo .A fuga de cerca de 95% dos colonos criou uma situação caracterizada pela possibilidade de fazer a reforma agrária e pela impossibilidade para fração mais conciliadora do movimento nacional argeliano, de colaborar com a burguesia liberal européia instalada no pais. Os "Acordos de Evian" e a relação com a França limitaram a soberania do pais.

O pais estava marcado por grande desigualdade de desenvolvimento entre varias regiões,o que conferia uma situação especial aos fenômenos regionais,sobretudo em Kabylie e as sobrevivências feudais, marcadas pela visão de 'clans'.

Com a formação do Governo da Republica, presidido por Ben Bella, foram adotadas medidas para acelerar o processo. Uma delas, foi a criação de um "Comitê Nacional de Proteção a Gestão dos Bens Vacantes" (BNASS), que teve a tarefa de impulsionar o processo de formação dos 'comites de gestão' e de institucionalizar a autogestão no pais.

No final de 62, surgiu o "Projeto de Estatutos" , regendo as modalidades de autogestão:

"Por autogestão,entendemos uma forma de organização precisa dos trabalhadores de cada empresa,e uma função de gestão precisa.As formas de organização da autogestão é: Assembléia dos Trabalhadores, o Conselho dos Operários, o Comitê de Gestão e, o Diretor Administrativo".

"A Assembléia compreende todos os membros da empresa agrícola ou industrial, considerada como pessoa moral tendo os poderes legais sobre os meios de produção.É a Assembléia que adota os regulamentos gerais da empresa"

"O Conselho do s Trabalhadores é eleito pela Assembléia e abrange um numero mais restrito de trabalhadores da empresa

O Comitê de gestão é o órgão executivco do Conselho dos Trabalhadores e conta entre 5 e 9 ou 11 membros

O Diretor executa as decisões do Comitê de gestão, organiza e dirige o processo de trabalho na empresa".

Os decretos de Março de 1963

Em março de 63, a situação política foi clarificada em favor da 'ala esquerda' do poder dirigida por Bem Bella. Foram,então,adotados 3 decretos sobre a autogestão.Estes decretos tinham um objetivo comum: definir e legalizar a estrutura de funcionamento do setor econômico socializado e gerido democraticamente pelos coletivos de trabalhadores. No dia 29 março,Bem Bella falara pela TV para todo o pais:

"Trabalhadores, trabalhadoras da Argélia ,depende de vocês e somente de vocês provar ao mundo que a revolução argelina quer e pode ser a vanguarda das experiências socialistas de nosso tempo...Organizai-vos para que em todo território argelino,as assembléias gerais dos trabalhadores possam se reunir e que em todo o território, os comitês de gestão democraticamente eleitos,possam realizar a edificação socialista de nosso pais".

O decreto de 18 março regulamentava as 'empresas abandonadas' (os 'bens vacantes') em 4 pontos:

- ✓ - toda empresa abandonada será considerada como nacionalizada;
- ✓ - toda empresa que cessar sua atividade,ou a reduza, poderá ser declarada abandonada;
- ✓ -toda pessoa que disponha de empresas abandonadas sem autorização será severamente punida;
- ✓ -as empresas abandonadas passaram a tutela administrativa da presidência do Conselho.

O decreto de 22 março legaliza e institui a autogestão das empresas pelos trabalhadores, com os seguintes órgãos:

- ✓ - assembléia geral dos trabalhadores
- ✓ -Conselho dos trabalhadores
- ✓ - Comitê de gestão, com um presidente
- ✓ - o diretor

O decreto de 28 março regulamenta as modalidades de repatição das rendas das empresas autogeridas:

- ✓ - uma remuneração de base garantida em quaisquer circunstancias (7 F por dia);
- ✓ -uma remuneração indireta sem erviços sociais: moradia, assistência social;
- ✓ - no fim de cada ano, um premio sobre lucros da empresa .

Estes 3 decretos foram celebrados com uma manifestação monstruosa,organizada pela Central Sindical –UGTA, à 3 de abril na “Casa do Povo”,em Argel. Os decretos suscitaram um grande entusiasmo entre os militantes socialistas e as massas trabalhadoras.Os meses de março,abril e maio,viram a mobilização mais ampla dos trabalhadores após a Independência.Em maio, o ‘Comite Nacional” inaugurou uma emissão radiofônica cotidiana com o objetivo de tornar conhecidos os decretos e ajudar os trabalhadores na sua aplicação.

A distribuição de renda nas empresas autogeridas tinha a seguinte forma:

Do valor global da produção bruta da empresa, deduzia-se:

- ✓ -os custos materiais da produção;
- ✓ -a parte de investimentos;
- ✓ -o valor de compra dos produtos da empresa, outros custos gerais;
- ✓ -o imposto territorial;
- ✓ - mais ,o imposto demandado pelo Estado, composto de 2 partes:
  - o o que vai para o Fundo nacional de Investimento;
  - o o que vai para o Fundo nacional de equilíbrio do emprego (para as regiões menos desenvolvidas).

A renda liquida da empresa é o que sobra após a dedução do imposto global.A repartição desta sobra é decidida pela assembléia dos trabalhadores e, não deveria ser inferior a 50% da renda bruta da empresa.

A renda liquida é repartida na proporção próxima a 35% para as rendas do pessoal e de 15% para os fundos da empresa

Em abril de 1963, 70.000 trabalhadores gestavam gerindo explorações agrícolas abrangendo 1.200.000 hectares das terras mais produtivas do pais. Após estes decretos, o entusiasmo foi real durante alguns meses, exceto nas regiões das montanhas,Kabylie e Aurés ,em que houve grande participação durante a guerra de libertação,mas onde a independência não trouxe grandes mudanças.

A autogestão industrial foi limitada. Nas cidades todo o setor comercial passado para autogestão: cafés,restaurantes,hotéis,etc.;provocando pânico entre os comerciantes ,artesãos e pequenos proprietários.As empresas industriais do setor autogerido, totalizam o numero de 450 (5%); as unidades semi-artesanais significavam 45%;na construção, 30%;as pequenas insdustrias de transformação,35%. No conjunto, representavam um total de 10.000 trabalhadores,isto é, 8% do total de trabalhadores.

Apesar da campanha pela reorganização democrática da autogestão, houve o desenvolvimento de tendências burocratizantes e deformadoras da autogestão.O perigo da burocratização residia na impotência pratica da assembléia de trabalhadores para controlar realmente os órgãos como conselhos de operários e os comitês de gestão.

O fim do verão de 63, foi marcado por uma virada capital no desenvolvimento posterior da autogestão.Ocorre a interdição do programa “Voz da Argélia Socialista” e o desmantelamento do “Comitê Nacional” (BNASS),em que uma parte passa para o Ministério da Agricultura e, outra parte,para o Ministério da Industria.

Em 1963-65, o aparelho de Estado argelino era composto por:

- ✓ - funcionários franceses em cargos de cooperação: 13.729;
- ✓ -tecnicos argelinos promovidos nas escolas de administração colonial:22.182;
- ✓ -quadros da FLN: 34.097.

Portanto, os técnicos detinham mais de 50% dos psotos de gestão.A maioria dos quadros da FLN ocupavam cargos secundários.

O velho aparato estatal ficou quase intacto.As despesas administrativas chegavam a 33% do PIB. A ajuda externa ao pais foi importante. A URSS emprestou 500 milhões de francos,e a China 250 milhões de francos.No total, a Argélia recebeu 145 bilhões dos quais 2/3 foram para o setor de administração.

Varias correntes politicas se disputavam no aparato estatal;inicialmente, duas correntes minoritárias:

1. uma corrente orientada para o capitalismo privado, fraca devido a fraqueza da burguesia argeliana; mais enfraquecida devido a tomada das ‘empresas abandonadas’ pelos trabalhadores;
2. uma corrente socialista ,reagrupando um grupo de intelectuais revolucionários, quadros sindicais,etc; fracos na ausência de uma organização capaz de estruturar os trabalhadores do setor autogerido e de se implantar entre os camponeses pobres e os setores pobres urbanos.

Este segundo setor,socialista,foi responsável pelos Decretos de março 63 e,pela Carta de Argel de 64.

Por sua parte, a corrente majoritária no aparato estatal, vinha da pequena burguesia e defendia um forte setor estatal para criar um ‘caoitalismo de Estado’. Esta corrente foi favorável a criação de empresas publicas,geridas por administradores,sem controle dos trabalhadores (hostil ao principio da autogestão) e com objetivo de construir uma burguesia administrativa.Todavia, esta corrente não podia mobilisar as massas para resolver o problema do desemprego e do sub-emprego nem poara elevar o nível de vida das massas.

Como vimos, a ANAP (Armada Nacional popular),detinha a metade dos postos chaves do Estado. Por exemplo, o Ministério da Defesa tinha uma importante parte do orçamento do pais,era como um Estado a parte. Assim , a ANAP geria os domínios agrícolas, numa perspectiva fora da autogestão, mas na linha das cooperativas.

Os trabalhadores reagem ao processo de burocratização através de vários encontros: o “Congresso dos Fellahs”(camponeses),reunindo os trabalhadores das explorações agrícolas em autogestão, e realizado em outubro 63; o “Congresso dos trabalhadores das industrias em

autogestão",reunido de 28 a 30 de março 1964, e o "Congresso da FLN",foram momentos fundamentais da reação dos trabalhadores.

O "Congresso dos Fellahs", o primeiro setor agrícola autogerido,reuniu 2.500 delegados e demonstrou a que ponto as opções da autogestão e do socialismo tinham penetrado profundamente nas massas trabalhadoras.

Por sua vez, o "Congresso do setor autogerido das Industrias",adotou resoluções que refletiam uma solução de compromisso com as 'tendencias favoráveis à estatização.Era a luta interna que ocorria dentro da Central Sindical, na FLN e na Administração,entre duas correntes opostas, duas concepções diferentes da autogestão e da construção socialista no pais.

A "Carta de Argel"

Já no "Congresso da FLN",a autogestão foi erigida como um sistema econômico e social caracteristico do socialismo argelino. A "Carta de Argel" ,elaborada pelo Congresso,tornou-se o principal documento produzido pela revolução argelina.Esta Carta define o regime do pais como característico de uma "Sociedade de transição para o Socialismo".

Este "Congresso da FLN", foi o ponto culminante na elaboração da concepção de autogestão,após os 3 decretos de 1963. Todavia, a corrente revolucionaria que elaborou a Carta de Argel era muit frágil em nível dos aparelhos do Estado. Assim, a ANAP resistiu a criação das 'milicias populares' e ao controle do exercito pela FLN. Através de pressões, a ANAP conseguiu a demissão do conselheiro de Bem Bella, Mohamed Harbi,então diretor do jornal 'Revolução argeliana".

Entretanto, Bem Bella sofria as pressões das forças antagonistas que lutavam no interior do regime,levando a paralisação e ao desencorajamento. A aliança tática entre Bem Bella ,chefe do governo e Boumedien, líder das forças armadas, construída em 1962, foi marcada todo o tempo por disputas entre os dois setores.

A luta de classes no pais durante o Governo Bem bella, foi feita entre ,de um lado,

- uma fração ultra-minoritaria de intelectuais revolucionários apoiados na fração sindical da classe operaria e dos trabalhadores da autogestão , que no seu conjunto podiam agrupar entre 110.000 e 150.000 trabalhadores ;

- por outro lado, a grande maioria do aparato estatal,do partido e da Armada.

Inicia-se um controle crescente da autogestão pelo aparato do Estado que conduz,de inicio,à uma estatização da agricultura moderna e à transformação dos trabalhadores da autogestão em assalariados do estado,podendo levar a uma única solução: o capitalismo de Estado.

Assim, a reivindicação dos trabalhadores sobre a gestão da comercialização do seus produtos,não foi realizada.No campo industrial, de modo geral, o setor industrial autogerido passou para tutela da direção administrativa do Ministério da economia.Os órgãos democráticos da autogestão,eleitos democraticamente pelos trabalhadores, tornaram-se apenas consultivos.

A segunda metade de 1964 foi marcada por um despertar da classe operaria urbana.Varios Congressos sindicais foram realizados neste período,em que todas as resoluções giram em torno da defesa e da consolidação do setor socialista autogestionário da economia, numa exigência de aplicação estrita dos decretos de março 1963.

Em junho de 1965,o regime presidido por Ben Bella foi derrubado por um golpe militar, impopular,mas que não despertou resistências na população.

Assim, a gestão estatal da economia nacionalizada se ampliou,as forças tecnocratas e autoritárias se desenvolveram mais rapidamente.Inicou-se o crepúsculo da ação livre dos sindicatos e das organizações de autogestão e, o desmantelamento da agricultura autogerida em favor dos proprietários argelinos.

O novo regime,comandado pelo coronel Boumediene,tinha uma composição política no CNR (Conselho Nacional da Revolução) em que havia 25 membros ,mas sem nenhum

sindicalista nem intelectual revolucionário;os postos chaves pertenciam aos quadros da ANAP,sendo que o coronel Boumediene era o chefe das forças armadas e do governo.

Diversas greves ocorreram em 1968: os portuários, motoristas de táxis,petroleiros.Em 1969, o poder passa a controlar todos os sindicatos.

O novo regime definiu um plano quadrienal de industrialização (1969-1973),que substituía o papel que a autogestão tinha no regime anterior.Neste processo, reforçou-se o papel do Estado e da burguesia administrativa consolidada pelo política das nacionalizações.

13)AMÉRICA LATINA: as experiências de "Aréas de Propriedade Social

Em relação a AL, vamos abordar lutas operarias com caráter de autonomia e experiências de Governos democráticos ,que adotaram as áreas de propriedade social.

BOLIVIA: a Central Obrera Boliviana e a revolução de 1952

No final de 1943, a Bolívia passava por mais um golpe de Estado: o major Villaroel assumia o poder.O movimento operário,durante o Governo Villaroel, obteve conquistas importantes no campo das leis sociais.

Em 1945, foi fundada a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) , em um Congresso que designou Juan LECHIN seu primeiro secretario-geral.. A FSTMB se tornaria a vanguarda dos trabalhadores do pais.

Em julho de 1946, um golpe derruba o Governo nacionalista de Villaroel. A classe operaria,organizada na FSTMB assume a vanguarda das lutas de resistência.A poucos meses de instalção do novo Governo,de caráter reacionário,a FSTMB convoca um Congresso para PULACAYO,em que adota as teses do mesmo nome. As famosas "Teses de Pulacayo" constituem um 'programa socialista revolucionario',inspirado no 'Programa de Transição" da IV Internacional trotskista. Seu principal ponto foi a reivindicação do "Contole Operário",que iria entrar em vigor com a revolução de 1952.

As "TESES de PULACAYO"

Nas teses se diz,por exemplo: "O proletariado dos paises atrasados está obrigado a combinar a luta pelas tarefas democrático-burguesas com a luta pelas reivindicações socialistas".

"A FSTMB apóia toda medida que tome os sindicatos no sentido da realização do controle efetivo pelos operários de todos os aspectos de funcionamento das minas. Devemos romper os segredos patronais da exploração,da contabilidade técnica,da transformação dos minerais,etc,para estabelecermos a intervenção direta dos trabalhadores sobre os 'tais' segredos.Nosso objetivo é a ocupação das minas,por isto devemos nos interessar pelos segredos patronais.

Os operários devem controlar a direção técnica da exploração,os livros de contas,intervir na designação dos empregados,e sobretudo,devem se interessar em publicar os lucros que recebem os grandes mineiros e as fraudes que eles efetuam quando se trata de pagar os impostos do Estado e de contribuir para a Caixa da Previdência e Poupança dos operários.Aos reformistas que falam do direito sagrado dos patrões, opomos a palavra de ordem do "CONTROLE OPERARIO DAS MINAS".

A Revolução de 1952

A COB surgirá da mais importante explosão do proletariado boliviano;surge sob o impulso da vitória dos trabalhadores em 1952. A revolução de abril,consecutiva a uma insurreição operaria e popular,alterou os esquemas políticos vigentes. Neste contexto, a COB tornou-se um

órgão estatal, no sentido de um Soviet (‘Conselho”),de origem sindical.A COB detinha o poder através das ‘milicias operarias’ que substituíram o Exercito oficial.

Em 1954, a COB realizaria seu primeiro Congresso,que se auto-proclama “PARLAMENTO OPERARIO’.Em 1956, Siles ZUAZO foi eleito presidente do pais,representando os setores de direita do MNR.A direção da COB concilia, enquanto as bases operarias realizam manifestações de protesto pelas ruas, com a palavra de ordem, ‘TODO O PODER A COB’ e ‘A COB É o poder’.

Nestas circunstancias,realiza-se o segundo Congresso em 1957.Aprova-se uma resolução de programa,retomando a linha fundamental das “Teses de Pulacayo”: defesa e aplicação do ‘controle operário coletivo pelkas bases’;fortalecimento das ‘milicias armadas’ e armamento em massa dos mineiros.

O proceeso ocorrido no grupo dirigente da COB, sofreu resistências na base operaria: nas minas de “São José” e “Siglo Veinte”,realizaram-se assembléias exigindo a aplicação das resoluções do segundo Congresso da COB.Em “Catavi” e “Pulacayo”,os operários destituíram os dirigentes que haviam capitulado e elegeram novos dirigentes.

Os mineiros mantiveram o funcionamento das milícias, a principal conquista da revolução de abril;puseram em ação as “rádios mineiras” e estabeleceram uma ‘zona liberada’.Em 1958, foi realizado o IX Congresso nacional da FSTMB,adotanto,entre outroas, as seguintes resoluções:

“tendo presente que só as Milícias armadas garantem os direitos operários, a livre expressão dos trabalhadores em congressos e reuniões...se organiza o Estado maior das Milícias mineiras com os seguintes objetivos: o Estado Maior se constituirá no centro de agrupamento das milicias operarias e camponesas de todo o pais, para formar o Estado maior Central das milícias operarias e camponesas”.

O enfrentamento com o Governo se aprofunda.A situação de ‘dualidade de poderes’,que se mantinha desde 1952,exige uma solução.O Exercito e a COB polarizam a situação.O golpe militar do general Barrientos, em 1964,será o ponto final deste processo.Como amaioria dos paises da América Latina, a Bolívia passava a ser dirigida por uma ditadura militar.

A Assembléia Popular em 1971

Em outubro de 1970,uma junta militar efetua mais um golpe militar na Bolívia. O general TORRES resiste ao golpe e convoca os trabalhadores.A junta militar durou apenas algumas horas.A vitória do gal. Nacionalista Torres abriu um período de democratização no pais. A corrente nacionalista dos militares se aliou aos trabalhadores para derrotar a direita do Exercito.

Sem eguida, os partido políticos organizam o Comado Político da classe operaria, que foi uma ante-sala da Asembléia Popular,que existiu com caracter de ‘Soviet”(Conselho),superando ,em nível ideológico, a experiência de 1952.Entretanto,desta vez, a assembléia não tinha um braço armado de caráter popular.

O Governo de Torres buscou o equilíbrio entre as classes através de um Programa nacionalista,com concessões paralelas à classe operaria e ao imperialismo.Quando fracassou a paz entre as classes, os fascistas deram o golpe dirigido pelo gal. Hugo BANZER,liquidando de uma só vez, a Assembléia Popular e o Gov. de Torres.

A Assembléia Popular foi obra da própria classe operaria,e,resultado de suas experiências passadas.A reprodução prevista, da asembleia Popular, em órgão de nível municipal,iria constituir uma experiência de ‘auto-governo’ para os trabalhadores em todo o pais.

A FSTMB e a Cogestão

Durante o period da AP,a FSTMB concentrou suas forças no programa de cogestão na COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia),estatal de exploração mineira,criada a partir das nacionalizações da revolução de 1952.

A cogestão era o caso mais nítido de ocupação “pelo alto”,de acordo com o Governo,em oposição às coupações de fabricas e minas, “por baixo”,pela ação direta dos

trabalhadores.Entretanto, a cogestão respondia de uma maneira autentica a um impulso espontâneo vindo da massa operaria.

A aprovação unânime do projeto da FSTMB,pos em prova a profunda capacidade criativa dos mineiros bolivianos.Mesmo após a queda do Governo Torres, no regime militar de Banzer, a tese da 'cogestão operaria' manteve-se presente nas lutas dos operários.

Com a volta da democracia ao pais, com o Governo civil de Zuazo,em 1983,mais uma vez os mineiros ensaiaram de concretizar as "Tese de Siglo veinte" sobre a cogestão operaria.

Em março de 83, após um amplo debate nas bases, a FSTMB adotou um documento sobre a cogestão,aceito também pela COB, nos termos da proposta de 1971. no mês de abril, a FSTMB interviu na COMIBOL,como primeiro passo na definição concreta de uma estratégia de poder popular.

Em janeiro de 1985, a COB iniciou uma greve geral que teve duração de 15 dias: 10.000 mineiros ocuparam as ruas de La Paz ,com assembléias e manifestações.A COB reivindica a escala móvel de salários e o congelamento dos preços dos artigos de primeira necessidade e dos transportes,além da renuncia do presidente Siles Zuazo.

A COB,então,assumiu o controle dos serviços de emergência,desde transportes,imprensa,e medicamentos.Os automóveis só podiam circular no pais com um 'salvo-conduto' da COB,apoiada pela Central dos camponeses.

A inflação no pais atingia a cifra de 2.177% e a media salarial era de US 50.Após 11 dias de greve geral, a COB avançou em suas reivindicações ao exigir um 'governo operário e campones'.ems etembro,houve greves e manifestações no pais.Desta vez, o Governo respondeu a mobilização de massa dos trabalhadores,com repressão violenta, prendendo , matando e exilando sindicalistas.

PERU: 'socialismo peruano'

Em 1968,inicia-se o Governo do general nacionalista ALVARADO. Algumas cifras nos revelam a situação da economia peruana no momento da tomada de poder pelos militares. No campo, 831 das 840.000 unidades de exploração agrícola tinham menos de 5 hectares (280.000 com menos de meio hectare),representando 6% da superfície agrícola do pais; no outro extremo, 0,4% das explorações,menos de 3.4000, tinham mais de 500 hectares e ocupavam 75% da superfície agrícola;em 3 milhões e meio de indígenas, um milhão dependia diretamente de 1.290 fazendas; entre 1950 e 1960, Lima recebeu uma imigração de 1 milhão de 'serranos'.

Estas cifras indicam tanto a necessidade de uma reforma agrária,mas também justificam o medo da burguesia urbana frente á possibilidade de uma insurreição do povo indígena.Em 1970, a população ativa do pais era de 4,27 milhões, decompondo-se assim:

- ✓ - 47,2% no setor primário , 95% na agricultura;
- ✓ - 8,7% no setor secundário, um total de 22% do PIB;
- ✓ - 30,9% no setor terciário (contra 16,9% em 1940);
- ✓ - 3,2% em outros setores.

Umas 50 familias controlavam o conjunto da atividade econômica em ligação com grandes firmas estrangeiras.Em 1968, identificava-se 6 grandes grupos de interesses controlando 70% das vendas do setor industrial. Por exemplo, 80 % do setor mineiro era controlado por 3 empresas (Cerro Pasco, Southern Peru e Marcona).

O Governo define um tipo de 'socialismo peruano',que tinha como eixo a 'area de propriedade social dos meios de produção'. Varias medidas foram adotadas:

- ✓ - A lei sobre as EPS , de 1974.

- ✓ -nova lei das industrias, que criou a primeira “Comunidade do Trabalho” (comunidade industrial permitindo acesso até 50% da propriedade e da gestão aos trabalhadores);
- ✓ - as cooperativas agro-industriais;
- ✓ -as empresas autogestionarias de propriedade social,que serviam como suporte sócio-economico à participação social;
- ✓ -medidas anti-imperialistas,como,a reforma Agrária e a expulsão da “International Petroleum Company”,filial da “Standard Oil”,dos EUA.

A empresas ficaram agrupadas em 5 setores:

1) o setor da pequena propriedade artesanal e comercial, de longe o mais importante no plano dos efetivos (63% dos operários da industria são do artesanato);
2) o setor da propriedade privada ‘reformada’ pela lei sobre a ‘comunidade industrial’ (1970),agrupando todas as empresas com mais de 5 trabalhadores e com uma cifra de negócios anuais de mais de 1 milhão de soles;a lei se aplica ao setor manufatureiro que produz cerca de 15% da renda nacional e ocupa 5% da força de trabalho:
3) o setor de ‘propriedade social’(APS),com a lei de maio 1974. o capital neste setor é propriedade do setor inteiro,tipo propriedade social como no modelo autogestionário yugoslavo; esperava-se que as cooperativas de produção e as ‘sociedades agrícolas de interesse social’ iriam passar para este soteor socializado;
4) as empresas de Estado, surgidas com a nacionalização nos setores da insdustria de base e estratégicas;
5) as empresas mixtas,criadas a partir das ‘joint ventures’ entre os grandes grupos estrangeiros e o Estado;neste setor,os trabalhadores recebiam participação nos lucros,mas não participavam na gestão;

É importante falar de um setor,á margem desses 5, as Empresas Administradas pelos Trabalhadores (EAT), originadas de lutas sociais após o processo falimentar.

Em 2 de maio 1974, o dcreto-lei n. 20598 instituiu as ‘empresas de propriedade social’.Foi a última grande reforma do Presidente Alvarado Velasco, 5 anos após a reforma agrária(1969), 4 anos após a ‘Comunidade Industrial”(1970) e, cerca de 1 ano antes da ‘direitização’ do regime,com a chegada ao poder do gal. Bermudez(1975).

O projeto da APS,foi submetido ao debate na sociedade, em agosto de 1973; as principais organizações políticas,sindicais,profissionais,religiosas e intelectuais participaram deste debate.Os fundamentos ideológicos do setor APS estavam inspirados no modelo yugoslavo.

As estruturas de base deste setor repousavam em 4 principios:

1) participação total: direito de todos trabalhadores de participar na direção,na gestão e lucros da empresa.
2) propriedade social,pois pertence ao conjunto dos trabalhadores;
3) acumulação social,
4) o setor é reforçado pela incorporação ao patrimônio do excedente das atividades produtivas (os lucros);
5) formação permanente,para desenvolver a participação dos trabalhadores em todos os níveis.

Sobre a organização das empresas do setor,o decreto prevê os seguintes ‘orgãos da autogestão’:

- ✓ - assembléia geral dos trabalhadores;
- ✓ - comitê de direção (composto de 3 a 6 membros eleitos pela Assembléia);
- ✓ - vários comitês (formação, eleitoral,ética e ‘especialistas’).

O gerente ou os gerentes são nomeados por uma duração indefinida pelo Comitê de Direção,após ratificação da AG.

O financiamento inicial destas empresas de propriedade social é assegurado pelo Fundo nacional de Propriedade Social (FONAPS), cujos recursos provém de uma linha de credito aberta à Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE).

As relações com o Estado ficam sob responsabilidade da Comissão nacional de propriedade Social(CONAPS). Esta Comissão tem papel fundamental: a criação das empresas de propriedade social,sua constituição oficial,as mudanças de outras empresas em empresas de propriedade social,o numero de ações-bens que cada empresa pode emitir,a planificação do setor,o nivel de remuneração,dependem ou são controladas pela CONAPS.

Em agosto de 1975, havia uma só empresa constituída e 28 empresas em formação.no fim de 1977, havia 6 empresas constituídas e 34 em formação,com um total de 5.578 assalariados.

Em 1978, os trabalhadores do setor de propriedade social, fundaram a Federação nacional dos Trabalhadores de propriedade Social(FENATEPS),que lutava para incluir o setor das APS na nova Constituição que estava sendo redigida em 1978-1979.Esta campanha não foi coroada de sucesso,e,assim estas empresas foram abandonadas a sua própria sorte.

No setor das empresas socializadas encontramos todo tipo de atividade econômica: agrícola,mineiro,industrial,construção e serviços.Em 1979, havia 44 empresas de propriedade social empregando 7.156 trabalhadores; destas 44 empresas, 20 são implantadas na metrópole de Lima ;as outras ficam no norte do pais e nas regiões de fronteira (Puno,Puccalpa...);os ¾ destas empresas empregam menos de 100 assalariados; 15% são trabalhadores temporários.No conjunho,este setor representa apenas 1% do PIB.

As Empresas em Falência e a Autogestão

“Autogestão”, Boletim do Comitê de Empresas Administradas por seus Trabalhadores,ano 1,n. 3, relata uma experiência de ocupação e controle de empresas:

“Em março 1973, os trabalhadores ocuparam a “Empresa Dominador S.A.,localizada em Barranco.A ocupação durou 4 meses.Coim o governo de Velásquez e a lei sobre a Comunidade Industrial, o patrão desta empresa do setor de papel higiênico e talheres, com 30 a 40 trabalhadores, pediu falência.Apos 2 meses sem pagamento dos salário , 50% dos operários decidem pela ocupação da fabrica. Estas experiências de ocupação de empresas,permitiram uma tomada de consciência mais ampla dos operários, o desenvolvimento da solidariedade, fraternidade e camaradagem., entre os trabalhadores que participam da ocupação; garantir a segurança e a manutenção da fabrica, a organização interna e externa da administração da empresa,como também a distribuição dos recursos econômicos (frutos das contribuições de solidariedade). A confluencia e utilização coletiva dos meiosa disposição dos operários, o fato de dormir no local durante toda a ocupação,representa uma força importante para formação dos trabalhadores”.

As empresas administradas pelos trabalhadores(EAT) , chegavam a um total de 60,empregando entre 7.000 a 9.000 assalariados. Estas empresas estão no setor industrial ou de serviços: construção de moveis de escritórios, gráficas ,confeção,laboratório farmacêutico,etc..estão localizadas em Lina ou na sua area metropolitana.

Suas origens estão na Lei da ‘Comunidade Industrial”. O decreto-lei 20 023, permite a Comunidade Industrial,após pronunciada a alencia de uma empresa,soilicitar ao juiz a suspensão da declaração de falência durante 90 dias.Durrante este período a direção da empresa é assegurada pela Comunidade Industrial, que prepara um projeto de ‘recuperação’ . Em caso de acordo, a Comunidade recebe todo o patrimônio da empresa e inclusive seu passivo.

Esta política levou muitas comunidades industriais a pedir sua incorporação ao setor da propriedade social.Todavia, um segundo decreto (21 584) obrigou a Comunidade Industrial,que recebeu a propriedade da empresa em falência, a transforma-la em cooperativa de produção e

de trabalho. Assim, as empresas de AET surgiram de falências recuperadas pela Comunidade Industrial e pelo Sindicato.

As EAT t~em sua origem nas lutas dos trabalhadores para defesa de seus empregos em empresas falimentares. Portanto,diferem de outros setores em que a iniciativa do Governo era determinante. Estas empresas estavam submetidas a enormes dificuldades econômicas: em primeiro lugar, a recuperação de uma empresa industrial em falência, descapitalizada;ausência de quadros competentes que em geral abandonaram as empresas;créditos bancários e tesouraria fechada por ausência de finanças.

Este processo de lutas levou a uma consciência mais desenvolvidas dos trabalhadores deste setor. Esta consciência levou a um nível superior de organização.Em 1973,foi criado um Comitê de ajuda Mutua e,em 1978, o Comitê das Empresas Administradas pelos trabalhadores (CEAT). Este Comitê desenvolveu 3 projetos :

- ✓ a criação de um "Fundo " (fonds tournant) composto de contribuições das próprias empresas, de Fundações e do Governo Holandês;
- ✓ um 'programa de desenvolvimento do setor autogestionário' a partir de um Convenio com o 'Centro de Informação e de Desenvolvimento Internacional da Autogestão" (CIDIAG);este Centro assegurava a formação administrativa a 7 empresas;
- ✓ preparou a instalação de uma "Câmara de Comercio" das empresas de autogestão que permitia uma coordenação inter-empresas.

Apesar do papel de apoio jogado pelo presidente Velasco para o sucesso da propriedade social, sua queda em 1975 não impediu o prolongamento deste apoio pelas altas instancias do Estado até metade de 1976.No final de 1975, o banco Central de Reserva do Peru abriu ao CONAPS um credito de 60 milhões de dólares, a 2%% de juros;nesta mesma época, foi criado o Sistema nacional para o Desenvolvimento da propriedade Social (SINADEPS),que permitiu a criação de Oficinas regionais da propriedade Social dependentes do CONAPS.

Em maio de 1976,foram tomadas outras medidas importantes: em resposta a Assembléia Nacional dos Trabalhadores da propriedade Social e,em seguida, a uma intensa campanha de mídia,dirigida pelos partidários do SPS,incluindo os militares 'radicais', o FONAPS tornou-se uma instituição financeira independente e, um Centro de estudos Superiores da propriedade Social (CESUPS) foi criado com a função de preencher o vazio existente em matéria de formação e pesquisa para o setor da propriedade Social.

Contudo,estas mudanças ocorreram juntas de uma que tirava a autonomia do setor: a modificação na na composição do CONAPS,que passou ao controle efetivo do Ministério das Finanças e , o baixo orçamento inicial do CESUPS restringindo em muito suas atividades.

Em julho de 1976, ocorreram as demis~sões das direções do SINADEPS e da CONAPS,com objetivos de estabilização da política econômica. Vários ministros militares,do grupo 'radical',próximo a Velásquez foram demitidos

No final de 1976, o presidente Bermudez ,em entrevista a mídia, fala do papel da SPS na 'segunda fase do processo revolucionario', defende o 'pluralismo economico',limitando o 'papel hegemonico' que este setor tinha na 'primeira fase da revolução'.

A busca de um 'socialismo peruano',como alternativa ao capitalismo e ao 'socialismo estatal ' burocrático ,caracterizou a revolução peruana. Em lugar de substituir a propriedade privada capitalista dos meios de produção pela propriedade estatal, o processo revolucionário propunha-se a substitui-la pela 'propriedade social" ,fincando suas inspirações nas raízes profundas e adormecidas na memória do povo do "Tahuantinsuyo", que tornou celebre o Império dos INCAS .

Sem duvidas o projeto peruano também assentava nas idéias do marxista Mariategui,que propunha 3 eixos estratégicos em sua proposta do 'socialismo indoamericano":

- O Socialismo Autogestionário Indo-americano

Em Mariategui não se acha, de forma explicita, uma visão do que é o socialismo, a sociedade socialista. Há uma ausencia do tema socialismo na analise da obra do marxista peruano. Entretanto, após a derrocada do “socialismo estatal”, e no periodo de comemoração do seu centenario [1994], novos estudos mostram que a ideia do Amauta sobre o socialismo faz jus as ideias do ‘socialismo autogestionário’

Em suas varias polemicas, seja com o ideologo do nacionalismo,Victor Haya dela Torre, seja com os dirigentes da Comintern, e no livro " Em Defensa del Marxismo",polemizando com Henry de Man, Mariategui rechaçou 3 vias para sociedade peruana:

1) a democracia liberal
2) o capitalismo de Estado
3) o socialismo de Estado

Qual, portanto, a alternativa socialista traçada por Mariategui ?

A relação "socialismo e democracia" na obra do Amauta, porta conclusões fundamentais para compreensão da ideia socialista em Mariategui,inclusive, de grande atualidade para a conjuntura que vivemos, após a derrocada das experiencias do socialismo estatal no Leste europeu e Russia , da crise das experiencias do Welfare State e da crise profunda do sistema neoliberal em curso.

No " projeto socialista"mariateguiano, tres instancias se destacam:

- ✓ A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;
- ✓ A socialização do poder politico, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade politica e no exercicio direto da autoridade,ou seja, A DEMOCRACIA DIRETA;
- ✓ enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas ,no sentido da afirmação da solidariedade;ou seja, a REVOLUÇAO CULTURAL do COTIDIANO.

Atraves da analise dos camponeses indigenas na comunidade e dos operarios no sindicato,Mariategui pensou outro tipo de organização politica,em que as funções estatais não se autonomizariam em relação a sociedade.As organizações da democracia direta constituiriam a via pela qual o poder iria sendo socializado,deixando de ser uma função especializada e separada da sociedade.As organizações autonomas dos trabalhadores seriam os orgãos da democracia direta. A idéia da "CONQUISTA DO ESTADO' significava para Mariategui,o longo processo pelo qual a experiencia associativa dos trabalhadores os levaria a uma FORMA DE AUTOGOVERNO E DO EXERCICIO DIRETO DO PODER".

A revolução socialista implica para o Amauta, um 'REENCANTAMENTO DO MUNDO'; o reestabelecimento de uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, superando as dicotomias do mundo atomizado caracteristico da sociedade moderna.Mariategui foi buscar esta "estrutura de sentimentos" na cultura dos Incas peruanos; um estilo particular de vida em que as relações entre os membros da comunidade se regem pela solidariedade,nas diversas esferas sociais: trabalho, festas;enfim, o " espirito comunista" do indigena.

"Para tornar possivel o exercicio da democracia direta, a condição indispensavel deveria ser a erradicação do poder administrativo e do dinheiro;Para Mariategui, a sociedade socialista se orientaria para a realização de um maximo de comunicação e um minimo de institucionalização".

(cf. “Mariategui: Il Socialismo Indoamericano”. Casa Editrice Francoangeli.Milano 1996]

O projeto socialista de Mariategui porta " uma radical subversão das relações intersubjetivas".Mariategui prestou atenção particularmente a toda uma area da vida social descuidada pela corrente do marxismo oficial da III Internacional.Esta area correspondia ao que

ele descreve ,nos "7 Ensayos" ,como " Os costumes, os sentimentos, os mitos-os elementos espirituais e formais destes fenomenos que se designam com os termos de sociedade e de cultura".

ARGENTINA: as lutas operarias e o 'Cordobazo"

O movimento conhecido como "Cordobazo",em maio de 1968,teve como características principais um movimento operário baseado na ação direta,com ocupação de fabricas a partir de comissões de fabrica, estabelecendo as bases de um sindicalismo classista e de base.

Nos anos posteriores ao "Cordobazo"(1968), a historia do SITRAC e SITRAM (sindicatos que aglutinavam os trabalhadores da FIAT),em 1970-71, trouxe inovações radicais em forma de organização e luta ideológica. Assim, em maio de 70, ocorreram duas ocupações de fabrica em Córdoba,na "PERDRIEL-IKA" e na "FIAT-Concord". Na primeira, a ocupação teve por causa a não aceitação de dois candidatos de oposição nas eleições internas de delegados sindicais.O sindicato local não reagiu a recusa e,os trabalhadores reunidos em assembléia decidiram pela ocupação.

Na "FIAT", a ocupação da fabrica por 2.500 operarios, teve como causa o 'peleguismo' do sindicato,um apêndice da empresa.Após dois dias de ocupação, os trabalhadores obtiveram a renuncia da direção sindical pelega e novas eleições.Em outra unidade da "FIAT", "Mater",os operários aderiram ao movimento da "Concord" e da "Ika",ocupando a fabrica e reivindicando a destituição de seus dirigentes sindicais.

Em todas as eleições acontecidas,após estes fatos,os operários elegeram seus representantes independentes da burocracia sindical.

O programa de SITRAC-SITRAM de maio de 1971,mostra claramente um compromisso com a revolução com a revolução socialista: nacionalização das industrias e serviços estratégicos,o anti-imperialismo,a participação operaria na direção das empresas,visando o fim do sistema capitalista, a formação de um 'novo Estado popular" não repressor,etc.

Este movimento independente e classista da SITRAC-SITRAM foi uma experiência nova,constituindo um novo tipo de oposição que foge aos canais tradicionais do sindicalismo argentino: o peronismo e a CGT. O tipo de ação do sindicalismo classista,de critica ao Estado, a empresa,a burocracia sindical e, baseado na mobilização e participação de base,criava as condições para um novo capitulo dos trabalhadores argentinos.

Entretanto, pouco mais de um ano após a instauração destes sindicatos classistas,em outubro de 1971, SITRAC-SITRAM sofreram intervenção por forças militares,com uso de tanques e tropas.

As ocupações de fábrica em 1973

Com o fim da ditadura militar , no mês de maio surgiram diversos conflitos nas empresas. A existência de um governo eleito pelo sufrágio nacional,criou um novo espaço para uma ofensiva operaria, com caráter anti-burocratico.Como no período anterior, os conflitos giravam em torno as questões das condições de trabalho nas fabricas,juntos as reivindicações de substituição das direções sindicais pelegas por delegados eleitos pelas bases. O questionamento dos ritmos de produção, a insalubridade, enfim do conjunto das condições de trabalho ,eram reivindicações de um controle por parte dos trabalhadores

Com a volta de Juan Perón do exílio , os trabalhadores iniciam uma serie de lutas , a partir de maio 1973:

-**ASTRARSA**: o maior estaleiro do norte.Um grave acidente de trabalho causa a morte de um operário.Os trabalhadores espontaneamente convocam uma assembléia e exigem a demissão da equipe técnica responsável pela segurança.Os operários criam novas bases organizativas ,e o movimento articulado entre os delegados sindicais e ativistas de base, ocupam a empresa , tomam os funcionários como reféns. A reivindicação assume um caráter mais político ao exigir o 'Controle Operário" da segurança e da insalubridade do estaleiro.

-Complexo **VITAL-ZÁRATE**: junho-julho.os 2.000 operarios da construção,trabalhando em obras da ponte,reúnem-se em assembléia e destituem a comissão interna,elegendo novos delegados e liquidando o aparato sindical corrupto.

-Em Malinas, Rio de la Plata, junho-agosto,a fabrica de produtos alimentícios do grupo **"BUNG y BORN**" é ocupada: os trabalhadores independentemente dos delegados e do sindicato,elaboram uma lista de reivindicações:

- ✓ medidas de segurança;
- ✓ reconhecimento da salubridade de certas tarefas;
- ✓ instalação de um restaurante;
- ✓ abertura de um consultório médico.

Os operários obrigam os delegados a apresentarem suas renuncias perante assembléia geral realizada na fabrica sob ocupação.

-**PHILIPIS**.novembro.Na fabrica de eletro-domestico de capital holandês, há uma greve de 50 minutos em uma das seções.Uma lista de reivindicações é apresentada:

- ✓ .redução da jornada de trabalho para 8 horas e 45 minutos;
- ✓ .elevação da gratificação de produção de 40% para 50%;
- ✓ .solução dos problemas de insalubridade;
- ✓ . que não haja repressão contra os grevistas.

A comissão interna do sindicato não participa da luta; há 7 anos que seus membros estão nos cargos,sempre em cumplicidade com a gerencia da empresa;os operários,uma semana após,exigem:

- ✓ .formar comissões em todas as seções,eleitas democraticamente;
- ✓ .que a comissão interna proclame as eleições de imediato.

Estas experiências de 1973, são exemplos de mobilização dos trabalhadores a partir de suas reivindicações especificas,contra a burocracia sindical e com o objetivo de negociar diretamente com os patrões.Buscam por fim as formas de representação e de poder materializadas em corpos especializados e profissionalizados.

CHILE: a área de propriedade social e os "cordões industriais"

Mario pedrosa,em seu exílio chileno,afirmava que a 'experiencia do socialismo chileno era profundamente original". A "Unidade Popular" foi uma aliança de partidos de esquerda,formada em vistas das eleições de 1970. repousava,essencialmente, na aliança entre o OS e o PC.Com a vitória da UP,em novembro de 1970,um novo período histórico se abriu para os trabalhadores chilenos. O Programa básico da UP,em seu capitulo referente a nova economia,estabelecia que:

"As forças populares unidas, buscam como objetivo central de sua política substituir a atual estrutura econômica,terminando com o poder do capital monopolista nacional e estrangeiro e do latifúndio,para iniciar a construção do socialismo".

O primeiro ano do governo da UP foi de euforia econômica: aumento da produção e do consumo,queda do desemprego e da inflação.Foi também o ano da reforma Agrária,das grandes nacionalizações e da formação das "Aréas de Propriedade Social"(APS).

A Reforma Agrária

No primeiro ano,surgiram no campo,através de lutas violentas,novos órgãos do poder das massas,sobretudo,no Sul do pais (Cautin e Colchagua). São os "CONSELHOS COMUNAIS CAMPONESES" , formados pela base,superando os projetos iniciais do Governo e acelerando a

reforma agrária. O Conselho Comunal de cautin, foi formado em eleição livre,com base em um Congresso com 220 delegados.

A Propriedade Social

No 7 de novembro, Allende subscreveu um “Acordo” com a CUT,instituindo a participação dos trabalhadores na transformação da estrutura econômica e social do pais.Assim, surgiram as ‘NORMAS BASICAS DE PARTICIPAÇÃO” dos trabalhadores nas empresas da Área Social e Mixta da economia.

Este Acordo CUT-Governo,definia os organismos por empresa:

- ✓ - assembléia de trabalhadores;
- ✓ - assembléia de unidades produtivas;
- ✓ - comitê coordenador de trabalhadores;
- ✓ - conselho de administração.

Assembléia de trabalhadores tinha por funções:

- ✓ - discutir os planos e políticas de produção da empresa,de acordo com as linhas gerais estabelecidas para o ramo respectivo pelos organismos de planificação nacional e setorial;
- ✓ - eleger os representantes dos trabalhadores perante o conselho de administração;
- ✓ - solucionar os conflitos que surjam no comitê coordenador de trabalhadores da empresa sobre a aplicação da política fixada pela Assembléia de trabalhadores.

Comitê de Trabalhadores:

- ✓ - formar a consciência da importância da propriedade social dos meios de produção;
- ✓ - assessorar o chefe da unidade produtiva, com sugestões convenientes para o melhor funcionamento da unidade produtiva,com debate prévio e votação no Comitê de produção.

A mensagem de Salvador Allende,em 21 de maio 1971, afirmava:

“*No plano econômico,instaurar o socialismo significa substitui o modo de produção capitalista mediante uma mudança qualitativa das relações de propriedade e uma redefinição das relações de produção. Neste contexto, a construção da Área de propriedade Social,tem um significadoo humano, político e econômico...No campo político, a classe trabalhadora sabe que sua luta é por socializar nossos principais meios de produção.Não há socialismo sem Área de propriedade Social...O estabelecimento da APS não significa criar um novo capitalismo de Estado,mas o verdadeiro inicio de uma estrutura socialista.A APS será dirigida conjuntamente pelos trabalhadores e pelos representantes do Estado*...”.

Na APS, os Comitês de Produção foram os únicos organismos que funcionaram em quase todas as empresas.A participação só atingiu 20% da classe trabalhadora. A extensão das APS irá refletir a pressão exercida por numerosos setores da classe operaria. Surgirão inúmeros conflitos sociais: os trabalhadores de empresas ameaçadas de falência buscarão assegurar a estabilidade do emprego e de renda,através das greves com ocupação,seguidas de reivindicações de intervenção do Estado, preparando a passagem para a APS.

O numero de grevistas na industria privada foi multiplicado por 10,entre maio de 1971 e maio de 1972. Mais de 250 empresas foram colocadas sob regime de intervenção estatal em 1972;em 1971,a cifra foi de 91 empresas.

80 empresas,com cerca de 10.000 trabalhadores,recusadas de integração à APS,foram convertidas em Cooperativas Operarias e, reagrupadas em uma Federação das Empresas e das Brigadas de Trabalhadores. As APS e as Cooperativas Operarias foram as duas formas heterogêneas de participação com tendência à formação de coletivos operários quase proletários dos meios de produção.

As ocupações de fabrica eram impulsionadas pelo MIR e pelo OS.A linha do Ministro Yuskovic,do OS,defendia o Controle Operário nas empresas,se bem ,com o objetivo político de quebrar o poder político da Democracia Cristã.

O despertar da classe trabalhadora teve sua origem no descontentamento que se expressou nos trabalhadores e nos bairros populares,frente a nova política econômica,resultante de um acordo com a pequena e media burguesias, e contra as altas de preços decididas para consolidar o acordo de conciliação com a burguesia média.

O Poder Popular : os "Cordões Industriais"

Na historia das lutas latino-americanas, a classe operaria jamais havia demonstrado uma capacidade tão grande de recursos políticos.pela primeira vez,na historia do Chile,os trabalhadores tiveram a totalidade das fabricas sob seu poder.Durante 26 dias,eles assumiram o controle da produção e da distribuição.

As lutas de outbro 1972,mostraram a necessidade de coordenação das tarefas nas áreas industriais e de defende-las através de estruturas de caráter popular.

Assim, surgiram os "CORDÕES INDUSTRIAIS', a expressão mais dinâmica e vigorosa do poder popular.Nos principais centros fabris de santiago foram criados 7 "Cordões",exclusivamente baseados no proletariado industrial.

O primeiro "Cordão Industrial" data de junho.Uma serie de greves explodem ,em junho,na zona industrial "Cerrilos Maipu",em uma serie de medias empresas.Os operários ocupam as fabricas reivindicando a passagem à APS.O Governo envia os carabineiros (policia);18 fabricas entram em greve e um 'Comando Comunal" é formado.Os trabalhadores se declaram em assembléia permanente.

Em julho e agosto, o Governo assinou decretos de restituição de fabricas ocupadas.Um dos objetivos dos "Cordões" foi a constituição de organismos mais amplos, formados não apenas por trabalhadores, mas também por outros setores: população de bairros, estudantes, camponeses e organizações de vizinhos (Clubes de Mães,Juntas de distribuição e consumo,etc).Esta articulação das forças populares de um setor geográfico foi chamada de "COMANDO COMUNAL', e tinha por objetivo a criação de um poder popular, alternativo ao poder burguês.

Em 1970, foi criada a "Comuna de Cisterna",no bairro popular "Clara Estrella".mais de 7.000 habitantes,lutando por asfalto,habitação e transportes.Mais de 80% dos habitantes ,são operários das industrias de Santiago.

O Outubro chileno

O mês de outubro marcou o surgimento de um projeto de socialização das relações de produção,vivido concretamente nas lutas dos trabalhadores .Neste mês, a luta de classes atingiu um nível muito alto e violento.A batalha pela sustenatação da produção,boicotada pela burguesia, e a batalha pelo poder de classe,tornaram-se uma só luta,uma mesma linha política de massas.

As hostilidades da burguesia começaram no dia 11,com a greve ilimitada dos proprietários de caminhões; em seguida, os setores da pequena e media burguesia aderiram e, enfim,os patrões tentaram parar a produção através de um 'lock-out tecnico'.

A partir do 15 de outubro, os coletivos operários asseguraram a produção e organizaram a segurança contra os atentados terroristas que se multiplicavam contra as fabricas. Em santiago, e em torno da cidade, surgiram então, novos órgãos de poder operário: os "Cordões Industriais".Assembléias gerais agrupavam os operários delegados em todas as empresas de uma zona industrial,criando as coordenações operarias locais.Os "Cordões" se institucionalizam;reagrupam,também,os representantes dos órgãos populares dos bairros vizinhos.

O conjunto das atividades necessárias à manutenção da produção,da distribuição e consumo e serviços de saúde ,é coordenado em nível superior pelos "Comandos

Comunais",representando as comunas suburbanas, os conselhos de camponeses e, os centros de reforma agrária.Os circuitos comerciais estavam em greve,assim,estes órgãos populares assumiram as tarefas para pó-los em funcionamento.

Autogestão Operaria nas fabricas

O movimento de outubro 72, modificou a situação nas empresas:mesmo as pequenas,menos estratégicas,haviam se transformado em núcleo de poder popular e de controle operário.Após o fim da crise,o retorno dos patrões a direção das empresas parecia sem sentido para os trabalhadores que tinham ocupado-as e posto em funcionamento durante o 'lock-out'. assim,os trabalhadores mantiveram as ocupações e reivindicaram a passagem ao setor das APS.

Por exemplo: na fabrica "DEVA",serralharia,os trabalhadores mantiveram a ocupação e reivindicaram à passagem a APS.Trata-se de uma empresa media,com 200 operarios.Os trabalhadores foram ameaçados por uma ordem judicial de explusão,contudo,foram protegidos pela solidariedade de toda zona industrial de Conchali,que se organizou em um 'comite de coordenação'. A venda da produção passou a ser realizada diretamente às empresas,sem passar pelas grandes empresas do ramo.

Em janeiro de 73, um projeto de lei,chamado "MALLI", sobre a definição do setor social,foi enviado ao Congresso chileno. Este projeto previa a expropiação de 42 empresas, a maior parte já ocupada pelos trabalhadores,postas sob 'intervenção' do Estado ou autogeridas pelos 'comites de trabalhadores",eleitos durante o mês deoutubro 72.

Este projeto previa a criação de um 'comite dos casos especiais',gerido pelo Ministério do Trabalho e não excluía a devolução aos proprietários privados. Era uma formula de cogestão estado-Trabalhadores-patrões, chamada de 'administração integral' , também estava prevista.

Em 25 e 26 de janeiro, os trabalhadores da zona industrial de Maipu, organizados desde a crise de outubro 72,ocupam o bairro e armam barricadas.O projeto foi recolhido após varias discussões no interior do Governo.Uma plataforma de luta dos "Cordões industriais de santiago" foi construída,e definia que:

"Nós, trabalhadores dos cordões industriais, avançamos como programa imediato de ação de classe:

- ✓ - a luta pela passagem às mãos dos trabalhadores do setor socializado de todas as empresas que produzem os bens de primeira necessidade,do setor alimentação e das fabricas de material de construção;
- ✓ - a expropriação das explorações de mais de 40 hectares (irrigados); confiscação da terra e nacionalização da exploração;
- ✓ - constituir um controle operário da produção e um controle popular da distribuição.Os trabalhadores decidirão o que produzir para o povo,o uso dos lucros, e os locais para armazenar os alimentos.Para isto, nós chamamos a constituição imediata de comitês de vigilância operaria em todas as empresas do setor privado;
- ✓ - a luta para implantar uma direção operaria em todas as empresas do setor socializado;
- ✓ - não devolução de nenhuma empresa que esteja em mãos dos trabalhadores;retirada imediata do "Projeto Milla";
- ✓ - poder de sanção das Juntas de Distribuição e Consumo(JAP) e dos comandos das comunas.Controle do que é fornecido aos comerciantes e castigo para aqueles que não vendem, que especulam.fechamento de seus comércios e vendas diretas à população.Os operários dos cordões industriais se mobilizarão para tornar este poder efetivo;

- ✓ - chamamos todos os trabalhadores à constituir os comandos industriais opor cordões e os comandos comunais,único meio para classe operaria de dispor de um organismo de ação,eficaz,capaz de mobilizar e de propor novas tarefas;
- ✓ Nós cremos que, controlar os meios de produção e distribuição, é consolidar o processo, é criar uma nova economia em mãos da classe operaria,é avançar. É por isso que nos opomos a qualquer concessão a burguesia...exigimos que nos abram as portas para participar diretamente na busca de soluções dos problemas".

Cordões industriais de Santiago,Comandos comunais

Coordenação nacional da Construção - Fevereiro de 1973

As Juntas de Abastecimento (JAPs)

As JAPs eram coletivos populares de bairro, aglutinando os ocnsumidores e os pequenos comerciantes com o objetivo de gerir a distribuição, controlar os preços, lutar contra os atravessadores e o mercado paralelo. Foram lançadas em julho de 1972, representando uma força organizada que se desenvolvia baseada no controle que o Estado tinha sobre a distribuição, devido a nacionalização de vários monopólios de comercio em grosso.

Primeira Assembléia provincial das JAPs da grande Santiago foi realizado em 5 de março. Para formar uma JAP, era suficiente uma assembléia de bairro onde se articulavam as juntas de vizinho, os clube de mães e as associações de jovens e pequeno-comerciantes. A assembléia elegia uma comissão e a registrava no biro da "DIRICO" (direção industrial e comercial do Ministério da economia) e no posto de carabineiros (policia) mais próximo.

Em março 73, foi realizado um Congreso Popular sobre a distribuição e consumo,em que participaram:

62 delegados das 'casas do povo' da comissão provincial;

4 delegados dos cordões industriais;

5 delegados dos conselhos comunais camponeses das comunas suburbanas;

80 delegados dos comandos de distribuição da província.

O Congresso aprovou as seguintes proposições:

"-Expropriação de todas as grandes industrias privadas da alimentação e sua passagem ao setor de propriedade social,sob a direção operaria dos trabalhadores.O controle operário na pequena industria;

-Expropriação de todos os domínios agrícolas superiores a 40 hectares de terra irrigadas ou equivalentes e 'a portas fechadas' sem direito à reserva para o patrão. Controle operário da produção em todos os domínios inferiores a 40 hectares.Tudo isto sob a direção dos conselhos comunais e camponeses;

-Criação de uma Central Única de Distribuição, centralizando toda a produção nacional e as importações sob controle popular;

- A Distribuição sob controle dos Comandos Comunais de trabalhadores. A criação de casas do povo controladas e dirigidas pelos habitantes em todos os bairros,onde não haja comercio privado já estabelecido.Onde exista o comercio,controle da distribuição pelos habitantes ,utilizando o cartão de distribuição do consumo;

-Eleição e formação de um comando provincial único do consumo e de um comando nacional único.

- Hoje,em cada comuna e mesmo nos bairros, existe uma grande diversidade de organização (associação de vizinhos,comitês de casas do povo,JAPs,sindicatos,etc).devemos unir esforços de todos os camaradas numa só organização,os comandos dos trabalhadores...".

O “Tancazo” : um ensaio geral golpista

Após o mês de maio 73, o golpe de Estado militar tornou-se a única saída lógica para direita. Em junho, no curso de uma manifestação de masas ,convocada pela CUT,reunindo 700.000 paraticipantes, o presidente Salvador Allende,pela primeira vez,defende o reforço do poder popular através dos “Cordões”. Em julho,,ocorreu a tentativa de putsch conhecida como “Tancazo” (golpe dos tanques),a partir do 2º regimento Blindado,que cercou o Palácio do Governo (“La Moneda”). A tentativa fracassou,mas serviu de ‘balaõ de ensaio’ para as forças fascistas.

Os comandos comunais e os “Cordões” industriais mostraram uma grande capacidade de mobilização e de resistência militar.Um novo aspecto do poder popular surgiu: o militar, com as ‘milicias operárias’. O comando comunal representava,neste processo,o pólo revolucionário;o secretario-geral da CUT,Manuel Dinamarca,declarava,então:

“O comando comunal é uma organização nova que pretende realizar a transferência do poder institucionalizado burguês para a institucionalidade proletária.isto deve desembocar num exercício concreto de poder...Por exemplo, no Norte de Santiago, os comandos aplicaram as decisões em matéria de saúde e transportes em comum (prolongamento ou modificação de itinerários). Vai chegar um momento em que o Comando vai dar ordens sobre a colocação dos créditos de uma sucursal bancaria local,decidir sobre a implantação de uma industria na zona e,finalmente,vai dar as ordens aos outros tipos de organismos,como as prefeituras. Os comandos vão surgir com ou sem consentimento do Congresso e se fortalecerão como órgão de poder popular pela resolução dos problemas concretos e pela capacidade de mobilização da população na busca de soluções. Os Cordões como a CUT, são organizações de trabalhadores independentes do Governo,dos partidos,das instituições do pais”.

A classe operaria,mobilizada nos “Cordões”,apresenta um espírito ofensivo formidável. A “ Instrução no 1” do “Cordão VICUNA-MACKENNA”,testemunha as medidas concretas adotadas pelo “Cordão” e pela CUT:

- ✓ - ocupar todas as fabricas;
- ✓ -Organizar as brigadas de 11 camaradas e um chefe.Os chefes destas brigadas e os membros da direção sindical dirigirão a empresa;
- ✓ - Centralizar ,no interior das fabricas,os veículos e todo material,podendo servir à defesa da fabrica,da classe operaria e do governo;
- ✓ - de hora em hora, as fabricas tocarão suas sirenes para assinalar que a situação está normal.Se a situação é anormal, a sirene deve soar de forma continua para pedir ajuda;
- ✓ - Permanecer constantemente na escuta da “radio Corporação”,mesmo se a ‘cadeia nacional’ funcionar;
- ✓ - Manter contato permanente com as fabricas vizinhas;usar mensageiros;
- ✓ -Organizar assembléias e divulgar a presente “Instrução” aos camaradas de todas as empresas.”

Entretanto, a mobilização de masas a epoca do “Tancazo” , não foi utilizada no sentido de uma ofensiva contra as forças militares,então divididas.

Os grupos de auto-defesa operaria não foram considerados pelo Governo como um ponto de apoio fundamental.A Democracuia Cristã,através de eduardo Frei,denuncia em 8 de julho,a formação das milícias operarias. A partir desta data, a Armada aplica sistematicamente a “Lei de controle de armas”: centenas de perseguições violentas são dirigidas contra as fabricas e as sedes dos partidos de esquerda,em busca de armas.tres dias antes do golpe fascista de Pinochet , 800.000 desfilaram para apoiar Allende e para reclamar armas.

A partir do “Tancazo”,cerca de 100 fabricas tinham sido ocupadas pelos trabalhadores,exigindo à passagem das mesmas as APS.Em 10 de julho,a CUT se pronuncia em favor do retorno a normalidade nas fabricas ocupadas.

O socialista brasileiro Mario pedrosa,nesta época,estava exilado no Chile.

Mario ressalta o papel dos trabalhadores no processo chileno,sem duvidas,a partir de sua visao politica de forte conotacao luxemburgiana.:

"O que caracteriza a situacao politica atual é o processo de crescente conscientizacao da classe trabalhadora.isso comecou a acentuar-se nas fabricas e usinas tomadas da area social.A cousa é de tal ordem que ameca os proprios burocratas dos partidos.E tudo culminou com o ato publico de 4 de setembro.A classe sente que o que está em jogo é o seu governo,que esta é a sua hora.A pressao é tal alta que os dirigentes sindicais do PC se sentem cada vez mais da classe,e menos do partido.Este,por sua vez,teve que fazer uma reviravolta a esquerda,e para com o sectarismo anti-esquerda.Toda a UP sabe hoje que afinal nao se trata de ganhar eleicao,mas o poder".

Prossegue analisando a dinamica autonoma e autogestionaria dos trabalhadores:

"Tomar usinas,fabricas,bancos,terras,com jeito,interpretacoes e perito se faz e se tem feito,com mais ou menos acidentes e choques.O aparato legislativo grita,o aparato da justica zurra,reclama,sabota.Mas a cousa feita,feita fica,e nao se volta atras,em geral,pois os trabalhadores se poem de permeio."

Para Mario,a politica economica do governo da UP chocava-se com a "legalidade"do mercado."Impor,porem,que as mercadorias circulem pelos seus canais de distribuicao "normais"e cheguem aos estuarios a tempo,em quantidade e a precos cristaos,ah,isso é outra cousa.30% delas é desperdicado de saida,contrabandeado e mais ainda é acambarcado.aqui as interpretacoes da legalidade nao teem cabida,a barragem dos operarios nao tem onde operar."

Neste contexto,"O que importa entao é chamar a iniciativa da base para ir as fucas dos acambarcadores,controlar precos,o diabo.Sao as juntas populares que se organizam por toda a parte.Enquanto isso se faz,o governo trata de organizar seu aparelho de distribuicao proprio,com suas frotas de caminhoes e transportes para pegar os generos nos centros apropriados,portos,etc,e leva-los aos centros populares de consumo,onde se instalam os armazens destinados a entrega-los ao povo."

"Para as classes medias há as cooperativas de distribuicao e consumo.Quanto aos ricos,que se arrumem.Ao lado disso,a montagem de um outro sistema de distribuicao de rendas...A burguesia vai chiar,as classes medias gritam,mas se vao dividindo,como já o estao,inclusive ideologicamente;a pata,porem,do poder proletario se vai fazendo sentir de mais a mais.Este é o poder novo que está surgindo de dentro do velho.o aparelho de Estado range por todos os cantos".

Mario sentia o desfecho do processo chileno.Nessa mesma carta comenta:"Dei-me aqui a tarefa de criar e instalar o Museu da Solidariedade,e nao largo a cousa para fugir para nao sei onde.A hora das dificuldades nao passou.Mas sao os ossos do oficio para os que no Chile botaram na cabeca que teem de fazer a famosa transicao ao socialismo.Creio que a coisa vai se tornando cada vez mais irreversivel.Esses proximos seis meses sao decisivos.Nao há porque tragificar as cousas."

Aqui Mario revela seu apego e paixao a esse processo:"nao há porque tragificar as cousas.isso é bom para meia duzia de brasileiros super-revolucionarios que se afastaram do Brasil mas nao chegaram ao Chile,e vivem soberanamente alienados,a espera do momento de refugiar-se numa embaixada...Sao revolucionarios que só admitem a revolucao no Brasil,e segundo o figurino que confeccionaram...Existe um processo no chile,mas continua sendo ao

modo chileno.e este é complicado,e dificil de se entender.Mas está andando,e mais imconpreensivel ainda,com democracia".

Em outra carta,de 13-11-72,Mario assinala que "mando junto com esta recortes de cartas minhas para varios amigos em que saliento alguns tracos sobre a formidavel crise por que acabamos de passar.Sob muitos aspectos, deu-se um passo a frente e,de certa forma,o famoso salto qualitativo.Revi agora a carta que vos mandei,e verifico que ela foi confirmada pelo desenvolvimento ulteior.Antes assim.".

Vejamos,numa especie de dossier chileno,o que Mario escreveu a varios amigos.

Na carta de 12-11-72,destinada a L.M.,Pedrosa analisa a dinamica da luta de classes no Chile,enfatizando,como sempre,o papel dos trabalhadores:

"A proposito do Chile(...)Temos vivido uma experiencia riquissima(...)A tensao politica porem era alta,e sentia-se um clima pré ou para-revolucionario.Neste pais de povo moderado e,em geral,sem imaginacao,mas de comportamento surrealista,tivemos a originalidade unica na historia de uma greve geral burguesa,em nome da solidariedade gremial,contra o governo,mas a favor da restauracao da ordem capitalista já em pandarecos talvez irreversivel.

E todos os dias entrava mais um contingente social em paro.Camioneros,comerciantes,medicos,dentistas,donas-de-casa, putas,engenheiros,arquitetos, por um dia ou dois onibus e taxis,bavcarios,servicos,construtores,estudantes,garotos armados de estilingue,iam parando e o governo,nos primeiros dias,olhando tudo,sem saber muito o que fazer,e dizendo besteira até que a cadeia de paros estacou na porta das fabricas,usinas ,empresas industriais:

Os operarios recusaram a ordem de parar,mesmo com a jornada paga.E nao só foram para as fabricas,como as puseram a trabalhar.E nos dias em que os onibus da cidade e os taxis nao funcionaram,andaram quilometros a pé,e nao faltou um só,nem mesmo nas segundas feiras em que matam muito o trabalho.Os patroes ficaram bestas,o Governo saiu do bobeamento em que caiu,os partidos de esquerda enfim desencantaram,os comunistas a frente.

Restabeleceu-se um servico de distribuicao,sobretudo para os bairros pobres,que nunca estiveranm tao bem sortidos,com carne de vaca,etc.E os bairros chic na pendura...Atras dos trabalhadores sairam os estudantes,professores universitarios,ao trabalho voluntario,descarregando e carregando milhares e milhares de sacos de arroz,farinha,acucar,o diabo(...)

Na carta para Hervé Fischer,pedrosa conclue seu relato do mesmo processo:"A outra surpresa foi a atitude de lealdade ao governo por parte das forcas armadas.A sublevacao burguesa despertou a consciencia operaria e popular: isso foi magnifico".

Para George Boudaille,escreveu na mesma epoca:"...o governo Allende é muito sólido.Mesmo se perdeu as eleicoes gerais em marco.(...) Nao direi que nao haverao novas crises,mas será dificil uma outra tao grave quanto essa que vivemos...A grande burguesia e os imperialistas receberam um golpe muito duro com esta derrota que sofreram".

Contudo,na carta para critica de arte norte-americana,Dore Ashton,finaliza nos seguintes termos:" mas, isto não fignifica que não posssa ocorrer uma nova crise. Ela ocorrerá. Contudo, um novo passo foi dado”.

Em carta de 1973 (sem data),Mario escrevia mais uma vez para seus parentes,tambem exilados."Isto aqui está atravessando uma fase chata,sobretudo depois do paro,quando havia tensao nos espiritos e certa excitacao,sinal dos tempos.Agora há pasmaceira,e algumas colas chatas para se prover de cousas...O caminho da revolucao chilena é complicado.Vale a pena segui-lo de perto.A experiencia é cada vez mais rica...".maria fala da tarefa no Museu,"Aqui,tudo

ainda devagar,sobretudo em materia de arte ou cultura.E o Museu com excelentes perspectivas nao faz excecao,e o trabalho de preparar sua sede,instala-la,etc,é demorado...

Em agosto de 1973,Pedrosa encontrava-se na Europa,promovendo o seu Museu.Nos dias 6 e 9 ,escreve de Madri,mais uma vez analisando o quadro chileno:

"Quanto a situacao politica,3 coisas achei importantes agora:

1) a poderosa contra-ofensiva da DC que parece ter quebrado o monopolio pratico do Allende das manobras com o Exercito.Ela agora já tenta manobrar com ele contra o governo...Mas o que quer agora a DC é fazer do Exercito o arbitro bonapartista acima das classes.

2) a ocupacao macica das empresas pelos trabalhadores e destas fazer os bastioes do poder proletario...

3) indicios mais claros de divisao dentro da UP.Que há divisoes no PS é certo,mas no PC?

Tudo indica que vamos chegando proximo a ponto de desenlace.Pero,tendo em conta o surrealismo politico que aí domina - esperamos o desenvolvimento".

Na carta seguinte,Mario volta a falar do Chile: Pelo que vejo - todo o palavreado politico se reduz aos que detem poder de fato: exercito e povo.Este -numa posicao tipicamente chilena- no seu reduto final: a fabrica,a empresa.A grande vantagem estrategica do governo UP é terem como principal aliado os operarios ocupando as empresas e armados dentro delas."

Comenta a participacao dos chefes militares no novo gabinete,:"...apos longas conversacoes,resolveram refazer mais uma vez o gabinete,desta vez,com os altos chefes militares no governo e mais o chefe dos carabineiros (os que fazem a repressao geral).isso,para que ? Para evitar que o Exercito se divida ou se divida "antes"do tempo e o Allende continue a ser chefe de governo...obedecido? Na realidade,este governo é tao debil que só agora (treze dias da greve estalada) há decreto de prisao contra o Villarin...Repete-se outubro, com mais radicalismo.Agora,o Exercito nao pode mais bancar o neutro em toda essa embrulhada.E o governo Allende só se sustenta se puder baixar o pau nos Villarins & Cia e sustentar incolume as empresas com seus trabalhadores e armas.(A lei do registro de armas foi aprovada por inepcia,ineficiencia ou negligencia dos deputados da UP...

Mario ressalva que "isto foi um exercicio de analise que fiz,com as poucas noticias que tenho,para tentar-me esclarecer a situacao.Coincide com a de voces ai?".

Em 26 de agosto, outra carta: "Sua carta ultima, hoje recebida, é otimista, mas eu nao.espero que voces já tenham recebido minha ultima carta em que fiz uma analise da situacao, polarizada entre a greve subversiva dos camioneros e a ocupacao das fabricas pelos obreros. Ou Allende punha termo a greve e dava uma cana seria nos Villarins,ou estava frito.Daqui o que ressalta é que nao teve forca para jogar os seus milicos contra os Villarins,acabar com a greve,o que levou a demissao de Pratts (pressionado pelas mulheres dos generais de sua casta),o reforcamento da direita e a demonstracao de impotencia da UP".

Mario Pedrosa, entao, tirava conclusoes proximas do que iria ocorrer no Chile,em 11 setembro de 1973.

"Nessas condicoes,podem nao derrubar o Allende mas este será forcado a um acordo com a DC e milicos para evitar a guerra civil,etc.isso significa que eles todos vao transar.Ficam de fora os "extremistas" sobretudo de direita que poderao tentar um golpe de mao contra o proprio Allende (assassinando-o,etc).O preco da acomodacao ou da capitulacao é que vai depender de muita negociacao,que se fará sob a hegemonia das classes medias".

Mario Pedrosa voltou ao Chile em 9 setembro,dois dias antes do golpe militar.Ficou 17 dias escondido em casa de amigos e ,depois,mais 17 dias na embaixada do Mexico.Em seguida iria para Franca.Mais um exilio.De Paris,escreveria,em 12.03.74: "Mas que o mundo está tenebrosamente interessante está".

14) A greve de Osasco-SP em 1968 e as Oposições Sindicais

Nesta parte, vamos nos utilizar de alguns documentos produzidos pelos atores diretos da greve.

Assim, um ensaio intitulado “Greve illegale; organisation clandestine”,assinado por José Ibrahim, Manoel Dias do Nascimento e Roque Aparecido da Silva. Escrito no exílio,em outubro 1972.

Um segundo documento, “Osasco:as lições de uma Greve”, escrito por Jose Ibrahim e José Barreto.É um balanço da greve,escrito no ano mesmo do movimento,1968.Este documento vai no nosso Anexo. O livro de Ibrahim, “O que são Comissões de Fabrica”(editora global,1986.)

Por fim,utilizaremos elementos de outros dois ensaios: o de F.Weffort,dos Cadernos CEBRAP,publicado em 1972 e, uma entrevista de Regis Castro Andrade,de 1998,da Revista “Tempo Social”.

F.Weffort caracteriza as cidades de Osasco-SP e Contagem-MG:

“Apesar de suas características de alta concentração industrial,Contagem e Osasco não se ajustam às condições típicas das “comunidades industriais isoladas”,Comunidades desteb tipo encontram-se geralmente à volta das minas (por exemplo, Nova Lima) ou de grandes siderurgicas (p.ex,Volta redonda, Usiminas,etc),combinando uma alta concentração espacial das industrias a um grende isolamento dosmoperarios em face das demais classes. Esta combinação de concentração e isolamento pode levar à formação de um sentimento comunitário que, por favorecer o despertar da solidariedade de classe (ou ainda por sobrepor-se a ela e reforça-la) constitui em geral, um fator excepcionalmente favoravel à eclosão do movimento operário em greves,protestos,etc.

Contagem e Osasco apresentam condições de alta concentração industrial,mas faltam-lhes as características de isolamento ecológico e social.De fato, são dois casos típicos de áreas industriais metropolitanas e,até há pouco tempo,foram bairros periféricos de belo Horizonte e São Paulo.Osasco só conquistou sua autonomia municipal em 1962 e Contagem,embora mais antigo como município,só assumiu sua conformação atual depois de 1963 com a incorporação da “Cidade Industrial”,até então um bairro de belo Horizonte”.

Vejamos alguns dados de Weffort:

Contagem tinha,em 1960,uma população de 28.065 habitantes,dos quais a grande maioria (21.645) concentrada na “Cidade industrial” e os demais repartidos entre a sede do município (3.708) e a zona rural(2.850). Em 1968,a população era de 33.000. A partir de 1955, se estabelecem na região uma Usina Hidroelétrica e varias empresas como a Mannesman, belgo-Mineira, Mafersa,RCA Victor,etc.O numero de operários da “Cidade Industrial” passa de 2.850 em 1952 para 5.731 em 1960 e, atinge 16.610 em 1966.Estima-se que em 1968 houvesse mais de 18.000 operarios trabalhando na “Cidade Industrial”,dos quais 63% reside na própria “Cidsade Industrial”.

Osasco é também um município predominantemente urbano e industrial.Contudo, enquanto contagem e um dos poucos pontos de forte concentração industrial da região metropolitana de belo Horizonte, Osasco é aoenas um exemplo das varias áreas industriais da região metropolitana de SP.isto faz de Osasco um município que cumpre as funções de ‘cidade industrial’ ao lado das funções de ‘cidade dormitorio’ para uma grande massa de operários que trabalha em SP ou em outros municípios vizinhos.

Pesquisa de 1966,aponta para Osasco uma população empregada de 62.000 pessoas,das quais 49.000 vinculadas às atividades industriais,mas com apenas 15.500 trabalhando nas industrias locais. A população industrial de Osasco,como a de Contagem,está altamente concentrada.No centro da cidade e as duas zonas industriais ao Norte e a sudeste,concentram quase 80% do total dos que trabalham nas industrias.Esta área de alta concentraçã industrial é também um importante setor de residência operaria.Dos que ai residem (11.450), 58% trabalham na região, 18% trabalham em outros bairros de Osasco e 24% em SP.

As fabricas Cobrasma,Braseixos Rockwell e brow-Boveri estão entre as 5 primeiras maiores de Osasco.

Portanto, Osasco é uma cidade industrial da periferia de SP.Contava em 1968 com cerca de 350 mil habitantes.As principais fabricas eram COBRASMA, Brow Boveri, Braseixo,Ford,Chaleroi,Lona-Flex,Osram e Cimaf. O Sindicato dos Metalúrgicos ,até o golpe de 64,tinha hegemonia do PCB,que se estendia ao movimento operário local em seu conjunto.

O trabalho de base nas fabricas vinha de antes de 68.Assim, militantes críticos da linha sindical do PCB na Braseixos tinham uma organização clandestina na empresa, onde ensaiavam novos métodos de luta.

A Cobrasma foi o palco central das lutas de 68, onde 3 organizações se articulavam nas lutas: a Comissão de fabrica, o Sindicato e o Comitê Clandestino.

A CF,inicalmente semi-legal,com 10 militantes, tinha sido fundada em 1962 pela FNT *, organização de orientação cristã. Alguns operários fundam o CC ,com base na experiência da Braseixos. Este Comitê Clandestino era independente do PCB,do Sindicato e mesmo da CF,com a qual mantinha contatos..

Em meados de 64,a morte de um operário em acidente de trabalho permitiu que a CF e o CC paralizassem a Cobrasma por 5 minutos.A partir deste momento, a CF é reconhecida.As primeiras eleições para a representação dos trabalhadores na empresa foi em agosto de 65.A fabrica foi dividida em 19 setores e cada setor indicava um representante efetivo e um suplente.Para o CC,que não iria se dissolver na CF legalizada, era importante a eleição do líder José Ibrahim como seu porta-voz na CF.Ibrahim foi eleito por maioria esmagadora para o cargo de 2º secretario.O presidente era da FNT.Varias sub-comissões foram se formando nos diversos setores.

Diversas mobilizações internas e uma ‘operação tartaruga” na empresa serviu para educar os trabalhadores para lutas mais duras. Em agosto 66,nas novas eleições, a CF se renovouO CC sai reforçado em relação a FNT. Ibrahim assume a presidência e Roque Aparecido a 1ª secretaria.

Antes das primeiras eleições para Cf, os interventores no Sindicato chamaram eleições.Contudo,não foi apresentada chapa de oposição.A FNT entrou na composição da chapa única oficial,mas sem força para influir na diretoria.A OS não só critica o pleguismo mas,sobretudo,se opunha a estrutura sindical vertical e corporativa. A OS dos metalúrgicos de Osasco estava composta pelo militantes do CC, da FNT e alguns operários que começavam a romper com o PCB.

A força da OS crece a medida que aglutina operários de outras fabricas. A partir do final de 65,em todos os eventos sindicais a nível nacional, a OS se faz presente através de operários eleitos em assembléias.

A luta contra a direção sindical pelega se dava através das lutas concretas dentro das fabricas. Por exemplo,a mobilização que ocorreu no setor ‘Montagem de vagões” da Cobrasma , com uma greve.Os patrões demitiram todos os envolvidos; houve uma assembléia geral com participação de todos os trabalhadores da Cobrasma e também de outras fabricas.Os diretores do Sindicato receberam fortes criticas, abandonaram a assembléia que passou as mãos da CF.Os patrões recuaram das demissões e concederam o aumento reivindicado.

Dois fatos novos viriam ajudar na luta. Os trabalhadores decidiram apoai um candidato operário e um estudante nas eleições para prefeito e vereador pelo MDB. Eleito o prefeito criou o

cargo de assessor sindical e assessor estudantil no seu gabinete,indicados pelo Sindicato e pelo CEO (entidade estudantil municipal).Estes assessores desenvolveram um trabalho político na cidade baseado na criação de “Associação de mOradores” em todos os bairros.

6 meses antes das eleições sindicais,começou o trabalho de agitação e organização. As discussões do CC com a FNT e o PCB para composição da chapa de oposição, encontrou entraves na relação com o PCB,que considerava o programa da oposição como ‘aventureirista”. A composição da chapa ficou restrita a FNT,aos Independentes e ao grupo de esquerda do CC. O Programa da OS foi discutido em todas as fabricas,o que já significava a formação de futuros Comitês de Empresa:

1) luta contra o arrocho salarial
2) luta contra a Lei anti-greve
3) luta contra o FGTS
4) organização pela base em Comitês de empresa
5) pelas liberdades sindicais
6) contrato coletivo de trabalho
7) campanha permanente de sindicalização

Como parte da campanha foram organizados Comitês de Apoio a “chapa verde” (em oposição a ‘chapa azul’ dos pelegos) em todas as fabricas; cada trabalhador voluntariamente dedicava um dia de trabalho para o trabalho da campamha nas portas de fabrica e na sindicalização. Os estudantess ecundaristas de Osasco tiveram grande participação na campanha.O Presidente do CEO era José Campos Barreto,que era também operário como muitos estudantes. Barreto era do grupo de esquerda na Cobrasma.

No final da campanha, foi organizado um ‘dia de estudo’ para aprofundar o programa da OS.Participaram delegados das oposições dos bancários, metalúrgicos,Construção Civil e Químicos.

A ‘chapa verde’ obteve 80% dos votos.Alem da Cobrasma, a maioria dos votos da OS vieram das grandes empresas.portanto,pela primeira vez uma chapa de OS vencia uma eleição.Em julho de 1967, a nova direção tomou posse. O Presidente José Ibrahim, era membro do grupo de esquerda,que tem o CC na Cobrasma e núcleos clandestinos em outras fabricas como Brow-Boveri, Lona-Flex, Braseixos,etc.

Nova etapa das lutas nas fabricas

Assembléias de fabrica foram realizadas para ampliar a organização dos comitês.Nas assembléias eram analizadas as condições de cada fabrica e as formas de luta necessárias. Na Lona-Flex se desenvolveu uma grande mobilização por aumento slarial e pagamento da insalubridade. Nesta fabrica o Comitê era dirigido por Manoel Dias do nascimento (“Paiva”).Uma CF foi reconhecida,na qual participavam alguns do CC.

Em 17 novembro de cada ano se dava a data do dissídio salarial dos metalúrgicos de Osasco,SP,e Guarlhos.Os metalúrgicos de Osasco,em assembléia,decidiram não requerer o dissídio como protesto pela política de arrocho salarial. Pela primeira vez,após 64,um Sindicato adotava esta postura. Decide-se por uma greve no dia do Dissídio.

Desde inicio de 1966,a CNTI* organizava uma campanha de coleta de assinaturas nas fabricas para propor modificações na lei salarial.Deveria culminar em um ato publico,com a presença do Ministro do Trabalho,que receberia,então,a lista de assinaturas.Quando do ato publico,no Rio,o Ministro não compareceu.

A maioria dos sindicatos paulistas,em uma reunião para discutir novas formas de luta contra a política salarial, fundou o MIA*. Decidiu-se a organização de atos inter-sindicais que culminaria com um ato em praça publica.

O MIA programou 5 concentrações nos Sindicatos Metalúrgicos, até o 1º de Maio 1967:

1ª= começo de novembro, no sindicato dos metalúrgicos de SP;

2ª= fins de novembro, sindicato dos metalúrgicos de Santo André;

3ª= meados dezembro, em Osasco;

4º= em janeiro, em Campinas

5ª= em fevereiro, em Guarulhos.

O MIA decidiu que nestas concentrações só poderiam falar os dirigentes sindicais, não podendo falar nem operários de base nem estudantes. o que manteria a hegemonia dos pelegos. Contudo, já no primeiro ato, além da fala de Ibrahim, um operário de base também falou durante 10 minutos, e os estudantes tomaram o microfone e falaram.

No ato em Osasco, alem de Ibrahim,falaram representantes de todas as OS,um representante dos Sindicatos Rurais e um estudante.Os pelegos se negaram a falar.O deputado do MDB, David Lerer quis falar mas a mesa não permitiu.Aassembleia deciiu que o deputado falaria,o que ocorreu. Ibrahim propôs que o 1º de Maio fosse realizado na Praça da Sé,na capital paulista.

O Ministrio do trabalho denunciou que a Assembléia de Osasco teve caracter "marcadamente subversivo" e que o principal responsável era o Presidente do Sindicato,José Ibrahim. O MT chamou a diretoria e apresentou as segiuintes opções:

- ✓ destituição do presidente pela diretoria
- ✓ estituição do presidente pelo Ministério
- ✓ intervenção geral no sindicato

A classe foi mobilizada;os dirigentes do MIA,por motio de auto-preservação,apoiaram os metalúrgicos de Osasco.O MT se limitou a uma advertência \o presidente dos metalúrgicos.

A próxima manifestação,em Campinas,girou em torno do "caso Osasco";de Osasco foram 6 onibus lotados por operários. Após a concentração de Guarulhos, a ultima prevista e que não chegou ao final devido as divergências, o MIA se dissolveu. Ficou um comitê para preparar o 1º de Maio.

Greve em Contagem –MG

Em Belo Horizonte, o sindicato dos metalúrgicos desenvolvia trabalho semelhante a Osasco.Nas eleições de 67,elegeram um direção de esquerda. Mas, 8 dos 23 da direção foram impedidos de assumir: a policia tinha suas fichas. Contudo, alguns militantes de esquerda não fichados puderam continuar na direção. Foi realizada uma ação de organização de comitês clandestinos.

Em abril de 68, ocorre a 1ª grande greve após 64,com novos métodos de luta: paralização pela ação do Comitê de empresa clandestino e ocupação da fabrica. A greve começou com a ocupação da belgo-Mineira pelos operários que a ocuparam por 3 dias. A greve se estendeu a toda cidade industrial de Contagem. Com a desocupação da belgo, os trabalhadores se concentraram no Sindicato. O Ministro do trabalho.coronel Jarbas passarinho foi ao Sindicato para begociações.Após uma semna de greve,os metalúrgicos conquistaram 10% de aumento salarial após o 1º de Maio,para todos os operários do pais.

Em SP e sobretudo Osasco, a reprercussaõ desta greve foi enorme: mostrou que era possível lutar contra o arrocho,tendo organização de base.

Esta greve em MG, vinha coincidir com a preparação do 1º de maio.

O 1º de Maio em SP

O MIA tirou uma comissão para conversar com o Governador paulista Abreu Sodré. Este decidiu particpar do ato na praça da Sé. Os trabalhadores de Osasco defenderam a participação no ato e, derrotaram outras propostas de ato paralelo. A proposta era de expulsar os pelegos,tomar o palanque e realizar um ato verdadeiramente dos operários.

No nível do movimento operário a preparação revelou um alto grau de auto-defesa: foram organizados em grupos e armados com barra de ferro uns 250 operarios.Na Praça da Sé, os grupos ficaram divididos em 11 ruas que davam acesso a praça. Noutras ruas, ficaram operários armados de molotovs para impedir a chegada da repressão. Perto do palanque,outros grupos para realizar a sua tomada.Entre a massa,vários grupos para agitação.

Varias organizações de esquerda estiveram no ato: como VPR, ALN ,e estudantes. Dorival Ferreira, dirigente da OS da Construção Civil,foi responsável pelas barras de ferro.No ABC, os trabalhadores forçaram os pelegos a por vários ônibus para leva-los à Sé. Assim, alem dos grupos organizados, mais 7.000 trabalhadores foram ao ato.

No ato os operários bradavam as palavras-de-ordem: " Minas é nosso exemplo";"Fora pelegos,patrões e ditadura";" greve contra o arrocho";"só o povo armado derruba a ditadura";"Operário sim, pelego não".

Após impedirem a fala do governador e lhe jogarem ovos e tomates, e mesmo uma pedrada na testa, (Abreu sodré e os pelegos se refugiaram na Catedral)os trabalhadores tomaram o palanque ,usaram da palavra , atearam fogo no palanque e, saíram em passeata na direção da Praça da Republica.

Na Praça da republica falaram vários trabalhadores e, José Campos Barreto fechou a manifestação: falou da experiência do Vietnam e que o caminho era o da luta armada.Pela primeira vez se colocava ,abertamente, para os trabalhadores esta perspectiva.

As greves em Osasco

A vitória em MG e no 1º de Maio paulista cria um clima de muita agitação nas fabricas de Osasco. Assembléias são realizadas nas fabricas, levantando as reivindicações; organizando comitês e comissões. Neste clima, em junho 68 ocorre a greve na Barreto Keller. Os operários abandonaram a fabrica e foram ao Sindicato.Após 6 dias de greve ,os patrões propuseram aumento de 15%,aceito pelos trabalhadores.

Esta greve localizada teve grande repercussão nas outras fabricas, mais que a greve de MG,pois se passava próxima dos trabalhadores.As OS decidiram que uma greve em Osasco deveria ser na época do dissídio,em novembro,em que toda a categoria estaria mobilizada em SP e Guarulhos. Todavia, as bases pressionavam pela greve;o grupo de esquerda assumiu a preparação da greve. Em junho, as discussões com o Sindicato e os comitês decidiram a greve para julho.

Nos dias antes da greve, a massa pressionava através de agitações nas fabricas: havia comitês na Cobrasma, LonaFlex,Barreto Keller,Brow Boveri,Braseixos e um núcleo de comitê na Granada. Foi formado,a partir das bases, um "Comando Geral de Greve"(CGG),que decidiu pela ocupação da Cobrasma no primeiro dia da greve.

A Cobrasma tinha uma organização interna de um comitê de greve e da fabrica, e comitês por seção.A ocupação da fabrica apresentava oss eguintes problemas:

1) ocupação dos portões e domínio da guarda;
2) controle da comunicação (PB-X,telefones) e da central de eletricidade;
3) controle dos patrões e dos chefes em geral que permaneciam como reféns;
4) sistema de segurança para controlar todas as entradas e saídas para evitar a entrada de provocadores da policia,etc;
5) grupos encarregados de discutir com a massa questões como o sentido e o objetivo da greve, o caráter das ocupações,o papel da classe na revolução,etc,através de assembléias e grupos de discussões;
6) sistema de comunicações entre as fabricas ocupadas, o sindicato e o CGG.

No dia 17 julho, houve um toque extra de sirene da fabrica: era a senha para greve! Em 20 minutos se relaiza a primeira Assembléia geral,que decidiu pela ocupação por tempo indefinido.

Grupos pararam outras fabricas e, em passeata,se dirigiram ao centro da cidade, num percurso de 3km ate o Sindicato dos metalúrgicos.

Quando O ministério do trabalho chegou ao Sindicato para negociar,foi avisado que teria que ir a Cobrasma para negociar diante de todos trabalhadores com o CGG.

À noite começou a repressão pela Força Publica, Cavalaria e carros de combate (brucutu e tatu),sob comando do exercito.A LonaFlex foi desocupada pela policia. A Cobrasma foi ocupada e 60 trabalhadores foram presos. Todos foram msoltos depois,exceto o dirigente Barreto que fiocu 98 dias na prisão,onde foi barbaramente torturado.

No segundo dia, apesar de Osasco se encontrar sitiada pelos militares,outras empresas entraram em greve: a Brow-Boveri e a Braseixos. Na tarde do dia 18, um interventor chegou no Sindicato para 'tomar posse'. Sendo impedido pelos operários,na manha do dia seguinte voltaria com a cavalaria e os carros de combate,o Sindicato foi invadido.Nesta situação,um padre tinha posto a Igreja Matriz de Osasco á disposição dos operários para a realização da assembléia.Mas,a Policia invadiu a Igreja e prendeu vários operários.

No sábado,dia 21,o CGG se reuniu e decidiu pela volta ao serviço,com a orientação de se reorganizar nas fabricas."

15) Argentina: O movimento das 'empresas recuperadas'

Na segunda metade da década de 70, as políticas neoliberais ocasionaram uma profunda crise social , política e econômica na Argentina. Durante vários anos,houve o desmantelamento do aparato de produção.No final de 2001, ocorreu o colapso do mercado financeiro.Na segunda metade da década de 90, o movimento social se refez e lançou diversas formas de protesto ; neste contexto, emergiu uma diversidade de novos atores : piqueiteiros,assembléias de bairro, clubes de troca,etc.

No final da década de 90 e inicio de 2000, surgiram muitas empresas que estavam em processo falimentar e que foram recuperadas pelos trabalhadores .Umtotal de 170 unidades produtivas. São uma resposta à crise e ao mesmo tempo alternativas de gestão,combinando a participação democrática na gestão e a propriedade coletiva dos meios de produção.

No livro "Fábricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestion y rupturas em la subjetividade"(Centro Cultural de la Cooperacion. Buenos Aires.novembro 2003), encontramos uma periodização :

"A ocupação de fabricas tem sido uma pratica utilizada pela classe trabalhadora na Argentina em diferentes momentos de sua historia.Cabe recordar o Ciclo de lutas abertos no final dos anos 60 até inicio dos anos 70, encabeçados pelo operários das grandes corporações econômicas,como a FIAT em Córdoba. (...) A estrutura de oportunidades políticas, as condições e recursos do movimento operário, o papel jogado pelas direções sindicais e as estratégias ofensivas que desenvolveram os trabalhadores naquele cenário tem muito pouco a ver com o novo Ciclo de protestos dos últimos anos.Após o retorcesso das políticas neoliberais para os trabalhadores, do fim de muitas conquistas históricas, da redução constante de trabalhadores empregados, de um sindicalismo muito burocratizado e longe de suas bases, a estratégia de ocupação e recuperação de fabricas representa uma estratégia defensiva –quase derrotada- que se enquadra fundamentalmente na sobrevivência da empresa e na conservação do posto de trabalho(...)"

Os autores citam a frase de um operário :" O que acontece é que nos anos 70 se tomava as fabricas por ideologia, agora a tomada é por necessidade e a ideologia vem depois".

"A historia do movimento operário argentino porta experiências que, em diferentes momentos, tentyaram implementar formas autogestionarias e de controle da produção (Passa, Lozadur,etc).Embora, o fenomeno nunca tenha alcançado a magnitude e o conglomerado de fabricas e empresas de serviços que fazem parte do movimento social de recuperação de rempresas no período atual."

- Na segunda metade dos anos 90, a conjuntura em que ocorre a tomada de fabricas tem as seguintes características:

" Ascenso no ciclo de protestos de trabalhadores assalariados e desocupados.Se bem que,varias empresas da Capital e da Grande Buenos Aires,como no interior do pais,se encontravam em situação de crise e conflito interno nos primeiros anos da década de 90 , o 'ciclo de protestos' começou a crescer paralelamente ao conjunto dos protestos sociais emergentes na segunda metade da década de 90.

O surgimento de algumas empresas que se encontram em situação de crise (convocatórias, falências ,etc) ,são tomadas por trabalhadores para sua recuperação: os casos mais conhecidos são os das metalúrgicas IMPA e o frigorífico Yaguané,e também a metalúrgica Polimec.

Algumas destas fabricas tinham trabalhadores com experiência na militância sindical , o que lhes permitiu estabelecer relações com seus sindicatos.

-2000 – dezembro de 2001

Os traços característicos deste período:

"rápida intensificação dos protestos e crsecimento significativo na quantidade de empresas ocupadas pelos trabalhadores com objetivo de recupera-las.Somando estes 2 anos, concentra-se o maior numero de fabricas recuperadas do ciclo,superando os 40% de casos registrados.

Empresas com trabalhadores de diversas trajetórias,alguns poucos com contato sindicais e muitos sem experiência sindical.

Talvez, um dos primeiros casos deste ciclo se converteu em uma referencia obrigatória, porque conjuga os ingredientes que se repetiriam no futuro em muitas fabricas. A metalúrgica "Cooperativa Unión y Fuerza" (ex-Gip Metal) de Sarandi,onde os patrões conduziam um processo de falência fraudulenta,mas ,os operários com os advogados puderam desmontar o processo.Após a ocupação da fabrica durante vários meses e conseguirem a expropriação temporária do imóvel, os 54 trabalhadores –não ficou ninguém da administração nem da hierarquia- colocaram a fabrica em funcionamento.Hoje, é uma referencia obrigatória de fabrica autogerida,com um nível quase total de capacidade produtiva em funcionamento,superando entre 3 e 4 vezes o nível de remuneração de todos os sócios,e incorporando à fabrica 20 novos trabalhadores.

Outro caso paradigmático é a cerâmica ZANON,na província de Neuquén.Ocupada pelos trabalhadores em Outubro de 2001, reivindicando a ESTATIZAÇÃO da empresa sob Controle Operário.Esta empresa se destaca pelo grau de participação,deliberação e convicções que manifestam seus trabalhadores com o projeto coletivo;pelo grau de adesão e defesa ativa que a sociedade neuquina tem com os trabalhadores,mobilizando-se ativamente frente as tentativas de desalojar e, pelos laços realizados com outros movimentos (trabalhadores desocupados, Madres de la Plaza de Mayo,mapuches,Sindicatos,etc).Esta é a empresa mais desenvolvida em tecnologia de todas as recuperadas neste ciclo,contando com robótica e tecnologia de ultima geração.

Iniciam-se a partilha de idéias com relação a formas de resistência e estratégias legais para sobrevivência da fabrica...Neste período não há um movimento estruturado e homogêneo que integre e proteja as fabricas que se encontram com problemas.os vínculos iniciais foram informais e se estabeleceram algumas com empresas próximas territorialmente.

-dezembro 2001-2003

"A partir de dezembro 2001 configuram-se modificações de importância no movimento de recuperação de empresas:

- ✓ adquirem maior visibilidade publica e apoio social as fabricas que estão em processos de recuperação, relacionado também com a maior difusão que encontram nos meios massivos de comunicação e nas redes alternativas de divulgação;
- ✓ aparição de novos atores sociais organizados,como as assembléias de bairro, que participam ativamente nas ocupações e acampamentos de algumas fabricas e ,em alguns casos,chegam a propor as ocupações.
- ✓ durante este período, a quantidade de empresas em processo de recuperação alcança o ponto (ano 2001) mais elevado e se mantém um alto grau de intensidade nos conflitos
- ✓ maior articulação das empresas que estão recuperadas ou em processo de recuperação,que se articulam em diferentes blocos como formas de representação: MNER (Movimento Nacional de Empresas recuperadas); FENCOOTER;as empresas agrupadas em torno ao CONTROL OBRERO ,etc. Neste período,registram-se pelo menos 10 encontros destas varias organizações".

- 2003

Neste ano, houve uma evolução complexa dos conflitos: desocupação pela repressão violenta em varias fabricas (Brukman,Sassetru);por outro lado, o crescimento de ocupações de fabricas e a decretação de novas expropriações.O ciclo de conflitos segue em aberto....

Finalezemos com um quadro sobre a distribuição geográfica de 87 das fabricas recuperadas:

Provincia	%
Buenos Aires	54,0
Cidade de Buenos Aires	19,5
Córdoba	4,6
Entre Rios	1,1
Mendoza	1,1
Neuquén	2,3
Santa Fé	16,1
Tierra del Fuego	1,1

16) Usina "Harmonia" Catende

Após o fim do programa "Pró Álcool"(Governo Collor Melo) e a diminuição dos incentivos fiscais, os usineiros rolaram suas dividas e a situação se tornou dramática: das 41 usinas e destilarias, 18 fecharam suas portas, desempregando mais de 150.000 trabalhadores,expulsando os camponeses do campo e destruindo cerca de 35.000 sitios. As usinas fechadas ,em dados atuais, deixaram dividas publicas superiores aos RS 12 bilhões.

A Zona da Mata é palco de lutas históricas dos trabalhadores,desde a época dos Quilombos. Nos anos 60, foi palco de lutas memoráveis dos camponeses através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. No Governo de Miguel Arraes,antes do Golpe Militar, o campo foi favorecido por políticas importantes no setor de salários. Além de Arraes, figuras como Francisco Julião e Gregório Bezerra fazem parte do imaginário social dos trabalhadores.

Nas atividades de formação, os relatos dos trabalhadores mais idosos sobre o processo de trabalho introduzido pelo "Tenente", o usineiro Antonio Ferreira da Costa Azevedo,que adquiriu a Usina na década de 20 do Século passado, aponta para relações de caráter 'feudal': não se troca uma só lâmpada queimada, a Usina "tudo sabe e tudo vê"! Os camponeses não podiam

plantar nenhum tipo de cultura para alimentação da família,nem ter animais de criação;se o faziam, o feitor os confiscava;se plantavam mandioca,milho,feijão,etc , o feitor tudo destruía. As compras deveriam ser feitas no 'Barracão" do usineiro,no qual os trabalhadores se endividavam sem possibilidade de um dia pagar suas dividas, tornavam-se escravos. A nomenclatura da hierarquia tinha origem na linguagem militar: coronel,capitão,sargento, feitor,etc. Assim,os trabalhadores viviam em profunda miséria física e espiritual.

A Usina Catende remonta ao final do Século XIX. Foi a maior usina de açúcar na América Latina, chegando a ocupar uma área de 70.000 há. entre o estado de Pernambuco e o de Alagoas.Era proprietária de uma rede ferroviária com mais de 150 kms de extensão.

Hoje,Catende, tem 25.000 há. ,distribuídos nos municípios de Palmares,Jaqueira,Xexéu e Água Preta,envolvendo 2.500 trabalhadores e uma população de 17.000 pessoas residentes no campo e 2.500 na cidade de Catende.

Em seu período de ouro ,(1940 e 1950), Catende foi a primeira usina nacional em toneladas de sucro-alcooleira em Pernambuco e no Brasil;foi também a primeira usina nacional em toneladas de açucar exportado.

Falência e Autogestão

O projeto de autogestão da Usina surgiu de um pedido de falência articulado por 2.300 trabalhadores rurais demitidos em 1993.A falência, ocorrida pela primeira vez na região,foi decretada em 1995.No ano anterior, Arraes, vencia as eleições e seria mais uma vez Governador do estado de Pernambuco. Abria-se,uma conjuntura favorável aos trabalhadores neste estado,enquanto que no conjunto do pais, o novo Presidente eleito em 1994,FHC, aprofundava a política neoliberal, jogando o movimento operário-sindical numa fase de refluxo.

Em 1993, 2.300 trabalhadores da área rural foram demitidos de uma só vez. Houve ameaça de retomada das casas e de destruição dos sítios. Este fato propiciou a luta pelos direitos trabalhistas e permanência na terra.

Os sindicatos da região se articularam. Um processo de mobilização foi deflagrado. Várias tentativas de negociação foram feitas com a empresa para que ela arcasse com a indenização dos trabalhadores. Ocorreram, também, acampamentos e greves para pressionar o cumprimento do pagamento dos direitos.

Em resposta às pressões dos trabalhadores, os usineiros desencadearam uma ofensiva visando desarticular e frear a luta dos trabalhadores. Anunciaram que a usina iria falir, gerando medo e insegurança naqueles que ainda permaneciam empregados, fragilizando a mobilização do conjunto dos envolvidos na Usina Catende.

No final de 1994 a usina deixou de pagar o salário e o 13º. Isso mobilizou e deu força aos demitidos de 1993, com mais 1.500 que ainda detinham o emprego.

Os donos fizeram uma procuração para um administrador gerenciar a usina por um período de três meses, com plenos poderes. O Estado fez um aporte de recursos no valor de R$450 mil. Ao final da safra 94/95, os recursos foram devolvidos na sua totalidade, dando credibilidade a uma nova etapa na vida dos trabalhadores. Em 1995, quando terminou a procuração, os trabalhadores tomaram a iniciativa de pedir a falência da empresa.

O Banco do Brasil, como maior credor, assinou a indicação da massa falida. Nesse momento, os sindicatos dos trabalhadores rurais resolveram indicar novo procurador para a usina.

Esta luta significava uma ofensiva dos trabalhadores e o início de um projeto estruturador, como alternativa ao regime secular de latifúndio e de monocultura da cana. Eles tomaram a iniciativa inédita de requerer a falência da empresa.Em suma, foram buscar a apropriação legal dos meios de produção, a que têm direito por lei, para implantar um projeto transformador.

O patrimônio da usina hoje está avaliado em 62 milhões de reais.

Foi criada, em 1998, a Companhia Agrícola Harmonia.

No início se discutiu a possibilidade de criar uma cooperativa. Também foram discutidas outras alternativas até descobrir a melhor forma para absorver o patrimônio. Por enquanto, a Companhia Agrícola Harmonia tem 2.500 associados - trabalhadores demitidos e da ativa, do campo e da indústria.

O projeto dos trabalhadores da Usina Catende envolve 48 engenhos/fazendas. Censo feito pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, em 1998, levantou que 11.804 pessoas moram nessas propriedades. A população economicamente ativa (trabalhadores e trabalhadoras acima de 16 anos) é de 6.225 pessoas. Há nessas propriedades 1.670 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos.

O patrimônio envolve um parque industrial, uma hidroelétrica que gera energia própria, uma olaria, uma marcenaria, 48 engenhos, um hospital, 7 açudes e canais de irrigação, 26 mil hectares de terras, frota de veículos e implementos, entre tratores, caminhões e enchedeiras, rede ferroviária à margem da empresa, uma bacia hidrográfica com vários rios perenes.

O projeto pretende superar o ciclo historicamente encerrado da monocultura da cana, da exclusividade industrial e da concentração da propriedade.

O projeto é um desafio para os trabalhadores envolvidos, pois estão introduzindo condições e postos de trabalho, alternativas para a região, bancadas pelos próprios trabalhadores.

O momento falimentar traz grandes questões à pauta:

1-recuperar a estrutura produtiva para manter e gerar novos empregos; 2) erradicar o analfabetismo;3)erradicar a fome nos períodos de entresafra da cana de açucar;4) implantar soluções inovadoras de produção e de gestão.

A taxa de analfabetismo caiu de 82% da população adulta em 1995 para 16,7% em 2002.

Há dois mil hectares de lavoura de subsistência, plantados com milho, mandioca e batata doce; 14 barreiros de peixes, resultado de uma parceria entre CENTRU, CEAS e o sindicato, para reforço da agricultura familiar; 14 açudes nos terrenos da usina, também parceria com aquelas entidades, além do Colégio Agrícola de Palmares; 500 hectares de mandioca plantada. Nas dependências da usina Catende foi implantada uma fábrica de ração, com patente cubana, pioneira no estado e no país.

Foram implantados, ainda, quatro núcleos de vacas leiteiras que estão espalhados pelos diversos municípios e em vários engenhos de Catende. A sua utilização ainda é para o consumo dos trabalhadores. Essa é uma forma de incentivar o trabalhador a buscar outras alternativas, além do trabalho na cana-de-açúcar.

Uma das casas-grandes está destinada à formação dos trabalhadores. Na época da administração dos usineiros, os trabalhadores só chegavam até o portão, hoje estão dentro, discutindo seu próprio futuro. O processo de formação é apoiado por uma entidade ligada à Igreja Católica da Holanda. A capacitação se dá tanto nos engenhos como em seminários, com os trabalhadores do campo e da indústria, juntos.

Para os trabalhadores e seus órgãos de classe, a experiência tem sido rica. Não se conhecia uma iniciativa de autogestão de uma empresa.

A maior de todas as dificuldades é a consolidação de uma empresa economicamente auto-sustentável e lucrativa, que responda aos desafios de manter 1.500 empregos e de gerar ocupação e renda para um número três vezes superior de trabalhadores, em uma região economicamente falida (a zona da mata) e partindo de um processo judicial de falência em relação ao qual não há fontes de financiamento disponíveis, fato que exige todo um esforço de geração de recursos próprios em uma empresa em fase de recuperação, mas ainda estruturalmente deficitária.=

Em suma, o grave problema sócio-econômico provocado pela quebra da empresa, por parte dos usineiros, vem sendo enfrentado por um projeto consistente e estruturador que já gerou positivos efeitos imediatos e prevê o desenvolvimento de uma proposta de autogestão.

Nunca é demais dizer que Catende sofreu grandes desgastes com uma enchente e um incêndio ambos em 2002.Além, de uma greve provocada por usineiros e sindicatos pelegos da região no final de 2003.

Durante os 10 anos após a falência, os trabalhadores mantiveram a empresa em funcionamento,preservando 1,400 empregos diretos e gerando nas safras ,em media,mais de 1.300 empregos temporários. Assim, milhares de ex-assalariados rurais, demitidos e credores da falência, foram 'conertidos' em agricultores familiares.Estes agricultores diversifiam a cultura: criam gado bovino, caprino,ovino e peixe; plantam lavoura de subsistência,café e cana, em cerca de 2.200 há.

Trabalho associado/cooperativo

O processo de trabalho segue dois regimes:

1. Exploração coletiva; a relação entre trabalhadores rurais e a gerencia da Usina , na forma de administração judicial,semelhante à tradição prevalecente na zona canavieira,todavia, sem reproduzir o modelo de apropriação dos resultados do trabalho coletivo por um reduzido grupo de proprietários.

A cana colhida sob esse regime é chamada de "cana própria",pois pertence a Usina,e os gastos integram os custos de produção.

2. Agricultura familiar ; a unidade familiar desenvolve as tarefas, a partir da ocupação dos engenhos,com autonomia,assumindo os custos da produção,e o produto principal é vendido à Usina. O uso das áreas é negociado e autorizado pelo coletivo e pela justiça.As atividades de plantio,corte e transporte são planejadas;não é cobrado qualquer arrendamento pelo uso da terra,considerando que todos são credores e moradores.

A cana colhida se chama "cana de morador"; neste setor, os trabalhadores exercitam a participação coletiva na tomada de decisões que envolvem a comunidade.No momento, mais de 2.200 trabalhadores credores integram o programa,através de créditos com o Pronaf, tendo nos últimos 3 anos inadimplência zero. Plantam cerca de 3 mil há.,tendo colhiro na safra de 2003, 130 mil toneladas.

Vários cenários são projetados para a fase pós o fim do processo falimentar da antiga Usina. Alguns elementos são importantes no plano da autogestão:

- ✓ - preservação da undidade do patrimônio fundiário;
- ✓ -propriedade coletiva da terra;
- ✓ -uso coletivo combinado com o uso individual da terra;
- ✓ -produção em regime coletivo (trabalho cooperativado e/ou assalariado), conciliado com a produção em regime de agricultura familiar;
- ✓ - diversificação da produção agrícola e industrial,com exploração coletiva e familiar da cana-de-açucar,de outras, de outras lavouras e da pecuária;
- ✓ -sustentabilidade social , econômica e ambiental;
- ✓ -gestão participativa,solidária e autônoma dos trabalhadores.

As organizações que participam do processo autogestionário são:

- ✓ - uma Sociedade anônima denominada Cia. Agrícola Harmonia ,fundada em 1998 por mais de 2.000 trabalhadores credores no campo e na industria;
- ✓ -uma Cooperativa de produção denominada Cooperativa Harmonia de Agricultores e Agricultoras Familiares, fundada em dezembro 2004 por mais de 2.200 trabalhador@s

rurais credores que desenvolvem a agricultura familiar e que residem nas terras da Massa Falida da usina catende;

- ✓ - 48 Associações de Moradores dos Engenhos da Massa falida ,criadas progressivamente a partir da decretação da falência em 1995,nas quais se organizam as comunidades de camponeses que moram nas propriedades rurais.

No quadro administrativo de gestão agrícola,cada engenho tem um administrador.O processo de coordenação administrativa da produção agrícola está vinculado a um território subdividido em grupos de engenhos,que formam as 6 Zonas de Produção Agrícolas (ZPAS) e é exercido por supervisore,pelo gerente agrícola e pelo sindico.

A agricultura familiar sobretudo o programa "Cana do Morador", tem uma unidade especifica de gestão e acompanhamento,com uma Coordenação que tem estrutura própria,mas interagindo com todos os setores administrativos do campo.

Esta estrutura administrativa tem um 'Radio comunicador interno',transmitindo informações e avisos de interesse geral todos os dias.

Na Fabrica,processo semelhante ocorre com os operários.Há um gerente geral que é assessorado por chefias de unidades,sempre com a supervisão do sindicoOs operários se organizam em uma Comissão de Representantes que participa e acompanha todo o debate e deliberações do coletivo de gestão.

Esta estrutura funcional é acompanhada horizontalmente pelos Sindicatos,Associações,Assessorias e,sobretudo,pelos próprios trabalhadores credores.

Fundamentos da Autogestão

Em relação ao cenário pós falimentar, este projeto de gestão, resultado das lutas dos trabalhadores da Catende , será consolidado em alguns Fundamentos Centrais da Autogestão, que serão aprofundados ao longo da dinâmica da nova etapa institucional e de acordo com as particularidades da experiência:

- ✓ - a criação de organizações pela ampla maioria dos trabalhador@s já firmam o roteiro gerencial e institucional,isto é, o patrimônio será coletivo e incorporado à Cia. Agrícola Harmonia ou à Cooperativa Harmonia de Agricultor@s Familiares;
- ✓ - a gestão no empreendimento deverá aprofundar o caráter solidário, autogestionário e transparente, priorizando as ações educacionais e formtivas;
- ✓ - o processo decisório continuará democrático, horizontal e amplo, mas com lastro em gerenciamento profissional e executivo,preservando a eficiência, a qualidade técnica e administrativa e a autonomia dos gestores para poder implementar as decisões e metas colegiadas;
- ✓ - o exercício do controle e das prestações periódicas de contas serão rotinas permanentes e prioritárias,cabendo aos Sindicatos e às Associações funções essenciais no desenvolvimento do papel fiscalizador em nome dos representados;
- ✓ - a investidura nas funções principais de comando deverá sempre decorrer de eleição em assembléias gerais dos trabalhadores acionistas e/ou cooperados, observando-se o principio de "a cada trabalhador um voto",evitando a institucionalização das desigualdades,embora sempre estimulando e respeitando a diversidade;
- ✓ -enfim, a AUTOGESTÃO deverá ser aprimorada ´para responder aos desafios seguintes:
    - o conciliar a agricultura familiar individual e coletiva;
    - o fazer interagir o uso coletivo com o uso individual da terra;
    - o desenvolver a cana-de-açucar,mas também priorizando a diversificação agrícola e industrial;

- garantir a distribuição coletiva e proporcional dos resultados do trabalho;
- atender a estas metas sem comprometer a sustentabilidade social e ambiental.

Autogestão é um 'ato pedagógico" (P.Singer)

Em 2004 , a CONAB comprou antecipadamente a safra de cana-de-açucar.Este processo levou a uma grande mobilização dos trabalhadores dos 48 Engenhos,pois, a compra foi feita a cada um dos trabalhadores.isto implicou uma grande discussão com cada um dos cerca de 3.000 trabalhadores, desenvolvido pelos jovens educadores que são responsáveis pela educação das Comissões de Moradores dos 48 Engenhos.

Este debate nas bases foi fundamental para o processo de fundação da Cooperativa Harmonia,em final de 2004,pois,os trabalhadores mostraram um grau muito avançado de consciência política ao tomarem esta decisão,ao invés de cada um receber individualmente os recursos provenientes da desapropriação de alguns Engenhos: destinaram parte destes recursos para um fundo cooperativo;outra parte para comprar alguns caminhões para renovação da frota; parte para os 5 Sindicatos;outra parte para pagar 15 advogados; uma parte também para as 48 associações de Moradores dos Engenhos;enfim, uma parte para cada trabalhador.Desta forma, o ato educativo é um elemento fundamental na construção do projeto Catende.

Por fim,os dados levantados no Censo da População que integra o projeto Catende Harmonia,realizado pela equipe dos Sindicatos,em 1998 e atualizado em 2002,apresentam o seguinte perfil populacional:

.residem nos Engenhos cerca de 17.500 pessoas que integram as 3.500 familias de trabalhadores rurais do Projeto;

. residem na cidade de Catende cerca de 2.240 pessoas que integram as 560 familias dos operários e funcionários da fabrica;

.as famílias residentes nos engenhos, de um modo geral numerosas, são integradas em média por 5 ou mais membros;

A população está distribuída,por faixa etária,nos seguintes percentuais:

37,1%	de	0 a 12 anos
13,22%	de	13 a 17 anos
14,61%	de	18 a 24 anos
31,67%	de	25 a 60 anos
5,75%	acima	60 anos

O maior contingente populacional,por faixa etária,é de crianças de zero a 12 anos de idade, seguido pela população economicamente ativa que é formada por adultos de 25 a 60 anos de idade;

Apesar dos esforços bem sucedidos de alfabetização de adultos, o índice de analfabetismo ainda é de 16,66%;

A totalidade das crianças em idade escolar está freqüentando a escola;

Com relação ao gênero, a população é constituída por 50,6% de pessoas do sexo feminino e 49,4% do sexo masculino.

O trabalho educativo na Catende abrange,portanto, 3 gerações de trabalhadores:

- um pequeno grupo com idade próxima de 60 anos;

- um grupo intermediário com idade entre 18 e 24 anos;

- um grupo maior com idade entre 25 e 30 anos .

O primeiro grupo é fundamental na reconstrução das lutas e do processo de organização do trabalho nos tempos antigos da Usina,são os portadores da memória coletiva; o segundo, são filhos dos camponeses,geralmente,têm o papel de educadores e freqüentam curso na Faculdade de Palmares; o terceiro, são os trabalhadores que vivenciam o processo desde seu inicio,em 1993,desempenham papeis fundamentais na gestão atual.

BIBLIOGRAFIA

. Paul Singer. A utopia Militante.repensando o socialismo.Vozes.1998.

. Paul Singer. Iintrodução à Economia Solidária.Fundação Perseu Abramo.2003

. *Por uma sociedade socialista autogestionária e não violenta*. Resoluções do 1º Congresso Nacional da FNT. Outubro de 1985.

. *Socialismo autogestionário*. FNT-CEDAC, 1986. Textos sobre Rosa Luxemburgo, Lênin, a Comuna de Paris.

. *Dossiê Autogestão*. Publicação do CPV-SP, 1984. Coletânea de textos sobre experiências de lutas autogestionárias no Brasil. Texto sobre "Autogestão e Sindicalismo" da CFDT; autogestão na Argélia, Iugoslávia, México, Bolívia; a propriedade social na China, os Kibutzes.

.Albert Meister. "Socialisme et Autogestion.L'Experience Yougoslave". Éditions du Seuil.1964

. *A crise do socialismo*. CECA-INAP, 1990. Texto de Piragibe Castro Alves. Análise do socialismo real, origens e crise; a alternativa autogestionária.

. *Cadernos*, da D.S., PT. Número 5 (A burocracia no movimento socialista). Textos de E. Mandel e P. Anderson.

. Ernst Mandel. *Controle operário, conselhos operários, autogestão*. Volume 1 -Organização no local de trabalho, CPV-SP, 1988. Estudo sobre poder operário, autogestão, economia socialista e mercado.

.D.Grisioni- H.Portelli. " Luttes ouvriéres em Italie de 1960 à 1976".Aubier Montaigne.1876

. Cláudio Nascimento. *Solidarnösc, 8 anos depois!*. CECA-CEDAC, 1989. Texto sobre oito anos de luta clandestina do Solidarnösc e sobre o papel das comissões de fábrica.

. Marc Ferro. *Dos soviets à burocracia*. Tradução de Cláudio Nascimento. CECA-CEDAC, 1988. Análise da dinâmica interna e molecular da luta de classes na URSS pós-1917, destacando o processo de burocratizarão dos sovietes, comissões de fábrica e de bairro.

. José Ibrahim. *Comissões de fábrica*. Global editora, 1986.

. Branko Horvart. *Socialismo autogestionário: origens e evolução*. CECA, 1990.

.David ª Crocker."Praxis y Socialismo democratico.A teoria critica a la sociedade de Markovic y Stojanovic".FCE.1994.

.Gajo Petrovic´."Marx in the mid-twentieth century".Anchor books edition.1967

.Gajo Petrovic´. "filosofia y revolucion'.editorial Extemporaneos.1972.

.Mihailo Markovic´. "El Marxs Contemporaneo".FCE.1978.

.Mihailo Markovic´."Dialéctica de la praxis".Amorrortu editores.1972.

. Cláudio Nascimento. *A questão do socialismo: da comuna de Paris à comuna de Gdansk*. CEDAC, 1986,

. Maurice Joyeux*. Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Novos Tempos, 1988.

. Cláudio Nascimento. *Polônia 80: uma lição de socialismo*. CEDAC, 1980.

. Lúcia Bruno. *O que é autonomia operária*. Brasiliense, 1985.

. Fernando C. Prestes Motta. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. Brasiliense, 1981.

. Maurício Tragtemberg. *Reflexões sobre o socialismo*. Editora Moderna, 1986.

. *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. Editora Babel Cultural, 1987.

. Isabel Maria Loureiro. *Vanguarda socialista (1945-1948): Um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro* (mimeo). São Paulo, 1984. Análise do jornal publicado por Mário Pedrosa e que defendia a autogestão socialista, na perspectiva de Rosa Luxemburgo.

. Gina G. Machado. *Vanguarda socialista: busca de um caminho independente* (mimeo). São Paulo, 1982. Traz uma análise do jornal de Mário Pedrosa.

. Lia V. Tibiriçá. *Autogestão, disciplina no trabalho e o "direito à preguiça"*. PACS. Texto apresentado no Seminário de Autogestão, Criciúma, 9 a 11 setembro 1993.

. Lis V. Tibiriçá. *Tecnologia e relações sociais de produção - alguns desafios da autogestão*. PACS, 1993.

. Murray Bookchin. *Third Revolution*. Londres, Ed. Cassell, 1996, 1998 (terceiro volume para 1999).

. Fabricas y empresas recuperadas. Protesta social, autogestion y rupturas en la subjetividade.Centro Cultural de la Cooperacion.Buenos Aires,2003.

Dicionários (verbetes)

N. Bobbio e N. Matteucci. Dicionário de política. Verbetes "autogestão", "conselhos operários". UNB, 1986

.T. Bottomore, editor. Dicionário do pensamento marxista. Verbete "autogestão". Zahar, 1988.

. Cláudio Nascimento. *Rosa Luxemburgo e Solidarnösc*. Editora Loyola, 1988. Análise do movimento autogestionário polonês.

. Rubem César Fernandes-Grazinia Drabik (orgs.). *Polônia, o partido, a igreja, o solidariedade*. Marco Zero, 1984. Textos dos movimentos e instituições poloneses, destaque para o programa do Solidariedade.

. Sônia Goldfeder. *A primavera de Praga*. Coleção "Tudo é história", n. 26. Brasiliense, 1981. Análise da Primavera de Praga, incluindo o movimento Carta 77, com bibliografia resenhada.

. Pierre Broué. *A primavera dos povos começa em Praga*. 1969. A melhor análise do movimento checo. Sobretudo por ser "em cima do ato". Publicada na França.

. Pavel Tigrid. *A primavera de Praga*. Análise numa ótica jornalística. Destacamos que não há, ainda, um trabalho que aborde a Primavera de Praga em sua dimensão autogestionária, da participação dos conselhos de trabalhadores.

- *La Revolution des conseils ouvriers*, de J. Pierre Faye e V. Claude Fisera. Paris, 1977.

. Bertino N. Queiroz. *A autogestão iugoslava*. Coleção "Tudo é História", n. 54, Brasiliense, 1982. História da autogestão.

. Leôncio Basbaum. *No estranho país dos iugoslavos.* Edaglit, 1962. Relato de viagem de um dirigente do PCB ao Leste da Europa.

. *Programa da Liga Comunista*. Adotado no VII Congresso da LCY, aborda o sistema socialista iugoslavo.

. Cláudio Nascimento. "Leste europeu: reforma ou revolução?" *Revista dos Metalúrgicos* 1 (1991).Campinas.

. Nanci Valadares de Carvalho. *Autogestão, o governo pela autonomia*. Brasiliense, 1983.

. Diego A. Santilan. *Organismo econômico da revolução.* Brasiliense, 1980. A autogestão na revolução espanhola. Análise da guerra civil enquanto revolução social com ênfase no movimento autogestionário.

. Frank mintz. L'autogestion dans l'espagne révolutionnaire.françois maspero.1976

. *Pelo socialismo autogestionário*. Coleção Sociedade Nova. Lisboa, 1979. Texto do movimento pela autogestão BASE-FUT, originado com as comissões de trabalhadores na "Revolução dos Cravos". A obra expressa os debates da primeira Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em 1978.

. *Autogestão e sindicalismo.* Lisboa, Ed. Base-FUT, 1978. Proposições estratégicas da CFDT sobre a autogestão. Incluída no Dossiê organizado pelo CPV-SP sobre autogestão.

. Abraham Guillén. *Democracia directa: autogestion y socialismo*. Montevidéu, Editorial Aconcágua, 1970. Ensaio sobre o cooperativismo no campo uruguaio. Estudo sobre a autogestão na Iugoslávia; autogestão e leis econômicas. Trabalho singular de um autor também singular sobre um tema pouco comum na América Latina. Guillén foi comissário de guerra durante a guerra civil espanhola de 1936-39, tomando parte nas mais importantes batalhas urbanas e rurais; publicou vários livros, principalmente sobre o imperialismo. Em termos de estratégia militar travou polêmicas com o próprio "Che" Guevara.

. Abraham Guillén. *Socialismo de autogestion: de la utopia a la realidad*. Ed. Aconcágua, 1972. Estudo após uma viagem à Iugoslávia. Destaque para a questão do sindicalismo.

. Ernst Mandel. *Control obrero, consejos obreros, autogestion*. México, Ed. ERA, 1974. Antologia de dois tipos de textos: teóricos e relatos de experiências revolucionárias, com destaque para as experiências do Canadá, EUA, China, Bolívia, Indonésia e Argentina. Textos cronológicos sobre a evolução dos conselhos operários. A introdução foi publicada em Cadernos do CPV-SP.

. *Cuadernos de pasado y presente*. Entre mais de uma centena de números, destacamos o número 33, "Consejos Obreros y Democracia Socialista". México, Siglo XXI, 1972.

. *Collección autogestion*. Mais de uma dezena de números editados nos anos 70; autores como: Kardejl, Henri Lefèbre, G. Gurvitch, Yvon Bourdet, Ander-Egg. Caracas, El CID Editor.

. *Materiales sociales*. "Democracia obrera y burocracia: veinte años de autogestion". Buenos Aires, 1973. Textos de análise dos 20 anos de experiência iugoslava.

. *Pasado y presente*. Número 2/ 3, nueva série. Córdoba, Editor José Arico, 1973. Destaque para o texto de José Nun, "Control obrero y organizacion".

. Anton Pannekoek. *Los consejos obreros*. Buenos Aires, Editorial Proyecion, 1976. Principal obra do teórico holandês.

. Ana Bocco. *Lozadur*, *un caso de autogestion en la Argentina*. Buenos Aires, Fundação Friederich Ebert, 1986. Estudo da experiência da empresa de cerâmica Lozadur, iniciada em 1985.

. F. Guibal e A. Ibañez. *Mariátegui hoy.* Lima, TAREA, 1987. Textos sobre o primeiro marxista da América Latina, destacando a cultura autogestionária como o elemento de atualidade de Mariátegui.

. Michael Löewy e Cláudio Nascimento. *Marxismo e socialismo na América Latina*. CECA-CEDAC, 1989. Löewy destaca a importância do poder popular em Cuba e Nicarágua. Nascimento, por sua vez, traça elementos de afinidades entre Mariátegui, 'Che" Guevara e Carlos Fonseca Amador.

. *Los Anarquistas y la Autogestion*. Anagrama, 1977. (tradução do número 18 de *Autogestion et Socialisme*. Paris, 1972).

. *Los Anarquistas y los Soviets*. Cuadernos Anagrama, 1977. (tradução do número 19 de *Autogestion et Socialisme*. Paris, 1972).

. Mercier Vega. *Azione diretta e autogestione operaia*. Ed. Antistato. 1979.

. Antonio Negri. *La classe ouvriére contre l'Etat*. Editions galilée, 1978.

. Michael Löewy. *Le marxisme en amerique latine: anthologie*. FM, 1980.

. Mário Pedrosa. *Sobre o PT*. Ched., 1980.

. Antônio A. Prado (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. Brasiliense, 1986.

. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. (especialmente o trecho "O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão"). Paz e Terra, 1985.

. Hélio Negro e Edgard Leuenröth. *O que é o Marxismo ou Bolchevismo: programa comunista*. São Paulo, 1919.

. Fulvio Abramo e Dainis Karepovs (org.). *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista*, *1930-1933*. Brasiliense, 1987.

. Edmundo Moniz. *A originalidade das revoluções*. Espaço e Tempo, 1987.

.René Zavaleta Mercado."el poder dual em america latina".siglo veintiuno editores.1974

.Jorge Gallardo Lozada. "De Torres a banzer.Diez meses de emergência em Bolívia".ediciones periferia.1972.

.Guillermo Lora. "Bolivie:de la naissance du P.ºR. à L'Assemblee Populaire".EDI Paris.1972.

.Fernando Mires. "La rebelión permanente.Lãs revoluciones sociales em América Latina".siglo veintiuno editores.1988

.Neiva Moreira. "Modelo Peruano".ediicones La Linea.1974

.Neiva Moreira. "El nasserismo y la revolucion Del tercer mundo". Ediciones de la Banda oriental.1970

.Claudio Nascimento ."As Cartas chilenas" de Mario Pedrosa.(mimeo).

.Alain Joxe (apresentation)."Le Chili sous Allende".Collection Archives. Éditions Gallimard/Julliard. 1974

.Patrick Castex. "Voie cjilienne" au socialisme et luttes paysannes. François maspero.1977

.Rui Mauro Marini . "El reformismo y la contrarevolucion.Estúdios sobre Chile".Serie popular Era.1976

.Raul Villa (Eder Sader)."Le Chili entre la légalite bourgeoise et la révolution socialiste".Les temps Modernes.Mai 1972.

.Emir sader. "O Poder, cadê o poder ?.Ensaios para uma nova esquerda.editorial Boitempo.1997

.Chile Hoy (varios autores). sigo veintiuno editores.1971

. El Golpe de estado en Chile (varios autores).FCE.México.1975.

. Daniel A. Reis Filho e Jair ferreira de Sá (org.). *Imagens da revolução*. Marco Zero, 1985. Documento político das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.

. Augusto de Franco. *Autonomia & partido revolucionário*. Ferramenta, 1985.

. Éder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Paz e Terra, 1988.

. Y. Bourdet e A. Guillerm. *Autogestão: uma mudança radical*. Zahar, 1976. Principal obra sobre a autogestão publicada no Brasil. Análise dos fundamentos teóricos da autogestão, sua relação com o marxismo, especialmente através de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek. Traça a pré-história da autogestão e analisa sua primeira forma histórica na Comuna de Paris. Aborda as principais experiências no Leste (Iugoslávia, Checoslováquia) e na África (Argélia). Destacamos o estudo dos conselhos operários no período pós-revolução soviética e no pós-guerra no Leste. Finaliza com a perspectiva em torno da autogestão, da informática e da formação. Publicado na Franca em 1975, com o título *Clefs de la Autogestion*.

. C. Castoriadis. *O Conteúdo do socialismo*. Brasiliense, 1984. Um dos principais textos de Castoriadis da fase de *Socialismo ou Barbárie*. Analisa a relação entre socialismo e autonomia, definindo o conteúdo do socialismo pela autogestão. Traz uma análise profunda da experiência húngara de 1956.

. Cláudio Nascimento. *Movimento pela autogestão na Polônia*. Porto, Edição Base-Fut, 1983. Análise das várias correntes autogestionárias presentes no movimento social Solidarnösc. Traz vários documentos dos estatutos e objetivos dos conselhos operários.

. M. Drulovic. *A autogestão à prova*. Lisboa, Seara Nova, 1976. Estudo aprofundado sobre a autogestão na Iugoslávia.

.La Ley De Trabajo Asociado. Belgrado.1978.

. Daniel Chauvey. *O que é a autogestão*. Lisboa, Edições 70, 1975. Obra dividida em 2 partes: na primeira, examina as experiências de autogestão e co-gestão da Iugoslávia, Checoslováquia e Alemanha, respectivamente. Na segunda, explica como poderia funcionar a autogestão em um país altamente desenvolvido.

.Critique Socialiste.revue théorique du PSU."Portugal:premier Bilan". Juin 1976

.Critique socialiste.Visages du Communisme. Mars 1977

.Critique Socialiste 40. "De Marx a Gdansk,quel pouvoir a l'Est" .editions Syros.

.Alternatives Socialistes 1.Stock. 1974

. Frank Georgi (org.) ."Autogestion , la derniére utopie ? ".Editions de la Sorbonne. 2003

."Mise à Jour. Revue de débat des communistes pour l'autogestion. No. 1.1982

.Pierre Cours-Salies. "La CFDT.Un passé porteur d'avenir". La Breché.1988

.Lip Unité.Bulletin des Travailleurs et la section CFDT-LIP.1981.

."The Peruvien Experiment". Princeton University Press. 1975

.Eduardo B. Noreña."Agricultura Socializada".editorial tecnos.1974.

. Eduardo Kardelj. *As vias da democracia na sociedade socialista*. Lisboa, Europa-América, 1975. Obra do principal teórico da autogestão iugoslava em que analisa o sistema político da autogestão.

. João Bernardo. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Lisboa, Afrontamento, 1975. Estudo sobre a lei do valor, a evolução do movimento operário: a Comuna, o lassalismo, a revolução soviética, a constituição da classe dos gestores tecnocratas, as lutas operárias contra o "capitalismo de Estado"; destaque especial para a análise da luta de classes na China maoísta.

. Anton Pannekoek. *As tarefas dos conselhos operários*. Lisboa, Centelha, 1975. Coletânea de textos do teórico conselhista holandês.

. Anton Pannekoek. *Controle operário e socialismo*. Lisboa, Textos Exemplares, 1976. Textos variados, com destaque para o apêndice "Sindicatos, partido, conselhos e revolução".

. *Carta da organização socialista das empresas na Argélia*. Lisboa, edições BASE-FUT, 1977.

.Monique LAKS. "Autogestion ouvriére et pouvoir politique en Algérie (1962-1965).EDI.paris.1970

."L'Algerie em marche ver lê socialisme".économie et politique.numero 130.Mai 1965.

.Ahmed Mahsas."l'autogestion en algérie".éditions anthropos.1975.

.Tony Andréani. "Le Socialisme est (a)venir".1.L1inventaire.Syllepse.2001.

. Jean-Luc Dallemagne. *Autogestão ou ditadura do proletariado*. Lisboa, Colecção Fermento, 1977. Visão crítica da autogestão.

. *Autogestão: Iugoslávia-Checoslovaquia*. Edições BASE-FUT, Lisboa, 1974.

. *Autonomia Sindical*. Revista da BASE-FUT.

. *Cooperativismo e socialismo*. Coimbra, Centelha, 1979. Textos de pensadores socialistas (Marx, Rosa Luxemburgo, Lênin, etc.).

. João Carlos P. Bastos. *Cooperativas depois de abril, uma força dos trabalhadores*. Centelha, 1977.

. Maurice Brinton. *Os Bolcheviques e o controle operário*. Afrontamento, 1977.

. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. 3 volumes. Vários autores. Afrontamento, 1977.

. *O povo em ação*. Edições Base. s.d. Greves e o 25 de abril.

.!L'Expérience portugaise.um bilan aprés lê 25 november 1975".CEDETIM.François maspero.1977

.João C.pereira Bastos."Cooperativas depois de abril ,uma força dos trabalhadores".centelha.1977

."Autogestion y Socialismo".Revista,Castelote editor. Barcelona.Expressão espanhola da revista francesa "Autogestions et Socialisme".Foram publicados 3 numeros,de 1979 a 1979.

."Negaciones".Revista,Editorial ayuso,Madrid.Editor: F.Ariel del Val.Publicados 6 numeros entre 1976 e 1978.

. Assef Bayat. "Works Politics and Power.An international perspective on Workers' Control and Sel-Management".Monthly Review Press. 1991.

. Pierre Naville. " Le nouveau léviathan 4. Les échanges socialistes".éditions anttropos.1974.

-Economia Solidária:

. Luís Razeto . *Economia de solidaridad y mercado democrático*. 2 volumes. Chile, PET, 1984-1985.

. Luís Razeto. *Empresa de trabajadores y economia de mercado*. Santiago, PET, 1982.

. Arno Klenner e Luís Razeto. *Manual del taller autogestionado*. Ediciones SUR, 1985.

. Luís Razeto. *Economia popular de solidaridad*. Santiago, 1986.

. Luís Razeto. *Los caminos de la economia de solidaridad*. Santiago, Vivarium, 1993.

. Luís Razeto. *Las empresas alternativas*. PET, 1985.

. Orlando Núñez Soto. *La economia popular, asociativa y autogestionaria*. Manágua, CIPRES, 1996.

. Luís Razeto. *Organizaciones económicas populares, mas allá de la subsistencia*. Ed. PET, 1985.

. *Economia y Trabajo*. Revista do PET. 1993-1994.

. Marcos Arruda. *Sócio-economia solidária: desenvolvimento de baixo para cima*. PACS-1998.

. *Carta de Porto Alegre: encontro latino de cultura y socioeconomia solidárias*. 1998.

. *Sobrevivência e cidadania: projetos alternativos comunitários da Caritas brasileira*. UNB, 1995.

. *Las economias populares: América Latina-Europa*. CEDAL, Comunicando n. 24, 1993.

. José L. Coraggio. *Economia urbana (a perspectiva popular)*. Quito, Propuestas, 1998.

. Orlando Nuñez Soto. *El manifiesto asociativo y autogestionário*. Manágua, 1998.

. "Mutirão e autogestão em São Paulo: uma experiência de construção de casas populares" *POLIS* 4 (1991).

. *Autogestão, emprego e renda.* ANTEAG, 1995.

. *Autogest - A Revista da Autogestão* 1 (1997). ANTEAG.

. José Luís Coraggio. *Del sector informal a la economia popular.* Fronesis, 1992.

. Armando M. Lisboa. *Economia popular* (mimeo). 1997.

. Cláudio Nascimento. *Sindicalismo cidadão e formação para cidadania.* Programa Formação Integral - Caderno Educação e Sindicalismo. CUT, 1998.

. Marcos Arruda. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa.* PACS, 1996.

. Tarso Genro. *Socialismo e novo modo de vida* (mimeo).

. Tarso Genro. *O novo espaço público: 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista.* Caderno "MAIS". *FSP,* 09 de junho de 1996.

. José L. Coraggio. *Economia popular y políticas sociales: el papel de las ONGD* (mimeo). 1994.

. Pedro Cláudio Cunca B. Cunha. *Reflexão acerca da construção de uma plataforma de economia popular e solidária* (mimeo). 1997.

. T. Genro e Ubiratan de Souza. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. Fundação P. Abramo, 1997.

. Murray Bookchin. "Para um novo municipalismo", "Autogestão e tecnologias alternativas", "Municipalismo libertário", "Política radical numa era de capitalismo avançado"*.* In: *Textos Dispersos.* Lisboa, Ed. Socius, 1998.

. J. Martinez Alier. *Da economia ecológica ao ecologismo popular.* Ed. FURB, Blumenau, 1998.

[Comissões de Fábrica]

. Iram J. Rodrigues. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria.* Cortez-Fase, 1990.

. José Henrique de Faria. *Comissões de Fábrica.* Ed. Criar, 1987.

. "Organização sindical nos locais de trabalho"*. Proposta* 50 (1991).

. Amneris Maroni, Vera S. Teles, Carlucio Castanha. *Sobre a organização nos locais de trabalho: coletânea 1, debates sobre o movimento operário*. Reconstrução, s.d..

. *Comissão de fábrica.* Dossiê CPV. 1984.

. "Comissões de fábrica"*. Proposta* 40 (1989).

. Ameneris Maroni. *Estratégia da Resistência.* Brasiliense, 1982.

(outras Indicações]

Autogestion ; depois,. *Autogestion et Socialisme, depois Autogestions* .Principal revista sobre autogestão; o primeiro número data de 1966, indo até os inícios dos anos 80, com cerca de 40 números publicados. A revista traz análise das principais experiências autogestionárias, estudos teóricos e práticos, história crítica das primeiras tentativas de autogestão, debates e seminários, resenha de livros.

Publicou vários números especiais: Comuna de Paris, Primavera de Praga, bolchevismo, anarquismos,os conselhos e comissões em Portugal, na Itália, na Espanha,etc.

. Eric Hobsbawm (org.). *História do Marxismo*. Paz e Terra. Coleção de 12 números. Encontram-se vários textos sobre autogestão e conselhos operários.

. Cláudio Nascimento. *Leste: a dialética da revolução passiva.* (mimeo). INCA. Análise do processo político no Leste sob a ótica das várias experiências dos conselhos de trabalhadores; aborda o longo período de 1945 a 1989, com destaque para as revoluções

na Hungria e Polônia em 1956, a Primavera de Praga em 1968-69 e o movimento Solidarnösc em 1980-81.

. João Bernardo. *A economia dos conflitos sociais.* Cortez Editora, 1991. Estudo sobre as formas de luta e organização baseadas na autonomia e autogestão dos trabalhadores. Análise do Estado ampliado e das formas do marxismo ortodoxo e heterodoxo.

. *Utopie critique, révue internationale pour l'autogestion.* Paris, Éditions Syllepse. Até 1997, um total de 9 números editados; o primeiro data de 1993. Trata-se de uma retomada, com um comitê diretor ampliado sobretudo por militantes da LCR (grupo de Ernst Mandel), da revista *Autogestion et Socialisme*.

. Petr Uhl. *O Projeto da Autogestão Socialista* (mimeo).. CEDAC. Tradução da obra "*Le Socialisme Emprisionné".* (Paris, Editions Stock-La Breché, 1979). Introdução de Cláudio Nascimento.

."Autogestion Socialista Yugoslava" Nociones fundametales. Cuestiones Actuales del Socialismo (CAS) .Belgrado,1980

. Rudi Suped (direction)."étatisme et autogestion;bilan critique du socialisme yougoslave".éditions anthropos.1973.

.Edvard Kardelj." Les voies de la démocratie dans la société socialiste". Édite par: Komunist ,Aktuelna Pitanja "Socijalizma", Beograd,1979.

.Svetozar Stojanovic. "Critique et Avenir du Socialisme".combats.Seuil.1969

.Konstantin Stoyyanovitch."la dictadure du proletariat ou l'état socialiste".éditions anthropos.1979

."La Autogestion Socialista en Yugoslavia" ,1950-1980. Documentos.CAS.Belgrado,1980.

. Hannah Arendt. *Da Revolução.* Brasília, Ed. Ática - UNB, 1988. Sobretudo o capítulo sobre os conselhos operários, "A tradição revolucionaria e seu tesouro perdido".

. Roberto Massari. *Teorias de la autogestion.* Bilbao, Editorial Zero, 1975. Análise da evolução da teoria autogestionária e das diversas experiências dos conselhos operários. Tradução do italiano.

.Jacek Kuron – Karol Modezelewski. "lettre au parti ouvrier polonais".cahiers rouges.françois maspero.1969

.Xavier Paniagua."La sociedad libertaria.Agrarismo e industrializacion en el anarquismo español 1930-1939".Critica.Grupo editorial grijalbo.1982

.Luttes Ouvrieres en Espagne,1972-1973. Nouvelles editions Populaires.1974.

.Georges Couffignal." Les syndicats italiens et la politique". Presses universitaires de grenoble.1978

."Octubre Del 34.Reflexiones sobre uma revolucion".Edicion de Marte Bizcarrondo.editorial ayuso.Madrid.1977

.Pierre Broué. "La revolucion espanhola (1931-1939).ediciones peninsula.1977

.Pierre Broué,R.fraser.P.Villar." metodologia histórica de la guerra y la revolucion espanolas".editorial Fontamara.1982.

. Editado por Horvart, M. Markovic e Rudi Supek. *Self-Governing Socialism: A Reader.* (2 volumes). New York, IASP, 1975.

. *Sindacato e Autogestione.* Roma, Fondazione Pietro Seveso. Edizioni Lavoro, 1978. Debate sobre as experiências italianas.

. Daniel Mothé. *L'autogestion gouthe a gouthe.* Editions du Centurion, 1980.

. Alain Guillerm. *L'autogestion géneralisée.* C. Bourgois Éditeur, 1979.

.Roger Picard. "Le Controle Ouvrier sur la gestion des entreprises".Marcel Riviere.1922

. *Oggi l'àutogestione: forme ed. esperienze di cooperazione indústriale in Itália.* Edizioni Lavoro, 1980.

. Raymond Williams. *Resources of Hope.* Verso, 1989.

. E. P. Thompson. *Costumbres en común.* Critica, 1995.

. Raya Dunayevskaya.*Rosa Luxemburgo, la liberacion feminina y la filosofia marxista de la revolucion.* FCE, 1985.

. Raya Dunayevskaya. *Marxismo e libertá.* La Nuova Itália, 1962.

. C. L. R. James. *State, Capitalism and World Revolution.* Facing Reality Books, 1969.

. F. Guattari e Toni Negri. *Os novos espaços de liberdade.* Centelha, 1987.

. E. P. Thompson. *Tradicion, revulta y consciência de clase.* Ed. Crítica, 1979.

. *Processo de trabalho e estratégias de classe.* Zahar, 1982.

. David Montogomery. *Worker's Control in America.* Cambridge University, 1979.

.Cláudio Nascimento. *Estratégia para uma alternativa socialista autogestionária* (mimeo). CEDAC, 1985.

. Gaston Leval. Espagne Libertaire,36-39 . Archives revolutionnaires.editions du Cercle.1971

. Michael Lowy (direction). "Révolutions".Hazan.2000

.Patrick Tissier. "Lês Communes populaires chinoises".UEE 10/18. 1976

.Patrick Tissier. "La Chine transformations rurales et développement socialiste".françois maspero,1976.

. Jan Mirdal. "Uma aldeia de la China popular". Siex Barral. 1969

. *Internacional situacionista.antologia. edições Antígona.Lisboa.1997*

. Karel Kosik. " La Crise des temps modernes. Dialectique de la morale". Lês Éditions de la passion.nov. 2003.

.Hanna Arendt. "Viés Politiques".Gallimard. 1974

."Rememória.Entrevistas sobre o Brasil do século Xx".editora Fundação Perseu Abramo.1977

.Apolônio de Carvalho. "Vale a Pena Sonhar".Rocco.1997

-Cooperativismo:

G.J.Holyoake. Historia de los Pioners de Rochdale.FACC.Buenos Aires.1944

B.Lavergne. La Rivoluzione Cooperativa O il Socialismo D'Occidente". La Rivista de la Cooperazione.1953

.G.Fauquet. "Saggi sul Movimento Cooperativo". La Rivista della Cooperazione.1949

.Charles Gide."Compendio d'Economia Politica".Editora Globo.1951.

.Charles Gide. "Il Cooperativismo".La rivista della Cooperazione.1947

.B.Lavergne. "Lês Cooperatives de Consommation em France". Librarie Armand Colin.1923

Auge-Laribé. "Syndicats et Cooperatives agricoles". Lib.A.Colin.1926

.G. Mladenatz." Historia de las Doctrinas Cooperativas". Editorial América.México.1944

.Fabio Luz Filho. "Teoria e Pratica das scoiedades cooperativas".Pongetti editores.1953

.Fabio Luz filho."Rumo a terra. Rio de janeiro.1929

. Paul Leroy-Beaulieu." Lê Collectivisme.Examen critique du Nouveau Socialisme.L'evolution du socialisme depuis 1895.Lê Syndicalisme".Felix Alcan editeur. 1909.

[Outras Indicações]

Autogestion ; depois,. *Autogestion et Socialisme, depois Autogestions* .Principal revista sobre autogestão; o primeiro número data de 1966, indo até os inícios dos anos 80, com cerca de 40 números publicados. A revista traz análise das principais experiências autogestionárias, estudos teóricos e práticos, história crítica das primeiras tentativas de autogestão, debates e seminários, resenha de livros.

Publicou vários números especiais: Comuna de Paris, Primavera de Praga, bolchevismo, anarquismos,os conselhos e comissões em Portugal, na Itália, na Espanha,etc.

. Eric Hobsbawm (org.). *História do Marxismo*. Paz e Terra. Coleção de 12 números. Encontram-se vários textos sobre autogestão e conselhos operários.

. Cláudio Nascimento. *Leste: a dialética da revolução passiva.* (mimeo). INCA. Análise do processo político no Leste sob a ótica das várias experiências dos conselhos de trabalhadores; aborda o longo período de 1945 a 1989, com destaque para as revoluções na Hungria e Polônia em 1956, a Primavera de Praga em 1968-69 e o movimento Solidarnösc em 1980-81.

. João Bernardo. *A economia dos conflitos sociais.* Cortez Editora, 1991. Estudo sobre as formas de luta e organização baseadas na autonomia e autogestão dos trabalhadores. Análise do Estado ampliado e das formas do marxismo ortodoxo e heterodoxo.

. *Utopie critique, révue internationale pour l'autogestion.* Paris, Éditions Syllepse. Até 1997, um total de 9 números editados; o primeiro data de 1993. Trata-se de uma retomada, com um comitê diretor ampliado sobretudo por militantes da LCR (grupo de Ernst Mandel), da revista *Autogestion et Socialisme*.

. Petr Uhl. *O Projeto da Autogestão Socialista* (mimeo).. CEDAC. Tradução da obra *Le Socialisme Emprisionné* (Paris, Editions Stock-La Breché, 1979). Introdução de Cláudio Nascimento.

. Hannah Arendt. *Da Revolução.* Brasília, Ed. Ática - UNB, 1988. Sobretudo o capítulo sobre os conselhos operários, "A tradição revolucionaria e seu tesouro perdido".

. Roberto Massari. *Teorias de la autogestion.* Bilbao, Editorial Zero, 1975. Análise da evolução da teoria autogestionária e das diversas experiências dos conselhos operários. Tradução do italiano.

. Editado por Horvart, M. Markovic e Rudi Supek. *Self-Governing Socialism: A Reader.* (2 volumes). New York, IASP, 1975.

. *Sindacato e Autogestione.* Roma, Fondazione Pietro Seveso. Edizioni Lavoro, 1978. Debate sobre as experiências italianas.

. Daniel Mothé. *L'autogestion gouthe a gouthe.* Editions du Centurion, 1980.

. Alain Guillerm. *L'autogestion généralisée.* C. Bourgois Éditeur, 1979.

. *Oggi l'àutogestione: forme ed. esperienze di cooperazione indústriale in Itália.* Edizioni Lavoro, 1980.

. Raymond Williams. *Resources of Hope.* Verso, 1989.

. E. P. Thompson. *Costumbres en común.* Critica, 1995.

. Raya Dunayevskaya.*Rosa Luxemburgo, la liberacion feminina y la filosofia marxista de la revolucion.* FCE, 1985.

. Raya Dunayevskaya. *Marxismo e libertá.* La Nuova Itália, 1962.

. C. L. R. James. *State, Capitalism and World Revolution.* Facing Reality Books, 1969.

. F. Guattari e Toni Negri. *Os novos espaços de liberdade.* Centelha, 1987.

. E. P. Thompson. *Tradicion, revulta y consciência de clase.* Ed. Crítica, 1979.

. *Processo de trabalho e estratégias de classe.* Zahar, 1982.

. David Montogomery. *Worker's Control in America.* Cambridge University, 1979.

.Cláudio Nascimento. *Estratégia para uma alternativa socialista autogestionária* (mimeo). CEDAC, 1985.

. Gaston Leval. Espagne Libertaire,36-39 . Archives revolutionnaires.editions du Cercle.1971

. Michael Lowy (direction). "Révolutions".Hazan.2000

.Patrick Tissier. "Lês Communes populaires chinoises".UEE 10/18. 1976

.Patrick Tissier. "La Chine transformations rurales et développement socialiste".françois maspero,1976.

. Jan Mirdal. "Uma aldeia de la China popular". Siex Barral. 1969

. *Internacional situacionista.antologia. edições Antígona.Lisboa.1997*

. Karel Kosik. " La Crise des temps modernes. Dialectique de la morale". Lês Éditions de la passion.nov. 2003.

ANEXOS

1) A autogestão e o “novo cooperativismo”.

Claudio Nascimento

A Secretaria Nacional de Economia Solidaria-SENAES ,surgiu como expressão , no campo da política de Estado, de um amplo movimento social assentado nas diversas formas de existência da Economia Solidaria, que significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente a nova etapa do capitalismo, caraterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho,sob hegemonia da globalização financeira.

A reinvenção da economia Solidaria porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade,autogestão,autonomia,mutualismo,economia moral,etc.Neste sentido, Economia Solidaria e Autogestão, se não são sinonimos,são termos que caminham juntos .Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidaria e que não pode haver economia solidaria sem autogestão.

Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidaria como:

“ O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva , com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital,seja no campo ou na cidade” .

Por sua vez, a autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção.Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da historia, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem suas utopias de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da economia solidaria,no sentido dos trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da historia.

Nesta perspectiva, autogestão e socialismo andam sempre de maõs dadas no processo de libertação dos trabalhadores. Todavia, a expressão “socialismo autogestionário” , historicamente, é uma idéia relativamente nova,pois,provem da experiencia da Yugoslavia,iniciada em 1950.

Entretanto, já no final do século XIX,por exemplo, Karl Marx defendia a “Associação dos produtores livres e iguais”, declarava-se favorável as cooperativas de produção, organizadas em escala nacional.E,não menos fundamental, proclamou a frase que viria a se tornar o “Lema da Autogestão”:

“ A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Portanto, pretender uma definição acabada do socialismo autogestionário,seria negar o dinamismo da historia e das lutas dos trabalhadores.Mas, isto não impede que ,em diversas conjunturas da historia,sobretudo em seus momentos criticos,o movimento operário construa formulações.Neste sentido, o movimento pratico é uma forma de teoria.

Por exemplo, na longa conjuntura dos anos 60 e 70, marcada por lutas operarias pelo controle do processo de produção, uma Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em Lisboa , Maio de 1978,ainda como fruto das experiências das comissões de trabalhadores surgida durante a Revolução dos Cravos (1974),assim foi definida a autogestão:

“ A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no principio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro,nas quais se implante a vivencia da democracia

direta, a livre eleição e revogação,em qualquer momento das decisões ,dos cargos e dos acordos".

Paul Singer, em Seminário sobre a "Economia Socialista" (2000), fez referencia à disputa ocorrida na revolução soviética entre os partidários da "planificação centralizada" pelo Estado e os defensores da autogestão. Com a derrota desta ultima alternativa, abriu-se o caminho para as experiências do chamado "socialismo real",caracterizadas pelo planejamento geral e pela concentração do poder.

A outra via, a do "socialismo como autogestão", se expressava através da "ruptura com a ditadura do capital nas empresas e sua substituição pela gestão coletiva dos meios de produção exercida pelos produtores livremente associados.Estas idéias inspiraram os defensores das "cooperativas de produção autogestionarias",das quais Rochdale,fundada em 1844, foi a pioneira.

A corrente autogestionaria socialista tem uma experiência histórica que é a da própria historia das lutas dos trabalhadores.E.P.Thompson ,em sua "Formação da Classe Operaria Inglesa",remarca que,"

" Em fevereiro de 1819, os operários ingleses do tabaco, após onze meses de greve, começaram a organizar a produção por sua própria conta".

Paul Singer recorrendo, também, `a historia da classe operaria inglesa ,apoiado em G.D.H.Cole, assinala o caráter revolucionário do cooperativismo em suas origens:

" Mas greves e 'lock-outs' logo se multiplicaram em outras partes do pais e os recursos da União estavam longe de poder manter os excluídos. A detenção e condenação dos trabalhadores de Dorchester, em março de 1834, foi mais um golpe, pois ameaçava os sindicatos em todos os lugares com penalidades legais,somados à hostilidade dos empregadores. A GNUMM (Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras) e a maioria dos seus afiliados aboliram os juramentos, que eram comumente parte das cerimônias de iniciação sindical e haviam fornecido a base para as condenações de Dorchester.

Mas, em face da crescente militância dos empregadores e da declarada hostilidade do governo, os sindicalistas em muitas áreas começaram a perder o animo. Owen e seus discípulos puseram-se à frente da demanda pela libertação dos trabalhadores de Dorchester e entraram na GUNM em bloco,na esperança de salvar a situação.Mas uma greve sem sucesso dos alfaiates de Londres –que em seu decorrer cobriram Londres de cartazes anunciando que estavam partindo em bloco para a Produção Cooperativa – piorou seriamente a situação; e os empregadores de Yorkshire,retomando a ofensiva do ano anterior, conseguiram em maio e jinho quebrar o poder do Sindicato de Leeds. O Sindicato dos Trabalhadores em Construção também estava ruindo face a repetidos ataques (...) .E uma após a outra, as associações de oficio foram deixando o sindicato, que no fim de 1834 se extinguiu.As oficinas corporativas em Derby tiveram de fechar, e os homens foram forçados a voltar ao trabalho nas condições impostas pelos empregadores.O Sindicato dos Oleiros, que montou uma olaria cooperativa em junho de 1834, teve de abandona-la seis meses depois.A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória".

P. Singer arremata :"Esta é a origem da economia solidária.Seria justo chamar esta fase inicial de sua historia de "cooperativismo revolucionário", o qual jamais se repetiu de forma tão nítida.Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a critica operaria e socialista do capitalismo."

Apesar de inúmeras derrotas , permaneceu viva a idéia de que "trabalhadores associados poderiam organizar-se em empresas autenticamente autogestionarias e desafiar assim a prevalência das relações capitalistas de produção".(Singer).

Na longa historia da classe operaria, podemos traçar 5 ondas de longa duração que apontam na perspectiva do socialismo autogestionário:

1) O movimento dos "visionários",como, Robert Owen e a gestão operaria; Fourier e os falansterios;Louis Blanc e as oficinas nacionais; Lassale e as oficinas

autogestionarias;Proudhon e o mutualismo;Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as comunas autogestionarias.

2) Grupos e movimentos sociais,como, marxismo, anarquismo,sindicalismo,socialismo cooperativo.

3) Revoluções ou experiências praticas de autogestão: A Comuna de Paris (1871); a Revolução Russa (1905); a revolução Socialista de Outubro de 1917;a revolução húngara de 1919;a revolução Alemã de 1919; a Revolução italiana de 1919;a revolução espanhola de 1936-1939;a revolução argelina de 1962; as revoluções no Leste europeu : na Hungria em 1956, na Polônia em 1956, a revoluçãoTheca da "Primavera de Praga" em 1968,o movimento social Solidarnosc,na Polônia em 1980-81.

4) Diversas experiências de praticas autogestionarias na Europa nos anos 60 e 70,sobretudo na França (tipo LIP),na Italia ,em Portugal.

5) Novos sistemas de autogestão,como, experiências de organização na produção (cogestão,consultas coletivas,delegados sindicais,etc) , a autogestão como sistema na Iugoslávia, a partir de 1950.

6) Uma onda mais recente , caracterizada pela existência em diversos paises do movimento da Economia Solidária.

A REINVENÇAO DA ECONOMIA SOLIDARIA E O 'NOVO COOPERATIVISMO'

A partir da segunda metade da década de 70, o desemprego estrutural em massa voltou a ser uma constante na vida dos trabalhadores. Nas décadas seguintes, ocorreu a desindustrialização dos paises centrais e mesmo de paises semiindustrializados,como o Brasil, eliminando vários milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego passou a ser um privilegio de uma minoria.Os Sindicatos perderam sua capacidade de lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Neste contexto, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos paises.Na verdade,ela foi reinventada.O que distingue

este " NOVO COOPERATIVISMO" é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na AUTOGESTÃO e o repudio ao assalariamento.

A estratégia da economia solidária autogestionaria se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista.

Todavia, a reinvenção e o avanço da economia solidária não depende apenas dos próprios desempregados e, não prescinde do apoio do Estado e do fundo publico,como também, de varias agencias de fomento. Cumpre afirmar que, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana.

O Socialismo com Autogestão

A autogestão é uma idéia ,mas,antes de tudo é uma pratica social e política.Assim, um "Projeto Histórico" que pode ser definido como o conteúdo real de um modo de produção socialista, que sucede ao modo de produção capitalista ; Mas,é,também, uma linha de mobilização dos trabalhadores e cidadãos, uma estratégia política para as conjunturas historicas,como perspectiva imediata.

Nesta perspectiva, de longa duração, a autogestão retoma a idéia de Rosa Luxemburgo da "Experimentação Social", da articulação da idéia autogestionaria com as experiências

concretas: É agindo coletivamente que as massas aprendem à se autogerir; não há outro meio de apropriação critica da ciência".

Neste sentido, a sociedade autogestionaria é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si-mesma.A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento , produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social.

O direito à experimentação é o fundamento da autogestão. O direito da experimentação deve ser a primeira tarefa de um Governo que defende a perspectiva da autogestão. Mas, o direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho, não pode se construir "de cima", a partir de iniciativas do Estado. A economia solidária e a autogestão se constroem a partir das iniciativas da sociedade civil,nas empresas,nos bairros,nas municipalidades.

Consoante com esta perspectiva, P.Singer afirma que "os praticantes da economia solidária foram abrindo caminhos, pelo único método disponível no laboratório da historia: o de tentativas e erros". Em sua obra "Utopia militante.Repensando o Socialismo", já afirmava o carretar de aposta , de possibilidades da proposta socialista:

" Como estamos longe de ter no mundo formações sociais em que o modo de produção socialista seja hegemônico, a implantação de cooperativas e outras instituições de cunho socialista é um processo que poderá ou não desembocar numa revolução socialista. Trata-se,portanto,de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou "vitória" é uma possibilidade futura".

A proposta autogestionaria tem por eixo que a ação socialista deve ter por horizonte o principio da "Autogestão Máxima" na vida social e comunitaria. Neste sentido, alguns eixos são fundamentais redefinição da democracia socialista:

- um Governo de esquerda no poder e,
- um movimento de economia solidária autogestionaria.

A sociedade contemporânea moderna e complexa, exige como alternativa um tipo de socialismo, com base em um novo tipo de instituições comunais,cooperativas e coletivas,com a plena pratica democrática do debate livre, assembléias e candidaturas livres e decisões democráticas.

O principio do "Maximo de Autogestão" tem por desafio principal a criação de formas diretas de poder popular em vários níveis:

no campo industrial e profissional, ao desenvolver formas de democracia interna nos locais de trabalho ; associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura.

O Socialismo Autogestionário

As experiências históricas levam a rejeição de 3 alternativas sociais:

1] a democracia liberal

2] o capitalismo de Estado

3] o socialismo de Estado

A alternativa socialista que tem por base a economia solidária e a autogestão,

Apresenta três instancias fundamentais:

1] A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;

2] A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade,ou seja, A DEMOCRACIA DIRETA;

3] enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas ,no sentido da afirmação da solidariedade;ou seja, a REVOLUÇAO CULTURAL do COTIDIANO.

Seminário Nacional de Autogestão.

Jonville-SC,

13 e 14 de Dezembro de 2003

2) SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO

Claudio Nascimento

[" A autogestão não é uma idéia do século XIX , ela é a filha do século XXI que está em germem"]

Pierre Rosanvallon,'L'âge de l'autogestion".1976

1. CONCEITUAÇÃO

"Socialismo autogestionário" é um termo difícil de se encontrar nos principais dicionários sobre socialismo e/ou marxismo.Por exemplo, no " Dictionnaire Critique Du Marxisme" [G.Labica-G.Bensussan., PUF.1982] há um verbete sobre "Autogestão". No "Dicionário do Pensamento Marxista"[editado por Tom Bottomore.J.Zahar.Editor.1988], há um verbete sobre "Autogestão".No livro "Que Lire ? Bibliographie de la Révolution"[edi paris.1975], não há nada especifico . Na "Bibliografia sobre Marxismo y Revolucion"[dédalo ediciones.1978], apenas livros com titulo sobre autogestão.

Se o termo "socialismo autogestionário" é relativamente novo, pois provem da experiência yugoslava [1950], Marx ,muitas vezes, falou da "Associação dos produtores livres e iguais" e se declarou favorável as cooperativas de produção, organizadas em escala nacional. E,mesmo, proclamou o que viria a ser o lema da autogestão: " A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

Pretender uma definição acabada do socialismo autogestionário, seria negar o dinamismo de um conceito que estará sempre inacabado.Mas, é possível uma aproximação, com base na historia do movimento operário e nas varias experiências de autogestão.

" A autogestão é a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontrem nas mãos dos produtores-cidadãos,organizados livres e democraticamente, em fomas associativas criadas pelos próprios produtores-cidadãos, com base no principio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro,nas quais se implante a vivencia da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos". [cf. 1ª Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário. Lisboa, Maio de 1978].

Nesta perspectiva, o socialismo só o será verdadeiramente se tiver por base a autogestão , já que apenas pela via da autogestão será possível a criação de um novo modo de produção, sob a gestão direta direta de todos os trabalhadores; uma nova estrutura social caracterizada por uma igualdade real e não formal: uma nova cultura que brotará do próprio povo e não da colonização das inteligências e de modelos culturais que lhe são exteriores; uma nova concepção de Estado ou forma de Governo que não possa erigir-se em sistema de dominação.

Isto significa que a autogestão não se limita ao âmbito da unidade de produção, mas abrange todas as esferas da sociedade. Ou seja, a autogestão global, da produção e de todos os domínios da vida. O elemento comum todas as experiências historicas é que o poder de gestão, de decisão e de controle reside nos trabalhadores organizados nos seus órgãos de base.A revogação de decisões,cargos e acordos em qualquer momento é uma conseqüência da democracia direta.

Pierre Rosanvallon afirma que " a autogestão antes de ser uma idéia , se constituiu como uma pratica social e política.A autogestão definiu uma identidade política suficiente para que possamos falar de corrente autogestionaria ou de movimento autogestionário.Esta identidade se define negativamente frente a uma dupla negação , da social-democracia e do socialismo burocrático de Estado...O socialismo autogestionário se desenvolverá ao propor uma política e uma economia diferentes dos modelos socialistas tradicionais.É uma obra de longa duração "[cf. Rosanvallon.L'Age de l'autogestion. Éditions du Seuil. 1976]

Para o principal teórico francês da autogestão , Yvon Bourdet : " A autogestão é uma transformação radical, não somente econômica,mas política, no sentido que ela destrói a noção comum de política [como gestão reservada a uma casta de políticos] para criar um outro sentido da palavra politica: isto é, a gestão,sem intermediários e em todos os níveis, de toda a sociedade por todos os homens".[cf. Bourdet.Pour l'autogestion. Éditions anthropos.1974]

Portanto, a autogestão é vista sob dois ângulos articulados e interdependentes:

- como "conteúdo real do socialismo", um regime que sucede ao capitalismo através da revolução social,portanto, um modelo de reorganização da sociedade;

- e,como linha de mobilização dos trabalhadores e cidadãos em busca desta vitória, é uma estratégia revolucionaria.

2] REFERENCIAS HISTORICAS [gênese e desenvolvimento]

A "corrente autogestionaria socialista" tem uma existência histórica real que é a própria existência das lutas dos trabalhadores. Por exemplo, E.P.Thompson assinala que " Em fevereiro de 1819, os operários ingleses do tabaco,após onze semanas de greve, começaram a organizar a produção por sua própria conta".

[cf. The making of the English Working Class. Penguin Books, 1968]. Em 1871, com a Comuna de Paris, os trabalhadores elaboraram um Programa revolucionario que tinha como meta a autogestao social. Em 1981, os operários do Solidarnosc ,na Polônia, definiram em seu primeiro Congresso, um Programa intitulado "Uma Republica Autogestionaria".

Tomamos como referencia Branko Horvart ,[cf. "Socialismo Autogestionário" CECA-CCS.1990], que pinça nesta historia da autogestão, 4 ondas longas de acontecimentos que apontam na perspectiva do socialismo, concebido como uma sociedade autogestionaria, e, acrescendo uma 5ª onda, em que incorporamos alguns elementos sobre a sua breve historia no Brasil.

1] os visionários = Robert Owen e a Gestão Operaria ; Fourier e os Falansterios; Louis Blanc e as Oficinas Nacionais;Lassale e as Oficinas Autogestionarias; Proudhon e o Mutualismo; Williams Morris e os pequenos grupos espontâneos; Theodor Hertzka e as Comunas Autogestionarias;

2] grupos e movimentos sociais= Marxismo; Anarquismo;Sindicalismo, Socialismo Corporativo;

3] revoluções ou experiências praticas de autogestão= A Comuna de Paris [1871]; a revolução Russa [1905]; a grande Revolução Socialista de outubro de 1917;a Revolução Húngara de 1919; a Revolução Alemã de 1919;a Revolução Italiana de 1919;a Revolução

Espanhola de 1936;a Revolução Argelina [1962]a Revolução Húngara de 1956;a Revolução de 1956 na Polônia; a Revolução Theca de 1968;a Revolução do Solidarnosc,Polônia 1980/1981.

4] novos sistemas de autogestão= diversas experiências de organização na produção [cogestão,consultas coletivas,delegados sindicais,etc] e , a autogestão na Yugoslavia [1950]

5] Conferencias e Encontros Mundiais:

A autogestão social e/ou o socialismo autogestionário foram objetos de debates em Encontros Mundiais,e,de Publicações especificas de grande alcance.

Tres experiências de autogestão marcaram época e suscitaram longos debates e controvérsias.

Primeiro, A experiência yugoslava de socialismo com base na autogestão social, iniciada em 1950 despertou enorme interesse.A publicação “Questões Atuais do Socialismo”, editada em Belgrado, divulgava as idéias da autogestão.

Segundo a experiencia na Argélia, em 1962 que institui um sistema baseado na autogestão.

Terceiro, as lutas e praticas autogestionarias do ano de 1968, sobretudo, na França.

O 1º Congresso de Autogestores [Conselhos operários] da Yugoslavia ocorreu em junho de 1957,em Belgrado. O 2º Congresso da Autogestão Yugoslava ocorreu entre 5 e 8 de maio de 1971,em Saravejo.Participaram 2.214 delegados da Yugoslavia e 150 convidados estrangeiros[sindicalistas,educadores,etc] de cerca 50 paises, além de 91 jornalistas estrangeiros.

Na Argélia, o 1º Congresso da Autogestão Industrial ocorreu em Argel, em março de 1964.

Na yugoslavia,em 1964, surgiria a Revista “ Práxis”, a partir do “Grupo Práxis”,defensor do socialismo integral de autogestão e de autogoverno. O grupo tinha sua base de atuação em Dubrovnik,

“Praxis” promoveu de 1977 a 1982, os famosos cursos de verão da Escola de Korçula, com temáticas relacionadas ao socialismo autogetionario e com a presença de filósofos de vários paises.

A partir de 1981, surgiu a edição de “Práxis internacional”.

Na França, surgiram iniciativas como os Seminários sobre a Autogestão, a partir de abril 1970, com sessões quinzenais ,em Paris. As primeiras sessões foram para definir a autogestão e, a fundação de “um centro de documentação sobre a autogestão”.

Estes Encontros e Congressos criaram a necessidade de uma articulação maior , que pudesse propiciar maiores debates e pesquisas ,sobretudo,entre os sociólogos. A 1ª “ Conferencia Internacional dos Sociólogos sobre a Autogestão e a Participação” ,ocorreria na cidade de Dubrovinik/Yugoslavia, de 13 a 17 de dezembro de 1972. Participaram sociólogos de 30 paises de vários continentes

4 Temas foram debatidos em comissões:

-O progresso técnico-cientifico e a participação

-Democracia industrial, participação e autogestão

-O movimento operário [partidos,sindicatos] participação e autogestão

-Sistema social [econômico,político,comunal] participação e autogestão

Duas mesas-redondas : uma sobre :"reforma e revolução" e, outra sobre a "experiência Yugoslava".

Como encaminhamento, a ideia da "Criação de um Instituto Internacional para o estudo da participação, o controle operário e a autogestão".[cf.Autogestion et Socialisme,41-42,1978]

Na França, em janeiro de 1973, um pool de varias Revistas organizou , a nivel nacional, o "Colóquio Autogestão",com o tema "autogestão e revolução socialista".

A 2ª Conferencia Internacional sobre a Participação, o Controle Operário e a Autogestão,ocorreu sete anos após a primeira. Seria de 7 a 10 de novembro de 1977,em Paris.

Esta segunda Conferencia surgiu de uma articulação entre o Grupo de Estudos da Autogestão ,de Paris, e os yugoslavos que tinham organizado a primeira Conferencia em Dubrovnik,sobretudo, do Grupo "Práxis".Participaram pessoas vindas de 28 paises.[do Brasil participou uma pessoa]

6 Comissoes trabalharam os temas:

-Condições políticas da autogestão generalizada

-Movimento operário e autogestao

-Democratização das empresas

-Planificação e autogestao

-Autogestão e organização do espaço e das comunidades.Regiões e Minorias

-Cultura,necessidades humanas e autogestão.A autogestão da informação e da formação

Duas mesas-redondas temáticas:

Reivindicação autogestionaria nos paises do Leste

Transição para autogestão nos paises industrializados avançados

Houve uma Assembléia de fundação do Centro Internacional de Coordenação de Pesquisas sobre a Autogestão [CICRA], com sede em Paris.[cf.Qui a peur de l'autogestion ?.Cause commune.1978/1]

No final de 1965, surgiria a idéia de uma revista sobre a Autogestão.A iniciativa vem de G. Gurvitch e de alguns militantes vindos de "Socialismo ou Barbarie". Apesar da morte de Gurvitch,em dezembro 1965, apareceu o primeiro numero dos "cahiers de l'Autogestion",em dezembro 1966. A revista fica conhecida como "A Enciclopédia da Autogestão". Inicialmente denominada "Autogestion",e a partir de 1970 , "Autogestion et Socialisme". O primeiro numero data de dezembro 1966. Até inicio da década de 80, foram publicados 43 numeros.Em 1980, adota o nome de " Autogestions".

No primeiro numero está escrito " Os cadernos da AUTOGESTÂO se propõem de dotar a pesquisa francesa e internacional de um órgão cientifico,exclusivamente consagrado á historia, aos problemas teóricos e práticos,as perspectivas da autogestão, esta ideia-força de uma reconstrução socialista da sociedade fundada sobre a democracia operaria".[1966]

No final de 1993, reaparece com direção de outras pessoas e sob o nome de "Utopie Critique", Revista internacional para autogestão. No seu 1º numero lemos," Neste final de seculo ,a miséria do projeto emancipador aparece patente.Mais que antes,o dilema 'socialismo ou barbarie' está posto.Se por sua atividade, o movimento social expressou suas aspirações pela auto-determinação,pelo auto-governo,pela autogestão social generalizada,estabelece s premissas das transformações necessárias e esclarece o 'germen dos possiveis', a utopia

mobilizadora deve ser repensada,refundada á luz das revoluções e a sombra das contra-revoluções que sacudiram o mundo e as certezas.

Pensamos que há que se romper com o capitalismo para lançar os fundamentos de um socialismo autogestionário...".[1993]

Na Espanha e Portugal ,das transições pos-diatatoriais,sobretudo com a Revolução dos Cravos,em 1974, surgiram experiências varias sob a marca da autogestão. Na Espanha, surgiu a Revista "Autogestion y Socialismo", uma espécie de versão da Revista francesa,mas centrada nas questões do movimento social espanhol.

Na Argentina e Brasil, na segunda metade dos anos 70, teríamos algumas iniciativas no campo da autogestão. A Editora El Cid Editor,da Argentina e Venezuela,lançou a "Collecion Autogestion", com textos dos teóricos da Yugoslavia,sobretudo, Edvard Kardelj.

A Coleção propõe como alternativa ideológica o "socialismo autogestionário".

A partir das experiências de autogestão,como as empresas geridas pelos próprios trabalhadores,em 1978 ocorreu a 1ª Conferencia Nacional pelo Socialismo Autogestionário,promovida pela BASE-FUT, em 13 e 14 de Maio 1978.Tinha por objetivo " Ampliar a todos os trabalhadores o debate sobre o Socialismo Autogestionário, contribuindo assim para reforçar a união dos diversos grupos que nos planos nacional e internacioanl,se batem por igual projeto de sociedade".

Desta Conferencia participaram alguns sindicalistas brasileiros,então exilados na Europa.

No Uruguai ,no inicio dos anos 70, Abraham Guillén publicou dois livros sobre o tema; "Democracia Directa.Autogestion y Socialismo",[Editorial Aconcagua,1970] ,e, " Socialismo de Autogestion"[Editorial Aconcagua, 1972] reflexão sobre uma viagem a experiência yugoslava; No Brasil, em 1962, Leoncio Basbaum,após viagem a Yugoslavia,publicou livro pioneiro: "No estranho Pais dos Iugoslavos".Edaglit.1962].Em 1969, Paulo Nogueira Filho,publica seu "Autogestão"[Jose Olimpio Editora], com uma bibliografia amplíssima, pois tinha vivido na França.

- A "expressão brasileira" da autogestão socialista "

A idéia da autogestão esteve presente nos programas do movimento libertário do inicio do século XIX. No Pós Guerra surgiu o Jornal "Vanguarda Socialista"[1945-1948],dirigido por Mario Pedrosa, com orientação nas idéias de Rosa Luxemburgo e da tendência norte-americana dirigida por CLR James e Raya Dunayevskaya, defensora dos Conselhos Operários. Antecipando mesmo algumas idéias do grupo francês "Socialisme et Barbárie",dirigido por Castoriadis e Lefort. Em sua obra " A Opção Imperialista" [Civilização Brasileira,1966],Pedrosa faz referencias a textos seus escritos no exílio nos USA,em que defende a autogestão a partir de analises baseadas em obras sobre "o poder operário",a "nova classe operaria",e "estrategia e revolução",de sociologos e economistas franceses [Serge Mallet,André Gorz,Pierre Belleville].

Na segunda metade da década de 40,Paulo Emilio Sales Gomes,ao voltar do exílio francês, também fez referencias a autogestão..Na pisada do grupo francês "Economie et Humanisme",do padre Lebret, a partir das experiências "comunitárias" como a" communauté Boimandau",nos meios cristão surgiram algumas experiências chamadas de "Empresa Comunitaria",como a "Unilabor" [SP].

Na década de 80, como contraponto a profunda recessão econômica,e principalmente a um ressurgimento do movimento popular, surgiram experiências denominadas de " Experiências Comunitárias de Produção" sob o lema da autogestão.Assim, no Relatório de um Encontro Nacional dessas experiências ,lemos que " O resurgimento do movimento popular no Brasil a

partir dos meados da década de 70,trouxe no seu bojo uma nova modalidade de organização dos trabalhadores,congregando-os em atividades produtivas,em unidades de produção geridas pelos mesmos"[Doc.da FASE,1984]. Uma das experiências tem como origem "o desafio de uma proposta autogestionaria como demonstrativo da capacidade dos trabalhadores gerirem a produção".

A partir de 1978, diversas Centros de educação Popular [ONGs],orientam suas atividades pela perspectiva da autogestão ,da autonomia. No RJ, o CEDAC ,formado ,em parte,por militantes vindos do exílio,onde tiveram contatos com o sindicalismo autogestionário da CFDT [cf.Pierre Cours-Salies. La CFDT.Um passe porteur d'avenir.La Breché.1988], o PSUF e movimentos defensores da autogestão, tem por eixo de suas atividades de formação política e sindical, o socialismo autogestionário Em SP, o CAPPS seguia a mesma orientação pela autogestão e autonomia.O grupo DESVIOS defendia o autonomismo.A FNT, aprofundava sua perspectiva política pelo socialismo autogestionário. Os anarquistas retomam suas publicações sobre a Autogestão. Diversos militantes lançaram correntes autogestionarias no interior do PT: no Rio de janeiro, a tese "Por um PT socialista e autogestionário"e ,em SC, o grupo "Alternativa Socialista".

A fonte brasileira destas iniciativas estava no caráter de autonomia, na pedagogia autogestionaria , na organização de base, como as "comissões de fabrica" nos movimentos de oposição sindical, presentes nos movimentos sociais da época de resistência à Ditadura Militar.

Estas experiências deixaram seus frutos.Em 1988, o PACS articulou com os mineiros de Criciúma, um Seminário em torno de uma serie de experiências sobre autogestão.No final da década de 80, em Porto Alegre, militantes de diversos paises da América Latina e Europa,sobretudo,da Catalunha espanhola, realizaram um primeiro Encontro Internacional de "autogestão socialista". Outros dois Encontros destes se seguiram. Nesta mesma época,no Chile sob os auspícios da política neoliberal, o movimento social fundou as "novas" organizações econômicas populares",base do que Luiz Razeto chamou de "Economia Popular de Solidaridad",e de "Empresas Alternativas".

A partir de 1996-97, com o Programa Integrar da CNM-CUT, o debate sobre cooperativismo,autogestão e economia solidária foi incorporado ao sindicalismo cutista.

Na pisada dos Encontros anteriores dos Encontros sobre Autogestão , realizados no RS, de 3 a 9 agosto de 1998, ocorreu o Encontro Latino Americano de Cultura e Socio-Economia Solidárias. Em seguida, veio o Encontro em Mendes,[junho 2002], em que se avançou na construção de uma rede nacional de economia solidária.

Muitas experiências de vários tipos, foram se desenvolvendo: Fóruns Autogestionários no RJ e no RS, Centrais autogestionarias de cooperativismo.,etc.

Quando do 1º Fórum Social Mundial,estas experiências se articularam com outras de vários paises e fundaram redes globais de economia solidária.

3] ATUALIDADE E IMPORTANCIA DO SOCIALISMO AUTOGESTIONÁRIO

A 3ª revolução Industrial em curso tem um caráter amplo: não é apenas uma revolução tecnológica, uma revolução dos meios de produção e da organização do trabalho, é igualmente uma revolução cultural e civilizatoria.Sob esse ângulo de analise, as mutações atuais no mundo do trabalho, as novas possibilidades abertas com essa revolução tecnológica-cultural, a crise social em todo o mundo capitalista e, a derrota político-cultural e material do socialismo estatal, abrem novas perspectivas para a reflexão e experimentação social autogestionarias, sobre as possibilidades de construção da hegemonia do trabalho sobre o capital, em torno de um projeto socialista que aponte alternativas à crise civilizatoria.Portanto, um novo modo de vida, uma revolução integral mais profunda e radical que todas ocorridas até hoje.

O fenômeno da Economia Solidária e Popular, as ocupações de fabrica na crise Argentina em 2002, as lutas contra a privatização da água , que levaram a formação de uma Assembleia Popular em Cochabamba/Bolívia, 2001, são exemplos de como a autogestão é uma constante na historia..

É sintomático que as experiências emancipatorias recentes, que constituem alternativas à Globalização neoliberal, como por exemplo, as do campo das "Alternativas de Produção" e/ou as de "Democratizar a Democracia", objetos de pesquisas coordenadas por Boaventura Santos * ,mostram a atualidade das questões relacionadas à autogestão da produção e a autogestão social. A Reinvenção da Emancipação Social necessariamente, e assim o vemos nas experiências em curso no mundo, passam pelo campo da autogestão social.

[cf. Boaventura Santos (org).1.Produzir para Viver.Os caminhos da produção não capitalista"

e, 2. Democratizar a Democracia.Os caminhos da democracia participativa. Ambos da Civilização Brasileira.2002]

O Fórum Social Mundial tem sido um vasto campo de oficinas destas experiências de emancipação, que constituem as forças de uma contra-hegenmonia.Por exemplo, está prevista para o Fórum de 2003, a constituição de uma "Cidade Autogestionaria".

Obras recentes apontam também a perspectiva da autogestão social.Alain Bihr, inclui como vias de renovação a " autogestão das unidades de produção pelos trabalhadores" .,com base em um funcionamento democrático que respondas as regras da democracia autogestora",

.Bihr defende a necessida da autogestão coletiva do poder em sua visão de um projeto alternativo emancipatorio: " Desde a autogestão das empresas pelos coletivos de trabalhadores ate a produção das condições materiais e sociais de uma vida cultural autônoma, passando pelo encargo,por redes associativas,das necessidades coletivas ligadas a habitação,a saúde,a educação,etc. é o conjunto das atividades coletivas que pode e deve ser coberto por essa forma de democracia direta e de autogestão".

[cf Alain Bihr. Da Grande Noite à Alternativa.Editorial Boitempo,1998]

Uma das obras mais recentes sobre o Socialismo, [cf Toni Andréani.Le Socialisme est (a) venir".Syllepse.2001],centra sua analise na autogestão:

" A democracia será generalizada ,não apenas politica, mas tambem 'economica' e 'social'.É o que entendemos por 'autogestao', no sentido mais amplo do termo [na linguagem operaria dos século XIX, retomada por Marx, falava-se de 'associação'].Isto significa em particular que o eixo do socialismo será a democracia de empresa [ou de intituição], que remete ao sentido mais limitado da autogestão.

Não é um defesa de uma democracia conselhista de tipo piramidial,inspirado na Comuna de Paris.Deste sistema,devemos assegurar a idéia de um mandato relativamente imperativo.".

Paul Singer, [cf. "Uma Utopia Militante.Repensando o Socialismo".Vozes,1998],afirma que O fracaso do 'socialismo realmente existente' revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista dentro da mesma formação social...

A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de ´produção e consumo,em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão,os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumidores(...) A transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores,para ser autentico,não pode ser decretado de cima para baixo,mas tem que ser conquistado de baixo para cima,dentro do capitalismo".Para Singer,esta conquista implica uma longa e verdadeira revolução cultural.

No campo da cultura socialista encontramos muitos defensores da autogestão social, em suas diversas matizes: Rosa Luxemburgo,Gramsci, Pannekoek, Max Adler, Otto Bauer, Karl Landauer, Victor Serge, Serge Mallet, CLR James,Mario Pedrosa, Mariategui,etc. Experiências como as do movimento social polonês Solidanorsc, do sindicalismo autogestionário CFDT, as lutas do "outono quente" italiano,etc.

Grupos como "Socialisme et Barbárie", "Praxis","Solidarity".

Mas, há pensadores que são pouco conhecidos por sua defesa da autogestão: por exemplo, Lucien Goldmann e Raymond Williams,conhecidos por suas analises no campo da sociologia da arte e/ou da cultura.Williams e Mariategui,em épocas distintas, formularam idéias fundamentais para o socialismo autogestionário.

R.Williams: o "Máximo de Autogestão" no capitalismo tardio

A atualidade das idéias de R.Williams [cf. Maria Elisa Cevasco.Para Ler R.Williams.Paz eTerra.2001]sobre a autogestão reside em que foram construídas em cima de uma analise da sociedade capitalista contemporânea: a Inglaterra neoliberal de M. Thachter, dos anos 80.

A última obra de R.Williams porta o titulo de "Até o Ano 2000". E, seu ultimo capitulo, chama-se "Para a Viagem da Esperança".As duas principais obras que abordam a questão do socialismo e da revolução são: "A Longa Revolução"[1961] e "Towards 2002"[1983]. Contudo, em 1989 [1 ano após a morte de R.W.], foi publicada uma coletânea de textos [cf. "Resources of Hope",culture,democracy and socialism. Verso,1989],abarcando a produção política de RW,sobretudo, os textos da década de 80.

Em " A Longa Revolução", Williams defendia que o socialismo deveria ser organizado em torno uma "cultura comum", que teria a capacidade de unificar as genuínas experiências comuns do povo.Nesta perspectiva, Ele resgata as tradições da classe operaria inglesa : desenvolvimento coeltivo e solidário, formação de identidade social e sensibilidade comunitária.Enfatizava a democracia socialista baseada na cidadania consciente e participativa,em eficientes formas de organização da vida social.

Sua proposta autogestionaria tem por eixo que a ação socialista deve ter por horizonte o principio da "Autogestão Máxima"., na vida social e comunitaria. Neste sentido, aponta dois eixos para redefinição da democracia socialista:

-Um Governo de esquerda no poder e, a autogestão. Esta ultima significa,então, democracia do povo,socialismo comunitário e controle operário.

A sociedade contemporânea moderna e complexa, exige como alternativa um tipo de socialismo, com base em um novo tipo de instituições comunais,cooperativas e coletivas,em que a plena pratica democrática do debate livre, assembléias livres,candidaturas livres e decisõesd emocraticas.

O atrativo da autogestão é o seu caráter de democracia direta e global.É um patamar superior a democracia representativa.O "Maximo de Autogestão" tem por desafio principal a criação de formas diretas de poder popular em dois niveis:

- no campo industrial e profissional, ao desenvolver formas de democracia interna nos locais de trabalho, associadas a novas formas do processo democrático na economia, na educação, na política social e na cultura. Para Williams é fundamental que a autogestão não se limite aos locais de trabalho;

- E,no campo das Comunicações. Aqui, ao contrario de muitos pensadores que usam o argumento da complexidade tecnológica contra as possibilidades atuais da autogestão, Williams aponta varias formas de autogestão nas "Comunicações", como desenvolvimento de uma democracia popular ativa.

Segundo Williams, o valor central do socialismo é a idéia de “compartilhar: há duas formas interligadas: a democracia popular e a propriedade comum.Estas são as duas únicas maneiras praticas de compartilhar o poder e a riqueza.A articulação entre socialismo e democracia popular é a chave do futuro, que permitirá uma superação da democracia representativa. As duas áreas principais são; Trabalho e Comunidade.Em “A Longa revolução”, RW aponta como exemplos de uma política socialista, alem da democracia nos locais de trabalho, mas também nos bairros.como formas de autogestão.

No campo internacional RW defendia a tese ou lei do século XXI ,de que ,” Como há muitos povos e culturas, também haverá muitos socialismos”. A base da democracia socialista é a autentica diversidade e complexidade de cada povo.Enfim, Williams apontava mais 3 priincipios:

- superar a economia de mercado; transformar a produção em novos critérios de durabilidade ,qualidade e, uma economia no uso de recursos não renováveis;e, construir novos tipos de instituições monetárias.

- O Socialismo Autogestionário Indo-americano

Em Mariategui não se acha, de forma explicita, uma visão do que é o socialismo, a sociedade socialista. Há uma ausencia do tema socialismo na analise da obra do marxista peruano. Entretanto, após a derrocada do “socialismo estatal”, e no periodo de comemoração do seu centenario [1994], novos estudos mostram que a ideia do Amauta sobre o socialismo faz jus as ideias do ‘socialismo autogestionário’

Em suas várias polemicas, seja com o ideologo do nacionalismo,Victor Haya dela Torre, seja com os dirigentes da Comintern, e no livro " Em Defensa del Marxismo",polemizando com Henry de Man, Mariategui rechaçou 3 vias para sociedade peruana:

1] a democracia liberal

2] o capitalismo de Estado

3] o socialismo de Estado

Qual, portanto, a alternativa socialista traçada por Mariategui ?

A relação "socialismo e democracia" na obra do Amauta, porta conclusões fundamentais para compreensão da ideia socialista em Mariategui,inclusive, de grande atualidade para a conjuntura que vivemos, após a derrocada das experiencias do socialismo estatal no Leste europeu e Russia , da crise das experiencias do Welfare State e da crise profunda do sistema neoliberal em curso.

No " projeto socialista"mariateguiano, tres instancias se destacam:

1] A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social; ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;

2] A socialização do poder politico, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade politica e no exercicio direto da autoridade,ou seja, A DEMOCRACIA DIRETA;

3] enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas ,no sentido da afirmação da solidariedade;ou seja, a REVOLUÇAO CULTURAL do COTIDIANO.

Atraves da analise dos camponeses indigenas na comunidade e dos operarios no sindicato,Mariategui pensou outro tipo de organização politica,em que as funções estatais não se autonomizariam em relação a sociedade.As organizações da democracia direta constituiriam a via pela qual o poder iria sendo socializado,deixando de ser uma função especializada e separada da sociedade.As organizações autonomas dos trabalhadores seriam os orgãos da democracia direta. A idéia da "CONQUISTA DO ESTADO' significava para Mariategui,o longo processo pelo qual a experiencia associativa dos trabalhadores os levaria a uma FORMA DE AUTOGOVERNO E DO EXERCICIO DIRETO DO PODER".

A revolução socialista implica para o Amauta, um 'REENCANTAMENTO DO MUNDO'; o reestabelecimento de uma relação harmoniosa dos homens entre si e dos homens com a natureza, superando as dicotomias do mundo atomizado caracteristico da sociedade moderna.Mariategui foi buscar esta "estrutura de sentimentos" na cultura dos Incas peruanos; um estilo particular de vida em que as relações entre os membros da comunidade se regem pela solidariedade,nas diversas esferas sociais: trabalho, festas;enfim, o " espirito comunista" do indigena.

" Para tornar possivel o exercicio da democracia direta, a condição indispensavel deveria ser a erradicação do poder administrativo e do dinheiro;Para Mariategui, a sociedade socialista se orientaria para a realização de um maximo de comunicação e um minimo de institucionalização".

(cf. “Mariategui: Il Socialismo Indoamericano”. Casa Editrice Francoangeli.Milano 1996]

O projeto socialista de Mariategui porta " uma radical subversão das relações intersubjetivas".Mariategui prestou atenção particularmente a toda uma area da vida social descuidada pela corrente do marxismo oficial da III Internacional.Esta area correspondia ao que ele descreve ,nos "7 Ensayos" ,como " Os costumes, os sentimentos, os mitos-os elementos espirituais e formais destes fenomenos que se designam com os termos de sociedade e de cultura".

- AVALIAÇÃO CRITICA

Problemas,polemicas,desafios

Muitas são as criticas à principal e quase única experiência de sistema autogestionário, a da sociedade Yugoslava. A autogestão Yugoslava teve limitações e possibilidades.Apesar das suas realizações nunca adquiriu as dimensões da autogestão social generalizada, limitando-se ao terreno econômico. O Estado ,junto com os sindicatos,a Liga dos Comunistas, favoreciam o desenvolvimento da burocracia de dirigentes e, se contrapunha aos Conselhos dos Trabalhadores,onde existia a democracia de base e a “autogestão a nivel local”.

Segundo Bourdet, “ O poder central do Estado não foi ‘extinto’ para ser substituído por uma coordenação horizontal das empresas autogeridas. A Yugoslavia não é um sistema politicamente autogerido,mas um sistema de cogestão com o Estado”.Para Bourdet, o poder carismático de Tito, vem do “alto” ,por mediação da armada,da policia,da administração,dos bancos e da LC. Ao contrario, da Argélia e de Portugal,em que a originalidade da autogestão é que não foi “decretada pelo poder central”, mas foi criada pelos próprios trabalhadores.[cf.Bourdet. Qui a peur de l’autogestion?]

Albert Meister analisou a autogestão Yugoslava e tirou algumas conclusões criticas: “Para transformar a sociedade em três níveis: econômico,político e cultural.Apenas a revolução econômica,a supressão da propriedade privada dos meios de produção ou de troca,não é suficiente paraa ssegurar a emancipação dos trabalhadores. A economia de ser gerida democraticamente, o Estado descentralizado, e mudar o modelo de consumo. A analise da autogestão Yugoslava mostra que estas revoluções devem realizadas em conjunto, senão o projeto socialista não será levado a termo”..[cf.Meister. Socialisme et autogestion.L’Experience Yougoslave]

De um modo geral, a principal critica ao socialismo autogestionário é que tal sistema seria incompatível com as demandas de eficiência tecnológica em uma Sociedade e um Estado modernos e complexos. Segundo essa visão, a autogestão somente pode ter êxito em pequenas unidades de produção ou comunidades simples. Apesar de ser uma idéia humanista, não tem condições de êxito proque os cidadãos e trabalhadores não estariam educados para gerir uma economia moderna.As experiências históricas ocorreram em momentos específicos da hsitoria, marcados por profunda crise da sociedade, momentos de revolução.

Dallemagne critica o projeto autogestionário por subordinan a luta contra a exploração capitalista à luta anti-hierarquica.A partir das experiências do Chile de Allende e de Portugal, mostram que a classe dominante mantem sua ditadura Assim,contrapõe a ditadura do proletariado a autogestal, expressão das camadas de trabalhadores assimiladas ao capitalismo,que lutam mais contra a miséria espiritual,alienação que conta o capital.[cf. Jean-Luc Dallemagne. Autogestion ou Dictature du proletariat.UGE.1976]]

Assim, a autogestão se limita a alguns momentos críticos da historia e ao “Grande Dia “ : a autogestão presupoe uma “ revolução política global” e, quaisquer outras experiências não passariam de “ilhas no capitalismo”.

Mothé, assinalou o paradoxo do socialismo autogestionário : como articular a autogestão como ideologia com as experiências praticas ? A autogestão é algo que pode existir apenas com a Revolução ,ou, pode existir como experiências ? Como conciliar a “ audácia do projeto autogestionário” com a “pobreza das tentativas de gestão coletiva “ ? O imaginário com a realidade concreta ?[cf.Mothé. L’Autogestion goutte a goutte.]

Yvon Bourdet fala de autogestão generalizada, que não existe em nenhum lugar,para diferenciar de autogestão parcial ,isto é, experiências de cooperativas de produção.

Buscando dar respostas a estas questões,Mothé formulou a ideia da “Autogestão giota à gota”, dentro de uma visão ampla de “Experimentação”.,baseada na idéia de Rosa Luxemburgo de que “ é funcionando coletivamente que as massas aprendem à se autogerir;não há outro meio de lhes inculcar a ciência”. Mothe defende a participaçao dos trabalhadores em experiencias de funcionamento coletivo nas empresas de autogestão,mesmo que limitadas.

A experiência coletiva é vista como um instrumento necessario ao funcionamento autogestionário.Mothe pergunta : se as experiências nas empresas são difíceis,devido ao poder patronal,porque não experimentar a autogestão em outras instituições controladas pelos sindicatos: cantinas, organizaçoes de esportes,lazer,centros culturais,etc; nas prefeituras de esquerda e nos serviços públicos municipais? “ Para Mothe,tais mutações implicam uma mudança na militância: o “militante soldado” e o “militante profeta” deveriam ser substituídos pelo “militante animador”.

Esta idéia da “experimentação social” foi defendida por Pierre Rosanvallon: Em ‘ autogestão como uma sociedade de experimentação”, afirma que ,“ A definição de uma sociedade autogestionaria é uma sociedade que se institui e se constroi por si-mesma.Se a autogestão ´´e um projeto de sociedade, ela não é um modelo de sociedade a realizar.A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social”.

“Falar que a autogestão é um movimento, é indicar que ela é produto de experiências, de vitórias e de derrotas.A construção de uma sociedade autogestionaria significa um vasto processo de experimentações em todos os domínios da vida econômica e da vida social..O direito a experimentação é o fundamento da sociedade autogestionaria”.

“ O direito à experimentação coletiva de novas formas de vida e de trabalho ,não pode se construir “de cima”, a partir de iniciativas do Estado.A autogestão se constrói a partir das iniciativas da sociedade civil,nas empresas,nos bairros,nas municipalidades. Para Rosanvallon, “O direito da experimentação deverá ser a primeira tarefa de um governo que defenda a perspectiva autogestionaria”.

Em todos os casos, fica uma questão que é um verdadeiro no gordio: se o socialismo autogestionário se baseia na associação dos trabalhadores,em todos os níveis,mas também sobre a satisfação de suas necessidades, individuais e coletivas, no campo do 'não-trabalho' [do tempo livre'],como pensar seu "auto-governo" ?

Bibliografia temática;

Mothé. Daniel –L'Autogestion goutte a goutte.Éditions Du Centurion.Paris.1980]

Massari. Roberto. Teorias de la Autogestion. Editorial Zero.1977

Autogestion et Socialisme, [Revue] Editions Anthropos .[43 numeros de 1966 a 1980]

Self-Governing Socialism. A Reader. [2 volumes] IASP.New York.1975

Meister, Albert. Socialisme et Autogestion. L'Experience Yugoslave.Éditions Du Seuil.Paris.1964

Bourdet, Yvon. Pour l'Autogestion. Édithions Antrhopos.1974

Bourdet, Yvon/ Guillerm, Alain . Clefs de l'autogestion.Seghers.1977

Nascimento,Cláudio. Rosa Luxemburgo e Solidarnosc. Autonomia operaria e autogestão socialista.CEDAC.Loyola,1988

Bourdet, Yvon.. La Délivrance de Promethée. Pour une theorie politique de l'autogestion.Ed.Anthropos.1970

Castoriadis. Le Contenu du Socialisme. Socialisme et Barbárie.UGE.1979

Pelo Socialismo Autogestionário. Edições base.Lisboa.1979 [Documentação da 1ª Conferencia nacional "Pelo Socialismo Autogestionário",Porto,1978]

Laks, Monique. Autogestion ouvriére et pouvoir en Algérie.1962-1965. Edi.Paris.sd.

Supek, Rudi (direction). Étatismo et autogestion.bilan critique du socialisme yougoslave.editions anthropos.Paris.1973

3) REFLEXÕES SOBRE O SOCIALISMO

Paul Singer (2005)

1. A utopia

O socialismo é uma utopia no sentido estrito do termo: uma visão de sociedade que, atualmente, não existe ainda em lugar algum. Mas, ele não é fruto da imaginação de alguém (como as 'utopias' clássicas), mas das lutas de movimentos sociais e partidos políticos, ao longo dos últimos dois séculos, pelo menos. Neste sentido, trata-se duma utopia em construção, um alvo unificador de inúmeras lutas que poderíamos chamar de libertadoras ou emancipadoras.

O socialismo pode ser resumido como uma sociedade em que reina plena igualdade e liberdade para todos seus membros. Uma sociedade democrática, em que o sufrágio é universal, o governo é representativo e os cidadãos tem os mesmos direitos e deveres e o mesmo acesso aos meios de produção. Em termos políticos, algo como as democracias modernas, em que a participação indireta e direta dos cidadãos nas decisões do poder está em permanente construção. Em termos econômicos, uma sociedade em que os produtores têm plena possibilidade de se associar de forma tão igualitária quanto o desejarem.

O que os socialistas desejam obviamente é uma sociedade em que não haja empregadores e empregados, em que os meios de produção não sejam propriedade privada duma pequena minoria dos cidadãos, enquanto a grande maioria está privada deles e por isso depende dos seus detentores para sobreviver. Mas, as experiências do socialismo 'real' tentaram impor uma única modalidade de relação social de produção - o emprego em empreendimentos possuídos pelo estado – proibindo todas as demais. Desta maneira, uma das liberdades fundamentais do homem, a da livre associação, fora abolida em nome da necessidade de se impedir que alguns assalariem outros.

Esta é uma questão crucial. O socialismo só será autenticamente democrático se for o desejo de todos membros da sociedade. Ele não pode ser imposto pela força ou por lei, mesmo se a maioria quiser que o socialismo prevaleça. Assim como, no capitalismo, nada impede que cidadãos se unam para cooperar de forma igualitária no campo econômico, é essencial que no socialismo esta liberdade seja respeitada. Isso por muitas razões, sendo talvez a mais importante de que a chamada **livre associação dos produtores** (um sinônimo de socialismo) ainda está em experimentação, assumindo atualmente diversas formas. Impedir que no socialismo este contínuo experimentar possa se praticar livremente seria o equivalente a privar a organização das atividades econômicas de qualquer progresso. Seria escolher uma única forma de economia solidária (o socialismo no plano micro-social) enquanto as forças produtivas evoluem e por força de sua mudança certamente requererão mudanças também no terreno das relações sociais de produção. [1]

Socialismo, portanto, significa uma economia organizada de tal modo que qualquer pessoa ou grupo de pessoas tenha acesso a crédito para adquirir os meios de produção de que necessitam para desenvolver atividades de sua escolha. Isso implica, evidentemente, na eliminação da pobreza, da exclusão social e, portanto, da necessidade das pessoas de acharem

[1] É o que estamos assistindo hoje com a revolução micro-eletrônica. Empresas centralizadas estão sendo desmembradas, o poder da administração está sendo descentralizado, numerosas tarefas são hoje executadas sem que os participantes precisem estar em contato pessoas (presencial) etc.. Não por acaso, o socialismo real mostrou-se incapaz de absorver esta revolução.

um emprego para ganhar a vida. Em princípio, ninguém será coagido a se tornar assalariado, pois todos terão a possibilidade de trabalhar por conta própria, em associação ou isoladamente.

Mas, este direito à autonomia terá necessariamente por contrapartida a necessidade de cada produtor, individual ou coletivo, de encontrar quem compre sua produção e se disponha a pagar por ela um preço que supere os custos, o excedente sendo suficiente para permitir aos produtores um padrão de vida decente. A economia socialista será, portanto, de mercado, mas não de livre mercado. O estado terá de intervir no funcionamento do mercado tendo em vista redistribuir renda, tirando dos que ganham mais e proporcionando a todos uma renda cidadã, que garanta que ninguém seja privado do consumo de bens e serviços considerados essenciais.

Considerando a economia que conhecemos hoje, parece indispensável a preservação de mecanismos de mercado para a distribuição de bens e serviços[2], exceto os de caráter público, como saneamento, comunicações, assistência à saúde, educação etc.. O que significa que os produtores terão a responsabilidade pela boa qualidade e baixo preço das mercadorias que ofertam no mercado. Se forem superados pelos concorrentes, terão de recomeçar, possivelmente associados a coletivos melhor qualificados.

Nestas condições, é bem possível que parte dos trabalhadores prefira o status de assalariado, em vez de correr o risco da competição. Se houver, por outro lado, pessoas que queiram assumir tais responsabilidades, sem compartilha-las com os que trabalham com eles, é possível que formas capitalistas sobrevivam sob o socialismo. A história das transições entre sistemas sócio-econômicos nos ensina que esta possibilidade é muito provável. A liberdade de escolha entre socialismo e capitalismo será fundamental para garantir que a opção pelo socialismo seja realmente livre e não uma imposição por falta de alternativas.

2. As vias para o socialismo

A visão de socialismo, apresentada aqui, decorre de valores, sustentados por socialistas desde sempre, e das lições que nos oferecem dois séculos de lutas e tentativas de alcançar o socialismo. Sua premissa básica é que ela é histórica e está sujeita a mudanças, à medida que **a evolução do próprio capitalismo altera as condições concretas, sobre as quais o socialismo terá de começar a ser edificado**. A formulação clássica desta premissa é que o capitalismo terá que ser *aufgehoben*, ou seja, superado mas seletivamente incorporado pelo novo modo de produção. A tecnologia disponível no socialismo, por exemplo, dependerá, ao menos por algum tempo, do horizonte de conhecimentos herdado do capitalismo.

Acontece que a luta pelo socialismo produz resultados que modificam o próprio capitalismo. No campo político, a principal conquista socialista é a democracia, que de formas variadas, é praticada (pela primeira vez na história) na maioria dos países. A prática da

[2] Há um debate entre os socialistas que acreditam que através de mercados controlados pelo poder público os ideais democráticos de igualdade social e econômica podem ser realizados e os que acham que só o podem ser por meio dum planejamento democrático (em contraste com o praticado no socialismo 'real'). O fulcro da questão gira ao redor da viabilidade prática dum planejamento em plano nacional que tome por base os desejos expressos e muito variáveis no tempo de produtores e consumidores. Acho esta viabilidade no mínimo improvável, ao menos enquanto produtores e consumidores se comportarem como o fazem atualmente. É claro que sempre podemos supor que as pessoas, no socialismo, serão mais desprendidas e menos competitivas, mas com esta suposição o socialismo se tornaria mero fruto da imaginação, sem tomar em consideração a humanidade como ela é *aqui e agora.* O socialismo pelo qual lutamos é para *esta humanidade,* da qual somos parte. Temos de ganhar para o socialismo as mulheres e os homens com os quais convivemos e não os seus descendentes.

democracia permitiu a institucionalização dos movimentos operário e camponês e de libertação da mulher, das raças oprimidas e dos grupos discriminados. Através dela conseguiu-se instituir uma série de direitos sociais, inclusive o de organização sindical e de greve, e de sistemas de seguridade social, que hoje em dia são alvo de ofensivas neo-liberais.

Algumas conquistas vem sendo perdidas. No terreno da macroeconomia, a preservação do pleno emprego nas economias industrializadas foi abandonada e em conseqüência ressurgiu o desemprego em massa, que ameaça hoje a existência dos sindicatos operários e muitas de suas conquistas. No caso da Revolução de Outubro e das revoluções que seguiram sua esteira, o socialismo registrou importantes vitórias em todos os continentes, que se revelaram algumas décadas depois como derrotas. O sistema sócio-econômico criado por estas revoluções revelou-se econômica, social e politicamente inferior ao capitalismo e por isso foi abandonado pelos países que o haviam adotado. Esta inferioridade do socialismo 'real' face ao capitalismo é comprovada pelo fato de que o seu abandono se deu voluntariamente, sem interferência direta das potências capitalistas.

Por outro lado, a onda neo-liberal atingiu em cheio os partidos socialistas, trabalhistas e social-democratas, que pressionados pela opinião pública, aderiram a ela. Incapazes de se opor à globalização, que permite aos capitais se deslocar para os países de mão-de-obra barata, os governos destes partidos acabam por sucumbir às suas exigências para investir no próprio país, implementando 'reformas' que prejudicam os trabalhadores. As lutas do movimento operário hoje são apenas de defesa de conquistas em perigo de serem revogadas ou enfraquecidas, sem qualquer perspectiva de avanço por mais igualdade, a partir da ação do estado.

Nestas condições torna-se imperativo rever as noções até agora prevalecentes sobre como chegar ao socialismo. A partir da vitória do marxismo na II Internacional, tornou-se consensual que estas vias teriam de passar necessariamente pela conquista do poder do estado, tendo em vista mudanças institucionais que levassem à 'socialização dos meios de produção'. O que dividia os socialistas era apenas se a conquista teria de se dar necessariamente pela força ou se poderia ser realizada também pelo voto. Comunistas e social-democratas divergiam a respeito da **forma da tomada do poder** mas não sobre a essencialidade desta para atingir o socialismo.

Havia nesta opção estratégica um elemento de autoritarismo, na medida em que a ação de uns poucos, no poder, substitui a ação dos próprios trabalhadores, cujo papel passa a ser apenas o de propiciar a tomada do poder. Um vez esta consumada, os trabalhadores teriam apenas de assistir a transferência da posse dos meios de produção a eles. O que de fato nunca ocorreu. Tanto nos países em que comunistas tomaram o poder como nos países em que social-democratas chegaram ao governo, os meios de produção expropriados foram entregues a administradores profissionais, dependentes e obedientes ao poder que os nomeou.

A autogestão chegou a ser cogitada em diferentes ocasiões, mas foi descartada com a alegação que faltavam aos trabalhadores conhecimentos e experiência para poder se encarregar da gestão dos empreendimentos. Como a autogestão era um aspecto essencial da utopia socialista, a sua negação deve ter sido justificada como provisória. Mas, passo algum foi dado no sentido preparar os trabalhadores para exercê-la, com a notória exceção da Yugoslávia.

A experiência comandada por Tito foi bastante estudada e discutida e dela se tiraram ensinamentos. Mas, a ditadura imperante no país viciou a experiência, na medida em que os empreendimentos autogestionários não tinham autonomia face ao planejamento da economia e

tão pouco face ao partido único. A principal lição a tirar da experiência autogestionária yugoslava é que o socialismo, para ser autêntico, tem de estar inserido numa democracia política plena, com crescente participação direta dos cidadãos nas decisões de governo.

A via que hoje se abre aos trabalhadores para alcançar (na realidade, para *construir*) o socialismo é a **ação direta** dos mesmos, no terreno econômico e social. O capitalismo é um modo de produção que não tem qualquer vocação para empregar a totalidade da força de trabalho disponível para ele. As empresas capitalistas descartam não só os tidos como incompetentes, mas todos que por razões de gênero, idade, escolaridade etc., são, a seus olhos, indesejáveis. Resulta daí, como traço estrutural do capitalismo, a ociosidade e o empobrecimento de grande parte da população economicamente ativa, seja na forma de desemprego crônico, seja na de exclusão social.

Ora, toda esta gente está em princípio disponível para se inserir na economia como autônomos, membros de empreendimentos familiares ou sócios de coletivos de produção e distribuição de diferentes espécies. Conseqüentemente, a ação direta dos trabalhadores na construção, no seio do capitalismo, duma economia solidária, vem acontecendo praticamente desde os primórdios do capitalismo industrial. Cooperativas de diferentes espécies vem sendo criadas e operadas há mais de 200 anos e os princípios que as regem, pelo menos desde a formação dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, em 1844, são explicitamente socialistas: todo poder de decisão pertence aos sócios por igual – cada cabeça um voto; é livre a entrada de novos sócios em qualquer cooperativa, o que significa que ela não está a serviço apenas de seus sócios (como proclama erroneamente a Lei 5764/71 que regula o cooperativismo no Brasil) mas de todos que queiram e precisem integrar-se à economia solidária; o patrimônio da cooperativa se divide entre fundos divisíveis, pertencentes aos sócios, e fundos indivisíveis, que pertencem à cooperativa enquanto instituição, mas não às pessoas que compõem o seu quadro social a cada momento. Cada um destes princípios contraria frontalmente os que regem o funcionamento da empresa capitalista.

A ação direta dos trabalhadores não se limita às cooperativas de produção; ela se estende às finanças, à educação, à pesquisa científica, às comunicações etc., tendendo a abranger todos os campos de atividade. **Não há nada que não possa ser feito de forma coletiva e autogestionária.** Os produtores individuais e familiares estão descobrindo que também eles podem se unir e ajudar mutuamente, em cooperativas ou associações, o que lhes permite resistir à propensão do capital altamente centralizado de dominar os mercados.

Além disso, detentores de saberes e habilidades que carecem de compradores dos bens e serviços que podem ofertar, juntam-se em clubes de troca, concedendo-se crédito reciprocamente mediante a adoção duma moeda social. Surge assim, um sistema de trocas monetárias, do qual os juros estão banidos, e que serve de base para a construção de comunidades autogovernadas. A moeda, como instituição social, recupera a função de laço social e liberta, até certo ponto, os membros dos clubes de troca da dependência da política monetária – freqüentemente restritiva – dos guardiões da moeda oficial.

Finalmente, é preciso tomar conhecimento que a economia solidária esteve dormente durante a longa hegemonia do keynesianismo. As cooperativas não deixaram de crescer e se multiplicar, mas premidas pela competição capitalista, foram se equiparando à mesma: profissionalizando suas direções, assalariando os trabalhadores das cooperativas de serviços aos membros, como as de consumo, de habitação, de compras e vendas etc.. A reviravolta neo-liberal e a queda dos regimes stalinistas na Europa Oriental levou a esquerda a rever suas opções estratégicas, em maior ou menor grau na maioria dos países e um dos resultados deste

processo foi a atribuição de cada vez mais importância à ação direta dos movimentos sociais e ONGs, tanto na economia quanto na luta ambiental.

Nota-se um nítido renascimento da economia solidária e economia ecológica, com viés declaradamente socialista, sobretudo em países da América Latina e em Quebec, mas também na Europa Ocidental e na Ásia. Estas novas formas de luta pelo socialismo, embora voltadas prioritariamente à construção de implantes socialistas e ecológicos na economia, não dispensam a luta no campo político e ideológico. No Brasil, governos municipais e estaduais de esquerda desenvolvem políticas de apoio à economia solidária e o governo federal dá passos no mesmo sentido ao criar, no Ministério do Trabalho a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado.

A novidade está na inversão de prioridades. Agora a luta pelo poder político está subordinada às necessidade de construção e consolidação daqueles implantes e os protagonistas da libertação do trabalho do jugo do capital terão de ser os próprios trabalhadores.

FIM